UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAÍSSA ALONSO

ECOS DA RESISTÊNCIA AO NAZISMO: MOVIMENTO DOS
ALEMÃES LIVRES E ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ. SÃO
PAULO (1933-1950)

Versão corrigida

São Paulo
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAÍSSA ALONSO

ECOS DA RESISTÊNCIA AO NAZISMO: MOVIMENTO DOS
ALEMÃES LIVRES E ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ. SÃO
PAULO (1933-1950)

Versão corrigida da dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Tucci
CARNEIRO

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A454e Alonso, Raissa
 ECOS DA RESISTÊNCIA AO NAZISMO: MOVIMENTO DOS
 ALEMÃES LIVRES E ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ. SÃO
 PAULO (1933-1950) / Raissa Alonso ; orientadora
 Maria Luíza Tucci Carneiro. - São Paulo, 2019.
 217 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. NAZISMO. 2. IMIGRAÇÃO. 3. RESISTÊNCIA. I.
 Tucci Carneiro, Maria Luíza, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Raíssa Aionso

Data da defesa: 11/10/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Luiza Tucci Carneiro

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/12/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

ALONSO, RAÍSSA. **Ecos da Resistência ao Nazismo: Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã (1933-1950)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dra. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Ao meu pai, Luis Fernando da Silva Alonso, que tanto me incentivou, ensinou e orientou para a vida, dedico com muito orgulho esta dissertação. Espero que, se viraste poeira de estrela, estejas me observando.

AGRADECIMENTOS

Se muitas vezes ouvi que escrever uma dissertação é comparável ao parto de uma criança, é necessário reconhecer que me teria sido impossível fazê-lo sem todo o apoio de uma vila.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha família. Claudia Maria Rodrigues Alonso, mamãe, minha inspiração, pelo amor incondicional, minha eterna força e admiração. Tales Alonso, papai, orgulho, amor, pelas conversas, trocas e ser o melhor irmão do mundo. Rosenildes Gois, por quem eu sempre tive muito amor e muito carinho, obrigado por tudo, mesmo. E, claro, Luis Fernando da Silva Alonso, meu pai, brilhante, inspirador, forte, que se foi tão, tão cedo e que deixou enormes saudades. Como eu gostaria de poder te mostrar essa dissertação, como eu gostaria de poder de te dar esse orgulho, a pessoa que mais acreditava em mim. Te amo para sempre.

À minha orientadora, profª Maria Luiza Tucci Carneiro, quem tanto me ensinou enquanto pesquisadora, professora e intelectual, agradeço por todo o apoio durante todo o processo: a oportunidade de trabalhar no LEER enquanto pesquisadora, o acolhimento na equipe do *ArqShoah*, as conversas e trocas que me fizeram crescer e maturar o que viria a ser essa dissertação. Sobretudo, agradeço o carinho e a compreensão durante o que certamente foi um dos períodos mais difíceis da minha vida. Obrigada por tudo.

Às queridas pessoas do LEER que sempre foram tão presentes: Laurinha, Samara (pelo carinho, companheirismo e tantos galhos quebrados nos últimos anos), à Sarita, Rachel (pelas entrevistas, conversas, caronas e conselhos) e, claro, à minha absoluta parceira de laboratório, cafés, entrevistas e desabafos, Laís – a quem agradeço por toda a convivência e amor nesses últimos anos.

Aos meus amores e amigos que me acompanharam neste processo: Julia, Erika, Lolô, Daphine – obrigada pela paciência com os sumiços, as reclamações, os dramas e tudo o mais que passou-se nesses anos. Aos bravos companheiros de graduação e reis da vida: Renato, por ser ponta firme e amigo, Léa, minha querida amiga de jazz, discussões, choro, cervejas, risadas, conversas profundas sobre a vida, o universo e tudo o mais, Mayara, pelo carinho e força e, em especial, ao Renan, por todas as crises que aguentou e por todas as conversas críticas, intelectuais e pessoais que me fizeram crescer nos últimos nove anos. Ao Luís, companheiro de mestrado, metal, bares e crises de entrega de trabalhos – e não é que entregamos isso também? Ao Caio, pelo carinho, trocas e vivências, além do apoio essencial na escrita da qualificação. Ao Niccolo, meu italiano favorito, pela amizade que já dura muitos anos, apesar do oceano no meio do caminho. Ao Gabs, pela poesia, os vinhos, desventuras

em série e histórias. Ao Luiz, pelas conversas boêmias madrugada adentro discutindo larp, música, política, academia e mais um pouco. Ao Alan, querido amigo, que tanto agradeço pela sensibilidade nesse último ano e o carinho de sempre. Aos novos amigos da pós, Ricardo, Natalia, André e Edson, sou incrivelmente grata pelas conversas enriquecedoras e todas as oportunidades que me abriram.

Ao Rod, por absolutamente tudo que vivemos e ainda viveremos, não tenho palavras pra expressar o tamanho de meus agradecimentos pela sua amizade e amor, mas, espero que, como em muitos momentos da nossa história de vida, você compreenda mesmo assim. Obrigada de verdade.

Ao Robson, por toda a parceria que me é fundamental desde que nos conhecemos, mas também pelas críticas, leituras atentas, conversas, carinho e compreensão, inestimáveis principalmente no último ano. Muito obrigada por tudo.

Às professoras de história (e amigas) que marcaram minha vida e me incentivaram a ser a melhor versão de mim mesma: Ana Mendes e Thalita Dantes, todo o meu amor e meu muito obrigada.

Agradeço às professoras Priscila Perazzo e Juliana Perez, que participaram da minha banca de qualificação e me fizeram diversos apontamentos fundamentais para o rumo da minha dissertação. Não posso deixar de agradecer também o professor José Vasconcelos por ter gentilmente me aceitado em suas disciplinas, pelas discussões, contribuições durante esse percurso. In memoriam, eu também gostaria de agradecer à professora e pesquisadora Izabela Maria Furtado Kestler, falecida tragicamente em 2009, ano de meu ingresso na graduação em História, mas cuja pesquisa sobre o exílio e literatura alemã foi especialmente importante neste trabalho.

Também gostaria de agradecer aos funcionários do departamento de pós-graduação que me auxiliaram tantas vezes durante esses últimos anos, em especial ao Nelson e à Juliana, da Administração. Aos funcionários do Arquivo do Estado, pela paciência e auxílio sempre prestativo nas minhas incursões às fontes. Gostaria de agradecer à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer ao senhor refugiado alemão que foi meu primeiro contato com um sobrevivente do Holocausto, em 2011, num banco do parque Mountsouris em Paris, enquanto eu lia Hemingway pela primeira vez. Ao responder que viera estudar História na Sorbonne, suas palavras me remeteram à responsabilidade, dever e privilégio do historiador ao qual se referia Walter Benjamin. Naquele verão, aquele senhor me confiou: “A história que você estuda é a história da minha vida”. Espero tê-la feito justiça.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

RESUMO

ALONSO, Raíssa. **Ecos Da Resistência Ao Nazismo: O Movimento Dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã (1933-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Esta dissertação tem por objetivo analisar a trajetória de dois movimentos de resistência antinazista originados no seio das comunidades de imigrantes, exilados e refugiados de língua alemã durante as décadas de 30 e 40 no Brasil: o movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã.

O discurso oficial do governo brasileiro sobre o ‘subversivo’, o ‘revolucionário’ e o ‘estrangeiro’ está, em sua maioria, permeado por mitos políticos e narrativas matizadas por vieses nacionalistas, xenófobos e racistas, revelando a persistência da mentalidade intolerante e autoritária construída ao longo de séculos.

Tais narrativas podem ser identificadas tanto nos documentos oficiais e policiais como nos registros produzidos pelos grupos de resistência concentrados no eixo-Sul-Sudeste brasileiro.

Baseado na lei que proibia ao estrangeiro radicado no Brasil uma atuação política, o decreto-lei 383 da Constituição de 1938, esses movimentos tornaram-se objetos de investigação e perseguição pela polícia política varguista. Tomando como *corpus documental*, os dossiês, autos policiais e prontuários produzidos ao curso dessa investigação, cujo armazenamento encontra-se atualmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, pretendemos analisar as diferenças e semelhanças nas relações entre estes movimentos políticos – formados por imigrantes, exilados e refugiados – com a autoridade e contexto político brasileiro.

Sobre os movimentos em si, identificaremos aqui o perfil geral dos membros destes movimentos, suas principais estratégias de ação e redes de contato com seus pares na América Latina e Estados Unidos. Verificaremos, a partir dos registros arquivados, como visão e projeto político do governo brasileiro ao tratar da imigração se traduz em uma das pontas do processo policial: o tratamento do sujeito imigrante como uma ameaça intrínseca ao corpo da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: NAZISMO, RESISTÊNCIA, IMIGRAÇÃO

ABSTRACT

ALONSO, RAÍSSA. Echoes Of Anti Nazi Resistance: Movimento Dos Alemães Livres And Associação Democrática Alemã (1933-1950). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

The aim of this dissertation is to analyze the trajectory of two movements of anti - Nazi resistance originated in the German - speaking communities of immigrants, exiles and refugees during the 1930s and 1940s in Brazil: the Free German Movement, the German Democratic Association.

The Brazilian government's official discourse on 'subversive', 'revolutionary' and 'foreign' is mostly permeated by political myths and narratives nuanced by nationalist, xenophobic and racist biases, revealing the persistence of the intolerant and authoritarian mentality built over centuries.

Such narratives can be identified in both official and police documents as well as in the records produced by resistance groups concentrated in the South-Southeast axis of Brazil.

Based on the law prohibiting the foreigner residing in Brazil a political action, the decree-law 383 of the Constitution of 1938, these movements became objects of investigation and persecution by the Varguista political police. Taking as a documentary corpus the dossiers, police records and medical records produced during the course of this investigation, which are currently stored in the Public Archive of the State of São Paulo, we intend to analyze the differences and similarities in the relations between these political movements - exiles and refugees - with the Brazilian political authority and context.

On the movements themselves, we will identify here the general profile of their members, their main strategies of action and networks of contact with their peers in Latin America and the United States. We will verify, from the archived records, how the Brazilian government's vision and policy in dealing with immigration translates into the treatment of the immigrant subject as an intrinsic threat to the body of the Brazilian nation.

KEYWORDS: RESISTANCE, NAZISM, IMMIGRATION

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - ECOS DA RESISTÊNCIA ANTINAZISTA NO CONTINENTE AMERICANO	42
1.1. “<i>Das Andere Deutschland</i>”, a Outra Alemanha	42
1.2. As frentes de resistência antinazista na América Latina	53
1.3. Elos de ligação entre Argentina, México e Brasil	54
Freies-Deutschland Bewegung e a Frente Negra de Otto Strasser	55
O Congresso Antinazista em Montevideu	71
Os movimentos brasileiros na rede das relações antinazistas do continente	72
CAPÍTULO II - POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA	83
2.1. Refugiados do nazismo enquanto perigo político	83
2.2. O Outro Indesejável: judeus imigrantes e/ou refugiados	92
2.3. Comunidades estrangeiras sob suspeita: o caso da colônia alemã	96
CAPÍTULO III - ECOS DA RESISTÊNCIA ANTINAZISTA DURANTE A GUERRA.....	104
3.1. O Movimento dos Alemães Livres em São Paulo	104
3.2. Associação Democrática Alemã: a resistência antinazista pós 1945	135
FONTES.....	199
BIBLIOGRAFIA	200
ANEXOS.....	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESP- Arquivo Público do Estado de São Paulo

DAD – *Das Andere Deutschland* (A Outra Alemanha), movimento argentino de resistência antinazista.

DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

DIP – Departamento Interno de Propaganda.

FBI – *Federal Bureau of Investigation* (Departamento Federal de Investigação).

FD – *Freies Deutschland* (Alemanha Livre), movimento mexicano de resistência antinazista.

FDB – *Freies Deutschland Bewegung* (Sociedade Alemanha Livre), movimento centrado na figura de Otto Strasser.

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

KPD – Partido Comunista Alemão.

LAK – Comitê Latino-Americano de Alemães Livres.

LEER-USP – Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da USP.

LPC - *Liga Pro-Cultura Alemana* (Liga Pró-Cultura Alemã), estabelecida no México em maio de 1938.

NASDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – mais conhecido como Partido Nazista).

NFKPD – *Nationalkomitee Freies Deutschland* (Comitê dos Alemães Livres) fundado em Moscou em 1943.

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRM – Partido Revolucionário Mexicano

PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP

SF - *Schwarze Front* (Frente Negra), movimento criado por Otto Strasser em 1931.

INTRODUÇÃO

Antoine Prost no seu livro *12 lições sobre a História* ressalta sobre a necessidade do historiador de dialogar com as demandas da sociedade em que vive¹. Esta proposta vai ao encontro da perspectiva apresentada pela Nova História Política², que sugere um enfoque no cotidiano da ação política, necessário diante de uma sociedade cada vez mais intolerante e polarizada. É sob este viés que optamos por dar voz aos movimentos de resistência. Tal proposta, certamente, rompe com a tradicional História Política oficial que, durante séculos, exaltou as grandes figuras e fabricou heróis. Felizmente, a historiografia brasileira soube reconhecer as fragilidades deste discurso cujas narrativas relegavam a um segundo plano a história dos excluídos, leia-se aqui operários, mulheres, negros, índios, dentre outros.

Por outro lado, ao se interessar pela comunidade germânica em tempos de guerra, a historiografia não esconde seu fascínio mórbido com as conspirações do Partido Nazista, a quinta-coluna etc. Sedutora continua sendo a figura do “lobo nazista” que espreita, disfarçado, no meio de alguma comunidade, para devorar as presas. Mesmo a atual imprensa tem dificuldades em escapar desta narrativa optando pelo sensacionalismo. Felizmente, nestas últimas décadas, o número elevado de pessoas em situação de refúgio tem chamado a atenção das instituições dedicadas aos Direitos Humanos que, apesar dos avanços em seus programas humanitários, continuam enfrentando o estigma do estrangeiro indesejável. As manchetes divulgadas pela mídia impressa e digital continuam apresentando, como nos séculos passados, as diásporas e migrações forçadas como um verdadeiro enxame de pessoas. Não há individualidade na massa amorfa identificada com a figura do refugiado, um ser anônimo e sem direito a uma vida digna.

Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), vivemos atualmente a maior leva de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Enquanto de 2012 para 2013, somente 260 pedidos de asilo foram concedidos pelo CONARE (Comitê Nacional para Refugiados), de 2013 para outubro de 2014, foram reconhecidos 2.032 refugiados, ou seja, um aumento de mais de 700% em pedidos concedidos anuais, fazendo com que o número total saltasse de 5.256 para 7.289³.

¹ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

² REMOND, Rene (org.) *Por uma História Política*. São Paulo: FGV, 2003.

³ ACNUR & CONARE. *Novo Perfil do refúgio no Brasil*. 2014. Relatório disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas>

Acompanhados destes números, vislumbramos diariamente na mídia nacional e internacional centenas de notícias de uma crescente xenofobia contra alguns grupos, dentre os quais citamos haitianos, sírios, bolivianos, venezuelanos, entre outros. Nas seções de comentários em portais de notícias da internet, são comuns os que invocam medos há muito explorados – o desemprego, a falta de estrutura – e estereótipos racistas e xenófobos como justificativa para uma demanda de interferência e expulsão contra estes sujeitos por parte do governo brasileiro. É com vista neste cenário que se encara com preocupação os resquícios de políticas autoritárias que podem servir de base para discriminação e perseguição como já vistas.

Em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, no dia 14 de março de 2018, o então deputado Jair Bolsonaro, atual presidente do país, quando perguntado sobre como encararia a questão dos refugiados venezuelanos, defendeu a revogação da atual política de imigração e a construção de campos de refugiados para os que chegam ao Brasil, dizendo que ‘já temos problemas demais por aqui’. Na mesma entrevista, ele também repudia os direitos humanos⁴.

Cercado de controvérsias, o presidente distingue a humanidade entre os cidadãos de bem e àqueles que representam um perigo para estes. Em entrevista ao jornal *Goiás*, no dia 15 de janeiro de 2015, ele afirma que:

Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham reduzir o efetivo [das Forças Armadas], é menos gente na rua para fazer frente aos marginais do MST [Movimento dos Sem-Terra], que são engordados agora por senegaleses, haitianos, iranianos, bolivianos, e tudo que é escória do mundo, né, e agora tá chegando os sírios também aqui. A escória do mundo tá chegando aqui no nosso Brasil como se nós já não tivéssemos problemas demais para resolver. Esse é o grande problema que nós podemos ter⁵.

Daí o nosso olhar se interessar pela história dos indivíduos que integraram dos principais grupos marginalizados no século XX: os refugiados, imigrantes e exilados judeus perseguidos pela Alemanha nazista. Vivenciando uma situação de vulnerabilidade dupla, têm em comum alguns elementos identitários que fortalecem a sua imagem de cidadão de segunda-classe. Discriminados e perseguidos em sua pátria de origem eram classificados

/Refugio_no_Brasil_2010_2014_Apresentacao>. Acesso em: 22 jun. 2019.

⁴ REZENDE, Constança. “Bolsonaro quer campo de refugiados em Roraima”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 de março de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-quer-campo-de-refugiados-em-roraima,70002226010>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁵ “Bem antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de escória do mundo”. In: *A Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l>>. Acesso em 12 dez. 2019.

como pessoas “non gratas”, indesejáveis, repulsivas ou então, tratados com desconfiança, se acolhidos.

Ainda hoje, em pleno século XXI, persiste o estigma contra a figura do estrangeiro que, em circunstâncias desfavoráveis, foi forçado a deixar sua pátria-mãe. Sem condições de um retorno imediato, muitos acabam trilhando um caminho sem volta. Tal constatação exemplifica a sobrevivência de uma mentalidade intolerante calcada, na maioria das vezes, em fundamentos racistas, seculares⁶.

Ao nos debruçarmos sobre as trajetórias dos refugiados judeus perseguidos pelo nazismo entre 1933-1945, percebemos o quão distintas são as suas trajetórias. Ficam evidentes as disputas de poderes, os projetos políticos fundamentados em preconceitos racistas, os interesses individuais e as relações de amizade e compadrio. Inúmeros são os exemplos de repressão estatal identificados ao longo da História do século XX e, mais precisamente nas décadas de 30 e 40, quando o Estado, enquanto instituição autoritária ou totalitária, investiu brutalmente contra os degenerados por sua raça e os subversivos da ordem por sua ideologia. Os estrangeiros, fossem imigrantes, refugiados ou exilados, estavam entre os grupos particularmente vulneráveis à esses abusos de poder, contando com pouca ou nenhuma proteção. Indiferença e oposição ativa das autoridades políticas moldaram os projetos políticos de imigração adotados por vários países europeus e latino americanos, dentre os quais o Brasil⁷.

No Brasil, a situação, embora dotada de particularidades, não constitui um caso à parte. É possível identificar políticas imigratórias preconceituosas no período pós-abolição da escravidão, ainda no século XIX, apoiadas no projeto de branqueamento da nação. Soma-se a esta utopia racista, a preocupação crescente com o ideal de unidade nacional que, desde a criação dos Estados-nação, favoreceu a classificação de diversos grupos como

⁶ Diversos autores discutiram sobre o tema, cito aqui as principais referências para esta dissertação. POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia*. São Paulo: Perspectiva, 2005; ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁷ Imprescindível a leitura do trabalho de Fischel de Andrade sobre a história do direito internacional dos refugiados e relações diplomáticas no século XX. Também mencionamos aqui os trabalhos de Fabio Koifman e o livro *Cidadão do Mundo*, de Maria Luiza Tucci Carneiro, que elucidam a política de relações internacionais adotada pelo Brasil durante a segunda guerra mundial. ANDRADE, Fischel. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica: 1921-1952*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2010. KOIFMAN, Fabio. *O Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

“indesejáveis” ou perigosos⁸.

No Brasil, graças a abertura dos arquivos policiais e diplomáticos brasileiros, tem sido possível identificar os rastros dessa perseguição política em diferentes níveis da sociedade brasileira. No entanto, é inegável que ocorreram rupturas nessa mentalidade preconceituosa e repressora ao longo do século XX, que favoreceram os momentos de abertura democrática, em processo ainda nos tempos atuais.

Retomando aqui o princípio do dever do historiador em dialogar com a sociedade proposto por Antoine Prost, acreditamos que uma análise sobre as rupturas e as continuidades das visões da sociedade e das políticas institucionais em relação aos refugiados, de uma forma geral, possa responder, a um apelo de Memória, além de nos alertar para as ondas negacionistas e xenófobas reincidentes. Optamos por concentrar a nossa investigação no caso brasileiro, tendo em vista o ineditismo do tema e das fontes identificadas. Além de contribuir para suprir uma lacuna historiográfica, essa dissertação tem como foco dois dos movimentos de resistência antinazista no Brasil na década de 40, cujos projetos e ações servem de inspiração aos tempos sombrios que vivemos hoje.

A resistência antinazista no Brasil: imigração e política

No Brasil, foram inúmeros os movimentos de resistência antinazista que eclodiram em comunidades de imigrantes, exilados e refugiados que, entre 1933 e 1945, adotaram o Brasil como um “porto seguro”. Uma das consequências do avanço nazista na Europa, acompanhado de ações genocidas contra as minorias étnicas, religiosas e políticas a partir de 1933, foi a grande leva de refugiados e exilados de origem judaica. Perseguidos por sua raça e ideologia, foram forçados a deixar suas pátrias de origem para conseguir sobreviver. Segundo Fischel de Andrade, autor de *Direito Internacional dos Refugiados*, entre 1933-1935, cerca de 80 mil pessoas deixaram a Alemanha em busca de refúgio provisório ou permanente, sendo que destas, 60 mil eram de origem judaica⁹. Se ampliarmos o período até 1939, não encontramos unanimidade de números: há autores que indicam 170 mil pessoas, outros 200 mil e até mesmo 450 mil refugiados. Se os números divergem, resta a certeza de que muitos milhares de pessoas foram expulsas de sua terra-natal, transformados em párias

⁸ HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹ ANDRADE, Fischel. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica: 1921-1952*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

sem território e sem documentos que os identificassem como cidadãos. Forçados a buscar refúgio, esses indivíduos ficaram à mercê das políticas e burocracias governamentais dos Estados receptores.

A tendência inicial é a de procurarmos o ponto propulsor da fuga, no caso a Alemanha. Se a princípio a saída era para os países limítrofes, à medida que a ocupação de territórios avançava para os países vizinhos, como Polônia e França, foram ocorrendo com o alastramento de perseguições étnicas-religiosas-políticas, novos destinos e rotas de fuga foram considerados: a maior parte pretendia emigrar para os Estados Unidos, cuja entrada não era sem entraves. Segundo Tucci Carneiro, é importante destacar que, mesmo com uma política de cotas imigratórias por país de origem limitando a entrada de estrangeiros, este ainda foi o país que mais acolheu refugiados entre 1933-1945, destacando-se por seu apelo e ações salvacionistas junto a Liga das Nações¹⁰.

A fuga das ações genocidas e a busca pela sobrevivência implicaram em escolhas forçadas por parte de milhares de pessoas que não tinham mais condições físicas e emocionais de continuar vivendo na Europa. As políticas persecutórias nazistas afetaram pessoas de grupos étnicos distintos considerados como sub-humanos pelas políticas de Hitler, dentre os quais estavam os judeus, ciganos, negros, pessoas cuja orientação de gênero e sexual (o espectro LGBT) tratados como doentes e nocivos à raça pura alemã. Como subversivos da ordem eram classificadas as pessoas com orientação política contrárias ao nazismo (monarquistas, socialistas, comunistas, saudosos da república de Weimar, anarquistas).

Terror, desespero e insegurança gerados pelos atos de exclusão e expulsão sustentados pela Alemanha nazista e países colaboracionistas, colocaram em marcha milhões de indivíduos perseguidos por sua “raça” e/ou ideologia. À medida que os nazistas caminhavam em direção aos países do Leste Europeu o fluxo dos refugiados fazia-se em direção ao Oeste tendo a Espanha e Portugal como países de trânsito, apesar dos regimes fascistas sustentados por Franco e Salazar, como tem enfatizado Tucci Carneiro em suas obras, dentre as quais *Cidadão do Mundo*:

Um grande número de refugiados judeus buscou instalar-se em países que

¹⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Brasil Judaico: Mosaico de Nacionalidades*. São Paulo: Maayanot, 2014; _____. *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo, 1933-1948*. São Paulo: Perspectiva, 2010, KOIFMAN, Fábio. *Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

declararam neutralidade, entre eles a Suíça, a Hungria e a Suécia. Portugal e Espanha, declarando oportuna neutralidade, foram igualmente procurados por grande número desses refugiados e especialmente por aqueles que, de alguma forma, tinham raízes sefardis. Diplomatas espanhóis e portugueses em terras da Turquia, Grécia, Iugoslávia e Bulgária ajudaram sefarditas em busca de salvação.

O governo de Oliveira Salazar, embora fascista, fechou os olhos aos judeus que, com a ajuda de instituições e da comunidade judaicas, haviam transformado Portugal em “país de trânsito”. A atitude de aparente neutralidade era conveniente para a “política de fronteiras” adotada por Salazar, que permitia a passagem dos refugiados por algum tempo, mas impedia a entrada de judeus que não poderiam voltar ao país de origem, como no caso dos judeus alemães. A antiga “Sefarad” portuguesa transformou-se durante e depois da Segunda Guerra em terra de passagem e refúgio de refugiados da Shoah. Lisboa era uma espécie de trampolim para a América do Norte, Canadá, Argentina e Brasil¹¹.

Após a implementação das Leis de Nuremberg em 1935 na Alemanha, e a ocupação da Áustria, Polônia e França pelas tropas nazistas entre 1939-1940, aumentaram, dramaticamente, os fluxos contínuos de refugiados judeus e não-judeus em direção aos Estados Unidos, Canadá, Austrália e vários países da América do Sul, dentre os quais citamos a Argentina e o Brasil, sendo estes preferidos por abrigarem grandes comunidades judaicas desde o final do século XIX¹².

No caso do Brasil, os refugiados do regime nazista ainda enfrentariam diversos entraves à sua entrada, como a limitação de cotas imigratórias e a política velada de não-aceitação de judeus no território nacional, política mantida por Circulares Secretas¹³ durante

¹¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*, op. cit., p. 302.

¹² Sobre este tema, ver o livro: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) *O Anti-Semitismo nas Américas: História e Memória*. Prefácio de Pilar Rahola. São Paulo: Edusp, 2007.

¹³ Segundo pesquisas de Tucci Carneiro, cerca de 26 Circulares Secretas antisemitas foram emitidas entre 1933 e 1948, visavam dificultar e barrar a entrada de cidadãos estrangeiros de origem semita no Brasil que fugiam da perseguição nazifascista. Uma relação preliminar das Circulares Secretas pode ser consultada no livro de sua autoria *O veneno da Serpente*, p. 161. A primeira vez que as Circulares Secretas vieram a público foi por ocasião da defesa da tese de doutorado de Tucci Carneiro, noticiada pelo jornal O Estado de S. Paulo, um ano depois publicada como livro: *O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Após esta publicação, novas pesquisas ampliaram o tema favorecidas pela abertura do Arquivo Histórico do Itamaraty em 1995: MILGRAM, Avraham. *Os Judeus do Vaticano: A Tentativa de Salvação de Católicos Não Arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. BIGAZZI, Anna Rosa. *Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antisemitismo do governo Vargas (1938-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2010. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo – 1933 – 1948*. Um balanço desta historiografia pode ser consultado no artigo: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antisemitismo no Brasil”. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 79-97, maio 2012. Disponível em:

os governos de Getúlio Vargas (1937-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Atestados de batismo falsos, documentos forjados, vistos de turistas ou de visitantes em trânsito foram utilizados para burlar os programas políticos fundamentados em critérios antissemitas, xenófobos e nacionalistas.

Se analisarmos os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto e refugiados do nazifascismo radicados no Brasil, registrados pelo projeto *ArqShoah* (Arquivo Virtual do Holocausto e Antissemitismo), mantido pelo Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da USP (LEER-USP), percebe-se que, com raras exceções, o acolhimento imediato desses judeus foi realizado pelas comunidades judaicas já existentes no país¹⁴. No entanto, o fato de serem estrangeiros e, principalmente aqueles nascidos nos “países do Eixo”, transformou-os em foco de perseguições políticas por parte da Polícia Política do governo Getúlio Vargas a partir de 1935 a 1945. Identificados como “inimigos étnicos e políticos”, os imigrantes, refugiados e exilados passaram a ser vigiados e, em diversos casos, vigiados e perseguidos por suas ideologias ditas “exóticas”: comunismo, socialismo, sionismo.

A perseguição policial aos “súditos do Eixo” se fez instigada por sentimentos xenófobos, estocados por intelectuais e pela imprensa da época, seduzida por um discurso nativista que reduzia o estrangeiro como perigoso à nação e ao povo brasileiros. A crise econômica causada pela quebra da Bolsa de Valores estadunidense em 1929 havia afetado negativamente a opinião da classe média brasileira induzida a interpretar o estrangeiro e, particularmente, o judeu como potencialmente perigoso. Programas educacionais inspirados nos paradigmas dos regimes nazistas, uma farta literatura antissemita, artigos em jornais e atos de repressão policial, ofereciam à população modelos de uma civilização dita moderna, racialmente homogênea e livre de elementos que alterassem a ordem idealizada pelo regime: livre de comunistas, judeus, negros e ciganos. Conjuntos de leis nacionalistas restringiam as ações desses indivíduos criminalizados por suas origens étnicas, expressões culturais e opções políticas. A repressão institucionalizada, à serviço do Estado ‘Novo’ (1937-1945), servia à manutenção do medo, da ordem e de uma ideologia dominante racista¹⁵.

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/8871.2012v13n18p79/3871>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79/3871

¹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MIZRAHI, Rachel (Orgs.). *Vozes do Holocausto*. São Paulo: Maayanot, 2017.

¹⁵ Tema explorado nos livros: CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp/Geração, 2000; DUTRA, Eliana. *O Ardil*

Expulsos pela política genocida do Estado nazista, os refugiados que aqui chegaram encontraram um governo autoritário, que limitava a liberdade de expressão, o direito de ir-e-vir e de qualquer outra ação partidária além daquela sustentada pelo regime. Cercada por uma legislação censora e manipulada pelas versões oferecidas pela imprensa oficial (no caso o D.I.P), a opinião pública era induzida a considerar os judeus como parasitas, subversivos, traidores, e, se artistas e intelectuais, representantes de um pensamento e arte degeneradas. Foi, nesse contexto, que se organizaram vários grupos de resistência antinazista no Brasil.

O conceito de resistência e os movimentos na Europa ocupada.

Se o uso da palavra resistência é frequente nos debates sobre o Holocausto, sua definição depende dos parâmetros adotados pelos seus defensores. A partir da segunda metade do século XX, as dificuldades de teorização sobre resistência só aumentaram, uma vez que o conceito passou a abarcar, cada vez mais, novas experiências em contextos históricos distintos, como por exemplo, os vários países da Europa ocupados pelos nazistas partir de 1935. Diferentes estratégias foram adotadas pelos opositores de Hitler com o objetivo para neutralizar as ações do invasor alemão e seus colaboracionistas, de forma organizada ou não, com ou sem luta armada.

Até a década de 60, o debate sobre resistência foi marcado, alternadamente, pelas cerimônias de rememoração às vítimas do Holocausto e pelo silêncio dos sobreviventes. As dificuldades enfrentadas pelos sobreviventes para se integrarem às suas comunidades de origem que, muitas vezes, os havia denunciado, humilhado e assassinado seus parentes, calou muitas vozes da resistência. O medo e o trauma cerceavam os testemunhos daqueles que haviam lutado contra os nazistas dificultando o início de qualquer narrativa mais espontânea. Em contrapartida, a vergonha em relação aos crimes cometidos calou também as vozes dos perpetradores que, durante décadas foram obrigados a viver escondidos com nomes e endereços falsos.

Havia um viés quase mitológico, nessa discussão sobre resistência (no sentido redencionista), porque, afinal, a constatação de que houve uma resistência antinazista

Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos Anos 30. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. da UFRJ/Ed. da UFMG, 1999; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954.* São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2003. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954).* São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta Contra o Perigo Vermelho.* São Paulo: Perspectiva, 2005.

permitia, politicamente, que seus países não fossem considerados como colaboracionistas como um todo. Aliás, esta é a atual posição defendida pelo atual governo da Polônia. A partir da última década do século XX, principalmente, diversos autores se interessaram pelo registro dessa variedade de experiências vivenciadas pelos judeus durante a guerra e o Holocausto. Com a abertura de novos arquivos na Europa e no Brasil, com o distanciamento dos fatos e a disposição dos sobreviventes em narrar suas experiências de vida, vieram a público histórias de movimentos de resistência até então desconhecidos. Cabe a nós selecionar as fontes e refinar as questões a serem discutidas.

O debruçar da historiografia sobre a resistência também instigou o debate sobre as possibilidades de resistir em regimes totalitários e autoritários. Os atos da resistência francesa no governo Vichy, por exemplo, interessaram a diversos autores, como Robert Paxton, François Bédarida, Pierre Laborie. Há uma polissemia de respostas para o que se considera como resistência, que, em si, exige o reconhecimento de um conjunto de fontes até então inéditas necessárias para a comprovação de um conjunto de hipóteses.

Estes autores, junto a Henri Michel, Henry Rousso e Denis Peschanski iniciaram um debate sobre o conceito de resistência e resistentes. Algumas das questões elencadas: “seriam resistentes apenas aqueles que pegaram em armas ou aqueles que também protegeram judeus ou desobedeceram a ordens do governo?”; “Resistência é uma ação coletiva ou também é possível concebê-la individualmente?”; “Resistir é uma luta de oposição interna ou contra um inimigo estrangeiro?”

François Bédarida investiu seus esforços nesse debate. Num primeiro momento, preocupado em apresentar a dimensão política da questão, definiu “resistência como uma ação clandestina e voluntária, em nome da liberdade da nação e da dignidade da pessoa humana, contra a ocupação de um regime fascista ou nazista ou satélite ou aliado”¹⁶. Em publicação posterior¹⁷, adicionou novos elementos, incorporando também da resistência civil, política, ideológica e humanitária, além da ajuda às vítimas da perseguição. Em sua definição, a luta voluntária e o gesto ativo são condições fundamentais para que haja uma resistência.

¹⁶ BÉDARIDA, François Bédarida. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain”. *Vingtième Siècle*, n.11, juillet-septembre, 1986.

¹⁷ AZÉMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François. “Historisation de la Résistance”. *Esprit*. Paris, n.198, jan, 1994.

Jacques Sémelin, em *Qu'est-ce que 'résister'?*¹⁸, publicado na década de 90, faz uma leitura distinta da resistência: ela é coletiva e pressupõe uma organização, ao passo que a desobediência civil, por ser um ato individual, não qualificaria nesta sua classificação. Para ele, resistir é um movimento conservador que existe enquanto retomada do que o agressor mudou. Ele também é um ato de rompimento, de radicalização contra o ocupante¹⁹.

Pierre Laborie concentrou-se na centralidade de uma postura ativa: nem toda ação é resistência, mas toda resistência demanda ação. Os atos são resistentes quando rompem com o legalismo através de atos de transgressão. A partir desses traços, ele esboça a sua tríade que permeia o conceito: a vontade de prejudicar um inimigo identificado (o ocupante); a consciência de resistir; o engajamento na ação a partir de práticas de transgressão²⁰.

A resistência que encontraria ecos no Brasil e outros países da América Latina teve seu início na Europa. Na França ocupada, a resistência foi organizada em um comitê central conhecido como *França Livre*, que seria capitaneado pelo general Charles de Gaulle, com a difusão e propagação através de uma central de rádio clandestina na Inglaterra, bem como difusão de periódicos, panfletos e alistamento dos franceses radicados no exterior. Para além do movimento, a narrativa sobre a resistência heroica foi o pilar da reconstrução da França pós-Vichy e, segundo historiadores como Robert Gildea, um objeto de disputa histórico-política. Para ele, a importância de comunistas na liberação de Paris, republicanos espanhóis, judeus do leste Europeu, fora minimizada em favor de uma narrativa nacionalista e militarista. Enfatiza que os grandes feitos foram empreendidos pelos verdadeiros franceses, unidos sob De Gaulle (que mais tarde se tornaria presidente), que se reuniram de forma secreta e combatiam pela retomada de seu país, permitindo assim, um alívio ao “francês comum”, que havia se mantido calado frente às violências do Regime de Vichy. Gildea ressalta também a importância das mulheres na organização da resistência, um papel perigoso nunca totalmente reconhecido. Importante lembrar que, após a guerra, somente aquelas que haviam participado em combate militar receberam medalhas²¹.

Na Alemanha, a resistência organizada era múltipla e fragmentada, sem ligação dos movimentos entre si. O Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e o Partido Comunista

¹⁸ SÉMELIN, Jacques. “Qu'est-ce que 'résister'?”. *Esprit*. Paris, n.198, 1994

¹⁹ Op. cit.57-58

²⁰ LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles – de la guerre d'Espagne à la Libération*. Paris: Seuil, 2003

²¹ GILDEA, Robert. *Fighters in the shadows : a new history of the French resistance*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

Alemão (KPD) se mantiveram ativos na clandestinidade, apesar da perseguição e proibição de seu funcionamento. Dentro da Wermacht, outros grupos de dissidentes também se organizaram, sob a liderança de nomes como Claus Graf von Stauffenberg, Henning von Tresckow e Hans Oster, que planejavam a tentativa de assassinato de Hitler. A União de Trabalhadores Livres da Alemanha, um sindicato anarcossocialista, que também teve seu funcionamento proibido em 1933 e alguns dos seus membros identificados com grupos de resistência.

É fundamental salientar que nem todos os movimentos se fizeram dentro do âmbito partidário, tendo inspiração civil e religiosa e influenciaram alguns dos grupos mais importantes. Cabe aqui ressaltar o *Movimento Rosa Branca* que, nestes últimos anos, tem recebido grande atenção dos pesquisadores alemães e também brasileiros, como é o caso do grupo de tradução liderado pelas professoras Dra. Tinka Reichmann e Dra. Juliana Perez²².

Este movimento, ligado à Igreja Católica e Universidade de Munique, foi fundado pelos irmãos Sophie e Hans Scholl, estudantes que, junto com um grupo de amigos e um professor, produziram panfletos de cunho antinazista. Este material era distribuído nas caixas de correio de Munique e Hamburgo, onde condenavam a resistência passiva ao regime nazista (expressando a sua indignação “pelo fato de que os alemães bem instruídos tinham aceito as políticas nazistas sem contestar”), denunciando o genocídio judeu, e pedindo o fim da opressão contra os intelectuais.

O grupo era de inspiração católica e utilizava trechos do Apocalipse bíblico para seus primeiros panfletos, que foram distribuídos em 1942. Em 1943, os irmãos foram presos pela Gestapo, enquanto distribuíam seus panfletos nos corredores da Universidade. Em fevereiro daquele ano, junto com Christopher Probst outro membro do grupo, foi levado ao Tribunal do Povo e foram guilhotinados, o que aconteceria com quase todos os membros do grupo até o final de outubro de 1943. O julgamento e execução dos membros da Rosa Branca é hoje definido como um dos atos mais cruéis de revanche totalitária do estado alemão contra aqueles que denunciaram o genocídio judeu e a opressão de Hitler. A coragem deste grupo foi reconhecida pelo escritor Thomas Mann e cópias do último panfleto foram lançadas de aviões ingleses na Alemanha²³.

²² SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca*. São Paulo: Editora 34, 2013.

²³ Ibid.

Além deste houve outros movimentos de diversas tendências políticas e religiosas como, por exemplo, o *Schulze-Boysen/Harnack Organisation*, um grupo pacífico de resistência baseado em Berlim. Outros exemplos seriam os *Piratas de Edelweiss* e o *Leipzig Meuten*, grupos de jovens proletários que se organizavam informalmente para ações de guerrilha e provocações contra a juventude hitlerista, bem como pequenos atos de sabotagem contra as forças armadas. O grupo de Leipzig chegou a contar com mil e quinhentos membros entre 1937 e 1939, fortemente perseguidos pelo governo nazista local²⁴.

Nem sempre estes movimentos se faziam armados, pois circulavam pelos subterrâneos da sociedade alemã amplamente vigiada pelos órgãos de repressão do regime. Outras formas de resistência podem ser identificadas através de ações da comunidade judaica alemã que lutaram para preservar sua identidade e cultura judaicas, a exemplo do *Jüdischer Kulturbundl*. Lembramos também os atos de um grupo de educadores que no gueto de Varsóvia na Polônia ocupada, mantinham escolas clandestinas:

como uma estratégia de resistência totalitária em prol da preservação da vida. Nessas escolas, os educadores buscaram métodos de educação que pudessem ativar a capacidade intelectual de resistência ao totalitarismo e ao fascismo, como muito bem enfatizaram Hannah Arendt e Theodor Adorno em seus escritos durante as décadas de 1950 e 1960. Num momento em que o Estado totalitário investia na banalização do mal, coube aos educadores impedir a fragmentação das vidas danificadas pela violência e, em especial, a vida da criança²⁵.

Nesse contexto, destacamos um conjunto de livros que compõem a série *Histórias da Repressão e da Resistência* publicada pela Editora Humanitas, FFLCH-USP, sob a direção de Tucci Carneiro: o livro *Vozes de Paz em Tempos de Guerra*, de autoria de Sarita Mucinic Sarue, sobre a atuação do educador Janus Korczak, grande defensor dos direitos da criança e diretor de dois orfanatos em Varsóvia durante o Holocausto; e o livro *Gueto de Varsóvia: Educação Clandestina e Resistência*, de Nanci Souza Nascimento²⁶.

No âmbito cultural, ocorreu resistência no meio artístico, onde podemos citar o exemplo do diretor de teatro Sami Feder, cuja trajetória foi reconstituída na tese de

²⁴ Material sobre este grupo pode ser encontrado no Museu da Escola de Leipzig, disponível no site: <http://schulmuseum.leipzig.de/>. Acesso em: 28 jul. 2019.

²⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “Apresentação”. In: NASCIMENTO, Nanci Souza. *Gueto de Varsóvia: Educação Clandestina e Resistência*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2017

²⁶ SARUE, Sarita Mucinic. *Vozes de Paz em Tempos de Guerra: Janus Korczak diante da criança, do sionismo, do nazismo e do holocausto*. São Paulo: Humanitas, 2015; NASCIMENTO, Nanci Souza, op. cit.

doutoramento de Leslie Marko, hoje publicada na mesma coleção da Humanitas sob o título de *O Teatro de Samir Feder*²⁷. É possível destacar também os *Swingjugend* (a juventude do Swing), grupos de jovens que se reuniam de forma clandestina para ouvir música “degenerada”, que provocou uma onda de repressão em 1941.

A historiadora Carina L. Petrescu, em seu livro *Against all odds: models of subversive spaces in national socialist Germany*, discute um conceito de resistência que interessa a essa pesquisa: “preservar, de forma não oficial, uma forma de sociedade que foi ameaçada por um regime imposto.” A autora trabalha com quatro movimentos de resistência antinazista surgidos no seio do regime hitlerista, cujos modos de atuação divergiam segundo sua posição político-social dentro da sociedade.²⁸

Dentro das definições desta autora também nos interessa a forma como ela qualifica a resistência intelectual dentro da Alemanha, com um modelo que permite a subversão do controle do espaço privado. Por não ser uma resistência com poderio armado, a ação dos grupos intelectuais é concentrada em planejar para o futuro dessa Alemanha após a queda do nazismo. Sua principal baliza de atuação se faz em um espaço definido como cripto-público, uma esfera de intersecção entre o mundo privado desses indivíduos intelectuais, sem força efetiva para uma ação armada ou revolucionária, com a disseminação através de panfletos, palestras e conversas entre seus círculos sociais, as fim de disputar e desafiar o controle da mentalidade do indivíduo. Essa subversão pode acontecer de diversas maneiras: através da prática de costumes e tradições consideradas proibidas pelo regime, do questionamento das informações oficiais, do apoio a instituições clandestinas, etc.

É a partir deste modelo que configuramos o espaço de resistência dos movimentos de língua alemã no Brasil – como movimentos intelectuais, cuja centralidade do conceito de resistência se dá na preservação da cultura alemã da sua destruição pelo nazismo, através do conceito da “Outra Alemanha”, salvaguardando também a opinião pública internacional de um ódio contra a Alemanha. O fato de enfatizarem como prova ativa de que “alemão” e “nazista” não são termos intercambiáveis, reafirmava que o campo de disputa se encontrava em sua própria comunidade.

²⁷ MARKO, Leslie Evelyn Ruth. *Teatro de Samir Feder: espaço poético de resistência nos tempos de Holocausto (1933-1950)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 2016.

²⁸ PETRESCU, Carina L. *Against all odds: models of subversive spaces in national socialist Germany*. Bern: Peter Lang, 2010, p. 2.

A historiografia sobre os refugiados do nazifascismo no Brasil

Até a década de 1980 muito pouco se conhecia sobre a presença dos refugiados e seus atos de resistência ao nazifascismo no Brasil, assim como sobre as ações policiais sustentadas pelo Estado brasileiro que agia inspirado nos paradigmas fascistas em voga na Europa. Com a abertura dos arquivos históricos do Itamaraty e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) em 1994, o trabalho de pesquisadores tornou possível adentrar a realidade vivenciada pelas comunidades dos imigrantes e refugiados perseguidos durante o governo Vargas²⁹.

Com relação à postura dos diplomatas brasileiros, destacaremos alguns dos livros que contribuíram para inaugurar este novo segmento da historiografia brasileira. No final dos anos 80, o livro *O Anti-Semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração, 1930-1945*³⁰, de Tucci Carneiro tornou pública as circulares secretas emitidas durante o governo Vargas, até então um tema tabu para a comunidade judaica brasileira por envolver o chanceler Oswaldo Aranha. O obra analisa o discurso diplomático vigente na época, obras antisemitas produzidas por membros da Ação Integralista, a propaganda racista caricatural publicada em revistas brasileiras. Levando em conta os altos índices de refugiados de origem semita que buscavam vistos de entrada para o Brasil, parece-nos relevante apontar algumas das obras que ampliaram este universo historiográfico.

Com a abertura dos arquivos do DEOPS e do Itamaraty, novas pesquisas puderam ser empreendidas e publicadas. Em 8 de janeiro de 1991 foi promulgada a Lei Federal 8.159, estabelecendo que toda documentação contida em arquivos permanentes sob a salvaguarda do Estado é de livre acesso ao público, desde que não comprometa a “segurança da sociedade e do Estado” ou implique em violação da “imagem e honra” de pessoa humana.

Um dos precursores dos estudos sobre a polícia política, repressão e violência na Era Vargas ainda na década de 80 seria Roberto Levine³¹ que, mesmo sem ter acesso à documentação de DEOPS e Itamaraty, ainda indisponíveis ao público, denunciou a

²⁹ Sobre este tema, cf. CROCI, Frederico; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). *Tempos de Fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. BERTONHA, João Fabio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas, 2005.

³⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração, 1930-1945*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

³¹ LEVINE, Roberto. *Regime Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

prevalência de mandatos de prisão com conteúdo antissemita em meio à perseguição comunista no período posterior a 1935. Sobre a repressão na Era Vargas e um estudo aprofundado da atuação policial no período, é de fundamental importância o trabalho de Elizabeth Cancelli em *O Mundo da Violência: a polícia na Era Vargas*³². Nesta obra a autora aborda a documentação produzida pela polícia especial e produz um retrato de como as práticas dessa corporação sustentavam o poder autoritário de Getúlio Vargas. Cancelli coloca em detalhes o empoderamento e autonomia desta corporação como um plano arquitetado pelo Estado e ativado pela máquina de propaganda do regime.

O destino de figuras históricas como Olga Benário e Stefan Zweig deram ensejo a trabalhos jornalísticos, amparados por pesquisa histórica inédita, que denunciam as perseguições sofridas no Brasil por todos aqueles que subvertiam a ordem estabelecida. Temos aqui dois expressivos exemplos de resistência judaica que culminaram com finais trágicos: morte em câmara de gás na Alemanha, e suicídio em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. O livro de Fernando Moraes serviria como um primeiro olhar sobre a vida de Olga Benário, judia comunista perseguida pelo regime Vargas e pelo nazismo, que teria sua juventude e trajetória retomada neste livro. Anos depois, seria publicado o livro *Morte no Paraíso: A Tragédia de Stefan Zweig* pelo jornalista Alberto Dines³³.

Um conjunto de estudos inéditos foram produzidos pela equipe do PROIN - *Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP*, subsidiado pela FAPESP entre 1999-2004, e coordenado pelos historiadores Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy. Os resultados dessas investigações acrescentaram novos conhecimentos sobre o aparato repressivo do governo republicano que, a partir de 1924 – ano da criação da Polícia Política – investiu contra os opositores do regime, sendo os comunistas, anarquistas e socialistas os principais alvos. A partir de 1935, a repressão foi ampliada envolvendo os judeus refugiados, italianos, japoneses e alemães vigiados e perseguidos como “Súditos do Eixo”³⁴. Nesta mesma linha de estudos

³² CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

³³ DINES, Alberto. *Morte no Paraíso: A Tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. MORAIS, Fernando. *Olga Benário: A vida de Olga Benário, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

³⁴ Ver: PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: Os Súditos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros*. São Paulo: IMESP/Humanitas, 2009. WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008. ALVES, Eliane Biasan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob a vigilância do DEOPS (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2006. PEDROSO, Regina Célia. *O Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005. DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas. O partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*.

sobre o antifascismo, encontramos os livros de Ismara Izepe de Souza, *Solidariedade Internacional: A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*³⁵; de Fábio Bertonha, *O Fascismo e os Imigrantes Italianos no Brasil*³⁶.

Com base na documentação diplomática e policial cresceram as linhas investigativas sobre o período do Estado Novo brasileiro (1937-1945) e o pós-guerra tendo como objetos de análise: a influência do pensamento nazifascista em movimentos de extrema-direita, o mito da conspiração judaico-comunista, a propaganda nazifascista, os movimentos de solidariedade junto às comunidades dos judeus refugiados. No entanto, carecemos ainda de estudos sobre os movimentos de resistência que, no Brasil, posicionaram-se contra a ocupação nazista nos países da Europa. Uma frente inédita de investigação sobre os exilados de língua alemã foi produzida por Izabela Maria Furtado Kestler, seguida dos historiadores Marlen Eckl e Gudrun Fischer. No entanto, muito ainda há para pesquisar³⁷.

A documentação confiscada pela polícia política dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro demonstram que as comunidades de acolhimento (no caso, austríacas e alemãs) não se mantiveram caladas diante da violência gerada pelo regime nazifascista que ganhava terreno na Europa ampliando suas vítimas: articularam-se em movimentos de resistência contra a violência nazista instigada pelo ideário totalitário. Estes grupos e/ou organizações comunitárias mobilizaram-se, ainda que sob condições desfavoráveis, enfrentando as políticas nacionalista e xenófoba do Estado Novo. Assim, pretendemos reivindicar para estas frentes de resistência o papel de agentes históricos que, nos subterrâneos da sociedade brasileira, investiram contra a política varguista que, além de xenófoba, era também germanófila e antisemita.

Algumas pesquisas sobre as comunidades de imigrantes, refugiados e exilados de

São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007. ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves. *O Risco das Idéias. Intelectuais e a Polícia Política (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

³⁵ SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas, 2005.

³⁶ BERTONHA, João Fabio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

³⁷ KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003; ECKL, Marlen. *Das Paradies ist überall verloren. Das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*. Frankfurt: Vervuert, 2010; FISCHER, Gudrun. *Abrigo no Brasil. Judias alemãs em fuga do terror nazista*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

língua alemã exploram alguns documentos³⁸ que indicam a existência de movimentos articulados não só no Brasil, como em vários outros países da América Latina. Na Argentina, é possível encontrar alguns trabalhos preocupados com a temática e, ao analisá-los, é possível traçar paralelos e contrastes com os rumos tomados pelos movimentos no Brasil. Cito aqui a tese de doutoramento de Grman Friedmann, *Das Andere Deutschland. La otra Alemania en la Argentina. Germanoparlantes antinazis en Buenos Aires, 1937-1948*³⁹, defendida na Universidade de Buenos Aires; o estudo desenvolvido por Andrs Bisso, que recupera a trajetria dos intelectuais antifascistas da dcada de 30 em Buenos Aires em *Accin Argentina. Un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial*⁴⁰.

No Brasil, a historiografia ainda esparsa, mas conta com alguns ttulos importantes, essenciais para a fundamentao de um projeto dedicado especialmente aos movimentos de resistncia pr-Alemanha, ustria e Frana livres do jugo nazista. O tema foi abordado tangencialmente em diversos trabalhos, como, por exemplo, os de Tucci Carneiro (*Cidado do Mundo*), Taciana Wiazoviski (*Bolchevismo e Judasmo: a Comunidade Judaica sob o Olhar do DEOPS*) e Eliane Bisan Alves (*Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo: A comunidade alem sob a vigilncia do DEOPS*)⁴¹. A cronologia dos movimentos alemes e austraco (Alemanha Livre, Frei-Osterreich) tambm tratado no livro *Exlio e Literatura: os escritores de fala alem durante a poca do nazismo*, de Izabela Maria Furtado Kestler, que analisa alguns dos movimentos aqui abordados a partir de um *corpus documental* produzidos por seus ativistas em sua lngua materna, o alemo.

 fundamental ainda citar a tese de doutoramento de ngela Meirelles de Oliveira *Palavras Como Balas: Imprensa e Intelectuais Antifascistas no Cone Sul*, sobre a rede de intelectuais e a circulao de ideias antifascistas no Brasil, Argentina e Uruguai, no perodo de 1933-1939⁴².

³⁸ Os trabalhos de Marlen Eckl e Izabela Maria Furtado Kestler citados acima exploram os peridicos de lngua alem e sua relao com os movimentos de resistncia antinazista.

³⁹ FRIEDMANN, Grman. *Alemanes Antinazis en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

⁴⁰ BISSO, Andrs. *Accion Argentina: un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

⁴¹ ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alem sob a vigilncia do DEOPS (1930-1945)*. So Paulo: Humanitas, 2006; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidado do Mundo. O Brasil diante do Holocausto e dos refugiados do nazifascismo, 1933-1948*. So Paulo: Perspectiva, 2010.

WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Compl Judaico-Comunista no Brasil: Gnese, Difuso e Desdobramentos (1907-1954)*. So Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

⁴² OLIVEIRA, Angela Meirelles. *Palavras Como Balas: Imprensa e Intelectuais Antifascistas no Cone Sul*. Tese (Doutorado em Histria Social) – Universidade de So Paulo (USP), 2013.

Tanto o trabalho de Tucci Carneiro quanto o trabalho de Kestler Furtado também apontam a correspondência trocada entre o escritor Thomas Mann e Karl Lustig-Prean, confirmando a atuação destas lideranças dentre os principais nomes do movimento de resistência antinazista no Brasil. Thomas Mann, inclusive, manifesta apoio à iniciativa de Lustig-Prean na carta de 10 de abril de 1942⁴³. Estes documentos encontram-se disponíveis no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional da Áustria sendo citados no livro *Terra Mátria. A Família de Thomas Mann e o Brasil*⁴⁴. É possível também encontrar cópia destas e outras correspondências na antologia epistolar organizada pela filha do escritor, Erika Mann, disponível no livro *Lettres de Thomas Mann*, vol. 2⁴⁵.

Objetivos e delimitação do tema

Considerando nossas colocações anteriores sobre o ineditismo das fontes e a historiografia existente até o presente momento sobre o tema dos movimentos de resistência antinazista no Brasil, optamos por investigar a formação e atuação de dois grupos de resistência antinazista: o Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã. A existência destes grupos durante o Estado Novo brasileiro exige confrontar o discurso oficial estadonovista sobre o estrangeiro no Brasil com o discurso dessa resistência organizada, principalmente, por refugiados judeus de língua alemã. Tendo em vista o perfil nacionalista, xenófobo e antisemita do governo Vargas pretendemos identificar como se deram as relações destes movimentos com o governo brasileiro e com outros movimentos latino-americanos com a mesma preocupação.

Levaremos em consideração que as regiões sul e sudeste do Brasil abrigaram a maior parte das comunidades de imigrantes de língua alemã no país e, a partir de 1933, acolheram também grupos expressivos de refugiados e exilados judeus. Diante do avanço da Alemanha nazista na Europa, algumas lideranças assumiram uma posição de rebeldia no Brasil cujo governo não via com bons olhos os movimentos políticos de oposição ao nazifascismo.

A nossa opção por investigar a atuação destes dois grupos de resistência foi feita com base na documentação produzida pela Polícia Política do estado de São Paulo- o DEOPS. O

⁴³ PAULINO, Sibele & SOETHE, Paulo. “Thomas Mann e a cena intelectual no Brasil: encontros e desencontros”. *Pandaemonium germanicum*. 14/2009.2, p.28-53. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum>. Acesso em 18 ago. 2016.

⁴⁴ MANN, Frido; SOETHE, Paulo Astor. *Terra Mátria. A Família de Thomas Mann e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁴⁵ MANN, Thomas. *Lettres de Thomas Mann*. Paris: Gallimard, 1966.

recorte se dá também pelo número expressivo da comunidade de imigrantes de língua alemã na cidade de São Paulo e pela relevância política de seus participantes. Nossos objetos de pesquisa são: o Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã, todos eles ligados a movimentos maiores de comunidades em exílio.

A ideia de criação do Movimento dos Alemães Livres no Brasil é idealizada por Karl Lustig-Prean. O grupo foi fundado em maio de 1942 em São Paulo, encabeçado pelo mesmo imigrante, de origem austro-húngara, jornalista e exilado no Brasil desde 1937. Lustig-Prean teve uma aproximação, a princípio, com o movimento argentino *Das Andere Deutschland* – DAD liderado por August Siemsen – um dos grupos de exílio de maior influência na América do Sul, de orientação socialista, com a qual Lustig-Prean depois se desentenderia. Enquanto o movimento DAD tinha por ambição a criação de uma frente única para implementar o socialismo na América Latina no pós-guerra, o Movimento dos Alemães Livres propunha reunir todos os opositores de Hitler, num movimento antifascista, com uma diluição do conteúdo comunista. Em 1943, o movimento se filiou ao *Comitê Latino-Americano dos Alemães Livres*, liderados por Ludwig Renn, um ex-membro do partido comunista alemão radicado no México. Posteriormente, existe uma quebra do movimento mexicano com o Movimento dos Alemães Livres, por conta de uma dissidência de Lustig-Prean com a postura abertamente comunista demonstrada pelo movimento mexicano em 1942.

A Associação Democrática Alemã foi organizada por ex-membros do movimento liderado por Lustig-Prean, que buscam, no final da guerra e no pós-guerra, discutir os rumos da Alemanha. Embora Max Hollander fosse o presidente da associação, a nossa investigação se concentrará particularmente na figura do refugiado judeu-alemão Stefan Baron, livreiro e militante do Partido Comunista brasileiro. As primeiras reuniões aconteceram ainda no final do ano de 1945, a partir de conversas entre Baron, Hollander e da aproximação com o líder do Sindicato dos Bancários, Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson, ambos associados ao Partido Comunista Brasileiro.

O Movimento dos Alemães Livres foi fechado em 1946, considerado ilegal pelas autoridades brasileiras e uma investigação subsequente deu início à perseguição de seus membros pela Polícia Política. No momento de seu fechamento, 20 membros haviam sido identificados pela polícia, em sua maioria, como refugiados alemães de origem semita.

O tratamento direcionado aos dois movimentos brasileiros pelo governo é, entretanto, significativamente diferente: a repressão da Polícia Política sobre a ADA foi mais brutal do

que as ações empreendidas contra o Movimento dos Alemães Livres. A partir da documentação selecionada para este estudo, procuraremos esboçar algumas hipóteses.

Metodologia de pesquisa: questões teóricas

Consideramos que a problemática que nos propusemos a trabalhar está numa intersecção de dois temas historiográficos que exigem um arcabouço teórico elaborado: a questão do refugiado e/ou exilado do nazismo radicados no Brasil e o tema da resistência aos regimes totalitários e autoritários. É preciso uma fundamentação sólida sobre estas áreas com o objetivo de construir novos conhecimentos que ajudem a compreender a postura de rebeldia dos atores e a persistência de uma mentalidade intolerante no Brasil.

Entre os autores que tomamos como fundamentais para o entendimento da figura específica do refugiado está Erving Goffman, cujos conceitos sobre o estigma nos ajudará a compreender as estratégias de manipulação dos corpos e das mentes por parte dos perpetradores nazistas, assim como os traumas e os medos de uma mente deteriorada pelas situações de extrema violência vivenciadas nas campos de concentração (extermínio, trânsito e trabalhos forçados) e guetos. Seu livro *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*⁴⁶ permite elucidar como funciona a questão do preconceito, estigmas e mecanismos de controle identitário.

Para abordarmos a questão da resistência antinazista no contexto latino-americano, é fundamental aqui abordar a definição do intelectual em nossa pesquisa. O intelectual orgânico como proposto por Gramsci nos contempla apenas parcialmente. Angela Meirelles de Oliveira, em sua tese sobre o antifascismo na América Latina, enfrenta uma questão similar quanto aos seus sujeitos: tais quais a maior parte dos que compunham o movimento de resistência antinazista, os que levantaram a bandeira do antifascismo no continente, advinham da “pequena burguesia” ou então da “aristocracia” e que muitas vezes reivindicavam falar pelas classes populares.

Não estamos nos referindo a intelectuais de origem proletária, mas aos que postulavam, a partir de seus saberes, um desejo de intervenção na realidade. Por outro lado, levando-se em conta a força da incorporação do ideal de "defesa da cultura", os intelectuais que lutaram contra o fascismo se aproximam muito mais da noção de "clérigos", visto como protetores dos valores ditos "universais" (a própria ideia de Cultura, a Verdade, a

⁴⁶ GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

Civilização).⁴⁷

A disputa pelo consenso é travada aqui entre indivíduos que dispõem de aparelhos privados para comunicação de sua filosofia, efetivamente disputando o significado do que é ser alemão, tanto internamente na comunidade de expatriados, quanto perante a uma sociedade civil-brasileira, intermediada pelas relações pessoais com imprensa, partidos e outros movimentos. As diferentes interpretações do destino da Alemanha e dos seus indivíduos encerram em si, muitas vezes, visões aparentemente ou de fato contraditórias, sustentadas pelos agentes numa visão de mundo complexa⁴⁸.

O segundo conceito-base para esta nossa pesquisa é o de *rede de intelectuais* proposto por Norbert Elias, imprescindível para conhecermos a organização das sociedades civis e como elas se relacionavam com outros movimentos antinazistas e antifascistas na América do Sul. A organização em rede nos permite pensar estes movimentos enquanto interdependentes, formando uma teia complexa de relações, com suas contradições inerentes, numa constante dinâmica, estimulada e alterada por fenômenos pessoais de cunho interno e externo.

René Remond em *Por Uma História Política*⁴⁹ rebate as acusações de que a história política se interessa apenas por minorias privilegiadas e abre novos campos de estudo pelos quais podemos orientar nosso trabalho, especialmente no tocante à análise do discurso e um estudo crítico da História da Cultura Política, ou seja, na história da formação das ideologias e das políticas na longa duração. Ao invés de uma divisão entre infra-estrutura e super-estrutura, o cultural, o político e o econômico são encarados como conjunturas que se influenciam mútua e desigualmente, tendo, ao mesmo tempo, uma vida autônoma e dinamismo único. A visão da política como um lugar de gestão do social e do econômico será um dos fios condutores deste trabalho.

O lugar da história intelectual como um dos vieses de análise para se compreender a estrutura política é um dos cerne da nossa pesquisa, sendo que aqui os movimentos intelectuais nos permitem melhor compreender como se travou a resistência no período do

⁴⁷ Op. Cit. pp.21-22.

⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

⁴⁹ REMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. São Paulo: FGV, 2003.

Estado Novo.

Sob o viés de uma cultura política, destacamos como fundamental o estudo de Norbert Elias, *Os Alemães e a Luta pelo Poder e Evolução do Habitus nos séculos XIX e XX*. Particularmente nos interessa o caminho de significado percorrido pelos termos “cultura” e “civilização” no final do século XIX, expressivos da subordinação dos valores humanitários aos valores nacionalistas. Emprestamos a definição do conceito de “nacionalismo” retomado por ele:

Referencia-se a um sistema de crenças sociais que, de uma forma latente ou aguda, eleva a Sociedade-Estado, a coletividade soberana a que seus membros pertencem, a posição de um valor supremo a que todos os outros valores podem e, por vezes, devem estar subordinados⁵⁰.

De grande valia é, também, o livro *Cultura Política: Memória e Historiografia*, publicação que reúne textos modelados por este conceito de cultura política:

Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político⁵¹.

Importante lembrar que num mesmo momento histórico, convivem diversos sistemas de representações, cujos significados podem ser antagônicos. Cada cultura percebe no passado uma série de elementos chaves, às quais busca reunir elementos para a compreensão do presente, e para montar uma sociedade ideal à sua representação. Serge Bernstein ainda contempla a função da cultura política:

Porém, vista de dentro, a função da cultura política é ainda mais decisiva. Muito mais que a adesão a um partido, o pagamento de uma contribuição ou a ação militante, é ela que constitui a base do pertencimento político. É ela que leva o cidadão a se identificar quase instintivamente a um grupo, a compreender facilmente seu discurso, a adotar sua ótica de análise, a partilhar de seus objetivos e esperanças, a aderir às múltiplas associações de todo tipo por meio das quais se difunde sua mensagem, a votar nos candidatos do partido político que a representa no âmbito eleitoral. Além disso, dado o caráter emocional que acabam assumindo as representações,

⁵⁰ ELIAS, Norbert. *Os Alemães – A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 145.

⁵¹ BERNSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*, In: AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 31.

os discursos, os símbolos e os ritos, a cultura política leva a uma verdadeira comunhão criadora de profundas solidariedades. E assim encontramos, por intermédio da cultura política, num processo desde há muito secularizado, a referência ao sagrado já constatada na origem do político⁵².

Os panfletos de resistência, por exemplo, fazem um apelo identificado instintivamente por seus receptores. O conjunto de representações, símbolos e valores dos quais se apropriam os rebeldes e participantes dos movimentos antinazistas é, muitas vezes, retirado do mesmo poço de representações às quais se vale o nazista. Focaremos nestas diferenças.

O *Dicionário Político* de Norberto Bobbio fornece também importantes elementos de reflexão para a definição de Cultura Política e também para o conceito de mito político, contextualizado diante da crise do racionalismo liberal do século XIX e coexistindo até os dias atuais na sociedade contemporânea.

A política atua sobre o social em relação com o Mito político, não menos essencial pelo fato de a política o querer negar ou tornar seu apêndice instrumental. A continuidade e a natureza dessa relação torna, em consequência, necessário assumir o Mito político como conceito analítico independente, e isto não sob o signo de um reducionismo psicológico...⁵³

Em termos gerais, também consideraremos as noções foucaultianas sobre circulação de discursos e resistência à mentalidade hegemônica imposta. Em a *Ordem do Discurso*⁵⁴, Foucault expõe os processos externos (interdição da palavra, segregação da loucura, vontade de verdade) e internos (comentário, autor, disciplinas) utilizados para o controle do discurso na sociedade contemporânea e propõe duas abordagens (crítica e genealógica) para a análise das narrativas. Nossa pesquisa insere-se nesta perspectiva crítica, que certamente nos ajudará a identificar e explicitar no discurso estadonovista as estratégias de controle e repressão. A historiografia tem demonstrado que, desde a criação do DEOPS em 1924, o Estado procurou impedir a circulação de discursos de resistência produzidos pelas comunidades de imigrantes, exilados e refugiados do nazifascismo.

Em *Microfísica do Poder*, Foucault explicita a relação entre a vontade de verdade e a relação com o poder. Segundo Foucault, em nossas sociedades, a "economia política" da

⁵² Ibid, p. 44.

⁵³ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

verdade tem cinco características historicamente importantes:

- é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem;
- está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político);
- é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas);
- é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação);
- e enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas").⁵⁵

Para Foucault os problemas políticos dos intelectuais devem ser entendidos a partir do duo verdade/poder e não em termos de ciência/ideologia, levando-se em consideração que verdade é:

[...] Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.

A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade⁵⁶.

As verdades “oficiais” produzidas pelo Estado Novo visavam, dentre outros, a entrada e o cotidiano dos estrangeiros no Brasil, estigmatizados como indesejáveis. Entre os intelectuais que apoiavam o governo, estava o crescente grupo partidário de políticas eugenistas; discurso esse validado por parte da comunidade médica enquanto científico à época. Essas políticas, que no Brasil se associaram às discussões sobre políticas públicas na área de sanitarismo, formam a base intelectual também de outras discussões sobre imigração, basta atentar-se à escolha de palavras para descrever certos indivíduos e comunidades: cancro, contagioso, impuro. Tais narrativas justificavam as ações repressivas do Estado que se apresentava guardião da identidade nacional, sustentada por discursos racistas e eugenistas produzidos por intelectuais como Oliveira Vianna, Renato Kehl, farmacêutico que foi um dos principais divulgadores da eugenia no Brasil, Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo e também diretor da faculdade de Medicina da USP,

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Record, 2014, p.10.

⁵⁶Op. Cit. p.11.

Edgard Roquete-Pinto, diretor do Museu Nacional, entre outros⁵⁷.

Os discursos sobre as comunidades de refugiados foram produzidos sob a lógica dicotômica do bom *versus* mau estrangeiro, calcados em um conjunto de mitos políticos, dentre os quais citamos: o mito da conspiração, tal qual estruturado por Raoul Girardet em seu livro *Mitos e Mitologias Políticas*, tipificado aqui no mito da conspiração judaica-comunista, e sua construção sobre a figura política do estrangeiro – o mito do judeu errante é parte desta narrativa. O mito da democracia racial e do homem cordial brasileiro no Brasil também foram utilizados pelo Estado para mascarar esta perseguição⁵⁸.

Importante lembrar que, a partir de 1937, segundo Tucci Carneiro, formou-se uma frente de resistência contra o racismo sustentado pelos regimes totalitários e autoritários. Através de artigos publicados em jornais e revistas brasileiras, um grupo de intelectuais (em grande parte judeus refugiados) denunciavam os acontecimentos na Europa e, especialmente, as perseguições aos judeus pela Alemanha nazista. Subliminarmente, alertavam para a postura xenófoba e antissemita endossada pelo Estado Novo inspirado nos paradigmas nazifascistas. Tinham consciência de que poderiam ser censurados, além de terem suas vidas vigiadas e movimentos políticos restringidos. Como estrangeiros exilados ou radicados no Brasil simbolizavam um perigo e, como judeus, poderiam ser acusados de incapazes de assimilação, por sua lealdade à pátria-mãe interpretada sempre como superior à pátria que o acolheu.

Tendo em vista este contexto histórico, optamos por explicar a repressão ao *Movimentos de Resistência Alemães Livres* e à *Associação Democrática Alemã* esta sob os viés das formas de controle adotadas pelo Estado Novo brasileiro contra esses grupos rebeldes. Pretendemos trazer à luz estes discursos desafiadores que, até então, não receberam a devida atenção dos pesquisadores brasileiros, com raras exceções.

⁵⁷ Sobre os temas eugenia, uso da psiquiatria para controle social, ver a coletânea *O Controle dos Corpos e da Mente*, em especial os artigos de Tucci Carneiro e Alberto De Bernardes. “O controle dos corpos e das mentes: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários” [recurso eletrônico] / Organizadoras BRÊA, Maria Elizabeth ; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci – Dados eletrônicos. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional ; São Paulo: USP, 2019.

⁵⁸ Os mitos políticos citados aqui serão melhores explorados no capítulo II. GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Dez Mitos sobre os Judeus*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014; WIAZOVISKI, Taciana, op. cit; PATTO SÁ, op. cit., dentre outros.

Corpus documental

Os documentos identificados e analisados nesta dissertação encontram-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que abriga o Fundo DEOPS/SP. Milhares de dossiês e prontuários nominais reúnem tipologias distintas de documentos textuais (manuscritos e impressos), iconográficos e cartográficos, expressivos tanto do viés ideológico da Polícia Política como de suas vítimas. Junto a este acervo selecionamos um expressivo *corpus* documental que possibilitam novas abordagens para os estudos sobre imigração, com ênfase no discurso político autoritário, xenófobo, nacionalista e antisemita⁵⁹.

É necessário não perder de vista que o acervo do DEOPS-SP não representa a sociedade como um todo, e sim alguns segmentos pelos quais a Polícia Política tinha interesse especial, dado que fora criada para identificar e criminalizar os “indesejáveis”, militantes políticos e rebeldes sociais. Desta maneira, a atuação policial acabou produzindo um rastro material que, se analisado, torna-se imprescindível para a reconstituição das práticas repressivas da Era Vargas, bem como das ideias e ações sustentadas pelos movimentos de resistência.

Como ponto de partida, usamos como referência os nomes-chave: Karl Lustig Prean e Stefan Baron, coletados nos livros *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo*⁶⁰, de Eliane Bisan Alves, e *Exílio e Literatura, escritores de fala alemã durante a época do nazismo*, de Izabela Maria Furtado Kestler⁶¹. Ambas abordaram tangencialmente os movimentos dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã. Os nomes dos demais ativistas foram identificados a partir de citações em relatórios policiais conforme tabela a seguir:

⁵⁹ A documentação se divide em quatro séries: Dossiês, Ordem Social, Ordem Política e Prontuários, esta última que abrange o período de 1924 a 1983. Os prontuários e dossiês constituem-se na principal fonte primária inédita contida neste trabalho. Dentre as múltiplas fontes, podemos classificá-las como: fichas de qualificação, livros apreendidos, fotografias, notícias de jornal, selos, notas fiscais, cartões postais, correspondências particulares, agendas, bilhetes, poesias, etc.

⁶⁰ ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

⁶¹ KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

Movimentos de resistência antinazista: associações e ativistas

Nome	Prontuário	Conteúdo
Albert Friedrich Harnisch	49335	Antecedentes Criminais
Alfred Heidenheimer	8947	Folha de Rosto.
Associação Democrática Alemã	30-J-4	Microfilme contendo os autos do Inquérito sobre a Associação Democrática Alemã, documentos apreendidos na diligência contra Stefan Baron e respectiva tradução, cartas apreendidas entre membros, relatório sobre o Congresso AntiNazista, carta de F. Kniestedt, um exemplar do jornal <i>Freies Deutschland</i> .
Charitas Braandt Gaspari Wallerstein	38143	Salvo conduto, um relatório de 8 folhas sobre o Mov. Dos Alemães Livres, Pedidos de Salvo Conduto. Fotos tiradas.
Dossiê sobre Karl Lustig-Prean	12-Z-21	Microfilme contendo mais de 120 páginas sobre o líder do Movimento dos Alemães Livres, incluindo escutas, um relatório sobre o Congresso Uruguaio de Resistência Anti-Nazista, afiliações, pedidos de salvo-conduto, correspondências interferidas, entre outros.
Ernst Bachmann	872.75/74.831	Contribuinte Financeiro, já que não era alemão. Criação da Associação Democrática Alemã. Consta no prontuário: duas denúncias em relação a Stefan Baron e sua ligação com comunismo, Freies Deutschland. Autos de busca e apreensão.
Ernst Oppenheim	31.426	Folha de Rosto.
Ettore Toller	20.368	Folha de Rosto.
Federico J. Spaeth	23.514	Relatório sobre o Mov. Dos Alemães Livres, Folha de Rosto, solicitação de salvo-conduto, correspondência com Karl Lustig Prean, confirmando sua presidência em 21 de maio de 1942.

Fritz Kniested / Friedrich Kniested	68.683	Um relatório de uma página que anexava artigos traduzidos do jornal <i>Aktion</i> escrito por Kniested em Porto Alegre. Era considerado não só propaganda antinazi, mas também propaganda extremista. Os artigos anexados não estavam no prontuário. Verificar A imprensa Confiscada
Gustavo Eberhardt	52.061	Mesmo relatório sobre mov. Alemães Livres + Pedido de antecedentes criminais + Carta da polícia de Campinas, dizendo que não localizaram

Fonte: Prontuários nominais e Dossiês temáticos. Fundo Deops/SP. APESP.

CAPÍTULO I - ECOS DA RESISTÊNCIA ANTINAZISTA NO CONTINENTE AMERICANO

1.1. “*Das Andere Deutschland*”, a Outra Alemanha

Pierre Laborie, ao escrever sobre a história da opinião pública em relação à Resistência Francesa, retoma nos depoimentos de velhos combatentes o sentimento quase “angelical” e “inocente” que os mesmos contêm com o objetivo de relatar os ideais pregados pela Liberação:

Os velhos trazem à superfície e dão nova vida à fórmulas consagradas: regime de justiça e de liberdade, fim da exploração do homem pelo homem, crescimento reponsável de cada individuo, economia ao serviço do povo, sociedade fraternal e solidária [...] Não há um conteúdo ideológico preciso, mas uma mistura de sinceridade e de angelismo muito próximo de uma fraseologia que nem sempre escapou dos ideais resistentes, reflexo de uma consciência política desigualmente compartilhada entre os responsáveis.⁶²

A memória sobre a Resistência Francesa no período pós-Vichy foi amplamente debatida e reivindicada, não apenas na historiografia francesa, mas replicada em vários suportes da indústria cultural: o cinema, rádio, propaganda. Os cigarros da marca *Gauloises*, por exemplo, foram associados ao exército francês no pós-Primeira Guerra e, após a ocupação de Vichy, como um produto identificado com a coragem dos soldados da infantaria e da resistência francesas. Fumar cigarros da *Gauloises*⁶³ era considerado um ato patriota⁶⁴.

⁶² Tradução nossa. Original: “Les vieux remontent à la surface et redonnent vie aux formules éprouvées: ‘regime de justice et de liberté, fin d’exploration de l’homme par l’homme, épanouissement responsable de chaque individu, économie au service du peuple, société fraternelle et solidaire...’ [...] Pas de contenu idéologique précis, un mélange de sincérité et d’angelisme très proche d’une phraseologie à laquelle n’avait pas toujours su échapper l’expression des idéaux résistants, reflet d’une conscience politique inégalement partagée chez les responsables.” Apud LABORIE, Pierre. *Opinions et Representation: La libération et l’image de la Résistance*. Revue d’histoire de la Deuxième Guerre mondiale et des conflits contemporains, 33e Année, No. 131, LE MIDI TOULOUSAIN: OCCUPATION ET LIBÉRATION (JUILLET 1983), pp. 65-91

⁶³ O nome dos cigarros Gauloises precede da referência ao povo gaulês (*gaulois* em francês) que tentou resistir a hegemonia romana. Daí o seu sucesso de vendas durante as guerras mundiais.

⁶⁴ CORBIN, Christophe. *Revisiting the French Resistance in Cinema, Literature, Bande Dessinée and Television (1942-2012)*. Londres: Lexington Books, 2019, p.110

Figura 1 - Maço de cigarros da marca Gauloises com o capacete dos gauleses, povo que tentou resistir a hegemonia romana. Fumar *Gauloises* simbolizava coragem e resistência durante a ocupação nazista na França.

Laborie discute os usos políticos dessa memória na constituição do governo De Gaulle após a liberação, associando os movimentos amplos da sociedade francesa com um ideal nacionalista, que servia ao propósito de legitimar o governo e também de se contrapor a ideia de uma França derrotista. Entre os combatentes da Resistência, por outro lado, essa associação tomou a forma de uma traição aos valores pelos quais eles individualmente combatiam. Os depoimentos registrados pelo historiador apresentam visões distintas sobre a pátria pela qual os sobreviventes lutaram para libertar.

Se havia uma utopia iconoclasta no cerne dos ideais pelos quais os resistentes lutavam – uma França justa, livre, onde os homens são iguais e não explorados – havia divergências sobre quais os caminhos deveriam ser tomados para construir essa sociedade, fossem estes através de lutas socialistas, monarquistas, anarquistas. A resistência não era simplesmente por uma França restaurativa da ordem anterior, mas sim, de um profundo questionamento do porquê a sociedade francesa havia se tornado presa do nazismo alemão. Perguntava-se – pensando num momento futuro quando os invasores e sua ideologia totalitária tivessem sido expulsos – que tipo de país deveria ser reconstruído pelos que por ele lutaram.

É possível traçar um paralelo entre essas disputas internas dentro do movimento de resistência francesa com a atuação dos intelectuais que compunham os movimentos antinazistas aqui no Brasil. É nesse âmbito que encontramos o conceito de uma “Outra Alemanha” (*Das Andere Deutschland*), extremamente difundido entre os intelectuais de língua alemã exilados ou refugiados no exterior. A “Outra Alemanha” era a ideia de que o regime nazista comandado por Adolf Hitler não representava de fato os verdadeiros valores alemães e o potencial de seu povo, sendo que a perseguição política empreendida pelo governo provava a existência desse país mais profundo.

Caberia, portanto, aos intelectuais alemães e às comunidades alemãs espalhadas pelo mundo preservar os verdadeiros valores, espírito e cultura alemães, para que pudessem, num momento pós-nazismo, justificarem a reconstrução do país e não sua completa aniquilação pelos esforços de guerra. Este projeto servia de incentivo para que os intelectuais continuassem escrevendo e produzindo em língua alemã, refletindo sobre a sociedade e divulgando uma imagem positiva do que seria um bom cidadão alemão no exterior: respeitoso perante as leis do seu país de acolhimento, um cidadão tolerante, proativo e generoso, mas sem renegar sua pátria de origem, com a esperança de que ela pudesse ser reconstruída em sua imagem e semelhança.

Essa visão sobre o que seria o futuro da pátria alemã não se fazia sem disputas. Assim como Laborie associa o movimento de resistência francesa não somente à uma resistência, mas à uma revolução para a sociedade francesa, a “Outra Alemanha” também significava, para muitos de seus proponentes, a revolução da sociedade alemã. Se esta revolução seria católica, socialdemocrata, comunista ou mesmo monarquista era outra questão.

A “Outra Alemanha” era, portanto, um conceito polissêmico, que dependia da subjetividade do entendimento dos seus indivíduos do que seria o futuro do país. Anarquistas, comunistas, monarquistas e weimaristas partilhavam de uma frente antinazista, mas não conseguiam empreender um projeto em comum do que poderia ser esse futuro. Tomemos como exemplo o círculo intelectual *Kreiseur Kreis*, movimento de resistência antinazista baseado em Kreisau, na Silésia, atual Polônia, entre 1940 e 1944. Constituído por vinte e cinco membros, suas principais figuras, os advogados, Helmuth James Graf von Moltke e Peter Graf Yorck von Wartenburg, advinham de famílias nobres militares alemãs. Os intelectuais que formavam a rede centrada em ambos tinham uma política de aliança e

acreditavam que suas diferenças eram a base de um debate social sobre como se daria o futuro da Alemanha.

O grupo também tinha uma visão romântica de restauração da Alemanha imperial, baseado nas experiências de seus membros com acampamentos católicos na juventude. Para seus membros, a falta de um sentimento de comunidade e a individualização do sujeito dentro da sociedade teriam sido as verdadeiras causas do declínio da República de Weimar não a própria democracia, que era um ideal político compartilhado por todos ali. A principal preocupação destes resistentes era o planejamento de um futuro para a Alemanha pós-Hitler. Dentre os planos políticos para um governo pós-nazismo, previa-se a retomada da coletividade entre as comunidades, com estreitamento de laços católicos e protestantes entre seus membros, objetivos comunitários partilhados e uma retomada da vida política social nas cidades.

O círculo de Kreisauer reuniu-se diversas vezes ao longo do período hitlerista, sem efetivamente tomar parte de uma resistência armada. Ele seguia o que a historiadora Carina L. Petrescu⁶⁵ chama de “ciclo dos intelectuais diante do fascismo”: um primeiro momento de descrença de que a constituição e o povo permitiriam a ele florescer; um segundo momento onde, quando o fascismo se enraíza na sociedade, lança-se uma série de ações para que se avise essa sociedade dos rumos escolhidos; um terceiro momento de descrença e resignação, onde, sem a força militar para atuar em relação à sociedade, os intelectuais se ocupam dos projetos para um mundo pós-fascista e o último, quando a sociedade estivesse liberada de seus captores sem que eles tivessem de fato participado dessa liberação, uma autocrítica e lamento sobre como eles deveriam ter agido de forma mais contundente e como poderiam ter feito mais.

Na América Latina, os intelectuais refugiados e exilados procuraram outras interferências perante a esse projeto favorecidos pelas circunstâncias. Se o círculo de Kreisauer não chegou a nenhuma atuação para além de panfletos e propostas de modelos de governo foi por estarem, em boa parte, constrangidos pela sua presença no seio da sociedade nazista, pela falta de apoio da população geral, sem nenhum contingente militar disponível e se arriscando perante seus empregos e posição social. Os intelectuais radicados fora da

⁶⁵ PETRESCU, Carina L. *Against all odds: models of subversive spaces in national socialist Germany*. Bern: Peter Lang, 2010.

Alemanha estavam sujeitos a outras condições impostas pelo exílio forçado, para o bem e para o mal.

Buscando a sobrevivência nas sociedades de acolhimento ou de refúgio, eles conseguiram se envolver em ações comunitárias e assim preservar seus valores de cidadão alemão. Múltiplas foram as situações oferecidas pelas condições de liberdade e pelo fato de estarem envolvidos com seus conterrâneos de fala alemã, apesar do controle e vigilância do Estado autoritário: a manutenção de jornais em língua alemã, grupos de apoio, eventos beneficentes que levantassem dinheiro para sustentar ações de salvação dentro dos países ocupados, as contribuições dos que subscreviam ao projeto de uma Outra Alemanha foram múltiplas.

As dificuldades enfrentadas por esses grupos eram de outra ordem: sobrevivência numa sociedade estrangeira, o preconceito sofrido como Súditos do Eixo, e, em diversos casos, a ideologia dos regimes autoritários dos países que os acolheram.

Entre os intelectuais que participaram desses movimentos organizados estava a família Mann, da qual podemos destacar, além de Thomas Mann e seu irmão Heinrich, seus filhos dois filhos mais velhos, Erika e Klaus. Suas contribuições ontológicas para o movimento incluem o refinamento e difusão do conceito da “Outra Alemanha” para o público americano, através de palestras públicas e também da publicação de um livro com o mesmo nome. Suas experiências enquanto jovens da década de 30 em Berlim, os credenciam a pensar um mundo diferente daquele apresentado pelos nazistas valendo-se, muitas vezes, de uma cena artística ou uma obra intelectual para além do pensamento nazifascista que, em suas perspectivas, seduziu e cegou sua geração. Acreditamos ser importante nos delongar um pouco nas trajetórias daqueles que se tornariam alguns dos representantes importantes deste conceito.

Erika e Klaus Mann foram os filhos mais velhos de Thomas Mann com a novelista Katia Mann. De família judia, Erika Mann nasceu em Munique em 1905 e, um ano após, seria seguida por seu irmão Klaus, com quem estabeleceria uma parceria em diversos projetos artísticos e pessoais. Os dois se mudariam para Berlim em 1924, com a finalidade de estudar teatro e literatura, momento em que se envolveram com o meio artístico e intelectual da República de Weimar. Após uma viagem pelo mundo em 1927, os irmãos se envolveriam mais diretamente com o ativismo político, escrevendo peças e panfletos para jornais.

Em 1933, os dois irmãos Mann fundaram um cabaré em Munique chamado *Die Pfeffermühle*, para o qual Erika escreveu a maior parte do material, cujo conteúdo era explicitamente antifascista. Sua denúncia pela leitura de poemas antibélicos durante este seu tempo em Berlim, culminou com o fechamento do cabaré que funcionou apenas por três meses antes dos nazistas o fecharem. Bissexual, atriz, escritora e ativista política, Erika Mann deixou a Alemanha em 1935 refugiando-se em Zurique, onde reabriria seu cabaré em 1936, transformado em um ponto de encontro para os escritores alemães exilados.

Quando ficou aparente de que o governo nazista tiraria sua cidadania, Erika Mann casou-se com o poeta inglês homossexual W. H. Auden, num casamento de conveniência, para que pudesse sair da Alemanha. O poeta também seria o responsável por apresentar a companheira de Erika, Therese Giesen, ao escritor John Hampton, que se casaria com ela para que conseguisse deixar a Alemanha.

Em 1937, Erika e Klaus mudaram-se para Nova Iorque, onde reabrem o cabaré com o nome *The Peppermill*. Nos Estados Unidos, a rede de intelectuais que os irmãos Mann montaram seria uma das responsáveis pela popularização do conceito da “Outra Alemanha”. Em 1938, Erika publicou um livro que fazia uma crítica ao sistema educacional nazista e, no ano seguinte, os dois irmãos escreveram *Fuga para a Vida*, que, na década de 90, também daria nome ao documentário sobre a vida dos dois.

O livro havia sido idealizado como uma grande enciclopédia do tipo “quem é quem” sobre os intelectuais e artistas exilados pelo mundo, muitos deles pertencentes à rede de amigos pessoais da família Mann. Entre eles, destacamos Max Reindhart e Stefan Zweig, cujo exílio também os levava a passar pelo Brasil durante a década de 30, onde estabeleceram relações e produziram escritos e libelos contra o fascismo.

Os dois irmãos escreveram um livro com o título *The Other Germany* (A Outra Alemanha), em 1939, com o intuito de divulgarem o conceito nos Estados Unidos. O livro teve apenas uma edição e jamais foi traduzido para o alemão, reunindo uma versão escrita das palestras com as quais os irmãos circulavam os Estados Unidos fazendo seus “workshops”. Endossavam a tese que havia sido proposta em outros escritos de seu tio, Heinrich Mann⁶⁶, em defesa da existência de uma “Outra Alemanha”. A explicação para a

⁶⁶MANN, Heinrich. “Der Sinn dieser Emigration”. Paris, 1934. *apud.* OSTERLE, Heinz. “The Other Germany: Resistance to the Third Reich in German Literature”. *The German Quarterly*, vol. 41, no. 1, 1968, pp. 1–22

ascensão de Hitler se daria pela falha da república de Weimar de suprimir os interesses daqueles que lucrariam com sua queda; pelo apelo do discurso fascista direcionado para os jovens, a promessa de trabalho e riquezas para a população em crise econômica e, por fim, o medo instigado de uma anarquia.

Como muitos intelectuais no pós-guerra, Klaus Mann se decepcionou profundamente com a política da Alemanha pós 1945. A desnazificação da sociedade demorava a acontecer e as reparações contra os que perderam tudo eram burocratizadas. Nos Estados Unidos, o FBI abriria ainda uma investigação contra a sua figura e de sua irmã por conta de sua orientação política, considerada comunista, e de sua homossexualidade. Todos esses fatores induziriam-no ao suicídio no ano de 1949, o que devastou Erika Mann. Ela se tornaria, então, responsável pela publicação das obras do irmão e, perseguida pelas políticas macartistas, instalou-se em Zurique, na Suíça, em 1952. Após a morte de Thomas Mann, em 1955, Erika se ocupou em traduzir as palestras de seu pai para outras línguas e de cuidar da publicação de suas obras, bem como de uma biografia de seus anos finais⁶⁷.

Klaus e Erika fizeram parte de um importante grupo de autores alemães exilados, *The PEN Club*, que a partir de 1938 fora presidido pelo escritor Heinrich Mann, irmão mais velho de Thomas. Nascido em 1871, em Lubeck, na Alemanha, filho de Johann Heinrich Mann e Júlia dos Santos Bruhn, seguiu a carreira intelectual até o final de sua vida, tendo sido um dos principais opositores intelectuais de Hitler. Anticapitalista e antibelicista, Heinrich chegou a brigar com seu irmão Thomas, por conta de sua divergente posição em relação à entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

Um dos principais opositores intelectuais ao nazismo, em junho de 1932, Heinrich foi um dos signatários do chamado “Apelo à Unidade”, publicado no jornal alemão *Der Funke*, que conclamava os Partido Social-Democrata (SPD) e o Partido Comunista (KPD) a se unirem em oposição ao crescimento de Hitler nas eleições parlamentares. Em discurso já no exílio, Heinrich Mann foi quem cunhou o conceito *Das Andere Deutschland*⁶⁸ que se tornaria fundamental para orientar a resistência antinazista em toda a América Latina cujas particularidades analisaremos ao longo deste capítulo.

⁶⁷ A trajetória dos irmãos Mann no exílio pode ser conferida no livro de Andrea Weiss. WEISS, Andrea. *In the Shadow of the Magic Mountain – the Erika and Klaus Mann story*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

⁶⁸ HAMILTON, Nigel. *Os irmãos Mann – as vidas de Heinrich e Thomas Mann 1871-1950 e 1875-1955*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Erika e Klaus Mann escreveram em *A Outra Alemanha* um manifesto em defesa da existência de uma Alemanha não subjugada por Hitler. A primeira parte do livro se dedica a uma análise das causas políticas que teriam levado à queda da República de Weimar, bem como uma defesa dessa democracia imperfeita. A principal pergunta que o livro tenta responder é: seriam os alemães nazistas? Para isso buscavam definir o que constituiria o povo alemão, explorando as relações entre a unificação da Alemanha no final do século XIX, a tradição linguística-literária e reflexões sobre o caráter de um povo.

A “união” da Alemanha acontecera tardiamente. Quando a fundação do Reich finalmente aconteceu, era já quase um anacronismo. Por muito tempo, os alemães clamaram bravamente que desejavam ser ‘livres e unidos’. Na verdade, eles se mantiveram e o são até hoje, não-livres e desunidos. Talvez o verdadeiro segredo dos alemães e a principal razão para toda complexidade amarga de sua história seja o seguinte:

Os alemães não são uma nação. Existe uma língua alemã e uma cultura alemã. Mas onde a nação dos alemães começa e onde esta termina? Em todo lugar, a Alemanha rompe suas próprias fronteiras, o que significa que, na verdade, não possui fronteira nenhuma⁶⁹.

Os autores propõem que existissem indivíduos falantes de alemão e cujo alinhamento se dá em termos culturais – uma identificação com os valores da *Kultur* alemã – mas não num sentido nacionalista. Os grandes escritores em língua alemã que eram suíços como, por exemplo, Conrad Ferdinand Mayer ou Gottfried Keller, indubitavelmente pertenciam a uma tradição alemã literária e filosófica, mas é o próprio Keller quem inicia uma “Missão Suíça”, propondo uma reflexão sobre as obrigações e dignidades que lhe foram conferidas por ser cidadão deste país. É nestes termos também que se encaixam os grandes homens do círculo de Viena, dentro da concepção destes autores. Politicamente independentes, porém com afinidades culturais que lhes vêm da língua, a Áustria não poderia ser resumida à uma província do Reich. Viena e seus cidadãos estariam mais próximos, de fato, do *citoyen* francês do que do *untertan* alemão.

⁶⁹ Tradução nossa. Original: “The ‘union’ of Germany had been long overdue. When the belated founding of the Reich finally took place, it was almost an anachronism. For a long time the Germans had raised a loud clamor that they desired to be “free and united. Actually they remained, and are to this day, unfree and disunited. Perhaps the true secret of the Germans and the ultimate reason for all the bitter complexities of their history is the following:

The Germans are not a nation. There is a German language and a German culture. But where does the nation of the Germans begin and where does it end? Everywhere Germany bursts through its own borders which means that actually it has no border.” (MANN, Erika e MANN, Klaus. *The Other Germany*. New York: s.e. 1940, p. 46.)

Os primeiros capítulos são dedicados a uma exploração do que constituiria o caráter do povo alemão, em sua fama e infâmia. Utilizando-se dos grandes exemplos literários e políticos, os irmãos pretendiam assim desassociar Hitler e o Terceiro Reich de uma tradição alemã. Nem conservador nem revolucionário, o Terceiro Reich é descrito como uma expressão niilista, a serviço apenas da manutenção de seu próprio poder.

Ao divagar sobre o Rei Frederico II da Prússia, os autores apontam que este possuía traços do espírito de “Potsdam”. O rei mantinha um intenso desgosto para com a cultura alemã, preferindo a tradição francesa em seus escritos e biblioteca pessoal. Em contraste, ao analisarem Lutero e Goethe, membros da tradição humanista alemã, eles ressaltam seus traços da rigidez militarista. De Bismarck, o general que unificou a Alemanha e cuja figura é tradicionalmente invocada como um predecessor de Hitler, os irmãos não tem elogios – *Who among us can love Bismarck?* – mas escrevem que este transformou o sonho liberal de uma “nação de irmãos” em realidade, mesmo que isto tenha sido feito às custas de uma guerra civilizacional.

O que constituiria então o âmago deste povo que nasce de uma união contra os estados nacionais vizinhos? Os irmãos buscam responder a pergunta apoiando-se na tradição literária de língua alemã, que ofereceu ao povo uma comunidade de grandes pensadores e intelectuais, mas sem nenhuma afeição a uma transformação dessa sociedade.

As grandes mentes da Alemanha sabiam e condenavam as características básicas de sua própria nação, mas raramente engajavam-se em esforços sérios para mudá-las. Seus esforços educacionais lidavam sempre com o indivíduo, jamais com a sociedade. Elas não influenciavam na evolução política e social de seu povo. Nunca houve um contato produtivo entre o gênio alemão e as massas alemãs. Ambos são responsáveis por isso, a desconfiança for a sempre mútua. Para o alemão, as artes elevadas e a poesia eram ocupações de férias, sem função social, ao mesmo tempo em que abordar os problemas políticos era considerado “abaixo da dignidade” do gênio criativo alemão. Um antigo ditado popular diz: “Politisch Liedgard Lied.”. “Uma canção política – uma canção suja.”. Tal frase jamais poderia ter sido cunhada na França⁷⁰.

⁷⁰ Ibid, p. 57. Tradução nossa. Original: “The great minds of Germany knew and condemned the base qualities of their own nation; but rarely did they undertake a serious effort to change them. Their educative efforts always dealt with the individual, never with society. They exerted no influence on the political and social evolution of their people. There never was any productive contact between German genius and the German masses. Both are at fault; the suspicion was always mutual. For the German, fine art and poetry were pleasant holiday preoccupations, lacking all social function; while mixing in the problems of politics was ‘beneath the dignity’ of the German creative genius. There is a characteristic old German saying: Politisch Liedgarstig Lied. ‘A political song - a nasty song’ It could never have been coined in France”.

Os irmãos voltariam a atacar o conceito de *Kultur* alemão, que para eles, seria a civilização sem nenhuma profundidade política – uma civilização vazia e incapaz de defender a si mesma. O homem alemão seria definido pelo termo *untertan*, o que complementa a ideia de uma nação que admira os Grandes Homens, em contraste com o *citoyen* francês, cuja narrativa de seus grandes heróis são homens do povo.

O povo alemão descrito pelos irmãos Mann estaria sempre em busca de um Salvador, elemento de apelo populista contra o qual os irmãos lançam um apelo internacional de alerta contra o fascismo. Importante citar que, também, identificavam em outros países uma tendência a sucumbir a essa tentação messiânica.

O livro é um importante testemunho sobre como o círculo intelectual alemão encarava a questão do Tratado de Versalhes. Se os sentimentos em relação à guerra e o sentido do nacionalismo tomavam formas distintas, mesmo dentro da própria família Mann⁷¹, o Tratado de Versalhes era apontado como um dos bodes expiatórios do sentimento antirrepublicano no país, caracterizado enquanto um meio-termo entre um espírito humanitário e tendência imperialista. O ódio expresso pelo tratado seria, segundo os autores, uma transferência da incapacidade dos nacionalistas de lidar com a própria derrota. A República que o assinasse seria, então, uma traidora da pátria alemã.

A segunda parte do livro descreve, então, quem seriam os componentes da chamada “Outra Alemanha”. Através de personagens genéricos criados para uma narrativa doutrinária o texto denuncia a oprimidos pela inflação e por leis autoritárias. São eles: um observador neutro, um trabalhador vienense realocado para uma fábrica armamentista, um ex-professor antigo simpatizante do regime (o pequeno funcionário público), estudantes, unidos por uma insatisfação com os rumos de seu país, com a miséria da vida cotidiana. Os cidadãos dessa Alemanha são apresentados com diferentes perfis e diferentes histórias de vida: alguns são desconfiados do regime hitlerista desde o início, outros estão desapontados com as promessas de recuperação econômica e glória. São, basicamente, indivíduos das classes baixas e a classe média civilizadas, que, oprimidos, estão arrependidos de ter apoiado o regime. Dentre os apoiadores do regime, estão citados:

⁷¹ Heinrich e Thomas ficaram anos sem se falar por conta de suas visões políticas divergentes em relação à Primeira Guerra Mundial.

___os “grandes barões da indústria”, que, graças à inflação, puderam quitar suas dívidas, pagar aos funcionários uma miséria, produzindo a custos baixíssimos e, exportando sua mercadoria, obtendo margens de lucro altíssimas;

___o trabalhador que, antes desempregado, com o recrutamento forçado, passa a ter um emprego que paga mal, mas é melhor do que a situação anterior. Atenção especial é dedicada aos que eles chamam de “patriotas” que, insuflados pela propaganda nacionalista, apoiam cegamente o governo⁷².

O livro, escrito em 1939, revela a confiança que seus dois autores tinham na vitória dos Aliados. Descrevendo a luta contra Hitler como uma investida contra a barbárie e pelos princípios fundamentais da civilização europeia – Liberdade, Piedade e Caridade – os autores são, ao mesmo tempo, incisivos em seu aviso de que o nazismo pode se repetir em outros países não pela mão de um inimigo externo, mas por um agente interno, um partido ou alguém da extrema-direita que despreza os valores democráticos, que conhecendo seu público-alvo poderá assim, solapar o governo.

A crise moral e intelectual que manifestou-se de forma mais grosseira no Nacional-Socialismo apresenta sintomas em outras terras e continentes. Não é verdade que apenas a Alemanha está moralmente adoecida, enquanto todos os outros encontram-se saudáveis. Sustentamos que tendências saudáveis existem mesmo na Alemanha, enquanto sintomas da doença existem em outros países⁷³.

Para seus autores, é de fundamental importância convencer o público americano de que a Alemanha poderia – *e deveria* – ser salva, através de medidas no pós-guerra que não estrangulassem seu desenvolvimento econômico. Os irmãos tinham por ideal de sociedade uma Federação Pan-Europeia, que deveria aceitar a Alemanha como membro.

Das Andere Deutschland se tornou um tema para todas as resistências antinazistas latino-americanas, do México ao Paraguai. A difusão se deu entre intelectuais no exílio, principais líderes de movimentos de resistência antinazista na América Latina. Os jornais publicados no México, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Argentina, eram responsáveis pela publicação de discursos e livros de Thomas Mann, Heinrich Mann, Klaus e Erika Mann, que

⁷² Ibid., pp. 250-253.

⁷³ Ibid., pp. 278-279. Trecho original: “The moral and intellectual crisis manifesting itself most grossly in National Socialism has its symptoms in other lands and continents too. It is not true that but one country Germany is morally diseased, while all the others are sound. We maintain that healthy tendencies exist even in Germany, and that symptoms of disease exist in the other countries.”

aparecem como recomendações em suas páginas mundo afora. Um projeto para o pós-hitlerismo era assunto debatido em todos os comitês de resistência antinazista mundiais, sendo um dos temas amplamente discutidos no congresso antinazista uruguaio de 1943, do qual o Brasil também participa.

1.2. As frentes de resistência antinazista na América Latina

A documentação encontrada sobre os movimentos de resistência antinazista no Brasil confirma que existia uma rede de comunicações entre os intelectuais refugiados em diferentes exílios. O debate interno sobre o conceito da “Outra Alemanha” não estava dissociado da discussão continental sobre o problema, com grupos brasileiros afiliando-se à corrente argentina ou corrente mexicana do problema.

Com o exílio político de diversos intelectuais falantes de língua alemã para a América Latina, diversas organizações de resistência antinazista começaram a se instaurar nas capitais dos países que as acolheram. Embora se aglutinassem com nomes similares e em torno do conceito da Outra Alemanha, divergiam em diferentes aspectos do que constituiria a salvação e o caminho do país natal após a queda do regime hitlerista. Os dois polos mais influentes na América Latina se constituíram na Argentina, em Buenos Aires, e no México, na Cidade do México.

Um sonho compartilhado por todos os grupos antinazistas do continente americano era a criação de uma frente única de combate ao nazismo, envolvendo pessoas de todos os espectros políticos. A união de todas as correntes políticas provou-se irreconciliável, dando origem a duas grandes frentes:

- 1) a criação do *Comitê Latino-Americano de Alemães Livres (LAK)*, fundado em janeiro de 1943, liderado pela corrente mexicana; e
- 2) a organização, por parte da corrente argentina, de um congresso antinazista em Montevideú, Uruguai, realizado entre 29 e 31 de janeiro do mesmo ano.

A comunicação entre os intelectuais da América Latina se dava por meio de cartas e o intercâmbio de revistas publicadas pelos grupos, enviadas para uma lista seleta de intelectuais em outros países. Um mapeamento mais detalhado das redes dos intelectuais que formam esses movimentos revelaria, sem dúvidas, muitas ligações entre as obras de resistência publicadas no âmbito individual e o trabalho destes grupos. Um indício que aponta

nesta direção é a correspondência trocada entre Thomas Mann e Karl Lustig-Prean, bem como entre Mann e Stefan Zweig, documentada e compilada por Erika Mann.⁷⁴ Uma tradução livre da carta enviada por Mann em 8 de abril de 1943, encontra-se abaixo:

A Karl Lustig-Prean,

Monsieur,

O Movimento dos Alemães Livres no Brasil é anterior à sua existência administrativa, mas é nesse dia, onde há um ano, a suprema autoridade do país concedeu o seu reconhecimento, que eu gostaria de oferecer aos seus chefes e membros minhas cordiais felicitações e os agradecer por sua atividade que contribui a manter no mundo a fé na continuidade de uma Outra Alemanha, melhor.

[...]

Vosso dedicado,

Thomas Mann

Apesar de não termos acesso à carta original de Lustig-Prean à Mann, presume-se que o escritor alemão conhecesse o trabalho desenvolvido pelo Movimento dos Alemães Livres dado o parágrafo inicial. No mesmo volume de cartas, encontra-se também uma destinada ao *Freies Deutschland* mexicano, onde o escritor conta notícias de seu irmão Heinrich⁷⁵.

Em outra carta enviada à Udo Rukser, no pós-guerra⁷⁶, editor-chefe da *Deutsche Blatter*, jornal fundado em Santiago do Chile por imigrantes alemães e um dos expoentes da luta antinazista neste país, Thomas Mann enaltece o trabalho e a importância histórica do jornal para a comunidade germano-americana. Em uma de suas Cartas aos Amigos, Lustig-Prean menciona ter recebido uma carta de Heinrich Mann parabenizando os Alemães Livres do Brasil⁷⁷.

1.3. Elos de ligação entre Argentina, México e Brasil

O fato do Movimento dos Alemães Livres e da Associação Democrática Alemã, focos do nosso trabalho, participarem dos embates e debates organizados por estes dois polos, nos induz a analisar os principais correspondentes de Karl Lustig-Prean, fundador do Movimento dos Alemães em Livres e de Stefan Baron, fundador da Associação Democrática Alemã:

⁷⁴ MANN, Thomas. *Lettres de Thomas Mann 1937-1947*. Paris: Gallimard, 1966, p. 27.

⁷⁵ Ibid, p. 217.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 277.

⁷⁷ Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP

August Siemsen, responsável pelo movimento *Das Andere Deutschland* (“A Outra Alemanha”, doravante DAD), em Buenos Aires e Ludwig Renn, da organização *Freies Deutschland* (Alemanha Livre, FD), na Cidade do México. Da mesma forma seguimos pesquisando o movimento liderado por Otto Strasser, o *Freies-Deutschland Bewegung*, que embora não fosse uma resistência antinazista propriamente em si, por motivos que ficarão claros a seguir, era um dos pólos de contato de Lustig-Prean e uma peça fundamental para o entendimento da preocupação do governo Vargas com os rumos dos movimentos brasileiros de resistência antinazista.

Argentina

Freies-Deutschland Bewegung e a Frente Negra de Otto Strasser

Os movimentos surgidos em Buenos Aires foram cuidadosamente analisados no livro *Alemanes Antinazis en Argentina*, do historiador German Friedmann publicado em 2010. A disputa entre movimentos antinazistas em Buenos Aires se dava no contexto do golpe militar desferido pelo general José Felix Uriburu, em 1930, que deu início o que o historiador José Luis Torres chamou de “A Década Infame”, que encerraria com a transição para o governo do general Perón. O governo militar era apoiado por nacionalistas e marcado por perseguições, transições violentas e estado de sítio. Simpatizantes aos governos fascistas europeus, a Argentina da década de 30 somente tomou posição na Segunda Guerra Mundial a partir de 1944 quando, pressionada pelos interesses norte-americanos, rompeu de vez com os países do Eixo. Essa posição por sua vez, permitiu instaurar perseguições mais amplas à comunidade de imigrantes, refugiados e exilados de língua alemã no país, cujo número chegava a 250 mil indivíduos⁷⁸.

Os principais movimentos surgidos na capital argentina são o *Frei-Deutschland Bewegung* (FDB) e o *Das Andere Deutschland* (DAD), que disputavam politicamente o sentido do movimento de liberação alemã no país. O FDB foi inicialmente criado pelo alemão Otto Strasser, responsável por uma corrente de interpretação reformista do movimento Nacional-Socialista alemão. Sua origem se deu num movimento anterior, comumente referido como *Schwarze Front* (“A Frente Negra”), onde os ideais strasseristas compunham

⁷⁸ FRIEDMANN, Germán C. (2016). “Alemanes anti-hitleristas y antisemitismo”, In: *Hispania Nova*, 14, pps. 87-111. p.90. Disponível em: < <http://www.uc3m.es/hispanianova> >. Acesso em: 24 jul. 1991.

uma dissidência dentro do próprio partido nacional-socialista, que passara por uma reorganização na Alemanha no período entre 1924-1927.

Os irmãos Strasser, Gregor e Otto, haviam sido membros proeminentes do partido, que se agruparam nos arredores de Berlim. Sua versão do nacional-socialismo acentuava os aspectos anticapitalistas e socialistas do movimento, que teriam sido traídos por Hitler ao chegar no poder. Gregor eventualmente se conformaria com o programa hitlerista, chegando mesmo a alcançar o posto de chefe da organização do partido em 1928. Otto, por outro lado, se desfilou do partido no ano de 1930, com uma declaração intitulada *Die Sozialisten verlassen die NSDAP* (Os Socialistas deixam o NSDAP), acusando que os ideais dos organizadores teriam sido aburguesados, traindo os princípios dos trabalhadores em nome de um “culto ao Führer”⁷⁹.

Em 1931, Otto Strasser criou a Frente Negra, que passaria a atuar também na América Latina a partir do exílio de seu fundador. Com publicações propagandísticas, o grupo arregimentava descontentes com a política de Hitler, mas que desejavam um reformismo dentro do próprio nacional-socialismo, recusando-se a colaborar com frentes de resistência judaicas ou comunistas.

Na Argentina, o pólo da Frente Negra foi fundado por Bruno Fricke, em 1932. A Frente Negra também teria seus representantes no Brasil (no Rio Grande do Sul, principalmente, encontravam-se os adeptos do strasserismo), no Chile e no Paraguai. Bruno Fricke havia chegado ao Brasil em 1927, mas pouco se demoraria até se estabelecer na cidade de Villarica, no Paraguai, onde foi professor de escola. Em 1932, foi nomeado por Strasser para organizar a célula do Frente Negro na América Latina, e mudado para a capital argentina em 1935, onde foi seu maior período de atividade.

A Frente Negra foi uma das primeiras organizações a operar rádios clandestinas, transmitindo para Alemanha, em ondas curtas, o *Pampero* e em ondas largas, o *Lasso*, para todos os falantes de língua alemã da América Latina. O movimento se tornou popular a partir da impressão de um jornal em língua alemã chamado *Die Schwarze Front. Kampfblatt für*

⁷⁹ FRIEDMANN, German. “El Frente Negro y el movimiento Alemania Libre em Argentina durante las décadas de 1930 y 1940”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 2014, (Enero-Junio). Acesso em: 13 de jan. 2019. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=379444896003>>

Südamerika (A Frente Negra – Diálogo de Combate para a América do Sul). O jornal teve apenas dez edições a partir de 1935, com tiragens de 3 mil exemplares.

O movimento, embora não possa ser caracterizado por esta pesquisa como de *resistência* no sentido aqui empregado por ser mais uma *dissidência* do partido nazista, foi de extrema importância para a comunicação e denúncia do quinta-colunismo na América Latina. Foi o jornal de Fricke que denunciou as perseguições sofridas por alemães que não compactuavam com a ideologia nazista na Argentina por parte de membros infiltrados da Gestapo, por exemplo, que incluíam ameaças de morte e boicote por parte dos alemães que compravam o jornal.

A “Outra Alemanha” de Strasser e Fricke era centrada numa ideia de revolução nacional-socialista, que priorizasse o trabalhador alemão, que teria sido o mais desprezado pelo partido de Hitler. German Friedmann aponta que, numa declaração dos objetivos da Frente Negra, o movimento strasserista informava aos leitores que desejava a derrocada do sistema capitalista, a criação de uma verdadeira comunidade alemã, com liberdade religiosa e em paz com as outras nações europeias⁸⁰.

A questão da liberdade religiosa era uma das diferenças marcantes dentro da ideologia strasserista. Com a promulgação das Leis de Nuremberg em 1935, Strasser admitia que se encontrava horrorizado frente à política de extermínio provocada por Hitler. Se, por um lado, Otto não considerava que os judeus fizessem verdadeiramente parte do *Völkisch* alemão, ele acreditava que deveriam constituir uma minoria legalmente protegida. O antissemitismo, por outro lado, se expressava em sua recusa a colaborar com os refugiados judeus que haviam se instalado nos países da América Latina: pensava que estes indivíduos só haviam saído da Alemanha por razões econômicas e que, se as restrições de Nuremberg não tivessem sido aplicadas rigorosamente, provavelmente estas pessoas permaneceriam por lá.

A “Outra Alemanha” de Strasser não considerava os judeus enquanto parte de seu povo. É esta a razão de seu boicote ao Congresso Antinazista no Uruguai que, segundo Strasser, teria perdido o seu “caráter alemão”⁸¹.

Em busca de elementos em comum de resistência latino-americana, o escritor Heinrich Gronewald, que se tornaria também um dos maiores líderes da resistência

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ FRIEDMANN, German, “Nacionalsocialistas Antihitleristas y cuestion judia em los casos de Die Schwarze y Frei-Deutschland Bewegung en Argentina”, In: *Anuario IEHS* 31(1), 2016, pp. 15-36.

antinazista comandada pelo DAD, advogava que não seria possível construir essa frente sem o movimento strasserista. A ideia de uma união entre todos os movimentos antinazistas não se concretizaria: após 1936, com a retirada de Fricke do comando da Frente Negra e sua substituição por Heinrich Jurges, a organização acabaria por se fragmentar. Fricke acusaria Jurges de ser um agente nazista infiltrado, o que daria lugar a uma dissidência entre os membros da Frente Negra. A crise interna se agravaria na década de 40, quando Otto Strasser, até então exilado em Praga, seria forçado a mudar para Montreal, no Canadá, em 1941, onde funda, finalmente, o FDB.

O *Frei-Deutschland Bewegung* possuía então duas sedes: uma em Nova Iorque, dirigida pelo também exilado Kurt Singer, e a outra, em Buenos Aires, liderada por Bruno Fricke. O movimento representou uma quebra com certos valores defendidos pela Frente Negra: a utilização do termo *nazista*, em oposição ao *hitlerista* empregado até então, e o rechaço fundamental não só ao nazismo, mas também ao comunismo, caracterizados como “inimigos da Europa e da humanidade”.

A popularidade do FDB é, segundo Friedmann, difícil de mensurar: sua consulta a arquivos o leva a acreditar que sua principal popularidade encontrava-se no Uruguai, onde contava com mais de mil membros, e uma tiragem do jornal *Die Zeit*, publicado em Montevideu por Erich Schoenemann, membro do FDB, teria em torno de mil exemplares⁸².

A preocupação das autoridades com o FDB pode ser constatada nos documentos encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ao analisar as correspondências de Karl Lustig-Prean, que tinha algum contato com Fricke e Strasser, as menções ao strasserismo são marcadas como um indício de que Lustig-Prean estaria mentindo sobre suas intenções antinazistas⁸³.

É válido ressaltar que talvez a organização strasserista seja a mais controversa de todas as atuações de alemães no exílio. Izabela Kestler Furtado, por exemplo, não considera que esta possa ser considerada uma resistência antinazista, no máximo, uma organização anti-hitlerista. Não apenas isso, o FDB tinha a intenção, segundo Friedmann, de estabelecer um exército de ocupação na Alemanha. Friedmann nota que, apesar de haver um possível

⁸² FRIEDMANN, German. “El Frente Negro y el movimiento Alemania Libre em Argentina durante las décadas de 1930 y 1940”. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*. Enero-Junio, 2014, pp.87. Acessado em: 13 de janeiro de 2019. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=379444896003>>.

⁸³ Dossiê 12-Z-21-120. Fundo DEOPS/SP. APESP.

exagero nos números, a embaixada alemã em Buenos Aires enviou uma missiva ao Ministério de Relações Exteriores da Argentina em janeiro de 1942, avisando que um exército de 5 mil homens antinazistas teria se formado no país, com o apoio dos Estados Unidos. Em carta a Fricke, Erich Schoenemann também menciona que havia feito desfilar 350 jovens com a insígnia do FDB frente a um deputado argentino, como mostra da potencialidade desse levante⁸⁴.

A ideia de um engajamento militar contra o nazismo não é exclusiva do FDB visto que os movimentos como o dos Alemães Livres no Brasil e o DAD incentivavam seus integrantes a se candidatarem como membros oficiais do exército nos seus países de acolhimento. A tentativa de formação de um exército paramilitar devia-se muito a participação de Strasser nas *Freicorps*, quando ainda estava na Alemanha. Se este desprezava o militarismo “prussiano” de Hitler, não significava que desconsiderasse a importância de uma ação coordenada de guerra.

O FDB rompeu com os diretórios do Chile e da Colômbia no final de 1941. A personalidade de Strasser e a aproximação com outras frentes de combate ao nazismo teriam imposto dificuldades a este movimento. O FDB argentino seria extinto, no entanto, por conta do golpe militar de 1943 naquele país que, repercutindo as próprias denúncias de quintacolonismo transmitidas tanto pelo FDB quanto pelo DAD, iniciaria uma caça indiscriminada a todos os falantes de língua alemã no país.

A conjunção política terminaria por derrubar o movimento de Otto Strasser. A partir da entrada da Argentina na guerra, em 26 de janeiro de 1944, a difusão dos crimes nazistas perante jornais do mundo inteiro repercutiram negativamente sobre a comunidade alemã no exílio, que sofreria de sanções mais duras dos governos locais. Somado a isso, Bruno Fricke foi preso por tráfico de drogas, o que desmantelaria o FDB na Argentina. Em outros lugares da América Latina, como Chile e Paraguai, a perseguição aos falantes de língua alemã se intensificaria, promovendo a dispersão dos movimentos pelas autoridades desses países. Na Argentina, o Decreto 1.050 de 17 de janeiro de 1944 proibiu a ação política dos exilados alemães na Argentina, contribuindo para acabar com o movimento strasserista no país.

⁸⁴ FRIEDMANN, German. “El Frente Negro y el movimiento Alemania Libre em Argentina durante las décadas de 1930 y 1940”. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*. Enero-Junio, 2014, p. 89. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=379444896003>>. Acessado em: 13 jan. 2019.

Das Andere Deutschland (DAD)

O movimento *Das Andere Deutschland* (DAD) foi fundado em Buenos Aires em 1937, agrupado em torno da figura de August Siemsen, historiador e intelectual alemão exilado na Argentina. Siemsen, nascido em 1884, havia sido presidente do partido liberal de esquerda *Fortschrittliche Volkspartei* (Partido Popular Progressista), e, mais tarde, incorporou-se ao partido socialdemocrata alemão (SPD), sendo eleito para deputado no Reichstag em 1930. Como fundador do *Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands* (Partido Socialista Trabalhador Alemão), tornou-se dirigente do mesmo até 1933, quando se exilou na Suíça. Chegou na Argentina em janeiro de 1936, onde foi professor de história e alemão na escola Pestalozzi⁸⁵. A escola posteriormente faria jornadas educativas e reuniria diversos intelectuais para dar palestras, entre eles Emil Ludwig e Stefan Zweig. Foi um importante espaço de socialização dos exilados argentinos antinazistas em Buenos Aires, promovendo também encontros literários, econômicos e políticos em seu âmbito, recebendo reconhecimento internacional por parte de figuras como Sigmund Freud, Thomas e Heinrich Mann e Albert Einstein⁸⁶.

Esse movimento reuniria os intelectuais de esquerda falantes de língua alemã, de diferentes correntes políticas e sociais. Contavam entre seus membros cidadãos alemães e austríacos, reunidos em torno do conceito de uma “Outra Alemanha”. Seus principais membros eram comunistas, socialistas, sendo muitos deles oriundos do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) e do KPD (Partido Comunista Alemão). Em 1941, no entanto, o grupo sofreu uma cisão, por conta do término do pacto Molotov-Ribbentrop, entre a Alemanha nazista e a URSS stalinista, que compele críticas aos que aderiam à ideologia comunista. Estes saíram do movimento, fundando um jornal próprio, chamado *Volksblatt*, em outubro daquele mesmo ano.

O DAD funcionava em dois *fronts* distintos, com os seguintes objetivos: denunciar os crimes nazistas e a conivência dos governos locais com esse país e discutir, internamente com a comunidade falante de alemão, os rumos da Alemanha.

Sua principal publicação foi era a revista *Das Andere Deutschland*, que entre 1944-1945, chegou a ter uma tiragem de 4 mil exemplares. Em uma publicação paralela entre 1940-

⁸⁵ FRIEDMANN, German. “Actividades culturales e identidad nacional entre los alemanes antinazis de Buenos Aires”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* 49. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2012.

⁸⁶ Ibidem.

1942, *Informaciones para la prensa sudamericana*, editada em castelhano pelo DAD, procurava agir para informar os cidadãos deste continente dos crimes nazistas cometidos contra a humanidade. A partir de 1941, os membros também editaram um jornal chamado *Heute und Morgen* (Hoje e Amanhã), destinado aos jovens imigrantes alemães no país.

Suas principais atividades, para além das publicações, constituíam em organizar ajudas econômicas para os refugiados e alemães viventes na Argentina. Alguns membros do DAD também colaboraram na formação do *Freie Deutsche Buhne* (Teatro Livre Alemão), em Buenos Aires, que iniciaria sua atividade em 1940 e contaria em sua trajetória mais de 700 apresentações ao longo de 10 anos⁸⁷. O DAD não era formalmente afiliado a esse teatro e, embora o julgasse uma importante vitória no *front* cultural (Siemsen comenta em carta à Lustig-Prean sobre a importância do mesmo⁸⁸), logo ele seria criticado pelos membros do grupo por não ser suficientemente político em suas apresentações.

Um segundo grupo de teatro, chamado *Truppe 38*, foi dirigido por Carl Meffert, membro do DAD, e realizaria primariamente encenações de obras de Bertold Brecht e canções de Hanns Eisler e Kurt Weill. O dinheiro arrecadado com as apresentações era usado para financiar as atividades do DAD.

A persistência de um conflito interno entre o DAD e o FDB impediria a criação de uma frente única contra o nazismo na América Latina. Siemsen considerava que o movimento strasserista não era mais do que uma corrente nazista e sobre o jornal *Die Zeit*, editado no Uruguai, o presidente do DAD não poupava críticas, escrevendo que ele era uma ofensa a todos os alemães livres do mundo.

Friedmann considerava que, para o DAD, a “Outra Alemanha” era um conceito autor referencial. Em sua opinião, eram os intelectuais alemães no exílio que representavam a esperança do povo alemão, herdeiros da tradição humanista de escritores como Schillinger e Goethe. O esforço da comunidade de intelectuais no exílio era o de preservação de uma identidade alemã desgarrada do conceito nazista de arianismo.

As relações com outros movimentos antifascistas eram conflituosas: a tese, proposta por Emil Ludwig, importante intelectual alemão exilado na Califórnia, de que o caráter alemão estaria fundamentalmente ligado à ascensão do nazifascismo, foi muito difundida na

⁸⁷ FRIEDMANN, German, “La cultura en el exilio alemán antinazi. El Freie Deutsche Bühne de Buenos Aires, 1940-1948”, In: *Revista Anuario IEHS*, N° 24, Tandil: Universidad Nacional del Centro, 2009.

⁸⁸ Dossiê 12-Z-21-103. Fundo DEOPS/SP. APESP.

América Latina. Isto teria gerado desconfiança por parte dos principais grupos argentinos antifascistas: a *Acción Argentina* e *El Comité contra el Rascismo y Antisemitismo*. Ambos manifestavam ceticismo em relação à capacidade de atuação desta “Outra Alemanha”, bem como de sua própria existência.

Fundamentalmente, a posição expressa pela DAD era muito similar à dos irmãos Mann: a existência da Outra Alemanha se provava pelas notícias de sabotagens e fuzilamentos daqueles que combatiam o regime hitlerista; a eleição de Hitler não representava o desejo do povo alemão, mas sim a influência de que os grandes capitalistas industriais tinham no país e, por fim, um ideal de Europa para o pós-guerra onde houvesse uma federação de nações, na qual a Alemanha se encaixaria, unidos por uma base socialista. Repudiavam qualquer tentativa de subjugação da Alemanha depois de sua derrota, o que levou outros membros de organizações antifascistas como Mario Mariani, do *Comité contra el Rascismo y el Antisemitismo*, a conclamar que exigir direitos iguais no pós-guerra seria uma forma de patriotismo com tendências totalitárias⁸⁹.

Importante aqui salientar a posição do *Das Andere Deutschland* em relação à questão judaica: consideravam que havia uma supervalorização do elemento antissemita na divulgação dos crimes do regime hitlerista na imprensa internacional. O elo que unia os membros desse movimento era, antes de tudo, uma afinidade político-ideológica de esquerda, julgando que as ações de Hitler contra os judeus já eram, há muito, sentidas na perseguição contra os comunistas e socialistas alemães. Havia uma tendência entre seus membros de se diferenciar dos refugiados judeus, se posicionando enquanto verdadeiros perseguidos pelas políticas hitleristas, ao passo que os judeus eram simplesmente oprimidos pelas leis raciais e eram, pelo grupo, considerados como “apolíticos”. Uma faceta do antissemitismo presente no grupo era que havia uma identificação dos judeus enquanto burgueses-capitalistas e que, se não fossem as leis raciais, não teriam deixado a Alemanha de Hitler.

Por ocasião do quarto aniversário da *Noite de Cristais*, August Siemsen escreveu uma resenha sobre a história do antissemitismo na Europa, buscando provar que aquele não era

⁸⁹ FRIEDMANN, Germán Claus. “Alemães antinazis e italianos antifascistas en Buenos Aires durante la Segunda Guerra Mundial”. *Rev. Esc. Hist.*, Salta, n. 5, p. 159-188, dic. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-0412006000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. de 2019.

um fenômeno exclusivamente alemão e conclamando que o povo judeu lutasse pela superação do sistema de classes que oprimia os mais fracos⁹⁰.

O DAD era frequentemente criticado por estas posições pelo jornal *Judische Wochenschau*, editado desde 1940 por Hardi Swarsenski, advogado que havia perdido sua profissão por conta das leis de Nuremberg, e pelo rabino Gunther Friedlander, que havia se instalado em Buenos Aires em 1939. Sua principal contenda era com a divisão que o DAD fazia entre políticos-perseguidos e apolíticos-judeus. O jornal defendia que havia sido o judeu, em específico, e não o povo alemão, a vítima das políticas persecutórias nazistas, postura essa da qual discordavam diversos membros do DAD.

O DAD iria sofrer também com as sanções impostas pelas autoridades argentinas pós-1943. O jornal *Das Andere Deutschland*, inicialmente editado em alemão, seria transformado na publicação *La Otra Alemania*, em castelhano. Suas duras críticas à colaboração de empresas com o governo alemão, bem como as reprimendas dirigidas às posturas coniventes do governo argentino e, por fim, a denúncia do quinta-colunismo na comunidade iriam tornar este grupo um alvo de represálias dentro da sociedade argentina.

Ainda assim, a militância dos membros de *Das Andere Deutschland* não poderia ser ignorada. Siemsen e seu grupo foram os principais organizadores do Congresso dos Alemães Antifascistas da América do Sul, que ocorreria no final de janeiro de 1943 em Montevideo e que contou com a participação de diversos grupos de resistência antinazista de toda a América Latina. O Congresso fora duramente criticado pelo *Judische Wochenschau*, que acreditava que uma cooperação entre judeus e não judeus seria ignorar que estes alemães não-judeus também poderiam ser causadores dos males antisemitas, não fossem eles de orientação política distinta.

Entretanto, nas fileiras do DAD encontravam-se militantes judeus como Roberto Schopfloscher, escritor e jornalista, e Paul Walter Jacob, diretor do *Freie Deutsche Buhne*. Ambos questionavam a identidade judia-alemã que os representava, mas com ponderações em relação tanto à militância do DAD bem como a das associações judaicas que prestavam assistência na Argentina. Paul W. Jacob abriu o Congresso no Uruguai com uma conferência

⁹⁰ Ibidem.

através da qual definia suas convicções enquanto judeu, alemão e socialista. Em sua opinião, somente uma revolução poderia salvar a Alemanha das garras do nazismo⁹¹.

Outras personalidades judaicas no exílio também prestaram solidariedade ao Congresso de Montevideo, sendo Anton Finkelstein, diretor do DAD na Colômbia, um dos mais importantes oradores. Finkelstein replicou a nota do *Judische Woschenschau* com desprezo, afirmando não se tratar da opinião da maioria da comunidade judaica.

O movimento antinazista no pós-guerra argentino rapidamente iria se desgastar por conta desses fatores e pelas discordâncias internas do grupo em relação à Guerra Fria. O sentimento nacionalista argentino continuava estigmatizando os imigrantes enquanto subversivos e perigosos, o que incitava ainda mais a perseguição destes indivíduos. Lembro aqui que, assim como o Brasil, a Argentina manteve nas décadas de 30 e 40 várias Circulares Secretas proibindo a entrada de judeus refugiados do nazismo⁹².

As publicações do movimento *Das Andere Deutschland* cessariam no ano de 1949 e August Siemsen deixaria a Argentina em 1952, retornando para a cidade de Osnabruck. Em 1955, se estabeleceria definitivamente na República Democrática da Alemanha.

Apesar destas controvérsias e desencontros em suas posturas ideológicas, é possível afirmar, no entanto, que o DAD foi um dos movimentos mais significativos para os alemães no exílio da América Latina, tanto por ter organizado o Congresso Antifascista do Uruguai, bem como ter propiciado espaço para uma rede organizada de resistência cultural e política antinazista. O fato de não buscarem uma legitimidade perante o governo de acolhimento permitiu às suas lideranças fazer críticas à sociedade argentina e ao seu governo, bem como alertar para o perigo fascista neste meio⁹³.

México

A situação mexicana nas décadas de 30 e 40 impõe condições distintas aos exilados de língua alemã no país. A política externa conduzida pelo governo de Lázaro Cárdenas

⁹¹FRIEDMANN, German. *Alemanes antinazis y politica argentina*. Disponível em: <<http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Friedmann%201.pdf>>. Acessado em: 20 jul. 2019.

⁹² Sobre o tema do antissemitismo na Argentina, conferir o livro clássico de Leonardo Senkman: SENKMAN, Leonardo. *El antisemitismo en la Argentina*. Buenos Aires: Centro Ed. de América Latina, 1989.

⁹³ Sobre o *Das Andere Deutschland* é imprescindível a recomendação do livro de German Friedmann, *Alemanes Antinazis en Argentina*, apud FRIEDMANN, German. *Alemanes antinazis en la Argentina*, Buenos Aires: Editorial Siglo XX, 2010.

(1934-1940) é considerada pela historiografia mexicana como um exemplo de governo antifascista: o México era o único país, além da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a apoiar a República Democrática Espanhola frente à ameaça franquista, acolhendo centenas de refugiados da guerra civil que se segue e enviando armas para a república espanhola. Em 1938 e 1939, o governo também protestou contra a anexação da Áustria e da Tchecoslováquia pelo regime nazista, respectivamente.

Neste período, atitude do governo mexicano frente ao comunismo contrastava-se com a postura de outros países latino-americanos: o representante do México na Liga das Nações, Narciso Bassols, alertava, em princípios de 1937, para a questão do “reacionarismo latino-americano e o fascismo internacional”, que acionado para justificar a repressão à ameaça comunista. Em 1935, o governo mexicano já havia lamentado a força com a qual foi reprimido o movimento da Coluna Prestes, no Brasil e, em 1936, intermediado pelo pintor Diego Rivera, foi acolhido pelo país o dissidente León Trotsky, da URSS.

A presidência de Manuel Ávila Camacho (1940-1946) sinalizava para uma mudança de atitude em relação à postura cardenista, com um abandono da política anti-imperialista frente aos Estados Unidos e a supervalorização do ideal de “unidade nacional”. Foi neste período com a entrada do México na Segunda Guerra Mundial, que se criou a Estação Migratória de Perote (Veracruz), o mais célebre campo de concentração mexicano, financiado com o apoio dos Estados Unidos para um programa de deportação de cidadãos dos países do Eixo. Cerca de 700 cidadãos de língua alemã foram detidos em Perote de forma arbitrária, de uma população composta por 9 mil imigrantes, refugiados e exilados de língua alemã.

Dentre os países latino-americanos, o México ganha um lugar de destaque por sua íntima aliança entre o governo de Cárdenas e, posteriormente, Camacho, a esquerda e os movimentos antinazistas. A postura oficial de imigração não excluía pessoas por conta de afiliação política comunista, situação distinta de todas as outras repúblicas latino-americanas. O reconhecimento da importância do apoio governamental pode ser percebido na edição de novembro /dezembro de 1945, onde logo na página 2, há um agradecimento, por parte do FD, ao governo de Camacho:

Ao completarmos quatro anos de existência agradecemos ao governo do presidente Gal.de Divisão Don Manuel Avila Camacho que, generosamente nos permitiu ampla liberdade de ação no México democrático.

(a) Redação e Editora Alemanha Livre⁹⁴.

A articulação dos intelectuais de língua alemã com figuras tradicionais do antifascismo mexicano, como Vicente Lombardo Toledo, bem como a proximidade geográfica com os Estados Unidos, provocaram uma situação complexa para os exilados. No caso, a facilidade de intercâmbio cultural com os exilados de língua alemã radicados nos Estados Unidos se emergiu como vantagem para os exilados mexicanos saírem da situação de isolamento imposta pelos confrontos com outros grupos antinazistas latino-americanos; mas também lhes rendeu uma vigilância e perseguição de órgãos do governo federal estadunidense, como o FBI.

Diversos movimentos atuaram no México das décadas de 30 e 40, dos quais destacamos aqui: *Hatikva Menorah*, fundada em 1937 por intelectuais de ascendência judaica; em 1939, a *Acción Republicana Austriaca* (*Österreichische Republikanische Aktion in Mexiko*), ligada a uma luta pelo restabelecimento da independência política austríaca e que forjou laços com os sindicatos trabalhistas mexicanos; a *Liga Pro Cultura Alemana* (LPC), que estabeleceu-se em 1938 e depois de uma cisão, perdeu espaço para a *Alemania Libre* (*Freies-Deutschland*) em 1941, e o *Klub Heinrich Heine*, associação cultural de literatura alemã⁹⁵.

O principal interlocutor dos intelectuais latino-americanos, dentre estes movimentos, foi sem dúvida o *Alemania Libre*, capitaneado por Ludwig Renn, com quem o Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã, no Brasil, mantinham contato.

A Liga Pró-Cultura Alemã e o Movimento Freies Deutschland

O estudo seminal sobre o movimento *Freies Deutschland* são os dois tomos publicados em 1974 em Berlim pelo historiador Wolfgang Kießling: *Alemania Libre in Mexiko. Ein Beitrag zur Geschichte des antifaschistischen Exils (1941-1946)*. O livro é contestado pela historiografia mexicana por ter um viés hagiográfico sobre o movimento por conta de suas ligações com o *Freies Deutschland* da URSS. Fritz Pohle, em 1986, publicou

⁹⁴ Dossiê 30-J-4-13. Fundo DEOPS/SP. APESP.

⁹⁵ REVAH, Mario Ojeda. *Freies Deutschland y el exilio alemán en México*, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/299951652_Freies_Deutschland_y_el_exilio_aleman_en_Mexico> Acessado em: 20 dez. 2018.

Das mexikanische Exil. Ein Beitrag der politisch-kulturellen Emigration aus Deutschland (1937-1946), uma obra mais rigorosa sobre os mesmos grupos emergentes no período⁹⁶.

Nesta sua obra *Das mexikanische Exil*, Pohle analisa como o México se tornou um refúgio para indivíduos considerados indesejáveis por sua afiliação comunista, não só na Alemanha, como nos Estados Unidos e na América Latina em geral. O antifascismo mexicano estava ligado a um renascimento dos ideais da Revolução Mexicana de 1910-1917 justificando sua oposição pela falta de liberdade política.

A *Liga Pro-Cultura Alemana* (LPC) estabeleceu-se no México em maio de 1938, tornando-se a primeira organização no exílio de intelectuais alemães no México. Da sua fundação, participam o pedagogo Otto Ruhler, que junto com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, era um dos fundadores da *Internationale* e da Liga Espartaquista, na Alemanha, e Gustav Regler, romancista comunista e membro do Partido Comunista Alemão. Ancorada nos princípios da “Outra Alemanha”, mas direcionados principalmente ao aspecto cultural, a LPC abrigava sociais-democratas, comunistas e liberais unidos contra o nazismo.

Suas principais atividades constituíam em organizar encontros sobre literatura, história, artes, música e filosofia alemães, além de combater simultaneamente a propaganda nazista promovida pela embaixada alemã no país. Inicialmente desconsiderados pelo governo alemão, foram gradualmente tornando-se uma ameaça para o Ministério de Relações Exteriores alemão por sua ligação estreita com a Secretaria de Educação mexicana e pela participação da ativa comunidade judaica alemã em suas atividades, bem como a proximidade com o movimento *Hatikva Menorah*; distinguindo a atuação da LPC em relação aos outros movimentos latino-americanos como o DAD.

Em setembro de 1938, a LPC promoveu uma série de conferências sobre o antinazismo, contando com apoio e palestras de representantes do Partido Revolucionário Mexicano (PRM). Em outubro do mesmo ano, a carta de um alemão encaminhada ao partido nazista solicitando que considerassem sua esposa mexicana como ariana, recebeu a resposta com um questionário de antecedentes para que ela pudesse provar sua pureza. Indignado com a resposta, o imigrante alemão, repassou o questionário para a LPC, que publicou esse documento com o título de “Mexicanos, vocês sabiam que são considerados uma raça de

⁹⁶ KIEBLING, Wolfgang. *Alemania Libre in Mexiko. Ein Beitrag zur Geschichte des antifaschistischen Exils (1941-1946)*. Berlin: Akademie-Verlag, 1974

POHLE, Fritz. *Das mexikanische Exil. Ein Beitrag der politisch-kulturellen Emigration aus Deutschland (1937-1946)*. Berlin: J.B. Metzler, 1986.

segunda categoria?”. A repercussão foi tamanha que o embaixador alemão sentiu-se obrigado a esclarecer a situação através dos principais jornais da Cidade do México⁹⁷.

Com as ofertas de asilo político feitas pelo governo Cárdenas em 1940, após a queda da França para o governo de Vichy, um significativo número de intelectuais membros e funcionários do Partido Comunista Alemão que se encontravam em Paris, conseguiram o visto para o México, integrando-se à LPC, como Anna Seghers, Ludwig Renn, Egon Erwin Kisch, Bodo Uhse, Paul Merker e Alexander Abusch⁹⁸.

Pertenciam a essa leva de exilados muitos indivíduos ligados ao que, em 1943, se constituiria como o NFKPD (*Nationalkomitee Freies Deutschland*), associação mobilizada por uma Alemanha Livre fundada em Moscou na década de 40. A ideia da criação de uma revista dedicada à causa da libertação alemã tomou forma a partir de uma cisão com a LPC por conta de sua afiliação ao trotskismo.

O *Klub Heinrich Heine, Vereinigung antinazistischer Intellektueller deutscher Sprache* (Clube Heinrich Heine, grupo de intelectuais antinazistas falantes de língua alemã) foi fundado em 1941 no México pela escritora no exílio Anna Seghers. Sua principal atuação constituía-se em organizar eventos culturais à comunidade alemã no exílio. A celebração do poeta Heinrich Heine, de ascendência judaica e visões políticas radicais, marcava a intenção do grupo em estabelecer pontes com o movimento *Hativka Menorah* e com as associações trabalhistas radicais do México.

A revista *Freies Deutschland*, ligada ao recém-criado movimento *Alemania Libre*, foi lançada em novembro de 1941, junto com a estreia de uma montagem da peça *Ópera dos Três Vinténs*, de Bertold Brecht. Publicada mensalmente até junho de 1946, a *Freies Deutschland* tinha distribuição por todo o continente. O presidente era, inicialmente, Bruno Frei e, após três números, ao controle editorial passou para Alexander Abusch. Em seu primeiro número, Ludwig Renn convocava todos os antifascistas da América Latina a criarem uma frente única contra o nazismo.

⁹⁷ SCHULER, Frederick E. *Mexico between Hitler and Roosevelt: Mexican Foreign Relations in the Age of in the Age of Lázaro Cárdenas, 1934–1940*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

⁹⁸ GRAF, Philip. “Ante el Holocausto: El exilio comunista germano-parlante en la Ciudad de México, 1941–1946”. In: Di Stefano, Giovanni; Peters, Michaela (eds.). *México como punto de fuga real o imaginario: el exilio europeo en víspera de la Segunda Guerra Mundial*. Munich: Meidenbauer, 2011, p. 239–259.

Os conteúdos da revista foram distribuídos em seções fixas, como *FD Berichet* (“FD informa”), *FD liest* (“FD lê”) e *FD hört* (“FD escuta”), que publicavam notícias sobre o mundo, resenhas de livros, contos e reflexões literárias. A revista contava com colaboradores tanto da comunidade germânica instalada no México (Seghers, Paul Mayer, Andre Simone, Leo Katz, entre outros), como também dos refugiados radicados nos Estados Unidos (Thomas Mann, Heinrich Mann, Oskar Maria Graf, etc), além dos escritores exilados na União Soviética (Friedrich Wolf, Willi Bredel). Também convidaram importantes personalidades latino-americanas, como Pablo Neruda, Vicente Lombardo Toledo e José Bergamin para escreverem em suas páginas. A partir de 1942, o movimento passou a publicar também um informativo semanal em língua espanhola para lutar contra a quinta coluna e informar leitores não-germânicos do estado atual da luta antifascista na Europa.

Para os escritores ligados à *Alemania Libre*, a instrumentalização da literatura para uma educação antifascista e pró-comunista era essencial a sua publicação. No ano de 1942, foi criada a editora associada ao movimento, chamada *El Libro Libre*, publicando diversas obras dos escritores exilados e dos perseguidos políticos do regime nazista. Entre este ano e o de 1946, a editora publicou mais de 20 títulos em língua alemã, com distribuição total de 36 mil livros e 6 obras em língua espanhola, com tiragem de 18 mil exemplares⁹⁹. Em 1943, num esforço coordenado com o governo mexicano, foram publicados cerca de 10 mil exemplares do *El libro negro del terror nazi en Europa: testimonio de escritores y artistas de 16 naciones*, com relatos de escritores como Thomas Mann, Lion Feuchtwanger e testemunhos sobre o Holocausto nazista.

Com a chegada dos relatos de campos de concentração, em 1942, Paul Merker passou a publicar ensaios na revista sobre a responsabilidade coletiva do povo alemão perante o genocídio judeu, apoiando a criação de um Estado Judeu e reparações financeiras para os afetados pelas políticas nazistas. Merker, Kisch e Simone se aproximariam mais do *Hativka Menorah*, que passaria a ter uma publicação própria de cunho antinazista, sionista e pró-comunista, chamada a *Tribuna Israelita*¹⁰⁰.

⁹⁹ REVAH, Mario Ojeda. Op. Cit., p. 17.

¹⁰⁰ ACLE-KREYSING, Andrea, “Antifascismo: un espacio de encuentro entre el exilio y la política nacional. El caso de Vicente Lombardo Toledano en México (1936-1945)”. In: *Revista de Indias*, [S.L.], v. 76, n. 267, p. 573-609. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1028/1100>>. Acessado em 22 jan. 2019.

O movimento *Alemania Libre* seria então constituído como o segundo grande polo latino-americano dentro das discussões sobre o movimento de exílio alemão na América Latina. No Brasil, tanto Karl Lustig-Prean quanto Stefan Baron, líderes do Movimento dos Alemães Livres e da Associação Democrática Alemã, disputariam espaço e reconhecimento dentro da organização mexicana.

Quando da prisão de Stefan Baron em São Paulo, alguns exemplares da revista foram encontrados e mantidos pelo DEOPS-SP. Por ocasião da comemoração dos 5 anos da revista, a Associação Democrática Alemã mandou uma nota de apoio e parabenizando o grupo mexicano¹⁰¹. Também foi apreendida uma carta para o editorial da revista, onde Baron critica Lustig-Prean, que até pouco tempo, era reconhecido enquanto colaborador da publicação, mas que havia cortado laços por conta da tendência comunista dos seus editores¹⁰².

Sobre o movimento e o destino de seus líderes, o livro de Renata von Hanffstengel e Cecilia Tercero Vasconcelos, *México, el exilio bien temperado*, de 1995, é considerado uma obra de referência da historiografia mexicana, interligando os eventos da década de 30 com o contexto internacional do Partido Comunista e as lutas sindicais trabalhadoras da Cidade do México.

Em síntese, é possível afirmar que as resistências antinazistas no México e na Argentina mantinham relações distintas com seus respectivos governos. No caso do *Freies Deutschland*, certos elementos do governo, pelas afinidades políticas ideológicas comuns com os subversivos comunistas, acolhiam o movimento, que contava também com o apoio dos intelectuais exilados alemães nos Estados Unidos. Essa colaboração pode ser constatada na publicação do *Freis Buch* denunciando os males do terror nazista. É preciso, entretanto, tomar cuidado para não relativizar a criação do campo de prisioneiros de Veracruz, onde seriam detidos diversos membros da comunidade alemã-mexicana: embora os grupos de resistência antinazista não tenham sido alvos diretos dessa perseguição, é preciso reconhecer que o governo mexicano também implantara mecanismos de repressão contra os estrangeiros súditos do eixo.

¹⁰¹ Dossiê 12-Z-21-X. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁰² Dossiê 30-J-4. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A relação da imprensa mexicana com o tema do antinazismo era similar à postura dos jornais brasileiros, mantendo uma posição de desdém pela ideia de que um alemão reivindicasse uma Alemanha “livre dos nazistas”.

O movimento *Das Andere Deutschland* (DAD), por sua vez, não encontrou o mesmo ambiente de acolhida na Argentina. Sua postura se mantém firmemente crítica contra os desmandos do governo argentino, o qual definiam como de inspiração totalitária. A presença marcante do movimento strasserista no país também remete suas próprias questões ao governo. Ao denunciar tanto o quinta-colunismo na comunidade alemã no exílio, quanto discutir publicamente sobre uma imigração política, o movimento – apoiado por liberais, socialistas e comunistas – tornou-se alvo do governo argentino, que o desmonta. O DAD conseguiu expandir sua rede de intelectuais para Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, alcançando uma circulação maior do que do jornal FD.

Os dois movimentos disputaram a liderança na montagem de uma frente única latino-americana de resistência antinazista. A criação simultânea do Comitê Latino-Americano Antinazista (LAK), coincidindo com o congresso organizado pelo DAD em Montevidéu, revela uma crise entre os dois movimentos, que interpretavam as questões relativas ao conceito de “Outra Alemanha” e a discussão sobre o futuro da Alemanha com pontos de vista significativamente distintos, ainda que próximos. Se o FD colaborava com o governo mexicano, o DAD não prestava nenhum tipo de respeito ou aliança com uma instituição que não compartilhava dos mesmos ideais políticos-democráticos.

Os caminhos políticos das maiores associações antinazistas da América Latina se cruzariam no grande debate sobre a formação da Frente Única de resistência antinazista latino-americana e no ano que marcaria o ápice dessa grande discussão, com a criação Comitê Antinazista Latinoamericano (LAK) e o Congresso Antinazista no Uruguai, em 1943.

Uruguai

O Congresso Antinazista em Montevidéu

A principal ambição dos movimentos antinazistas era montar uma Frente Única de resistência latino-americana. O Congresso Antinazista realizado em Montevidéu no final de janeiro de 1943 significou o ápice de um processo de lutas antinazistas na América Latina. Organizado, sobretudo, pelo DAD argentino, é citado pela historiografia dedicada aos

movimentos de resistência como o mais influente. Importante ressaltar que a revista do DAD logo alçou o grupo de exílio a uma posição privilegiada na América do Sul visto que um dos seus objetivos era discutir as possibilidades do surgimento de uma Alemanha revolucionária socialista no pós-guerra, mas apenas no caso da vitória dos Aliados.¹⁰³

O evento em Montevideu pretendia, como principal objetivo, a fundação de uma frente única de resistência antinazista no continente. O movimento tinha centros de atividade no Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, bem como correspondentes no Brasil e na Colômbia.

Em fins de 1942, o DAD começou a preparar um Congresso, que foi realizado em Montevideu, no Uruguai, dos dias 29 a 31 janeiro de 1943. O principal objetivo era de montar uma Frente Única de resistência antinazista, sob a tutela do DAD em Buenos Aires. Essa ambição pela liderança levaria à disputa com o grupo mexicano *Freies Deutschland* e também com um outro grupo argentino, o *Volksblatt* (Folha do Povo), ligados ao movimento mexicano. No entanto, o fato do DAD manter centros de atividades no Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, bem como correspondentes no Brasil e na Colômbia, o colocava em uma situação privilegiada.

Os movimentos brasileiros na rede das relações antinazistas do continente

Friedrich Knistead foi o único representante oficial do Brasil neste Congresso, atuando como o principal contato do DAD com o nosso país. No entanto, um relatório anexado ao dossiê do Movimento dos Alemães Livres organizado pelo DEOPS/SP indica que outras duas pessoas participaram deste evento com o objetivo de relatar detalhes para a polícia política brasileira, tema a ser retomado nos próximos capítulos.¹⁰⁴ Knistead

¹⁰³ No terceiro ponto de seu panfleto explicativo, “O que é e o que quer A Outra Alemanha?”, é colocado que eles concentram todos os seus esforços na libertação da guerra e, deixando a discussão da construção de um novo tempo socialista para um momento em que a derrota do Eixo já seja evidente e que o mundo esteja discutindo a paz. “DAS ANDERE DEUTSCHLAND hält es von seinem sozialistischen Standpunkt aus für falsch, alle Anstrengungen ausschliesslich auf die (Gewinnung des Krieges zu konzentrieren und dabei die Friesen des Friedens und des Neubaus ausser Acht zu lassen in einer Zeit, in der sich bereits die Niederlage der Achsenmächte deutlich abzeichnet und die Weltreaktion dabei ist, ihren Frieden vorzubereiten.” Flyer. *Was ist und will Das Andere Deutschland?*, 1938. Acervo do Arquivo Leo Beck Institute Library. Disponível em: <https://archive.org/details/dasanderedeutsch00unse_2>. Acessado em 10 jul. 2017.

¹⁰⁴ Dossiê 12-Z-21. Fundo DEOPS/SP. APESP.

participava como fundador e ativista do Movimento dos Anti-nazis Alemães, de Porto Alegre, e também em nome dos jornais *Aktion* e *Der Frei Arbeiter*, além de estar próximo em 1942 de Johann Griemesen, um refugiado vienense ¹⁰⁵.

O Movimento dos Anti-nazis Alemães, de Porto Alegre, como todos da segunda fase de ação política, também voltava-se ao convencimento do governo brasileiro de que havia esta outra Alemanha. Trabalhando em contato com a Delegacia Especial de Segurança Política e Social de Porto Alegre, o movimento organizou uma lista de 106 indivíduos alemães pelos quais se responsabilizaria, de modo a suavizar o efeito das medidas políticas implantadas pelo governo para perseguir “súditos do Eixo”. O contato de Knistead com o movimento *Das Andere Deutschland*, também garantia a distribuição da revista publicada pelo grupo no Brasil.

Segundo Izabela Kestler, na realidade, não havia um movimento organizado de pessoas ligadas ao DAD, mas diversos pequenos grupos de entusiastas no Rio de Janeiro, São Paulo e em Porto Alegre, que mantinham contato entre si.¹⁰⁶ Entre estes cumpre citar Willy Keller que, também se empenhou em criar uma organização antinazista, no Rio de Janeiro, no final de 1942¹⁰⁷, a *Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* (Associação de Emergência Antifascista), que manteve intercâmbio com o grupo de pessoas amigos de Kurt Fabian em São Paulo. Sua atividade tornou-se mais intensa a partir de 1943, com a saída de Filinto Müller então Chefe de Polícia do Distrito Federal, germanófilo pró Hitler, reconhecido por sua repressão aos judeus e comunistas¹⁰⁸.

Essa associação chegou a publicar um boletim informativo que pretendia substituir as revistas da DAD, cuja irregularidade e interferência da polícia não permitia sua circulação e que durou até 1947. Também mantinha a *Notbucherei deutscher Antifaschisten* (Livraria de Emergência dos Alemães Anti-fascistas), junto com o escritor Ulrich Becher, refugiado no

¹⁰⁵ Knisteadt é um dos nomes importantes na história do anarquismo no Rio Grande do Sul, onde chegou em 1914 envolvendo-se em movimentos sindicalistas locais, para além das atividades antifascistas e antinazistas. Ver GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: Est, 1989.

¹⁰⁶ KESTLER, Op. Cit.

¹⁰⁷ A historiadora Marlen Eckl contesta que a organização já teria sido fundada em 1935. As datas que Izabela Kestler apresenta, indicam que Willy Keller só teria se mudado para o Rio de Janeiro em 1940, o que torna a data proposta por Eckl, mas ela coloca que, desde sua chegada em 1935, Keller sofria com buscas domiciliares. Ambas as fontes concordam que a organização só teria participação ativa a partir de 1943.

¹⁰⁸ Sobre o assunto conferir CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1988. PATTO SÁ, Op. Cit.; *Vozes do Holocausto*. São Paulo: Maayanot, 2018, vol. III.

Brasil como membro do Grupo Görden, conforme estudos recentes publicados por Tucci Carneiro.

A colaboração entre o grupo de Keller e o movimento antinazista de Kniestedt se aproximou por conta de sua ligação com o DAD. A relação dos dois grupos duraria até 1945, quando romperam por questões de ideologia política. Segundo Keller, o grupo do Rio de Janeiro acusou Kniestedt de atitudes pequeno-burguesas¹⁰⁹. O *Notgemeinschaft* era ideologicamente voltado à esquerda e estava em sintonia com o pensamento da DAD, cujas bases excluía os exilados e refugiados de direita. O movimento de Kniestedt era de linha anarquista. O *Notgemeinschaft* encerrou suas atividades em 1946, por vontade do próprio Keller, atitude criticada em uma carta do DAD e assinada por amigos¹¹⁰. A morte de Kniestedt em 1947 também encerrou as atividades do Movimento dos Anti-Nazis Alemães, em Porto Alegre.

Lustig-Prean, a princípio, se aproximou do grupo de Siemsen, formado principalmente por sindicalistas de esquerda. Em 17 de novembro de 1942, escreveu a este, propondo a ação de formar diversas comissões de alemães livres em governos aliados, de preferência, sob a tutela do príncipe Hubertus zu Lowenstein-Wertheim-Freudenberg, político e historiador alemão, que se encontrava refugiado nos Estados Unidos¹¹¹. Lowenstein era um dos proponentes do grupo mexicano *Freies Deutschland*, com quem o Movimento dos Alemães Livres do Brasil posteriormente se aliaria.

A historiadora Marlen Ecklel afirma que em setembro de 1942,

Lustig-Prean explicou o papel do Movimento dos Alemães Livres de um elo “entre o Movimento Alemanha Livre tão estimado de Ludwig Renn no México e o Outra Alemanha da Argentina cujo homem de confiança continuo ser aqui no Brasil”. Dessa maneira, por algum tempo, o grupo foi percebido como um círculo ligado tanto ao DAD quanto ao Movimento Alemanha Livre. A longo prazo, Lustig-Prean não conseguiu furtar-se a confrontação entre os dois círculos rivalizados. Ambos grupos queriam reunir as forças e criar uma Frente Única na América Latina. Com sua decisão a favor do Movimento Alemanha Livre e sua participação na presidência de honra do Comitê Latino-americano (LAK), em 1943, o Movimento dos Alemães Livres acabou de existir.¹¹²

¹⁰⁹ KESTLER, Izabela Maria Furtado, op. cit., p. 175.

¹¹⁰ Idem, p. 177.

¹¹¹ Dossiê 12-Z-21-71. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹¹² ECKEL, Marlen, “Entre resistência e resignação – as atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil, 1933-1945”, In: *Projeto História*, nº 53. São Paulo: Mai-Ago, 2015, p. 150.

Em 21 de janeiro de 1943, o jornal *Correio Paulistano* publicou uma pequena nota sobre a proposta de formação do Comitê Latino-Americano dos Alemães Livres, onde ficam explicitos os preceitos desta organização:

Figura 2 - “Comité Latino-Americano dos Alemães Livre”, nota publicada no *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de janeiro de 1943, p. 2.

Em 12 de maio de 1943, o Movimento dos Alemães Livres tratou deste tema em seu boletim recapitulado por Lustig-Prean:

Desde os primeiros momentos da nossa existência repelimos rigorosamente qualquer política de partidos. [...] Outros grupos de emigrados alemães não eram da mesma opinião e necessariamente ficaram limitados. Ficamos contentes portanto quando os nossos amigos do México, protegidos pelo presidente mexicano, vieram fortalecer a nossa posição. Numa declaração resolvida no dia 16 de outubro de 1942 tomamos uma atitude definitiva que se refere ao PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO MILITANTE¹¹³.

O chamado “problema da emigração política” é um debate sustentado por Lustig-Prean em outras cartas: a suposta separação entre aqueles que saíram da Alemanha, por discordarem da política nazista e aqueles que, por sua alegada sua etnia “judaica”, foram obrigados a deixá-la. Em outros textos de sua autoria, Lustig-Prean define o emigrante político enquanto um soldado antinazista, com obrigações para com seu país de acolhimento

¹¹³ Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP.

e sua comunidade no exílio, sendo que seu dever principal era lutar contra o pensamento nazista que se infiltrava nos falantes de língua alemã no exterior. Esta suposta divisão instigava uma discussão mais ampla, que atingia também a comunidade de alemães no exílio na Argentina.

A emigração política, na opinião do líder do movimento dos Alemães Livres no Brasil, deveria ser apartidária: a luta contra a influência nazista era uma obrigação moral de todo cidadão. Descrevendo a declaração feita pelo movimento brasileiro e as exigências de sua parte, Lustig-Prean considerava que:

A "Alemania Libre" do México chamou a nossa declaração um documento essencial e corajoso de "importância histórica". Declaramos por princípio o seguinte:

"O movimento dos 'Alemães Livres do Brasil' é a única organização de alemães, residentes neste país, contrários à Hitler e seu regime. A organização se limita às possibilidades que as leis e os regulamentos brasileiros permitem. O movimento, que não reconhece diversos partidos, porque é imparcial, que não reconhece preconceitos religiosos, raciais e sociais, exige de seus aderentes uma dupla obrigação: 1o Fidelidade absoluta para com o Brasil 2o Luta incondicional contra todas as formas do nazi-fascismo e da 5a coluna. Nestas obrigações estão incluídas as seguintes condições: a. Trabalho ativo para a defesa do Brasil, toda vez que isto for exigido de nós. b. Proteção da fé cristã, justiça para todos os credos. c. Libertação de todos os povos, como também a libertação do povo alemão escravizado. d. Auxílio a todos os povos, que foram subjugados por Hitler e seus satélites. Em vista do empreendimento grandioso, que é a destruição completa do hitlerismo, o que quer dizer, ao mesmo tempo, um futuro brilhante para o Brasil, nós sempre lutávamos e lutamos hoje, e no futuro, para a cooperação e centralização de todos os alemães anti-hitleristas, prontos e aptos para a luta, para assim fazer deles uma força universalmente reconhecida.

Damos nosso voto favorável, seguindo as sugestões norte-americanas, de instalar no México o centro deste movimento mundial. Como não temos pretensões de liderança, nem pedidos de favores especiais, exigimos o seguinte: 1. Liderança imparcial. 2. Não permissão de influencias partidárias. 3. Unificação de todos os grupos, num país onde existem diversos; unificação entre organizações, que se hostilizam de um país para outro. 4. Cooperação estreita com as Nações Unidas. 5. Preparativos para uma cooperação futura e estreita destas mesmas nações. 6. Atividades que difundam a verdade, para assim preparar desde já uma paz duradoura entre os povos do mundo. Uma frente sólida com todos os movimentos livres e democraticos no mundo inteiro. O movimento central, aceitando estes princípios, tem a cooperação, por mais difícil que seja, do movimento dos "Alemães Livres do Brasil", naturalmente sempre levando em consideração nossa lealdade e fidelidade ao Brasil.¹¹⁴

¹¹⁴ Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP. Observação: em todos os fragmentos de documentos aqui citados mantivemos a grafia conforme registrada à época.

Figura 3 - "Comité Latino-Americano de Alemanes Libres.". México D. F., s.d.
Recorte anexado no Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP.

É interessante pensar na complexidade da figura de Karl Lustig-Prean, cujo perfil político e intelectual analisaremos mais adiante. Mesmo assim, gostaríamos de adiantar que os documentos que nos contam sua história de vida, revelam um homem multifacetado. Se seus amigos mais próximos eram figuras de autoridade, seu apreço pelo Brasil soa extremamente genuíno: ele escreve sobre a hospitalidade brasileira em suas "Cartas aos Amigos" e em sua autobiografia. As ofertas de delação corroboram os seus textos que nos quais reafirma a importância do espírito de lealdade ao Brasil, como fundamental para seu movimento. Fica também evidente a sua simpatia pelo movimento alemão assim como o seu respeito e cautela com o que representa a Rússia comunista. Apesar destas distintas posições, Lustig-Prean procurou manter uma neutralidade dentro do conflito:

A especial atenção que dedicamos aos serviços relevantes prestados pelos alemães livres do Mexico não diminua a importância do congresso dos

alemães livres realizado em Montevideu. Atravez de diversas declarações, manifestamos o desejo de ver reunida toda a emigração política alemã e ainda não perdemos a esperança de vermos unidos pelo mesmo ideal os movimentos da Argentina e do México. Alemães livres do Rio Grande do Sul estiveram presentes ao congresso do Uruguai, intelectuais de relevo do Rio de Janeiro haviam dirigido saudações ao congresso, pela primeira vez (e esperamos que não seja pela ultima) unidos pela mesma ação¹¹⁵.

Em 31 de maio de 1946, por conta da investigação ligada à Associação Democrática Alemã, o major Hildebrando Vieira de Mello, superintendente do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo –DEOPS/SP, recebeu cópia do relatório elaborado em janeiro daquele ano para o chefe de Polícia Política do Rio Grande do Sul. O assunto era o Congresso Antinazista no Uruguai, documento que permite avaliarmos o olhar policial sobre os movimentos de resistência brasileiros no contexto do Congresso de Montevideu:

Entre nós também surgiram estes movimentos livres - o italiano, o austríaco e o alemão. O austríaco e o italiano fracassaram.

Esse movimento foi tolerado, tanto quanto foi conveniente, e era liderado por Kniestedt, nome conhecido e ligado à organizações esquerdistas e socialistas.

Permitiu-se que Kniestedt fosse à Montevideu, ao Congresso anti-nazista, como representante dos alemães livres do Estado. Afinal, esse movimento foi extinto pela ação das autoridades policiais¹¹⁶.

Friedrich Kniestedt, então líder do movimento dos antinazistas no Rio Grande do Sul, conforme explicitado acima, era um dos atores fundamentais da atuação brasileira. A permissão foi dada como a contrapartida de um relatório encaminhado à Secretaria Regional de Segurança Pública de Porto Alegre, assinado com as iniciais F.K, em fevereiro de 1948. Embora não seja possível, por si só, deduzir que o F.K seja Friedrich Kniestedt, num outro documento, um investigador da polícia afirma que “como Kniestedt teve a oportunidade de declarar em seu regresso [de Montevideu], tal organização [DAD] nada mais é do que um movimento de Comunistas Alemães”¹¹⁷.

O CONGRESSO - No dia da abertura do Congresso, em 29 de fevereiro de 1943, tive a impressão de que o mesmo iria decorrer sem resultados. Alguns grupos bolchevistas apresentavam moções que davam ao Congresso um aspecto puramente político. À mim, como representante do Brasil, ficou reservado de lhes explicar, de que aquele Congresso não era o lugar para se

¹¹⁵ Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹¹⁶ Dossiê 12-Z-21-81. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹¹⁷ Dossiê 30-J-15-5. Fundo DEOPS/SP. APESP.

fazer propaganda àquelas idéias, e que todas as tendências políticas deveriam ser postas à margem se o combate conjunto contra o nazismo deveria ser coroado de êxito. Uma moção dos bolchevistas, pela qual deveria ser remetido um telegrama ao Presidente Getulio Vargas exigindo-se a libertação imediata de Carlos Prestes foi riscada da ordem do dia em face da minha exigência. **MOÇÕES E PROPOSTAS** - Todas as moções e propostas aceitas pelo Congresso demonstram fôrça e coragem, o critério para uma luta redobrada contra o nazismo e contra qualquer totalitarismo. Notou-se também a disposição para participar na renovação da Europa ao lado das democracias. O decurso do Congresso pode ser qualificado como satisfatório, mais ainda por ter sido o primeiro Congresso Anti-Nazista dos Alemães em todo o Universo. **DIFERENÇAS** - Enquanto que, em quasi todos os países da América do Sul, a maioria dos anti-nazistas alemães é formada por refugiados, que logo após o fim da guerra pretendem voltar à Alemanha, não se dá o mesmo com os do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul, onde nenhum anti-nazista tem a intenção de deixar o Brasil após este conflito. **PERIGOS E AMEAÇAS** - A minha opinião é de que existe o perigo de que após o colapso da Alemanha nazista ao realize o desejo dos bolchevistas de fazer surgir dos escombros uma Alemanha Soviética. Deduzi, por tudo que pude ouvir no Congresso, que há em todos os Países da América do Sul - assim também no Brasil - fortes núcleos de nativos que nenhum interesse tem numa vitória da democracia, mas que ao contrário, trabalham para que os bolchevistas, com seu auxílio, consigam o domínio do mundo. A propaganda é feita com habilidade por estes grupos sob o manto do patriotismo. É um fato absoluto de que a par do perigo nazista existe também o perigo bolchevista.

[...]

É um erro grave acreditar que a Rússia está lutando pela democracia. A Rússia está fazendo uma guerra defensiva. A Rússia está defendendo sua terra ameaçada. Os bolchevistas, por sua vez, defendem seu sistema e farão uma junção com outros sistemas totalitários. E aqui, é que está o perigo, também para a liberdade política do Brasil. Ainda hoje afirmam os bolchevistas que os nazistas são AGORA seus inimigos porque eles os atacaram, não devendo ser esquecido de que a Inglaterra ameaça a existência dos bolchevistas. **DEVERES** - Com o poder das armas se conseguirá abater o militarismo nazista prussiano, mas não se afastará o fanatismo dos nazistas, fascistas e bolchevistas. O fanatismo é para aquela gente uma religião. Eles se consideram mártires por uma causa justa. Aqui torna-se necessário o esclarecimento. E neste ponto se acham os anti-nazistas do Brasil, principalmente do Sul, de mãos atadas. O centro do nazismo do Brasil é Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas há também aqui um núcleo [ilegível] aproveitáveis como adversários nazistas. E entre estes dois grupos nazistas e anti-nazistas - há milhares de descendentes de alemães que poderiam ser afastados da propaganda totalitária. Não pela força, ameaças, difamações e leis, mas com amor, esclarecimento e educação. Dêem a nós, como no Rio e São Paulo, a possibilidade de introduzir e difundir a imprensa livre anti-fascista. Que se permita, como na Inglaterra e Norte América, esclarecer o indivíduo na sua língua materna. Só assim nos será possível combater o perigo e transformar essa gente em bons brasileiros. Porto Alegre, fevereiro de 1943. (Ass.) F. K.¹¹⁸

¹¹⁸ Dossiê 30-J-7-3. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Friedrich Kniestedt ao elaborar este relatório, também faz uma petição: de receber autorização para as publicações em alemão poderem circular livremente, algo que estava proibido pelas leis nacionalistas promulgadas por Getúlio Vargas. Ao fim da guerra, encontramos uma notícia de jornal na qual o Movimento de Alemães Anti-nazistas de Porto Alegre demandava das autoridades brasileiras um certificado que os diferenciase dos outros alemães, por suas ações colaboracionistas durante o período.

Figura 4 - “Alemães Domiciliados em Porto Alegre”. Nota publicada no *Correio da Manhã*, Porto Alegre, 27 de outubro de 1945, p. 4. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Kniestedt não era o único alemão a participar do congresso em nome do Brasil. Um relatório¹¹⁹, assinado por outro informante, subdividia os grupos participantes em cinco categorias:

- A primeira internacional seria um grupo pequeno, coordenado por um jornalista alemão chamado Balden Oden. Não se conhecem ramificações do movimento pela América Latina.
- A segunda internacional seria o *Das Andere Deutschland*, identificado na figura de August Siemsen. O relator descreve que este é o grupo mais poderoso dentro do Congresso. Socialista e marxista, o grupo teria representantes em 8 países e no Brasil, contato com Willy Keller, Fritz Kniestedt e Kurt Fabian.
- A terceira internacional fora considerado “a ala mais perigosa, porque de atuação essencialmente subversiva.”. O relator informa que esta é a matriz de todos os partidos comunistas nas Américas, sendo a influência direta do KPD alemão no exterior. Dirigido por Erich Sirloff, o jornal *Volksblatt* seria seu principal veículo e Karl Lustig-Prean seu representante no Brasil
- A quarta internacional seriam os trostkistas, sediados no México, ligados à IKD – Internacional dos Comunistas Alemães, que o relator declara ser um movimento de alemães anarquistas.
- O quinto grupo é chamado de “Nazistas livres” pelo relator: seriam os nazistas anti-hitleristas, ou seja, a corrente strasserista do Congresso. No Brasil, o relator aponta que seu líder seria Ernst Bachmann.

O Congresso foi qualificado como um fracasso pelo relator da Polícia Política paulista. No resumo do relatório, informante sugere que todos os movimentos livres entre alemães devem ser tratados com reserva. Com o objetivo de sistematizar suas informações, divide a resistência organizada em três grupos: internacionalistas (“comunistas de várias matizes”), nacionalistas (nazistas dissidentes do hitlerismo) e os alemães livres católicos. Dos

¹¹⁹ Dossiê 12-Z-21-86. Fundo DEOPS/SP. APESP.

internacionalistas, ele deve a desconfiança por, já que militaram em organizações comunistas, terem destruído os partidos democráticos alemães, tornando impossível acreditar em sua sinceridade. Atribui a liderança desse movimento internacionalista à August Siemsen cujos representantes no Brasil seriam Fritz Kniestedt, Willy Keller e Kurt Fabian.

No prontuário de Kurt Fabian, um relatório geral informa que, enquanto Ludwig Renn assumia que o Movimento dos Alemães Livres encontrava-se sob a direção de Stefan Baron, a DAD acreditava que Kurt Fabian teria criado um movimento a parte de Lustig-Prean, com o nome Alemanha Livre colocando-se como o seu representante no Brasil. Seu prontuário revela a interceptação de correspondência e jornais antinazistas pela censura policial de São Paulo que controlava os correios. No relatório de oito folhas sobre o Movimento dos Alemães Livres, Kurt Fabian é citado como o primeiro presidente, antes de Lustig-Prean.

De uma forma geral, tentando aqui idealizar a “cartografia política” dos movimentos brasileiros de resistência antinazista, como vem sugerindo a historiadora Tucci Carneiro, podemos afirmar que eles se inserem em um cenário distinto dos movimentos argentino e mexicano quanto a sua relação com as autoridades. A ligação que o Movimento dos Alemães Livres tinha com as autoridades brasileiras pode ser descrita como minimamente ambígua, assim como os ativistas do Movimento Áustria Livre¹²⁰. A Associação Democrática Alemã, por sua vez, mantinha uma postura ainda mais severa com relação ao governo getulista.

Sem perder de vista os movimentos de resistência atuantes na América Latina, precisamos desconstruir a complexa rede de relações da comunidade de língua alemã estabelecida no Brasil, em sua composição e seus valores, para obtermos uma dimensão real ou, pelo menos, aproximada da ideologia e dinâmica endossadas por estes ativistas. Daí a importância de reconstituirmos, simultaneamente, as práticas e as consequências da política de segurança nacional adotada pelo Estado Novo brasileiro. As pesquisas desenvolvidas e publicadas pela equipe do PROIn- Projeto Integrado Arquivo/Universidade, aqui citadas, demonstram que a xenofobia, o racismo e o nacionalismo exacerbado e integracionista endossados pelo governo Vargas persistiram até a década de 50.

¹²⁰ O Movimento Áustria Livre foi um importante movimento de resistência antinazista de língua alemã, organizado pelos austríacos radicados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua existência se dá a partir da anexação da Áustria pela Alemanha nazista. Inicialmente, havíamos pesquisado esse movimento e planejado incluí-lo nessa dissertação e chegamos a reunir a documentação e fontes, mas por uma questão de recorte e tempo, optamos por não abordá-lo nesse âmbito.

CAPÍTULO II - POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

2.1. Refugiados do nazismo enquanto perigo político

A resistência antinazista no México e na Argentina enfrentou condições distintas daquelas vivenciadas pelos ativistas radicados no Brasil e, mais especificamente, na década de 1940. É possível pensar em dois vieses da resistência antinazista emergente junto às comunidades de imigrantes, exilados e refugiados: um deles articulado por grupos com objetivos específicos, como o combate ao pensamento nazista nas comunidades alemãs através de palestras, organização política, publicação de revistas e jornais, como foi o caso do DAD argentino ou do FD mexicano. Outro recorte possível é o de considerar o ideário e a produção individual de libelos de artistas ou intelectuais que participavam destas comunidades.

A produção de artistas e intelectuais radicados no Brasil é riquíssima, mas ainda carece de pesquisas e publicações pela historiografia brasileira. Dado o recorte de nossa investigação e a necessidade de um trabalho sistemático sobre a história destes movimentos, o foco desta pesquisa se faz centrado no Movimento dos Alemães Livres e na Associação Democrática Alemã¹²¹.

Levaremos em consideração, como fio condutor desta nossa análise, que os grupos politicamente articulados enfrentaram dois níveis de obstáculos: a luta por espaços de circulação que permitissem, ainda que sutilmente ou na clandestinidade, ações intervencionistas contra o discurso nazista e a política autoritária, de cunho germanófilo, adotada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Sem perder de vista que, muitos desses elementos repressivos, tiveram continuidade no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

O principal *corpus* documental selecionado para este estudo encontra-se majoritariamente nos arquivos do antigo DEOPS do Estado de São Paulo, um dos braços da Polícia Política brasileira, fortalecida durante o governo Vargas em meio à repressão aos comunistas e de enfrentamento aqueles que ousassem resistir à ordem instituída. Daí a necessidade de contextualizarmos o clima político gerado pelo ideário deste governo

¹²¹ Sobre o assunto, conferir o livro de Maria Luiza Tucci Carneiro, *Brasil: Um refúgio nos trópicos. Brasil, um Refúgio nos Trópicos: A Trajetória dos Refugiados do Nazifascismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997, atualmente ampliado como Projeto Temático *Travessias: O legado dos artistas, intelectuais e cientistas refugiados do nazifascismo. Brasil, 1933-2022*, em execução junto ao LEER-USP.

modelado, segundo Croci e Tucci Carneiro, nos paradigmas dos regimes fascistas europeus. Através desta abordagem conseguiremos dimensionar as dinâmicas da repressão política e dos movimentos de resistência antinazistas¹²².

Para analisar os movimentos de resistência no Brasil dos anos 30 e 40, levaremos em consideração que a ascensão política de Getúlio Vargas se deu através de um golpe de Estado decorrente de uma insurreição militar em 1930, que depôs o então presidente Washington Luís. Este período, encerrado apenas em 1945, deve ser entendido em três fases: o “governo de transição” (1930-1934), “governo constitucional” (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Os dois primeiros períodos foram marcados pela desintegração do movimento tenentista, o aumento de forças da cúpula militar, o enfraquecimento das oligarquias paulistas e cooptação dos trabalhadores por meio das leis trabalhistas.

O Estado Novo representa uma consolidação do poder na figura de Getúlio Vargas, com um apoio popular e leis de estado de exceção. A política conduzida pela administração Vargas após 1937 era, propositalmente, um complicado jogo de incertezas garantido pela propaganda oficial e a contínua doutrinação do povo brasileiro. A propaganda não se constituía apenas na criação do Departamento Interno de Propaganda (DIP), no uso do cinema e do rádio para a promulgação de *slogans* que exortavam o trabalhador brasileiro a perseverar e acreditar na construção de uma nação onde, futuramente, seriam todos felizes.

Elizabeth Cancelli propõe que o terror exercido pela polícia na Era Vargas fazia parte da propaganda em si. A polícia era uma entidade criadora de prerrogativas e acima do judiciário, sendo detentora do gerenciamento das prisões, que passavam de um espaço liberal feito para exclusão, para um espaço fora do convívio social onde as regras internas da polícia se aplicavam, um espaço onde as proteções convencionais ao cidadão não se aplicavam. A autora evidencia que a gestão destes espaços cabia à polícia e cujas regras como, por exemplo, tempo de sentença, espaço para cumprimento, entre outras, eram por ela determinados, ao invés de serem regidos pelo braço legislativo¹²³.

O patrulhamento ostensivo e as prisões arbitrárias eram utilizadas como formas de coerção política, que permeavam o cotidiano e as conversas das pessoas. A arregimentação do corpo cívico como suposta parte integrante do funcionamento do sistema de vigilância,

¹²² CROCI, Frederico; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tempos de Fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. São Paulo: Imprensa Oficial. 2010

¹²³ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB, 1993.

na forma de delação, exortava a um certo comportamento modelo – o cidadão pacato, de família, passivo e, no entanto, vigilante, em estado de patrulhamento constante do seu vizinho.

Cancelli expõe como, com a nova filosofia com viés de uma separação entre tendências do indivíduo, o foco da polícia deixava de ser no ato criminoso, mas, sim, no próprio sujeito como um criminoso. Tome-se como exemplo a vadiagem – vadiar, em si, não era o foco do ato criminoso, mas o sujeito que estava em condição de vadio tenderia a buscar a saciar suas necessidades (fome, dinheiro, etc) através de um ato criminoso – roubar ou outro ardil. Na visão da época, um sujeito na condição de imigrante, por exemplo, segundo a lógica policial seria alguém expulso do seu país e que, pelo isolamento causado pelas diferenças culturais e biológicas, acreditadas à época, estaria propenso a atos criminosos. Além destes elementos, considerava-se como prova do crime político qualquer ligação com as ideologias exóticas, leia-se comunismo, anarquismo, socialismo.

A ação da polícia materializava o medo propagado pelo Estado. Se um imigrante fosse preso, de forma arbitrária ou não, sua prisão se concretizava a prova da inadaptabilidade deste imigrante. A polícia passava a ter uma função “profilática” para o saneamento do “corpo” da sociedade. As metáforas roubadas à biologia não são de forma alguma acidentais¹²⁴. Seu uso dentro do discurso oficial é desenhado para emprestar uma sensação de harmonia ao funcionamento do Estado. Cada indivíduo é colocado, assim, como uma parte de um organismo maior, que deve se encaixar em um lugar adequado para o funcionamento deste corpo. Ir contra o que o corpo (ou seja, o Estado) necessita seria antinatural e, mais do que isso, um ataque à comunidade em si, que, segundo este discurso, deveria ser sempre colocada em primeiro lugar, fragilizando a atuação dos grupos de resistência.

A ação policial não acontecia de forma alguma isolada. Convênios internacionais com outras polícias sul-americanas, bem como acordos específicos realizados pelo Ministério de Relações Exteriores com diversos países, entre eles Estados Unidos e Alemanha, visando o combate ao comunismo¹²⁵.

¹²⁴ São referências aqui os trabalhos de Susan Sontag, *A Doença como Metáfora*, e de Maria Luiza Tucci Carneiro, *As doenças e os medos sociais*; e a coletânea *O Controle dos Corpos e das Mentes*, organizada por Tucci Carneiro e Maria Elizabeth Brêa Monteiro, publicada pelo Arquivo Nacional e LEER-USP em 2019.

¹²⁵ Sobre este tema, conferir o terceiro capítulo de *O Mundo da Violência*, Elizabeth Cancelli, que detalha os acordos estabelecidos e as delações exploradas através deles.

O discurso oficial assumido pelo governo Vargas fortalecia a imagem construída do “inimigo objetivo” do Estado, de acordo com a expressão cunhada por Hannah Arendt¹²⁶. O comunismo foi rapidamente enquadrado através destas lentes e, sob pretexto de combatê-lo, outros tantos grupos foram aglutinados nesta mesma posição. Dois desses grupos nos interessam, particularmente: o estrangeiro “indesejável”, acusado de ameaçar a integridade nacional, e o judeu “inassimilável” e “traidor”, apresentado como agente da conspiração “judaico-comunista”. Incidentes estratégicos ou farsas, como o Plano Cohen, foram utilizados para suspender a constituição de 1934 e consolidar, em 1937, uma nova constituição escrita pelo jurista Francisco de Campos, pré-aprovada pelo general Dutra, Ministro de Guerra, com a explícita intenção de manutenção do poder de Getúlio Vargas¹²⁷.

É certo que a criação de uma legislação específica para o controle de imigração não foi uma novidade do governo Vargas, mas a discussão sobre esse grupo foi aprimorada durante este período. A política imigratória, a partir da década de 20, preocupava-se com o impedimento de certas categorias de imigrantes dentro do país – defensores de ideologias comunistas e anarquistas e os considerados “incapazes para o mundo do trabalho”. A partir da década de 1930, novas discussões se inserem neste âmbito, produzindo correntes e legislações regulamentarias, coercitivas.

O Decreto 19.482, de 1930, impunha restrições numéricas à entrada de estrangeiros no país e regulava que as empresas brasileiras, estabelecimentos comerciais e industriais eram obrigados a empregar, no mínimo, dois terços de mão-de-obra brasileira. Cancelli considera que no Congresso Policial de 1936, estipulou-se uma parceria entre o Ministério de Relações Exteriores, os agentes policiais e o Ministério do Trabalho com o objetivo de acelerar a expulsão de refugiados apátridas e, especialmente da raça “semita”. Esta posição pode ser constatada pelos números de vistos indeferidos pelos diplomatas brasileiros em missão no exterior¹²⁸.

¹²⁶ “Inimigo objetivo” é uma expressão cunhada por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*, com o objetivo de estigmatizar certos indivíduos ou grupos como perniciosos por suas ideias e/ou atitudes. Maria Luiza Tucci Carneiro (em *O Anti-semitismo nas Américas*; e Elizabeth Cancelli em *O Mundo da Violência*) referem-se às construções do governo Vargas em relação ao judeu e ao comunista através deste conceito.

¹²⁷ WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Dez Mitos sobre o Judeu*. São Paulo: Ateliê, 2014. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit.

¹²⁸ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB., p. 123; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*, op. cit.; KOIFMAN, Fábio, op.cit., dentre outros.

O decreto 24.258, de 16 de maio de 1934, distingue imigrantes de não-imigrantes: o primeiro grupo viria trabalhar como técnicos ou agricultores, no segundo, pessoas não-agricultoras que se transferiam para a capital e turistas. É através deste decreto que se cria o dispositivo de “carta-chamada”, onde familiares ou empresas deveriam requisitar nos postos policiais um modelo, responsabilizando-se pelo futuro imigrante. O artigo 121 da Constituição de 1934 introduziu também o sistema de cotas, baseado no modelo estadunidense, limitando o número de pessoas que receberiam visto por nacionalidade. Ele também deveria, supostamente, evitar a formação de “quistos étnicos” formados por imigrantes de uma mesma nacionalidade e concentrados em determinadas localidades. Em 8 de junho de 1935, o governo Vargas passou a regular a expulsão de estrangeiros através do decreto-lei 479, que sofreria mais tarde uma modificação pelo decreto-lei 298, de 27 de abril de 1938¹²⁹. Segundo estes decretos, um estrangeiro poderia ser expulso por cumplicidade ou crimes de natureza política, sexuais e ligados a tóxicos e entorpecentes. Estrangeiros considerados perigosos internacionalmente também estavam sujeitos à expulsão.

A partir de 30 de abril de 1938, ficava vedado aos estrangeiros qualquer forma de exercício ou participação em atividade política no país¹³⁰. Novamente, retomamos aqui o aspecto profilático idealizado para a polícia, cujo respaldo se encontravam nos decretos promulgados: o princípio de que não era o *crime*, em si, o responsável pela condenação de um sujeito, mas a condição do sujeito em si.

As medidas de controle se tornariam ainda mais repressivas com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Em 29 de janeiro de 1942, foram impostas normas sobre a locomoção e permanência de estrangeiros em áreas consideradas de importância estratégica. Nesta época, ocorreu também a centralização do serviço de registro de estrangeiros no Departamento de Imigração, ligado às polícias do Distrito Federal e dos Estados, realizado de forma sistemática a partir do Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938¹³¹.

A censura à correspondência internacional seria regularizada através de instrução de Vargas em 8 de dezembro de 1942, interferindo no envio de cartas, livros, escritos e a

¹²⁹ CANCELLI, Elizabeth. Op. Cit. p. 99

¹³⁰ “Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país”. In: BRASIL, *Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção I – 19/4/1938, p. 7357. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

¹³¹ CANCELLI, Elizabeth. (1993). *O Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: UNB.p.101.

circulação de revistas. Também foram criados decretos-lei para propagandas de caráter estrangeiro (ou, mais abrangente, de “inspiração estrangeira”), conforme o Art. 2º do Decreto-lei 383 de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros:

Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção¹³².

Uma série de dispositivos foi criado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para centralizar o controle da imigração com a colaboração direta da Polícia do Distrito Federal, sendo que as polícias estaduais seriam orientadas a seguir suas normas. Enquanto estivessem no país, os estrangeiros “Súditos do Eixo” deveriam ter seus passaportes substituídos por salvo-condutos. No caso de pleitearem uma naturalização, uma investigação seria conduzida sobre seu passado político. Da mesma forma, o controle foi estendido ao Ministério do Trabalho que deveria identificar:

[...] os tripulantes dos navios, os imigrantes em tráfego (serviço realizado a bordo do navio), os estrangeiros prestadores de serviços domésticos a funcionários ou agentes diplomáticos ou consulares e membros de sua famílias, membros de congregações religiosas, missionários e sacerdotes, estrangeiros não-imigrantes que estivessem no país a fim de estudos, ensino, cultura científica ou artística, estrangeiros não-imigrantes em trânsito e os que recebessem carta de chamada, principalmente, a fim de que se reduzisse a ‘entrada de elementos parasitários como judeus, escravos e imigrantes não-agricultores, cujo intuito fosse permanecer nas cidades’¹³³.

As leis específicas aplicadas sobre os estrangeiros não eram as únicas utilizadas para controlar a participação política dos elementos considerados subversivos e, mais especificamente, aqueles que se opunham ao ideário do governo. No caso do governo Vargas ficava evidente sua simpatia pela Alemanha nazista e Itália fascista, postura que induzia as

¹³² BRASIL. Decreto 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

¹³³CANCELLI, Elizabeth, op. cit., p. 124.

ações repressivas contra os movimentos que agiam em prol de uma Alemanha Livre, Áustria Livre e França Livre.

Segurança nacional e mitos políticos

A repressão aos movimentos antinazistas no Brasil deve ser analisada sob o viés da política imigratória do governo de Getúlio Vargas sustentada por discursos nacionalistas, xenófobos e racistas. O sistema de cotas implantado em 1934 sofreria uma alteração em 1938 com a suspensão das cartas de chamada, espécies de “passaportes” para os vistos de entrada. A Constituição de 1934 impôs a cota de 2% de imigração com o objetivo de favorecer a entrada no país de “bons” imigrantes desejáveis por suas supostas características raciais, religiosas, políticas e culturais. Este era o tipo ideal para compor o corpo da nação brasileira de forma saudável, integrada. Deveria ser católico e apto para trabalhar na agricultura, viabilizando assim para o projeto de embranquecimento do país.

O estrangeiro indesejável era aquele mantinha laços estreitos com a sua pátria de origem, dificultando o processo de assimilação e integração. Tornou-se comum no discurso policial acusar os judeus e/ou comunistas de “parasitas”, portadores de ideias políticas que corrompiam as noções de tradição e família. Aqui também podemos nos valer da pesquisa de Eliana Dutra, em *O Ardil Totalitário*¹³⁴, que considera a moral, a pátria, o trabalho e a família como os pilares para a construção de uma nação forte e homogênea. Os binômios bons/maus imigrantes compunham com outras antíteses: ordem/desordem, hierarquia/subversão, progresso/atraso, patriota/traidor, unidade/fragmentação.

O discurso da segurança nacional encontra-se bem representado no Decreto-lei Nº 4.684, de 12 de setembro de 1942 que regulava as condições para fundação e funcionamento de associações visando quaisquer objetivos de interesse da defesa nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição;

CONSIDERANDO que é dever dos brasileiros colaborarem com o Estado para a defesa nacional e que nesse sentido estão sendo tomadas iniciativas em todos os planos de atividade;

CONSIDERANDO, entretanto, ser imprescindível evitar que tais iniciativas dispersem ou inutilizem esforços que se dediquem a problemas que devem depender de orientação do Governo;

¹³⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997

CONSIDERANDO, ainda, que é necessário impedir que daqueles nobres meios se sirvam elementos perigosos para agir contra a segurança do Estado, como já tem sido apurado,

DECRETA:

Art. 1º Sem prévia autorização do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e sob as penas das leis em vigor, não poderá ser organizada ou fundada nenhuma entidade de pessoas naturais ou jurídicas, de fins assistenciais, filantrópicos, cívicos ou semelhantes, destinada a coordenar ou agremiar quaisquer atividades ou pessoas, invocando como objetivo os interesses da defesa nacional, sob qualquer dos seus aspectos.

Parágrafo único. As associações idênticas às referidas nesse artigo, organizadas ou fundadas após o decreto 10.358, de 31-8-42, só poderão continuar a funcionar depois de obtida a autorização.

Art. 2º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores expedirá as instruções que julgue necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 3º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

A segurança nacional é aqui utilizada para justificar a mediação do governo nas associações de imigrantes no Brasil. Era fundamental que apenas o Estado brasileiro tivesse o poder para definir os assuntos considerados essenciais para segurança nacional, assim como quem poderia discuti-los e de que forma. A sanção estatal estava sujeita a uma rede complexa de investigações e aprovações por parte das autoridades brasileiras, as quais estavam submetidos tanto o Movimento dos Alemães Livres quanto à Associação Democrática Alemã.

Apropriando-se do conceito da “etapa do espelho”¹³⁵ de Lacan, Eliana Dutra alerta para o fato de que a construção do sujeito necessita da mediação da imagem do corpo. O

¹³⁵ De forma absolutamente simplificada, buscamos aqui dar uma breve explicação sobre o conceito lacaniano: a metáfora do espelho de Lacan trata do experimento onde um bebê, a partir dos seis meses de idade, ao olhar para um espelho, demonstra indícios de se reconhecer na imagem refletida. “Assim como o bebê, pouco consciente de si, já se reconhece no espelho, Lacan se refere a um eu anterior à linguagem, um eu ainda não simbolizado, mas que já está captado em uma imagem. As relações construídas com o universo ao redor são mediadas através desse virtual. Para o reconhecimento do Eu, é necessário o Grande Outro, simbolizado no Espelho. Ora, se estamos dizendo que a criança busca uma imagem totalizante, deduz-se que nem sempre foi assim. Para Lacan, neste processo do eu se reconhecer em uma imagem, haveria a passagem de uma imagem fragmentada do corpo a uma forma ‘ortopédica’ de sua totalidade. Assim, por questões também neurológicas, de pré-maturação, a criança parte de uma confusão primeira entre si e o outro, da experiência inicial de um corpo disperso e esfacelado, para alcançar a totalidade unificada de seu

imaginário totalitário resolve assim a questão do “*corps morcelé*” (corpo despedaçado) ao identificá-lo com o objeto total, explicando o fascínio gerado por essa constelação de imaginário:

Contra a ansiedade da aniquilação, o ego desenvolve mecanismos primitivos de defesa através dos processos de divisão, identificação, projeção e introjeção. A primeira ordenação da experiência do ego no seu processo de constituição se dá, portanto, através da divisão entre objetos bons e maus, a experiências boa e a experiência má. [...] A partir, portanto, dessas fantasias inconscientes e arcaicas, podemos também compreender as polaridades, os pares antitéticos, a fascinação da dupla face, a sideração ambígua e os antagonismos maniqueístas que impregnam o discurso totalitário e seu conteúdo imagético¹³⁶.

Essa lógica fortalece a imagem de um corpo político uno ligado ao Estado, indivisível, representativo do povo e da sociedade. O dissidente ou o rebelde, não se encaixavam neste corpo idealizado por esse governo para a nação brasileira. Diante deste perigo, os dissidentes deveriam ser “reeducados” e se necessário, apartados da sociedade ou deportados. Todo o aparato montado pelo governo autoritário estadonovista seguia este princípio: a existência de uma Polícia Política, a manutenção de prisões idealizadas como locais de despejo, punição e ostracismo. Nestes moldes, a cultura de delação foi instaurada. Sob o alvo desta narrativa, o estrangeiro era, por princípio, um suspeito. O mesmo se aplicava aos judeus refugiados no Brasil para fugir das perseguições nazistas, conforme constatamos nos documentos produzidos pelo DEOPS sobre as organizações antinazistas que se formam no Brasil.

corpo, e tal apropriação seria fator estruturante para a identidade do sujeito. Se esta passagem se dá pela mediação do espelho, estamos diante da metáfora e, portanto, do espelho-outro/Outro.” IMANISHI, Helena Amstalden. “A metáfora na teoria lacaniana: o estádio do espelho”. *Bol. Psicol.*, São Paulo, v. 58, n. 129, p. 133-145, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2019.

¹³⁶ DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário – Imaginário Político no Brasil dos anos de 1930*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 28.

2.2. O Outro Indesejável: judeus imigrantes e/ou refugiados

Com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, e mais principalmente após a promulgação das Leis de Nuremberg em 1935, e as anexações de outros territórios como a Áustria, França, Polônia e Hungria pela Alemanha, aumentou consideravelmente o fluxo de refugiados judeus em direção aos países americanos, incluindo aí o Brasil. Com o objetivo de impedir a entrada deste grupo “indesejável”, as autoridades definiam o judeu segundo uma série de preconceitos alimentados por um conjunto de mitos políticos¹³⁷, conforme demonstrado pelos historiadores Tucci Carneiro, Rodrigo Patto Sá Motta, Taciana Wiazovski, dentre outros.

Centenas de indivíduos de origem judaica, perseguidos pelas leis racistas e antissemitas de Hitler, identificaram-se com estes grupos de resistência antinazista, como é o caso de Stefan Baron. Ainda assim, a repressão atingiu também os não-judeus, pelo fato de se posicionarem contra o Estado autoritário presidido por Vargas ou, simplesmente, requisitarem o direito à uma voz política, como veremos posteriormente com o caso de Karl Lustig-Prean.

A visão estereotipada sobre o judeu era calcada em libelos antissemitas populares que circulavam na Europa como, por exemplo, a imagem do judeu errante que reforçava o perfil de “eterno estrangeiro” sem pátria e/ou Estado. Os principais exemplos deste tipo de literatura são as obras *O Judeu Internacional*, de Henry Ford e, principalmente, *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, traduzido para o português pelo integralista e antissemita Gustavo Barroso em 1936¹³⁸. *Os Protocolos* é, na verdade, uma farsa forjada no final do século XIX na Rússia, e que tratava de uma suposta conspiração judaico-maçônica para dominar o globo. A imagem da conspiração judaica foi, e ainda é nos dias atuais, um tema muito presente no imaginário popular e político da primeira década do século XX¹³⁹.

¹³⁷ Raoul Girardet, em *Mitos e Mitologias Políticas*, define que o “mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce uma função explicativa, fornecendo um certo número de chaves para compreensão do presente”.

¹³⁸ Gustavo Barroso era um dos principais nomes do integralismo brasileiro, movimento de cunho fascista-nacionalista. As nuances de seu pensamento antissemita foi amplamente analisado pelos historiadores: MAIO, Marcos. *Nem Rothschild Nem Trotsky. O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago. 1992; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Antissemitismo na Era Vargas, op. cit.*; e *Dez mitos...*, op. cit.

¹³⁹ Ver as várias edições do livro de Tucci Carneiro, *O Veneno da Serpente*, op. cit.

Vários destes mitos podem ser identificados nos discursos das autoridades políticas, diplomatas e intelectuais brasileiros que tratavam das questões sobre a imigração, sendo os mais comuns: o mito da conspiração judaico-comunista e a figura do Judeu Errante, eterno estrangeiro¹⁴⁰.

Alimentada por estes mitos, a imagem do estrangeiro perigoso à Segurança Nacional ocupou posição estigmatizada no discurso sustentado pelo Estado, pela Igreja Católica, e por um grupo de intelectuais identificados com as políticas repressivas do governo Vargas. Julgamos importante retomar aqui a discussão proposta por Erving Goffman em seu livro *Estigma*, para entendermos como essa relação de identidade do “estrangeiro perigoso” foi endossada no Brasil:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. [...] O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável¹⁴¹.

Utilizando a categoria de Goffman, é possível afirmar que o estrangeiro perseguido durante a Era Vargas transitava, muitas vezes, entre os dois tipos de condição: desacreditado e desacreditável. Poderia ser reconhecido à distância caso viesse de uma cultura com códigos de vestuário e idiomas distintos, costumes religiosos diferentes do catolicismo, religião oficial do Brasil, por exemplo. Ou seja, configurando fenótipos considerados “incomuns” e, como tais, suspeitos. Também pode ser considerado desacreditável quando os sinais de seu estigma não são necessariamente evidentes: o sotaque carregado, por exemplo, ou então o sobrenome considerado associado a certo grupo linguístico.

¹⁴⁰ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.43. No primeiro capítulo, Girardet destrincha três mitos que surgiram na mesma época: o mito da conspiração judaica, maçônica e jesuítica. Ele aponta que nessas histórias ergue-se um único mito, o mito da conspiração, executada por uma *organização*, temida e secreta. Por ser um mito, ele é maleável: a conspiração judaica é, ora ele é divulgado como um complô capitalista, ora um complô comunista. Ele serve aos interesses de quem o divulga. Girardet nota que os agentes fanáticos da Conspiração são encarnados sempre na figura do *Estrangeiro*.

¹⁴¹ GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 6-7.

Segundo os modelos propostos por Goffman, o estrangeiro encontra-se numa posição de estigma circunstancial, ou seja, descobre seu estigma quando chega ao país de acolhida. No caso daqueles que estão em estágio desacreditável, a constante preocupação de como sua identidade é revelada se torna ferramenta necessária para a sobrevivência. O bom ajustamento de uma pessoa em situação desacreditável exige que o estigmatizado se reconheça, alegre e inconscientemente, como igual aos “normais”, enquanto que, ao mesmo tempo, voluntariamente, se retire daquelas situações em que os normais considerariam difícil de manter uma aceitação semelhante¹⁴².

A alteração de identidade a qual os estrangeiros se submetem passa por diversos graus de intensidade. O imigrante judeu, por conta da identidade semita, muitas vezes ao entrar no Brasil com um visto de turismo ou como “falso” católico, alterava seu nome para esconder este seu traço de identidade. No caso dos estrangeiros politizados, a concessão para o bom ajustamento era, justamente, abdicar da participação na vida política, caso contrário poderia ser considerado subversivo e, como tal, ser preso e deportado.

Taciana Wiazovski, em *O Mito da Conspiração Judaico-Comunista no Brasil*, trata especificamente de como o mito do complô judaico foi reabilitado pela sua associação com o novo inimigo, o comunismo, podendo ser identificado em jornais brasileiros como *A Voz de Petrópolis* já em 1912 e 1913 num estágio embrionário. Em 1920, um de seus redatores, Soares de Azevedo resenhou *Os Protocolos do Sábio de Sião*, destacando que o livro dava respaldo a “denúncias” que vinham sendo feitas há anos pela publicação. A difusão dessas ideias antissemitas no Brasil, segundo a autora, se fez, principalmente, através do mito do complô que serviu ao Estado Novo para legitimar suas ações autoritárias¹⁴³.

Além do mito do complô judaico-comunista, o Estado investiu em estudos eugenistas que propunham a profilaxia do corpo são e forte, uma das “soluções” para combater os elementos “perniciosos” à configuração da raça brasileira. Oliveira Vianna, um dos principais pensadores do atraso econômico e cultural brasileiro pelo viés evolucionista e pelas teorias raciais, seria convidado em 1934 a atuar junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chefiando a comissão formada para elaborar leis relativas à imigração.

No plano do imaginário, a figura maligna dos judeus – expressiva da mentalidade antissemita em voga da época – prestou-se para atualizar o

¹⁴² Ibidem, p. 104.

¹⁴³ WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos, 1907-1954*, São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

conceito de estrangeiro indesejável e de inimigo político-militar, servindo de elo entre a realidade e o universo mítico brasileiro ¹⁴⁴.

Segundo Tucci Carneiro, em seu artigo *Metáforas roubadas às Doenças*, a linguagem médica passou a ser inserida no discurso político do governo Vargas: a expressão “cancro social”, cujos sintomas poderiam ser identificados como manifestações de parasitismo, ócio e desordem, passou a ser utilizada para designar grupos étnicos, em particular os judeus europeus refugiados do nazifascismo e os japoneses. Com a tentativa revolucionária de 1935 (chamada pelo governo Vargas de “Intentona Comunista”), abriu-se um espaço crescente para o grupo antissemita que, ao se apropriar da onda anticomunista, colocou em evidência o mito da conspiração judaico-comunista como a uma ameaça a ser combatida. Esta versão foi acionada para legitimar a repressão aos comunistas a partir de 1935, principalmente, o golpe autoritário de 1937 e a repressão aos movimentos de resistência antinazistas liderados por judeus refugiados e/ou simpatizantes da causa. Num país de maioria católica, a difusão do medo em relação ao estrangeiro, a reutilização de associações antigas para demonizar dos judeus, permitiram que esta mobilização de fato acontecesse.

Segundo Taciana Wiazoviski:

É possível detectar na palavra impressa entre 1920-1945 um discurso anti-semita calcado na idéia do judeu enquanto ‘eterno estrangeiro’, povo deicida, cidadão usurpador e parasita. Avaliado ora como capitalista, ora como representante do Comunismo internacional, o judeu era visto por boa parte da população, como aquele que conspirava contra a nação e o povo brasileiro ¹⁴⁵.

Legitimado pela imprensa e por um grupo de intelectuais germanófilos e católicos, o governo Vargas manteve uma política imigratória estrita, valendo-se da justificativa de conter o “monstro de mil cabeças”: o comunismo. Neste contexto, a questão judaica tornou-se ainda mais complexa para o governo que, a partir de 1937, viu-se diante de uma massa de indivíduos de origem semita a ser controlada com uma política pautada por ações

¹⁴⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, “Metáforas roubadas à doença: particularidades do discurso racista”, In: *As doenças e os medos sociais*, organizado por Yara Monteiro e Tucci Carneiro. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012, p. 253.

¹⁴⁵ WIAZOVSKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos, 1907-1954*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008, p. 130.

antisemitas. O governo procurou, então, novas formas de controle velado com o propósito de impedir a entrada destes indesejáveis. Como coloca Tucci Carneiro:

A resolução de casos esporádicos ocorria, inicialmente, com base em valores pessoais, que, ao longo dos anos, somaram precedentes para a instituição do projeto étnico de exclusão. [...] A figura do judeu indesejável emergia por meio de múltiplas formas, ora como *heimatlos* (apátrida), ora como colono polonês, ora como russo comunista, dentre outras. A estratégia estava em facilitar a saída dos judeus que já se encontravam no Brasil (medidas profiláticas) e impedir a entrada de outros, inclusos na mesma categoria (medidas preventivas) ¹⁴⁶.

Esses discursos eram utilizados em conjunto com o discurso da segurança nacional para reforçar a necessidade de um Estado policial que garantisse a permanência de Getúlio Vargas no poder. A máquina de propaganda divulgava o sentimento nacionalista, vigilante e desconfiado contra o estrangeiro, “conspirador” e “traidor”. Os efeitos destas políticas foram particularmente nefastos para indivíduos de origem semita e, também, para os movimentos antinazistas ¹⁴⁷.

2.3. Comunidades estrangeiras sob suspeita: o caso da colônia alemã

Cerceadas por este imaginário de intolerância, alguns segmentos das comunidades estrangeiras eram vistas com suspeita pela polícia especial do governo Vargas. Com a abertura dos arquivos do DEOPS, foram encontrados prontuários que elucidam a vigilância sob a qual se encontravam os ideólogos da resistência e as lideranças políticas dessas comunidades, dentre as quais a alemã.

As primeiras levas de imigração alemã podem ser identificadas ainda no século XIX. Sua marca pode ser vista nas regiões onde se instalaram, principalmente no sul do país. Em São Paulo concentraram-se em bairros como o Brooklyn, Bom Retiro, Santo Amaro e Vila Mariana. Até 1920, eram enquadrados no perfil de “bons imigrantes”, partes cruciais no

¹⁴⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos Refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 76.

¹⁴⁷ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p.104. Segundo Jeffrey Lesser, se, entre 1929 e 1934, o número de judeus imigrantes somara 19.557 pessoas, entre 1935-1937, ele cai para 7.179, justamente no período de promulgação das Leis de Nuremberg. Em todo o período do Estado Novo, apenas mais 9.292 pessoas foram admitidas no país. Em 7 de abril de 1941, o governo Vargas suspende completamente a concessão de vistos temporários e o número de imigrantes cai para praticamente zero.

projeto de branqueamento da nação em curso desde a proclamação da República. Os clubes, escolas, órgãos de imprensa, bem como organizações esportivas e culturais, funcionaram como elementos de reafirmação e preservação da cultura alemã. Durante o período da República de Weimar (1919-1933), o Brasil recebeu um número considerável de imigrantes alemães cujo fluxo chegou, entre 1920 e 1929, a 75.839 pessoas¹⁴⁸.

No período entre 1933-1945, a comunidade imigrante germânica teve seu perfil alterado com a entrada de um número de discriminados do Terceiro Reich, forçados a deixar a Alemanha. Buscavam refúgio em outras partes do mundo comunistas; judeus tornados apátridas pessoas de outras orientações políticas (monarquistas, socialistas, anarquistas), enfim, opositores a Hitler.

A entrada no Brasil desta nova leva de imigrantes/refugiados, do “tipo “indesejável”, chamou a atenção da Polícia Política do Estado de São Paulo, um dos braços da repressão dedicado à “manter a Ordem e a Segurança Nacional”.

Em dezembro de 1937, logo após o golpe de Estado que manteve Vargas no poder por mais oito anos, o Exército entregou ao presidente um relatório assinado pelo general José Meira de Vasconcelos, ex-colaborador do semanário Integralista *A Ofensiva*, sobre a necessidade de uma campanha de nacionalização dos estrangeiros. Dentre as comunidades não-assimiladas, a comunidade alemã está citada entre as piores. O perigo desta comunidade era maior por conta de um possível conflito entre os países. O general Vasconcelos alegava que os alemães não eram dignos de confiança por falta do elemento de *brasilidade*, “essencial aos rasgos de heroísmo e abnegação conscientes.”¹⁴⁹.

No plano da relações internacionais, o governo Vargas mantinha um pacto com a Alemanha nazista relacionada aos nacionais deste país, constituindo-se como parte dele, a saber”: a troca de informações entre a polícia brasileira e a alemã sobre combate ao comunismo,: anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado; intercâmbio de provas e materiais relativas às estas práticas, bem como um acordo de trabalho mútuo. Na prática, isto significava, para qualquer o país europeu, contar com uma rede capaz de entrar no circuito internacional das atividades anticomunistas.

¹⁴⁸ ALVES, Eliane Biasan. *Etnicidade, Nacionalismo e Autoritarismo*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006, p. 48

¹⁴⁹ CANCELLI, Elizabeth, op.cit., p. 133.

Em dossiê produzido pela Gestapo sobre a Polícia Federal brasileira, os relatores da polícia política enfatizam que, apesar de Filinto Müller ter parentes alemães, ele era politicamente neutro e dependente de Getúlio Vargas, demonstrando que o Brasil procurava seguir o modelo de governo autoritário à parte do germânico. Cancelli por sua vez afirma que o direcionamento do aparato policial no sentido anticomunista era o importante para a Gestapo, que acreditava que, se os laços assim fossem estreitados, o resto da América Latina tenderia a seguir na mesma direção.

O governo brasileiro procurava passar aos alemães a ideia de que Vargas era indiferente à ideologia nacional-socialista. Nada mais do que uma forma de minimizar pressão por parte do governo estadunidense.

Müller compartilhava desta estratégia e, em 1941, quando havia sido montado o esquema de ação policial contra os Súditos do Eixo, chegou a dizer ao general Niedenfl, da Embaixada alemã no Rio de Janeiro, que, em reunião com Dutra e Getúlio, “Vargas lhe disse francamente que o Brasil não tinha motivos para romper com o Eixo”, mas que a ordem do presidente à polícia era a de vigiar os súditos de todos os países beligerantes. Müller deu ainda garantias pessoais de que não haveria perseguições a elementos alemães¹⁵⁰.

A realidade apresentava-se de uma forma distinta. Em documento analisado por Elizabeth Cancelli¹⁵¹, o general Meira de Vasconcelos apresenta os principais motivos para a não-assimilação da comunidade alemã: a prevalência de estabelecimentos de convivência (igreja, escolas, associações) em língua alemã e a propaganda antinacionalista mobilizada pelo Partido Nazista desde 1932. A obrigatoriedade do uso e ensino de língua portuguesa em escolas, associações, atividades culturais, sociais e esportivas, serviços religiosos, assim como a dissolução de clubes como a Juventude Teuto-brasileira foram algumas das medidas do despacho de 20 de maio de 1938, assinado por Vargas.

Na prática, estas medidas abriram precedentes para uma incursão policial na vida da comunidade alemã. Foram em torno de 900 escolas alemãs fechadas, e, em certas partes do país, como no Rio Grande do Sul, complicadores se apresentaram em comunidades cujos descendentes de alemães, nascidos no Brasil, não sabiam falar outra língua que não a germânica.

¹⁵⁰ Ibid, p. 92.

¹⁵¹ Ibid, p. 133.

Em 1941, foi criada a Delegacia Especial de Estrangeiros, ideia advinda do Congresso Policial de 1936, tornando obrigatório o uso da carteira Modelo 19. A partir de 1942, os deslocamentos da população foram controlados, o que tornava mandatário para estrangeiros súditos do Eixo de portar um salvo-conduto emitido pela polícia, urgindo com que a população cobrasse de cada estrangeiro o uso dos documentos oficiais e que relatasse cada movimento suspeito.

A vigilância constante conduzida pela Polícia Política na sociedade brasileira levava a diversas denúncias contra estrangeiros e, a partir de 1942, aos alemães “Súditos do Eixo” supostamente ligados às atividades de quinta coluna. Inquéritos sobre estas suspeitas revelavam como o dispositivo policial funcionava para incriminar desafetos pessoais e acabar com reputações, chegando até mesmo a destituir pessoas de seus cargos, etc. Em suma, um aparato que servia como um impulso à lógica da desconfiança servindo, muitas vezes, a perseguições políticas. Sob o viés dos estudos sobre resistência contra o nazismo, estes registros nos ajudam

Redimensionar os problemas enfrentados pelos que se dispunham a resistir aos abusos e intolerâncias dos regimes totalitários e autoritários. Para analisar estas questões, recorreremos à obra de Michel Foucault que, em *Vigiar e Punir* analisa a construção do panóptico benthaminiano, interpretada como uma resposta da sociedade burguesa ao problema de gerir um número cada vez maior de relações e de pessoas. O sistema de vigilância incentivar as delações ainda que sem certeza de quem seria o observador/delator. Tanto a vigilância como a disciplina, tão enfatizada pelo discurso varguista pautado nos princípios da ordem e do bom cidadão.

Essas relações da sociedade com o poder são observadas nos registros policiais atentos às ideias e ações dos grupos brasileiros aqui analisados. Importante denotar que essas relações são marcadas por nuances, contextos e sujeitos distintos, que resultam em interações expressivas das tensões entre a Polícia Política/Estado *versus* Resistência, incluindo os dois grupos de resistência antinazista atuantes em São Paulo, objetos deste estudo.

O Movimento dos Alemães Livres, coordenado por Karl Lustig-Prean em São Paulo, atua em um momento bastante delicado das relações diplomáticas brasileiras. Entre os anos de 1942 e 1943, o movimento coincide com o auge dos ataques à navios brasileiros por submarinos alemães, recorrentes desde o rompimento das relações diplomáticas em janeiro de 1942.

Em retaliação aos ataques constantes aos navios brasileiros, diversos grupos de protesto se reuniram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Muitos desses grupos se voltaram contra as comunidades italiana e alemã dessas cidades: na primeira página do *Correio Paulistano* do 11 de março de 1942, o destaque se deu para o afundamento do vapor brasileiro Arabutan. A chamada da matéria constava: “Perdura em todo o país a indignação produzida pelo insólito ataque de que foi alvo o cargueiro nacional – Reação de populares no Rio de Janeiro.” A matéria comenta como, em protesto simbólico, todos os nomes de rua “Itália” ou “Alemanha” foram removidos das placas.

As respostas oficiais do governo brasileiro, entretanto, foram também de represália e perseguição aos pertencentes às comunidades advindas de países do Eixo. Em 12 de março de 1942, o jornal carioca *A Noite* publica com destaque a resposta oficial varguista:

“Confisco de Bens de Alemães, Italianos e Japoneses!”, capa do jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 de março de 1942 – Hemeroteca Digital Brasileira.

Em 11 de março, Getúlio Vargas sanciona o decreto-lei número 4.166, confiscando os bens de alemães, italianos e japoneses, em retaliação ao governo alemão não ter pago pelos custos do afundamento do navio *Taubaté*, em 22 de março de 1941. Os bancos deveriam entregar ao governo dinheiro e objetos valiosos dos considerados “súditos do Eixo”, em proporção determinada por faixas de renda dos indivíduos.

O torpedeamento do navio *Baependi*, que levou a 270 mortes em agosto de 1942 causou particular comoção nacional: manifestações foram feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo que esta última, liderada por Oswaldo Aranha, à época Ministro de Relações Exteriores. Um movimento popular de depredação de propriedades de imigrantes alemães e italianos estabelece-se nesse período. A tensão é tamanha que Getulio Vargas declararia guerra à Alemanha em 28 de janeiro de 1942.

Karl Lustig-Prean, como líder do Movimento dos Alemães Livres em 1943, esteve sob a mira da Polícia Política de Vargas. Seu dossiê é detalhado a ponto de conter transcrições de conversas telefônicas e recebidas de sua residência. Embora o governo mantivesse uma desconfiança para com Lustig-Prean, é possível afirmar que as conexões deste com o cônsul estadunidense, bem como figuras proeminentes no cenário de relações internacionais europeu, obrigaram as autoridades a agir com maior cautela em seu caso. Apesar da suspeita de que Lustig-Prean mantinha contato com representantes nazistas, o mesmo nunca foi preso. Pressupomos que havia uma certa intenção do governo brasileiro em ter Lustig-Prean – embora ele fosse uma das vítimas da vigilância policial – como delator da comunidade imigrante antinazista, ampliando a rede de informantes do DEOPS/SP.

Stefan Baron, por sua vez, líder de fato da Associação Democrática Alemã, recebeu um tratamento muito mais agressivo por parte das autoridades policiais brasileiras. A Associação – criada já no pós-guerra e, com a retomada das relações entre Brasil e Alemanha – buscava criar um clima propício para o recebimento do novo cônsul deste país entre a comunidade germano-brasileira. Com a redemocratização do país e a eleição de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) observamos que, no período específico da criação desta sociedade antinazista, ocorreu também a legalização do Partido Comunista do Brasil e sua participação nas eleições de 1945, bem como sua subsequente proibição em 1947. No contexto da divulgação e julgamento dos crimes nazistas e das tensões que marcaram a Guerra Fria, tais alterações forneceram novos paradigmas para a atuação do DEOPS/SP.

Antecipando-se ao confronto que sua identidade enquanto comunista geraria, Stefan Baron tentou contornar a necessidade de uma aprovação direta de sua organização, enquanto Lustig-Prean procurava (por conta própria) a Delegacia de Ordem Política e Social para pedir permissão de funcionamento do seu movimento. Se ambas as organizações estiveram sob vigilância e seus líderes receberam graus distintos de punição pela transgressão de politizar-se, então devemos buscar explicações.

A trajetória política de Stefan Baron no Brasil e as ações repressivas da Polícia Política acabaram por levá-lo à prisão em 1948 pelo crime de ‘agitador comunista’. Os autos do processo de 1946 contra a Associação Democrática Alemã são fundamentais para entendermos a sua condenação e posterior expulsão do país. Daí a importância de analisarmos um relatório escrito por Stefan Baron de dentro da prisão em 27 de agosto de 1948 e anexado ao seu prontuário, onde o mesmo relata as condições da Ilha de Anchieta:

Ilha Anchieta - Um campo de concentração

Estrangeiros envolvidos num processo de expulsão são separados de suas famílias e mandados para antiga Ilha dos Porcos.

Uma ofensa para as Nações Unidas e um flagrante desrespeito dos ideais democraticos é a transformação da Ilha Anchieta, antiga Ilha dos Porcos, em um verdadeiro Campo de Concentração de estrangeiros a serem expulsos.

[...] As condições geograficas da Ilha e o tratamento rudimental dos prisioneiros criou para a Ilha dos Porcos uma tão triste reputação quanto a Ilha do Diabo nas águas da Guiana Francesa.

Tratamento Indigno dos presos políticos na Ilha Anchieta: Presos em condição de reclusos permanentes, quase totalmente privados de contato com o mundo exterior. Tratamento indigno é dispensado aos presos com a ajuda de uma disposição do tempo da escravatura. O padre Dimitri é obrigado a usar o uniforme dos presos e lhe é proibido exercer suas funções de sacerdote. O preso Estevan Kovaca é impedido de assistir o enterro de sua esposa.

Na nossa edição de 13 de julho, fizemos referência à situação em que se encontram 15 estrangeiros enviados à Ilha Anchieta como agitadores perigosos. Dissemos naquela ocasião que essas pessoas não cometeram nenhum delito e que não foram condenados por nenhuma autoridade, sendo portanto sua situação ilegal e, isto ainda mais porque, na verdade, estão cumprindo uma pena das mais pesadas¹⁵².

Um *habeas corpus* foi apresentado por um grupo de advogados ao Supremo Tribunal Federal, que o denegaria em outubro de 1948. Sem sucesso, um ofício de agosto de 1949 confirmaria a expulsão de Stefan Baron do território nacional. Em suma, o discurso de segurança nacional, somado a um projeto de nação racista, xenófobo e autoritário, foi amplamente utilizado pelo governo brasileiro entre as décadas de 30 e 40 para ocultar as violações de direitos humanos de cidadãos estrangeiros detectadas em todas as fases do processo de imigração: entrada, instalação e integração à sociedade.

O sistema premiava delações e denúncias contra todo aquele que fosse considerado suspeito como num tribunal inquisitorial. As acusações contra os movimentos de resistência antinazista serviam para reforçar a diferença entre o bom e o mau imigrante, o cidadão desejável *versus* o indesejável.

¹⁵² *Relatório: Ilha Anchieta – Campo de Concentração*”. Prontuário nº 134241: Stefan Baron. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A legislação criada para vigiar e controlar os “desvios” destas minorias teve continuidade mesmo durante a redemocratização da sociedade brasileira a partir de 1945. Persistiu a situação de vulnerabilidade destes grupos perante o Estado, apesar da criminalização crescente dos discursos de ódio que justificaram, durante o Holocausto, a perseguição e injustiças cometidas contra população judaica na Alemanha e países colaboracionistas, incluindo o Brasil¹⁵³.

É neste contexto que iremos analisar os principais movimentos de resistência antinazista na cidade de São Paulo, dentre os quais elegemos o Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã.

¹⁵³ Essa versão é defendida por Maria Luiza Tucci Carneiro em seu livro *Cidadão do Mundo*.

CAPÍTULO III - ECOS DA RESISTÊNCIA ANTINAZISTA DURANTE A GUERRA

3.1. O Movimento dos Alemães Livres em São Paulo

Em São Paulo, o Movimento dos Alemães Livres (1942-1943) é considerado o principal grupo de resistência antinazista atuante no Brasil durante a década de 1940. Sua principal figura organizadora era o dirigente Karl Lustig-Prean, cujas ligações com autoridades governamentais, policiais e intelectuais internacionais favoreceram seus contatos com os demais movimentos antinazistas atuantes no período.

Reveladoras da história do Movimento dos Alemães Livres são as investigações policiais acerca do Movimento dos Alemães Livres compiladas em um dossiê encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que abriga a coleção do Fundo DEOPS/SP. O dossiê Movimento dos Alemães Livres, pasta 12-Z-21, reúne 129 documentos, que consistem em: relatórios sobre correspondência entre Karl Lustig-Prean e correspondentes, transcrições entre conversas telefônicas recebidas pela casa de Lustig-Prean, relatórios de informantes sobre o Movimento dos Alemães Livres, inquéritos, pedidos e pareceres oficiais do governo sobre a atuação de seus membros.

Nesse dossiê, também podemos apreender maiores informações sobre como se realizavam as atividades do Movimento dos Alemães Livres. Os primeiros registros datam de maio de 42, cerca de 4 meses depois do rompimento de relações diplomáticas Brasil-Alemanha.

Em carta de 2 de junho do mesmo ano, Lustig-Prean delineia algumas das propostas que tem em mente para como colaborar de forma íntima com a polícia política na busca por subversivos e envia ao delegado responsável pelo contato entre ele e o Major Olyntho de França. Todos os grifos são do próprio autor:

Nós, os (chamados) Alemães Livres, diferentes de todos os movimentos livres, não temos um programa político, nem temos de paz ele. Os libertadores decidirão.

Nós queremos contribuir para a esperança de nosso querido Brasil E nada mais! Não queremos ações como as dos judeus (lei de confisco), como a dos austríacos (retificação das carteiras efe). Queremos servir como cidadãos leais!

No meu ver (um pequeno *currículum vitae* adjunto) podemos fazer o seguinte:

A) Registrar os alemães de São Paulo, que queiram aderir ao manifesto da lealdade ao Brasil (publicado no dia 12 de maio) no escritório [escolhido

Avenida São João 108, nº3 s. 45] poderão pessoas da nacionalidade alemã assinar (e nada mais) o manifesto de lealdade ao Brasil. Os alemães livres não são uma “organização”, ninguém está sócio ou membro, está “aderente” sem privilégios de qualquer espécie. Uma amostra para as folhas dos aderentes adjunta (sob. 2) As perguntas *e** só se a polícia quer fazer as perguntas (talvez para o caso de uma declaração de guerra). A decisão depende unicamente de V. E. dd. Superintendente de N.E.

B) Arranjar um serviço interno (secreto) só para a polícia.

I) Copiar as assinaturas com os detalhes das folhas de pergunta (vide A) – diariamente!

II) Notar todas as notícias, informações de alemães livres, as quais podem interessar a polícia.

III) Responder as perguntas confidenciais da polícia, etc.

Para A) será chamado um comitê de colaboradores selecionados (anexo 3).

Para B) terá um comitê duma pequeniníssima “elite” de homens 1000% de nossa confiança.

É para este pequeno comitê que peço a audiência (mencionada na pág.1)

154.

O Movimento dos Alemães Livres foi fundado em 11 de maio de 1942, data em que um comitê formado por seus representantes foi recebido pelo Major Olyntho de França em seu gabinete. Marcaram presença: o jornalista Karl Lustig-Prean, Charitas Gaspar Brandt, escultora renomada que participaria do Salão de Artes de 1940, em Porto Alegre e, possivelmente, Gustavo Eberhardt, industrial fundador de uma metalúrgica em São Paulo¹⁵⁵. O comitê entregou ao Superintendente da Segurança Pública, o manifesto que, assim como recontou Lustig-Prean num memorial de um ano do movimento, seria replicado em todos os grandes jornais paulistanos do dia, dentre os quais a *Folha da Manhã* e o *Diário da Noite*.

¹⁵⁴ Dossiê: 12-Z-21-50 a 12-Z-21-54. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁵⁵ A nota menciona o nome de Arthur Eberhardt, mas, no dia seguinte à sua publicação, o próprio manifestou-se com um esclarecimento no jornal *Correio Paulistano*, onde declarava que “se digne o favor de considerar que não foi signatário de qualquer declaração nem membro de comissão alguma sobre o assunto daquela notícia, dado que não é alemão e sim pessoa de nacionalidade argentina.” Dado que o nome de Gustavo Eberhardt é citado por um delator como tendo vindo à diretoria, presume-se que essa seria a informação correta. EBERHARDT, Arthur. “Manifesto dos Alemães Livres”. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de maio de 1942, p. 3.

Figura 5 - “Em vibrante manifesto Alemães Livres de São Paulo repudiam o nazismo...”. Nota publicada no jornal *Folha da Manhã*, São Paulo, 12 de maio de 1942, p. 2- Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A entrega deste manifesto simbolizou o começo de uma longa relação dos Alemães Livres com a Polícia Política do governo Vargas. Seu conteúdo expressa a marca deste movimento e de Karl Lustig-Prean, seu principal articulador, ou seja: a busca por legitimidade do movimento perante autoridades brasileiras.

Os alemães livres de São Paulo nunca formaram uma organização propriamente dita pela simples **razão de obediência** à legislação deste país hospitaleiro. Eles nunca constituíram uma organização, e com este comportamento leal fixaram uma bem acentuada **linha de demarcação** entre si e os nazistas. Estes, nunca deixaram de trabalhar ilegalmente e de juntar-se em organizações. Encararam o Brasil como um **país de povo e raça inferior** e empregaram-se todos os seus esforços na tarefa de transformar o esta **terra livre**, de gente independente, numa **colônia de escravos oprimidos**, um protetorado do império nazista, com seus “nobres **super-homens** nórdicos”. Já tivemos o ensejo de apreciar bem de perto os efeitos desta “**super-nobreza**”.

Manifesto dos Alemães Livres¹⁵⁶

Os autores do manifesto procuraram, através da seleção de palavras, inserir-se na dicotomia “bom imigrante” *versus* “mau imigrante”, antítese adotada pelo discurso oficial para enquadramento dos “indesejáveis”: nesse caso, os bons imigrantes eram aqueles que seguiam à risca a lei brasileira com respeito e lealdade pelo Brasil, enquanto que os “maus imigrantes” e subversivos ilegais eram os nazistas com uma postura de superioridade, desrespeitando o Brasil e seu povo.

Nossa conduta com o Brasil nunca se modificou, assim como nossa opinião e ponto de vista tem sido sempre os mesmos, quanto à inadmissibilidade e imprópria intromissão em assuntos particulares de um outro país, especialmente de um país hospitaleiro como o Brasil. Sempre seguimos integralmente as leis e decretos do país acolhedor, não só quanto no texto, como também no sentido. Isto nada mais é do que um fato absolutamente evidente e lógico para pessoas civilizadas. Nossos corações vão ao encontro dos brasileiros com a mesma cordialidade, como estes desde o primeiro dia aqui nos receberam. Uma crítica à política brasileira nunca encontrou base em nós¹⁵⁷.

¹⁵⁶ “Manifesto dos Alemães Livres”. In: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP. (Grifo nosso).

¹⁵⁷ “Manifesto dos Alemães Livres”. In: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP.

É interessante sublinhar que o uso de palavras no texto acima remetem à imagem do Brasil como um país cordial e hospitaleiro, assim como seu povo. Os autores do texto procuram demonstrar que estavam alinhados aos interesses do país e que não reconheciam como críticos da política governamental. Lustig-Prean sofreria, por essa postura, inúmeras críticas – particularmente do líder da Associação Democrática Alemã, que classificava a postura de Prean como colaboracionista.

Vale lembrar, entretanto, que a existência do Movimento dos Alemães Livres se deu em um momento delicado do país: com o rompimento diplomático, as forças do Eixo, sobretudo Alemanha e Itália, intensificaram os bombardeios contra navios brasileiros. Só entre o final de janeiro de 1942 e o 1º de maio do mesmo ano, seis navios, cargueiros ou mistos (passageiro e carga) haviam sido afundados por submarinos alemães e italianos, matéria de destaque na mídia nacional. Em março, o decreto 4.166, de confisco de bens dos súditos do Eixo, também havia sido proclamado pela presidência.

A busca por legitimidade perante o governo brasileiro e o reforço da distinção entre “bons e maus” alemães pode ser interpretada como uma estratégia política de Lustig-Prean para uma melhor representação dos imigrantes alemães em um momento onde a comunidade sofria ataques vindos do governo e também de protestos populares indignados com o afundamento desse navio.

A carta pode ser considerada um apelo aos leitores em prol da construção de uma imagem correta do imigrante, sem generalizações. Reconhecer a distinção entre os “de bem” e os maus, o que é tido como um **fato absolutamente evidente e lógico para pessoas civilizadas**. Os autores reforçam a divisão entre bons e maus, mas sob o viés de uma lógica facilmente reconhecível por todos aqueles que partilham os valores da civilização, em oposição à barbárie dos maus. O texto induz o leitor a se colocar entre os civilizados e admitir que existem diferenças entre alemães radicados no Brasil.

[...] Agora, mais do que nunca, estamos ao lado dos amigos brasileiros para, de mãos dadas, nos unirmos na **luta contra as forças do mal, sejam elas do nazismo, fascismo ou niponismo**. Nossos inimigos são os mesmos. Seja na **luta da defesa ou na ofensiva**, estamos com o Brasil, querido. Não formulamos planos para a reconstrução da Europa, nem do mundo, pois tudo isso não nos concerne. A reorganização da Europa será obra dos povos libertados e seus libertadores. Ser imigrante significa contrair

deveres e obrigações que devem ser cumpridas: obrigações com o Brasil, obrigações perante os irmãos no exílio.

Entretanto, **o primeiro de todos os deveres é a moral nos meios da própria integração. Declinamos qualquer luta** no seio desta mesma¹⁵⁸.

Aqui o manifesto reforça a postura combatente dos ativistas do movimento contra as forças do Mal: o nazismo, o fascismo e o niponismo. O Brasil é definido como um país “querido” e a integração dos “bons” imigrantes é uma obrigação moral.

É no parágrafo seguinte que a distinção entre imigrantes se dá de forma mais acentuada:

As atrocidades do nazismo e "ismos" aliados, praticadas não só nos próprios países, mas no mundo inteiro tem sido veementemente refutadas por toda a humanidade culta e civilizada. Com efeito, jamais se viu na história um homem **fazer da barbárie** a tal ponto a lei e regra de suas ações como Adolf Hitler. Por culpa dele e de suas maquinações, a palavra "alemão" tornou-se odiada e desprezada. Reconhecemos o quanto é difícil [...] distinguir entre "nazista" e "alemão" e, por isso mesmo, nunca devemos pesar a mal. Se nossos amigos brasileiros não conseguem às vezes **fazer diferença** entre nós e nossos **inimigos perseguidores**¹⁵⁹.

A responsabilidade por “fazer a barbárie” é atribuída diretamente à Hitler, personificado como o ditador que teria pervertido o significado do que é ser alemão. “Distinguir entre um nazista e um alemão” é tido como difícil, não pela natureza do povo alemão, mas pelas ações absolutamente vis desse ditador. O brasileiro é apresentado como um ser cordial e de boa vontade, reforçando a diferença fundamental entre os “bons alemães” e os nazistas, “maus alemães”. Desta forma marcavam as diferenças entre perseguidos e predadores, amigos e inimigos, escravos e homens livres, bárbaros e civilizados. Contradizendo a afirmação de que o “mundo nada sabia”, o manifesto denuncia as torturas nos cárceres e a morte de milhões de seres humanos nos campos de concentração.

Saudando os **amigos brasileiros**, saudamos os **irmãos na distante pátria**, habitante dos presídios e cárceres nazistas, torturados nos campos de concentração, seu número sobe a milhões. Saudamos os **operários** escravizados nas fábricas, saudamos os **soldados** que contra a vontade que vestir farda deshonrosa do hitlerismo e executar ordens ignóbeis para satisfazer a ambição de um homem. Talvez sejam poucos, mas assim mesmo os saudamos. Saudamos também os **austriacos livres**, os irmãos

¹⁵⁸ “Manifesto dos Alemães Livres”, in: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

¹⁵⁹ “Manifesto dos Alemães Livres”, in: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

checoslovacos, poloneses, saudamos todos os **irmãos da liberdade** de todas as nações escravizadas pelo jugo de opressores. Saudamos Thomas e Heinrich Mann, enviamos nossas saudações aos poetas e oficiais prussianos [...] Fritz von Unruh e V'eth Colosenau (Ludwig Renn). Saudamos respeitosamente diante dos falecidos Ernst Toller e Joseph Ruth, [...] numerosíssimos **intelectuais** assim como as corajosas **mulheres** imigrantes

¹⁶⁰.

Os parágrafos finais do manifesto são reveladores de uma irmandade, dentre os quais se inserem os intelectuais representados pelos irmãos Mann e Ludwig Renn, principal figura do movimento mexicano *FD*. Um lugar especial de memória é dedicado às corajosas mulheres imigrantes e aos poetas de calibre internacional, Ernst Toller e Joseph Ruth, que retiraram a própria vida no exílio perante os horrores do nazismo. O povo está representado também, de uma forma anônima, no formato de uma massa amorfa oprimida pelo regime nazista composta por “operários escravizados” e soldados submissos. Corroborando discretamente aqui a visão reforçada por Erika e Klaus Mann em *A Outra Alemanha*, de que existia, naquela época, um povo alemão que não compactua com o regime, mas que era forçado a sobreviver nele e a um custo terrível. Dois mundos opostos: o mundo de Hitler, opressor e a “nossa” Alemanha, livre.

A distância entre **nossa Alemanha** e a **Alemanha de Hitler** é tão grande como entre o "Faust" de Goethe e o "Mein Kampf" de Hitler, como Herder e Lessing estão distantes de Rosenberg e Goebbels, como da Nona Sinfonia de Beethoven à canção vulgar de Horst Wessel, como da "Inacabada" de Schubert à "Força da Alegria" de Ley; a mesma distância separa os 44 portadores alemães do prêmio Nobel nacionalistas dos atuais opressores da Alemanha.

O nosso lema é: A outra Alemanha, o movimento dos alemães livres no Brasil, está **pronto para executar todo e qualquer trabalho exigido pelas autoridades**, seja para a defesa do Brasil, os alemães livres", seja para a luta contra os nazistas¹⁶¹.

A “Outra Alemanha”, lema do Movimento dos Alemães Livres, refere-se ao conceito que se tornara central no léxico dos imigrantes e exilados alemães antinazistas, aqui explicitado no movimento. Os alemães livres se colocam à disposição das autoridades brasileiras enquanto aliada esperam assim salvaguardar alguma boa vontade e em relação a

¹⁶⁰ “Manifesto dos Alemães Livres”. In: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

¹⁶¹ “Manifesto dos Alemães Livres”. In: *Folha da Manhã*, 12 de maio de 1942. Dossiê 12-Z-21. DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

De toda forma, anotado à mão no canto de um relatório no dia 31 de julho de 1944, encontra-se o seguinte comentário: “O remetente é conhecido da SS e dado à informante de certos setores. Mas suas informações pouco ou nada valem. Pelo arquivamento.”¹⁶³, o que significa que algumas informações certamente chegaram à polícia por meio de Lustig-Prean.

Na mesma carta citada acima, Lustig-Prean escreve de forma a demonstrar a diferença entre o *seu* grupo de imigrantes e os nazistas “indesejáveis”, assim como entre os judeus que buscam reparações e aqueles que criam problemas demandando intervenção das autoridades brasileiras (austriacos). O objetivo do grupo liderado por Lustig-Prean é de ajudar ao Brasil, registrando, organizando e controlando os alemães livres em conjunto com o governo.

Em sua carta requerendo a audiência junto ao Mjr. Olyntho de França, Lustig-Prean apresenta o pequeno comitê requerendo a audiência: Charitas Brandt Gaspari, escultora desde 1924 em São Paulo; Frederico Spaeth, prefeito no Ginásio São Bento e antigo “líder” da juventude católica, com muita expressividade e quem elaborou minuciosamente o plano para colaboração com a polícia; e Gustavo Eberhardt, imigrante democrata.

Com o objetivo de justificar seu pedido, Lustig-Prean procurou explicar que a ação do seu grupo era diferenciada, por uma justa causa:

Fomos pouco referendados, mas a causa é uma interna.

[E este relatório é um particular!] Tem sempre o perigo duma imisenção de elementos da esquerda radical [comunista ou semi-comunista]. Nós **não queremos confundir a luta da Rússia Soviética com os esforços subversivos dos comunistas**. Por causa disto, nossos trabalhos preparativos demoraram. É preferível uma limpeza antecipada.

Agora, mas só agora podemos **oferecer nossos bons serviços com uma consciência limpa e tranquila**.

Sem outro de momento, firmo-me com alto apreço e distinta consideração, De V.E.

Alto e obrigado,

Karl Lustig-Prean

P.S – Peço V.E. de ser o intermediário da expressão de minha devoção ao exmo. Mjr. Olinto de França.¹⁶⁴

Todos os membros mencionados por Lustig-Prean possuem prontuários nominais junto ao Fundo DEOPS/SP. Curiosamente, o de Gustavo Eberhardt contém apenas um telegrama, informando ser impossível descobrir qualquer informação sobre este, dado que não fora localizado seu paradeiro. Os prontuários de Charitas Brandt Gaspar e Frederico J. Spaeth têm anexado relatórios iguais, redigido por um delegado especializado que

¹⁶³ Dossiê 12-Z-21-114. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁶⁴ Dossiê 12-Z-21-114. Fundo DEOPS/SP. APESP.

investigava o Movimento dos Alemães Livres. A leitura sugere que ambos estariam afastados de seus cargos, pois Lustig-Prean teria introduzido dois novos membros na diretoria e que estes sempre votavam como o mesmo, levando ao controle efetivo deste do movimento¹⁶⁵.

O autor do relatório confirma que tanto Spaeth quanto Charitas teriam denunciado como “preocupantes” as atividades de Karl Lustig-Prean com Ernst Bachmann, citado como sendo “homem de Strasser”. Em relatório, Frederico Spaeth, colecionador de selos, teria recebido como presente alguns selos de Ernst Bachmann, residente nos Estados Unidos, que teria lhe dito que, um dos envelopes presenteados, era “uma lembrança de Otto Strasser”. Esta ligação colocou Lustig-Prean sob suspeita perante as autoridades policiais do governo brasileiro. Embora não tenha sido encontrado nenhum documento da Polícia Política confirmando explicitamente tal colaboração, os serviços de contra-espionagem aparecem listados no panfleto distribuído no 1º de novembro de 1942 aos membros afiliados ao movimento liderado por Lustig-Prean.

¹⁶⁵ Prontuário nº38143. – Charitas Brandt Gaspari. Fundo DEOPS/SP. APESP.
Prontuário nº 52661 – Gustavo Eberhardt. Fundo DEOPS/SP. APESP
Prontuário nº23514 – Frederico J. Spaeth. Fundo DEOPS/SP. APESP

A ALEMANHA LIVRE

O MOVIMENTO DOS ALEMÃES LIVRES DO BRASIL

ESCRITÓRIO:
Av. SÃO JOÃO, 108. 3.º. Sala 45

SÃO PAULO, 1 DE Novembro DE 1942

"Os alemães livres do Brasil cooperarão, seja para a defesa do Brasil, seja na luta contra os nazistas". - "Agora, mais do que nunca, estamos ao lado dos amigos brasileiros contra as forças do mal."

Diário da Noite, 12.5.42.

"...esse acontecimento (o manifesto dos alemães livres) cuja importância não precisamos encarecer..."

Estado de S. Paulo, 14.5.42.

)*Tem em SPaulo muitíssimos ricos e ricíssimos alemães que ainda não fizeram nada em prol do Brasil!

Os próximos trabalhos dos Alemães Livres.

Formação da Diretoria. Proposta: Lustig-Prean, Bastian, Heidenheimer.

Nomeação de "referentes" para serviços especiais. Tempo e serviço definido.

Expurgo de aderentes, suspeitos de atividades subversivas, e de aderentes inativos, desinteressados.

Circular aos aderentes - "os deveres dos alemães livres" (com permissão esp. do exmo. Major).

Circular para todos alemães anti- ou não-nazistas de SPaulo.

Ambos os circulares devem esclarecer os deveres dos antinazistas para com o Brasil.

Alistamento dos Alemães antinazistas.

Exército -

Marinha -

Defesa antiaerea - (tambem p. mulheres)

Cruz vermelha -

* * *

Organização de donativos)*

Cruz vermelha

Vítimas dos torpedeamentos

Compra de aviões

Compra de carros de ambulâncias

Compra dum navio mercante etc etc

Festinhas

Os alemães livres tem um numero suficiente para fazer festinhas puramente artisticas em prol de obras beneficentes.

Exposições

Muitos alemães antihitleristas possuem recordações preciosas (quadros, livros, fotografias etc) que devem ser expostas. O povo brasileiro tem um direito para estas exposições.

Tem tambem pintores etc antinazistas que devem expor obras educativas e propagandistas.

Todas as exposições com entrada em prol de obras beneficentes.

12	21	67
----	----	----

Figuras 7 e 8 -“Programa de Ações”: A ALEMANHA LIVRE – O Movimento dos Alemães Livres do Brasil. São Paulo, 1 de novembro de 1942. Anexado ao Dossiê 12-Z-27-67. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

Um dos problemas enfrentados pelos movimentos de resistência antinazista de língua alemã era o uso de nomes similares entre seus grupos que, frequentemente, tinham composição e orientação distintas, senão antagônicas. Desde 1941, vinham sendo publicadas em alguns jornais brasileiros, como o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, cartas de Otto Strasser, ex-dirigente do Partido Nazista e também do líder do movimento Frente Negra, de viés anti-hitlerista e direitista, dirigidas ao povo alemão no exílio. Em carta de 14 de

dezembro de 1941, Strasser escreveu “Já temos uma poderosa organização na América do Sul. O Movimento dos Alemães Livres está trabalhando” ¹⁶⁶.

Ernst Bachmann - cidadão natural da Suíça, cuja correspondência era entregue na sede do consulado deste país - era um dos contatos de Strasser no Brasil. A pesquisadora Izabela Maria Furtado Kestler, no seu livro *Literatura no Exílio* analisou as cartas encontradas no arquivo pessoal de Otto Strasser, em especial a correspondência entre este, Bachmann e Helmut Hutter. Este último era um jornalista strasserista que teria sido designado como presidente da *Frei-Deutschland* (Alemanha Livre), de Strasser, no país. Bachmann teria tentado conseguir vistos para a família de Strasser no Brasil, mas nada mais sabemos. Segundo a autora, o que se pode presumir, pelas fontes por ela analisadas, é que o movimento havia saído de cena em meados de 1942.¹⁶⁷

É possível que, a princípio, o Movimento dos Alemães Livres, encabeçado por Karl Lustig-Prean, estivesse ligado ao movimento de Otto Strasser, ainda que brevemente. Para além do contato com Bachmann e Hutter, a própria Charlotte Sibilger Lustig-Prean teria dito a um infiltrado, sem suspeitar de sua duplicidade, que seu marido era amigo de Strasser.¹⁶⁸ Uma remessa postal confirma o envio de uma carta de Lustig para Strasser, no Canadá, em 18 de janeiro de 1943.¹⁶⁹ Havia, entre os dois, pontos de convergência, como a admiração compartilhada por certas figuras políticas, por exemplo, o ex-chanceler Heinrich Bruenig, citados tanto por Lustig-Prean quanto por Strasser como tendo o apoio dos católicos do país¹⁷⁰.

Não encontramos junto ao Fundo DEOPS/SP cartas de Bachmann e Lustig-Prean que fizessem referência ao assunto, embora saibamos pelo depoimento de Frederico J. Spaeth¹⁷¹, membro elevado do Movimento dos Alemães Livres, que os dois conferenciavam em segredo diariamente na sede da Rua São João. No entanto, a carta de um infiltrado no círculo íntimo de Lustig-Prean, datada de 26 de janeiro de 1943, o agente revela ter confirmado, sem

¹⁶⁶ STRASSER, Otto, “A Alemanha amanhã será nossa”. In: *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1941, pp. 3 e 5.

¹⁶⁷ KESTLER, Izabela, op. cit., pp. 176-177.

¹⁶⁸ Dossiê 12-Z-21-3, 26 de janeiro de 1943. APESP.

¹⁶⁹ Dossiê 12-Z-21-1, 18 de janeiro de 1943. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁷⁰ STRASSER, Otto, “A Alemanha amanhã será nossa”. In: *Diário de Notícias*, 14 de dezembro de 1941, pp. 3 e 5; LUSTIG-PREAN, “Carta aos Amigos”, 13 de maio de 1943. In: Prontuário 49.636 – Karl Lustig Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁷¹ Prontuário 23514, de FREDERICO JOHANN SPAETH [c.b.] Fundo DEOPS/SP, APESP.

levantar suspeitas, através de Charlotte Sibilger, esposa do mesmo, que ele mantinha contato direto com Otto Strasser no Canadá, descrevendo tal relação como “íntima” ¹⁷².

Vale mencionar que em uma das correspondências de Bachmann com um indivíduo (não-identificado) em Buenos Aires, o remetente escreveu que:

O escritor Ludwig Renn, conhecido membro do ‘comitê’ alemão, enviou do México um apelo que ele assinou como Presidente do Movimento da Alemanha Livre. Isto prova unicamente que esta entidade comunista existiu por mais de um anno depois da proclamação da FDB, feito pelo Dr. Otto Strasser, com um nome suposto, que era nosso. Está provado que os comunistas estão desenvolvendo uma política falsa ¹⁷³.

O comentário sugere que a disputa política de nomes era intencional e que a polícia política brasileira sabia deste fato.

O prontuário de Ernst Josef Bachmann traz o seu depoimento perante o inquérito realizado em 1946 sobre a Associação Democrática Alemã, por ocasião da apreensão dos membros desta sociedade. Ali, ele declarou, ao ser perguntado sobre sua relação com o Movimento dos Alemães Livres, nunca ter feito parte do mesmo por ser cidadão suíço, mas que contribuía mensalmente, com uma pequena quantia ¹⁷⁴. É possível que esta quantia significasse um apoio de Strasser ao movimento, mas, no contexto da documentação analisada, não foram encontrados documentos que nos pudessem permitir afirmar com certeza. É certo, no entanto, que o Movimento dos Alemães Livres passou o ano de 1942 buscando legitimidade para seu funcionamento e que, independentemente da participação de Ernst Bachmann. No entanto, quem ativamente buscava concretizar as propostas encaminhadas era o próprio Karl Lustig-Prean.

Nessa mesma época, João Alberto José Robbe, então vice-diretor do Museu Paulista, informou a Secretaria de Segurança Nacional, que Lustig-Prean havia contatado a instituição através de uma carta. Respeitosamente, solicitava que fosse analisada por aquele departamento com o objetivo de verificar as intenções do estrangeiro. Através desta carta ficamos sabendo que Lustig-Prean teria se encontrado com Paulo Figueiredo no dia 15 de outubro de 1942 Referindo-se à Primeira Guerra Mundial, Lustig-Prean havia mencionado a possibilidade de estrangeiros residentes no Brasil oferecerem documentos, armas e outras

¹⁷²Dossiê12-Z-21-72. Fundo DEOPS /SP. APESP.

¹⁷³ Dossiê 12-Z-21-75. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁷⁴ Prontuário nº87275, de Ernst Josef Bachmann. Fundo DEOPS/SP. APESP.

“recordações de guerra” ao Museu Paulista, para que pudessem ser desfrutados por todos os brasileiros.

O assunto voltaria ser mencionado no boletim de 1º de novembro daquele ano, mas a resposta do vice-diretor, anunciada em sua carta à Secretaria, seria que oficialmente, nenhum assunto poderia ser resolvido antes da volta do diretor Alfonso Taunay de uma comissão no Rio de Janeiro. Nenhuma outra comunicação nesse sentido fora encontrada. É possível que sua pró-atividade e rede social tenham sido os fatores determinantes para que a investigação iniciada em maio de 1942 sobre o Movimento estivessem concentradas na sua pessoa.

Essa documentação dá mostras de que Karl Lustig-Prean estava empenhado em seus esforços de legitimação do movimento sem colocá-lo na clandestinidade. Em 3 de agosto de 1942, o austríaco enviou uma carta à Secretaria de Segurança Política, informando, como exigido por lei, que havia convidado amigos para um “cocktail” em comemoração aos cinco anos de sua imigração para o Brasil. Ele inicia a carta da seguinte forma “Para facilitar a fiscalização, comunico que convidei para minha residência à Rua Aracaju, 255, para o dia 12 de agosto, das 17h30 às 18h30...” e, não obstante, lista as nacionalidades de seus convidados, esclarecendo que o caráter da reunião será particular e sem discussões políticas¹⁷⁵.

Apesar dos esforços do dirigente em cumprir com a lei, a posição da Secretaria de Segurança Política era de desconfiança – tanto em relação ao Movimento, quanto a Lustig-Prean. A proximidade com Ernst Bachmann foi considerada “suspeita” somada a sua própria história de vida questionada pela polícia política.

Karl Lustig-Prean: o camaleão subversivo?

O austríaco Karl Lustig-Prean nasceu em 1892 em Prachatitz, à época, parte da Áustria, hoje região da República Checa. De família nobre, era filho de um general do exército, cursou Direito na Universidade de Viena em 1910. Serviu durante a Primeira Guerra Mundial, conquistando o posto de primeiro-tenente em 1916. Em 1918, tornou-se editor-chefe do *Deutsche Volksblatt*, jornal vienense de orientação católica-democrática e, também, contribuiu regularmente para o também católico *Egerland*, publicação da qual se tornaria diretor em 1922. Sua afinidade com ramo musical e das artes rendeu-lhe um contrato, em

¹⁷⁵ Dossiê 12-Z-21-49. Fundo DEOPS/SP. APESP.
Verificar anexo 2.

1924, como diretor do teatro municipal de Bolzano, na Itália. Nos anos seguintes atuou em Graz, na Áustria (1926), em Augsburg, na Alemanha (1929) e em Berna, na Suíça (1931).

Em 1934, tornou-se oficialmente o cargo de superintendente da Ópera Municipal de Viena e no ano seguinte retomou a sua carreira de jornalista, como redator-chefe do jornal *Catholic Deutsche Presse*, em Praga, onde também concorreria como deputado pelo Partido Social-Católico (DCV). Permaneceu neste cargo até seu exílio em 1937, quando, por intermédio do arcebispo de Praga, Karel Boromejský Kašpar, foi apresentado ao Ministro do Brasil Sebastião Sampaio sediado naquela cidade. Este lhe escreveu uma carta de recomendação à Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro¹⁷⁶.

Munido de um passaporte checoslovaco, veio para o Brasil em 1937, acompanhado de sua esposa Charlotte Silbiger, cantora lírica austríaca, instalando-se em São Paulo, onde passou a atuar como jornalista independente para diversos jornais da cidade.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis	Ficha n.º
Cabelos	Nome: <u>CARLOS LUSTIG PREAN-Vide-</u>
Bigodes	Data: <u>17.5.46</u>
Olhos	Vulgo: <u>CHARLES LUSTIG PREAN-OU KARL LUSTIG PREAN</u>
Estatutura	Prontuário Delegacia n.º <u>49.636</u>
Marcas	Prontuário geral n.º <u>468.758</u>
	Atividade
Filiação: — Pai: <u>Heinrich Prean</u> Mãe: <u>Helena Prean.</u>	
Idade: anos. Nascido em <u>20</u> de <u>Janeiro</u> de 1892 Sexo: <u>masculino.</u>	
Nacionalidade: <u>Checoslovaquia</u> Natural de: <u>Prachatitz - Checoslovaquia.</u>	
Estado civil: <u>Casado</u> Profissão: <u>Jornalista.</u>	
Ordenado: Cr.\$ Local de trabalho: <u>- Trabalha por conta própria.</u>	
Residências: <u>Rua Aracaju n. 253 - São Paulo - Capital.</u>	
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:	

T. G. 1. - Mod. 57

Figura 9 - Registro de Estrangeiros de Karl Lustig-Prean, Prontuário 49.636, de Karl Lustig Prean. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁷⁶ Verificar Anexo 2.

Figura 10 - Karl Lustig-Prean, c.1930. Fotografia do Estúdio Welt-Photo-Dienst. Fonte: Arquivo Bild da Áustria¹⁷⁷.

A documentação analisada por Izabela Kestler Furtado revela que logo em 1938¹⁷⁸, Lustig-Prean se envolveria com o movimento *Das Andere Deutschland*, de Buenos Aires. Em conversa relatada por um infiltrado da polícia com Frederico Spaeth, este último descreve Lustig-Prean como presidente do braço desta associação no Brasil, a qual, segundo sua opinião, só pertenciam comunistas e socialistas. É possível que o dr. Kurt Fabian tenha sido utilizado por Lustig-Prean como testa de ferro¹⁷⁹. Em outro documento, anexado ao prontuário de Kurt Fabian, o delegado especializado do DEOPS/SP, afirma que este último teria sido o fundador do *A Outra Alemanha* no Brasil desligando-se quando Lustig-Prean assumiu a presidência em 1938, renomeando-o para Alemanha Livre.¹⁸⁰

Kurt Fabian teria se recusado a participar do comitê por conta da direção colaboracionista de Lustig-Prean. Tanto o relatório no prontuário de Fabian quanto a

¹⁷⁷Disponível em <http://www.bildarchivaustria.at/Pages/ImageDetail.aspx?p_iBildID=12514147>. Acesso em 20 jul. 2019.

¹⁷⁸ KESTLER, Izabela Maria Furtado. *op. cit.*

¹⁷⁹ Dossiê: 12-Z-21-48. Fundo DEOPS/SP. APESP

¹⁸⁰ Dossiê 30-K-16-15. Fundo DEOPS/SP. APESP

denúncia de Spaeth afirmam que Fabian teria dito que se recusava a prestar serviços para um país fascista como o Brasil¹⁸¹.

Na carta enviada por um agente em Buenos Aires para Ernst Bachmann em 24 de fevereiro de 1943, há um relato de que o grupo gerenciado por Lustig-Prean, o Comité Único de Oposição Alemã no Brasil, teria rompido laços com o FD mexicano de Ludwig Renn e estaria em franca hostilidade com o DAD argentino de Siemsen. A nota termina comentando que Kurt Fabian havia assumido a presidência do grupo, com 15 associados.

De fato, Kurt Fabian manteve correspondência com Augusto Siemsen, do DAD, ao longo da década de 40. Por ocasião de um pedido de passaporte para Montevideo, em 1945, foi requisitado um parecer sobre suas atividades, onde está registrado seu contato com o jornal do DAD, *La Otra Alemania* e classificado como comunista. Não há nenhuma outra menção a um “Comité Único de Oposição Alemã no Brasil”.

“SS”
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Kurt Julius Fabian, (N.º 616)
Aluno, A.G. 342.508, 21 Dezembro 1945.
Residente nesta Capital,
a Rua do Ouro, nº 93,
solteiro, nascido em 18.10.1907
Em 24.XII.1945
[assinatura]

Dr. Delegado Chefe de “SS”.

KURT JULIUS FABIAN é fixado neste “SS”
como um dos colaboradores do jornal anti-nazista,
“LA OTRA ALEMANIA”, editado em Buenos Ayres, Ar-
gentina.

Segundo anotações de nosso Arquivo,
KURT JULIUS FABIAN é de tendências comunistas.

Em 24 de XII de 1945
[assinatura]
Resp. pela informação

NOTA:- Esta Informação é de caráter
estritamente reservado, destinando-se
à orientação exclusiva das autenda-
das interessadas.

Superintendência de Segurança
Política e Social
“S.S.” - 24.XII/1945
30-K 16/14

¹⁸¹ Ibid. e ibid.

Figura 11 - Informe reservado, de agente para Delegado Chefe da SS. doc. São Paulo, data 21 de dezembro de 1946. Dossiê 30-K-16-14. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

Em 1943, Lustig-Prean escreveu uma carta a Augusto Siemens “*em maio de 1942, fui colocado contra minha vontade na direção do Movimento dos Alemães Livres do Brasil.*”¹⁸². Se faz necessário contrastar essa frase, dita após o rompimento do grupo, com a documentação encontrada. O primeiro registro de contato feito por Karl Lustig-Prean à Secretaria de Segurança Política data de abril de 1942, onde ele requisita uma audiência para um pequeno comitê, cuidadosamente escolhido, que poderia dar ensejo ao Movimento dos Alemães Livres¹⁸³. Também é preciso considerar as acusações feitas por Charitas Brandt Gaspari e Frederico J. Spaeth de que a direção teria sido tomada, em golpe, pelo mesmo.

De toda forma, a investigação principal recaiu sobre Lustig-Prean. Em um documento intitulado “O ‘Emigrante’ – CARLOS DE LUSTIG_PREAN” revela-se que um informante Lustig-Prean trabalhava secretamente dentro do círculo interno de como espião para o DEOPS. O relatório não é assinado e não possui data, mas infere-se, pelas descrições e pelo posicionamento deste dentro do dossiê, que fora feito ainda em 1942. Sua opinião coloca-o como um “homem perigoso” e sua introdução como um farsante, manipulador e, inclusive, judeu:

Lustig-Prean é nascido austríaco, desdecente de uma conhecida família de oficiais austríacos e é típico expoente do, i em 1918 extinta pol de oficiais de sua Majestade. Arrogante, incapaz para qualquer trabalho organizado e disciplinado, é Tratante e aristocrata em uma pessoa. Por força de seu título nobiliárquico e dos "grandes feitos militares de seus antepassados, ele o compreende, como dificilmente um outro, de obter relações em todos os círculos os quais lhe possa ser úteis os servir para satisfazer sua ambição sem limites. Como um camaleão, toma posições políticas ou opinião mundial do ambiente que o cerca, ele é antimilitarista e instigador de guerra; antinazista com um grande círculo de conhecidos nazistas; Antisemita, apesar de ser judeu total em consequência do seu casamento, de acordo com as "Leis da raça de Nuremberg" com um círculo de amigos judeus, os quais se vangloriam da paradegoi Lustig-Pean; católico, o qual nunca com tal praticou, salvo se essa confissão lhe foi de qualquer maneira útil; por vários anos Lustig-Prean, para poder aproveitar-se disso, participou aqui em São Paulo dos Mormoes; Proaliado, que como nenhum outro, fala mal de todos os aliados e especialmente dos Ingleses e

¹⁸² KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Op.cit.*p. 171.

¹⁸³ Dossiê 12-Z-21-59. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Americanos, em poucas palavras, um homem supercheio de mentiras internas e externas.

Lustig Prean veio, após uma grave falência como Diretor da Opera popular de Viena, em 1937 para São Paulo. Por tanto, ele não é emigrante e nem refugiado de Hitler e seu nazismo, mas um náufrago econômico e um homem completamente liquidado, vindo para o novo mundo. Num artigo de jornal, o qual ele mesmo lançou em 1938, ele contestou ser emigrante - ele teria vindo simplismente na qualidade de técnico em teatro para fins de estudos, para o Brasil. Não foi sem motivo, que Lustig Prean encontrou tanta dificuldade em uma de suas últimas "Cartas aos amigos" de se desmentir a si próprio e provar a "urbi et orbi", que, perante o nazismo de Hitler, ele é emigrante. Em 1938, ainda não era oportuno aqui de ser tarado oficialmente como antinazista, quando entretanto em 1943, a folha se virou.

Lustig Prean em 1937, veio para o Brasil com um passaporte austríaco, no interim conseguiu obter um passaporte tcheco, no entanto, ambos não o impedem de lutar por interesses alemães do Reich, ser presidente de honra dos antigos alemães livres de São Paulo, de ter assento no comitê de honra dos alemães livres (comunistas) do México, ainda e sempre não se empenhar pelo reconhecimento de direito da "anexação" da Áustria a Alemanha, mas além de tudo pelo que o território tcheco de súditos permaneça com a Alemanha no após-guerra. Com essa aberta traição a patria na Tchecoslovaquia, Lustig paga o favor deste país de ter lhe concedido um passaporte com direito a cidadania tcheca¹⁸⁴.

Diversas das acusações que o relator dirige ao sujeito da investigação soam como uma amálgama de preconceitos ligados à figura do judeu inspirada na literatura da época. Sob este viés, Prean é apresentado como estrangeiro, mas que não “merece” o status de emigrante, exceto quando (ironicamente) é acusado de falsidade, traição, ambição sem limites. Simultaneamente é identificado como um comunista e alguém que não mede esforços para galgar postos, sendo um traidor de seu país e de sua raça de forma dupla. Seu catolicismo é questionado, apesar de ter escrito para um jornal católico; é acusado de ser judeu baseado exclusivamente na interpretação das Leis de Nuremberg, e, no mesmo parágrafo, um antisemita. Resumindo: era um mentiroso e um oportunista, e acima de tudo, um estrangeiro, conspirador.

Algumas destas acusações partem de situações complexas: Lustig-Prean, de fato, possuía diversos passaportes. A cidade de Prachatitz, até 1918, pertencia à Áustria, mas após a independência da Tchecoslováquia, passou a ser considerada como parte deste território.

¹⁸⁴ Dossiê: 12-Z-21-36. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Lustig-Prean, no entanto, era considerado austríaco e, posteriormente, solicitou passaporte austríaco.

Em relação à questão da soberania austríaca, o pensamento de Lustig-Prean é matizado por complexidades. A Áustria é reconhecida como sua pátria, mas o legado cultural ali presente se deve à língua alemã. O humanismo austríaco é, para ele, virtude da influência germânica. Em carta remetida a Arpad Koevy, na Argentina, no dia 1 de junho de 1944, Lustig-Prean delineia como ele acreditava que deveria ser a configuração da Europa central no pós-guerra: uma Áustria livre, cuja independência fosse garantida por cinco potências mundiais (Brasil, EUA, Argentina, Espanha e Portugal), com a religião oficialmente sendo a católica e que incorporasse o Sudeto novamente como parte da mesma¹⁸⁵.

Embora não tenhamos muitas informações sobre sua vida, a esposa de Karl Lustig-Prean, Charlotte Sibilger, com quem havia se casado em 1933, era de religião judaica. A relação de Lustig-Prean com o judaísmo é complexa: considerado judeu pelas leis de Nuremberg, o mesmo reivindicava-se católico e ariano. De família aristocrática vienense, sua atuação enquanto indivíduo político e jornalista profissional se deu, tanto na Europa quanto no Brasil, em círculos católicos-democráticos.

Lustig-Prean abordou a questão do antissemitismo em diversos documentos como, por exemplo, em seu livro parcialmente autobiográfico *Mil Destinos da Europa*. Neste sua obra, ele relata um encontro com um jovem pintor desiludido, numa praça de Viena, revelado, ao fim, se chamar Adolf Hitler. O futuro ditador expressa, no livro, sua frustração com seu fracasso no mundo artístico, imputando a culpa de não ter se tornado bem sucedido aos judeus influentes. Lustig-Prean, enquanto comentarista do encontro, discorre então sobre sua visão dessa minoria: existem artistas e intelectuais talentosos (e bem sucedidos!) que são judeus. Culpá-los pelo fracasso pessoal ou mundial é descrito como desculpa dos que não conseguem assumir sua própria incompetência. O capítulo é descrito posteriormente como parte da “narrativa das coisas inverossímeis”, mas seus sentimentos sobre a questão são reais¹⁸⁶.

¹⁸⁵ “Correspondência”. Carlos de Lustig-Prean e Arpad Koevy. 1 de junho de 1944. Dossiê 12-Z-21. Fundo DEOPS/SP. APESP

¹⁸⁶ LUSTIG-PREAN, Carlos de. *Mil Destinos da Europa*. São Paulo: Organização do Livro Popular, 1943, pp. 35- 40.

Entretanto, a melhor resposta para esta questão, talvez, está em um exemplar de suas *Cartas aos Amigos*, publicação enviada para seu círculo íntimo. Todos os grifos pertencem ao autor:

No entanto, não se deve – principalmente comigo – confundir “ariano” com antissemita. Na realidade, o meu partido, o partido cristão-social ao qual prestei meus serviços durante 27 anos na Europa e desde então na imigração, era moderadamente antissemita. Mas a verdade é que os meus amigos do partido e eu temos declarado que um antissemitismo baseado em “racismo” deve ser repellido – como também um antissemitismo que se serve de meios não-cristãos. Permitido seria a **defesa** contra as influências realmente prejudiciais dos círculos liberais israelitas no terreno político industrial **por meios leais e morais**, ou melhor, por obras superiores e positivas¹⁸⁷.

Lustig-Prean define seu antissemitismo como uma questão moral-teológica, não baseada num conceito de raça. Em outra *Carta aos Amigos*, ele também opina sobre um problema que é colocado por outros pensadores do conceito da “Outra Alemanha”: qual das vozes seria verdadeiramente a do povo alemão? Para Lustig-Prean, a voz que deve ser ouvida é a dos católicos alemães, pois são eles que incorporam todas as virtudes humanistas dessa nação¹⁸⁸.

A nuance das críticas de Lustig-Prean também gera confusão no que toca a sua relação com o comunismo. A proximidade temporária com o movimento mexicano gera desconfiança do governo brasileiro, assim como seu reconhecimento da luta no front russo, onde segundo o mesmo, os comunistas lideraram a linha de frente do exército.

O "Comunismo"! Socialismo! A situação é das mais delicadas. Não há negar que a Rússia soviética está formando na frente das potências unidas contra o hitlerismo, e tem dado mostras de força em proporções extraordinárias. Admitido isto, não se poderá deixar de enveredar, com o devido tato, por aquele caminho que - ainda neste caso - o Brasil escolheu com tanto acerto e bom senso¹⁸⁹.

Este trecho de uma de suas *Cartas aos Amigos* também demonstra que, admiração à parte pela luta, o comunismo não era uma boa opção para o governo. O ateísmo associado ao comunismo se apresenta como uma das grandes preocupações de Prean, que acreditava que um novo Hitler poderia surgir desse vazio religioso.

¹⁸⁷ LUSTIG-PREAN, Carlos de. *Carta a Amigos*. 13 de julho de 1943. Prontuário 49.636. Fundo DEOPS/SP. APESP, p.3.

¹⁸⁸ LUSTIG-PREAN, Carlos de. *Carta a Amigos*. 23 de julho de 1943. Prontuário 49.636. APESP, p. 2.

¹⁸⁹ LUSTIG-PREAN, Carlos de. *Carta a Amigos*. 13 de julho de 1943. Prontuário 49.636. APESP, p.4.

Através leitura dessa documentação produzida por Lustig-Prean, percebe-se que ele sustentava posições aparentemente contraditórias. Considerava-se um alemão livre, apesar de ser austríaco, e era antissemita, mas não da mesma forma pregada pelo nacional-socialismo. São essas nuances que foram interpretadas pelo delator como volúveis e oportunistas.

O informante, que afirmou ter tido contato com Lustig-Prean por mais de um ano, afirmou que o Movimento dos Alemães Livres havia sido criado como uma fachada para que ele pudesse sustentar suas posições de forma a não levantar desconfiança de suas atividades subversivas, ou seja, “a fim de arranjar um rótulo por fora”, assim como escreveu:

A fim de arranjar um rótulo por fora, Lustig Prean fundou em 1941 o “Movimento dos Alemães Livres do Brasil” cuja atividade consistiu nisso de evitar tudo que pudesse aparecer uma verdadeira luta contra o nazismo a após mais ou menos um ano, quando alguns dos participantes do movimento queriam fazer algo de positivo, Lustig Prean dissolveu o movimento baseado outra vês na completa inverídica declaração de que teria sido obrigado a isso pela Polícia.

Durante minha convivência de mais de um ano com Lustig Prean constatee que Lustig Prean é o causador mais perigoso e responsável pela opinião hostil aos aliados no meio emigratório de São Paulo¹⁹⁰.

A ideia de que o movimento teria sido aceito pelo governo brasileiro é contraditória, conforme constatamos em outro relatório datado de 2 de fevereiro de 1943. Por tratar do Movimento dos Alemães Livres, foi anexado também em prontuários de alguns membros participantes, como Charitas Brandt Gaspari¹⁹¹, Frederico J. Spaeth¹⁹²; Ernst Bachmann¹⁹³ e do próprio prontuário de Prean. Este documento, que possui cinco páginas, corrobora com as dúvidas do relator e apresenta um relato sobre cada membro do círculo íntimo de Lustig-Prean. Vem acompanhado de uma resposta do delegado adjunto José Antonio de Oliveira, de 23 de fevereiro de 1943, onde, de forma sucinta, expõe sua desconfiança acerca dos alemães livres:

Sinceramente, **não acredito** em alemães livres. Quando muito, admitiria alemães antihitleristas. Mas no momento atual, o que está em jogo não é só a própria política nacional socialista, como também a própria existência da Alemanha. E conhecendo a psicologia do povo alemão, **não acredito** na possibilidade da existência de um agrupamento mais ou menos considerável – de alemães livres ao ponto de poderem colaborar conosco – é bem possível que intitulando-se livres, grupos de alemães outra coisa não pretendem senão captar a confiança e simpatia de nossa gente, para mais

¹⁹⁰ O “Emigrante”: CARLOS DE LUSTIG PREAN. Dossiê: 12-Z-21-36. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁹¹ Prontuário nº38.143. Charitas Brandt Gaspari. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁹² Prontuário nº23.514. Frederico Johann Spaeth. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁹³ Prontuário 82.275. Ernst Josef Bachmann. Fundo DEOPS/SP. APESP.

facilmente atingirem seus objetivos. Nestas condições, parece que seria uma **providência recomendável** apreender-se para um exame metucioso, o arquivo da organização de que nos fala o relatório estudado – esse exame poderia resolver o fechamento da sede e proibição de funcionamento dessa entidade¹⁹⁴.

A relação do Movimento dos Alemães Livres com o governo brasileiro pode ser descrita em termos ambíguos. Izabela Kestler menciona que o movimento de Prean se afastou do DAD em fins de 1942, associando-se ao Comitê Latino-americano dos Alemães Livres, fundado em janeiro de 1943. Ela cita uma carta de August Siemsen a um representante do DAD na Bolívia, de 6 de outubro de 1943, a qual reproduzimos abaixo:

Os boatos mais cômicos, aparentemente difundidos a partir do México, e que só podem referir-se à São Paulo, no Brasil, onde nosso antigo homem de confiança, o Lustig-Prean, se ligou aos Freie Deutschen, dizem que ‘em alguns países grupos se afastam de Siemsen’. Entretanto, ele nos escreveu que se considerava ideologicamente pertencente ao DAD e que não estabeleceria relações com o México sem nós. Mas muda tanto seus pontos de vista, mostrou-se tantas vezes **pouco confiável** (sua correspondência com Strasser, sem nosso conhecimento), e se apresenta agora totalmente **“leal” ao Brasil e aos Aliados**, enquanto antes não podíamos ser suficientemente críticos, que agora nossa posição é nitidamente de distanciamento, até porque do seu comitê fazem parte pessoas mais ou menos reacionárias e também porque ele mantém as melhores relações com um homem de Strasser¹⁹⁵.

Izabela Kestler coloca também que o jornal de janeiro de 1943, *Freies Detschland/México* havia publicado as resoluções de que o Movimento dos Alemães Livres concordaria com o México enquanto centro do movimento e de que prestavam “abnegada fidelidade” ao Brasil. Este mesmo periódico publicou uma outra nota por ocasião do quinto aniversário da proclamação do Estado Novo, informando que o movimento havia enviado um pergaminho artisticamente elaborado à Getúlio Vargas, que agradeceu por meio de um telegrama¹⁹⁶.

A historiadora Marlen Eckl também corrobora que Lustig-Prean tenha recebido este telegrama, ao mencionar uma carta onde ele menciona que os membros o teriam utilizado

¹⁹⁴ OLIVEIRA, José Antonio. “Resposta ao Delegado Especializado”. 23/02/1943. *Relatório sobre o Movimento dos Alemães Livres*, folha 6, 2/02/1943, In: Prontuário nº38.143. Acervo do Fundo DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

¹⁹⁵ KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo/EDUSP, 2003. p. 169

¹⁹⁶ Ibid, p.169

como um salvo-conduto em suas relações com o governo¹⁹⁷. Eckl comenta que, apesar do pergaminho os ativistas do movimento não foram protegidos da vigilância do DEOPS.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELEGRAFOS

TELEGRAMA

RECEBIDO: _____
De: _____
As: _____
Por: _____

PREÂMBULO: = S 2 DE PALACIO CATETE=RIODE 6486 32 21= NIL

TEXTO E ASSINATURA

NOME PRESIDENTE REPUBLICA TENHO PRAZER AGRADECER
VOTOS FORMULASTES PELO SEU RESTABELECIMENTO PT
CORDIAIS SAUDAÇÕES - A. DE ANDRADE QUEIROZ SECRE-
TARIO PRESIDENCIA EM EXERCICIO ==

10.2.1943

LUSTIG PREAN E DEMAIS

Figura 12 - O telegrama do secretário de Getúlio Vargas. Dossiê 12-Z-21-62. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

O Movimento dos Alemães Livres seguiu em funcionamento, porém com restrições, até maio de 1943. O major Olyntho não havia autorizado a publicação de suas atividades em nenhum veículo público e, além disso, lançara uma investigação acionando agentes infiltrados, e relatando o funcionamento da organização. O dossiê do Movimento dos Alemães Livres inclui 31 páginas de conversas telefônicas feitas para a residência de Lustig-Preat, entre fevereiro e abril de 1943¹⁹⁸. O mesmo encontrava-se sob suspeita e vigilância, apesar de suas demonstrações de fidelidade.

Em anexo à carta mencionada anteriormente, na qual Lustig-Preat avisara sobre a reunião que faria em sua residência, encontra-se anexado um relatório assinado pelo

¹⁹⁷ ECKL, Marlen. “Entre resistência e resignação – as atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil 1933-1945”. *Projeto História*. São Paulo, n.53, pp.121-159, Mai/agosto, 2015.

¹⁹⁸ Dossiê 12-Z-21-04 a 12-Z-21-35. Fundo DEOPS/SP. APESP.

investigador Floriano Peixoto Camargo, com os nomes dos convidados e possíveis afiliações políticas, que incluem trechos de conversas ocorridos na comemoração¹⁹⁹. Quatro nomes foram considerados como partidários de Strasser: Ossinger, ex-cônsul austríaco, Gustavo Eberhardt, industrial, Túlio Ascarelli, ex-professor da Universidade de Vienna, e Walter Pick, pianista da rádio Cultura.

Em dezembro de 1942, um relatório redigido por Aníbal J. P. Monteiro, secretário-geral do Centro Acadêmico da Faculdade São Bento, descreve ao delegado as informações obtidas através de Frederico J. Spaeth em sua residência. Consta que, em uma das reuniões do grupo, Spaeth teria proposto a assinatura de um juramento coletivo, ao qual todos os presente prometeriam não se envolver com ideologia comunista. Lustig-Prean teria sido o primeiro a protestar²⁰⁰.

Em fevereiro de 1943, o mesmo Aníbal, assinou um outro relatório como agente reservado nº59, com também as informações recebidas após o Congresso Antinazista de Montevideú e relativa à criação do Comité Latino-Americano de Alemães Livres (LAK).

Não é, sabemos todos, muito verosímil que alemães se agrupem com a epígrafe de ‘livres’. Muito natural é que se unam em tais organizações, franceses, gregos, iugoslavos e checos; alemães porém, não tem razão para isso, uma vez que a Alemanha não foi invadida, oprimida e espoliada, sendo certo que é ela quem avassala barbara e criminosamente, roubando até direitos naturais! Pelo menos, esse é o modo de ver da imprensa desta Capital, como por exemplo, o do “Correio Paulistano” no dia 24 do corrente, que comenta os protestos da Imprensa do México contra a criação de um comité continental de Alemães Livres²⁰¹.

A crítica reproduzida pelo *Correio Paulistano* e comentada pelo relator possui um tom similar ao do governo brasileiro, revelando um preconceito comum contra todos os alemães no exílio²⁰².

A aproximação do relator se dá com Frederico J. Spaeth, Gustavo Eberhardt e Charitas Brandt Gaspari, que, segundo o autor do mesmo, eram relativamente novos na política e, portanto, não seriam visados pela Polícia Política. Estes três se sentiram traídos por Lustig-Prean que, após ter conseguido que o movimento tivesse feições legais, teria acrescentado membros à diretoria de forma que a votação pudesse sempre correr conforme

¹⁹⁹ Dossiê 12-Z-21-46. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁰⁰ Dossiê 12-Z-21-47, 12-Z-21-48 Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁰¹ Dossiê 12-Z-21-43. Fundo DEOPS/SP. APESP

²⁰² Cf. anexo 4.

seu gosto. Em conversas com Spaeth, o descobrira também que Lustig-Prean havia ido à Argentina com um passaporte alemão, expedido pelo consulado nazista. Spaeth teria lhe dito que um amigo seu ouvira a história do próprio Lustig. Spaeth posteriormente negaria sua declaração.

Se o telegrama enviado pelo secretário de Vargas não impediu a vigilância política sobre o Movimento dos Alemães Livres, as relações que Lustig-Prean mantinha com homens em posições privilegiadas de poder alterou a balança à seu favor, ao final do processo.

Seu contato mais importante seria com Cecil P. Cross, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo. A amizade entre os dois não seria encarada naturalmente por todos os agentes, como fica explícito no relatório “O Emigrante”: *“Nesse particular, tem que ser salientado mais uma vês de que o Consulado Geral Norteamericano naturalmente age de boa fé e que Lustig-Prean sabe disfarçar admiravelmente sua atividade de 5a coluna”*²⁰³.

O governo decide encerrar as investigações e, invocando o decreto-lei de 12 de setembro de 1942, que proíbe a criação de organizações cujo objetivo seja defesa do interesse nacional sem autorização prévia do Ministério da Justiça e de Negócios Interiores, ordena o fechamento da instituição e entrega de todos o arquivo relacionado a esta.

Ilmo. Sr. Dr. Delegado Especializado de Ordem Política e Social.

Há poucos dias prestei em um protocolo referente ao sr. KARL LUSTIG VON PREAN, a informação seguinte:

“Comuniquei ao sr. KARL LUSTIG-PREAN, residente na rua Aracaju, nº253 – organizador do “Movimento dos Alemães Livres”, que cessasse, definitivamente suas atividades nesse sentido, pois contrariava o Decreto-Lei nº4684, 12 de setembro de 1942. Exibiu-me para destruir a imputação de Josef Novak, austríaco, de ter tido qualquer ligação com o Consulado alemão de São Paulo, dois números de “A Noite”, edição de São Paulo – contendo as entrevistas com os títulos “Há vinte anos combate contra Hitler” e “Os alemães católicos de São Paulo, lançam um manifesto contra a política de sangue do Chanceler do ‘Reich’”; um número do “Welt-Blatt” de Viena, jornal católico de 19 de novembro de 1925, onde há um artigo seu de crítica ao ditador alemão; duas fotocópias, uma de um telegrama de Luiz Vergara agradecendo em nome do sr. Presidente da República as expressões de simpatia e solidariedade constantes do pergaminho enviado em nome dos Alemães Livres do Brasil e a outra do ofício do sr. Coronel Chefe do Estado Maior da Segunda Região Militar, comunicando que seu nome foi anotado entre os que ofereceram o concurso na luta que o Brasil sustenta na defesa das liberdades e dignidade humana; um boletim de propaganda do “Movimento dos Alemães Livres” de 12 de

²⁰³ Dossiê: 12-Z-21-87. Fundo DEOPS/SP. APESP

maio deste ano, contendo trechos do manifesto que fora entregue pela direção ao sr. Major Olinto de França Almeida e Sá, então Superintendente de Segurança Política e Social; uma carta do sr. Spaeth, dizendo não ser verdade ter ele dito que Preat tivera relações com o Consulado Nazista de São Paulo, conforme consta denúncia de Novak; uma carta de nosso ministro em Praga, Sebastião Sampaio, de 18 de junho de 1937, apresentando Preat ao dr. Herbert Moses, presidente da A.B.I, onde diz ter sido ele redator-chefe dos jornais católicos “Egerland” e “Deutsche Press” e que recebeu da sua Eminência o Cardeal Kaspar, Arcebispo de Praga, as melhores recomendações dessa pessoa e, afinal, a fotocópia de uma carta do sr. Consul dos Estados Unidos da América do Norte, em São Paulo, o sr. Cecil M.P. Cross, de quem é muito íntimo pois se visitam constantemente, nestes termos: “Atendendo ao seu pedido e para fins que lhe possam interessar, apraz-me levar ao conhecimento de V.S. que, pelos documentos que me tem apresentado e as relações que tenho mantido com V.S.; considero-o um fiel católico, um anti-fascista e um amigo da democracia.” Ouvi a pessoa vizada pela denúncia minuciosamente; tomei informações ao seu respeito e, não tenho dúvida em estar de acordo com o sr. Consul Americano, em ser ele católico e democrata. Assim, sou de parecer de que este protocolado seja arquivado no seu prontuário.”.

Ele fez, realmente, entrega do arquivo do Movimento dos Alemães Livres do Brasil, ao dr. Carlos E. Bittencourt da Fonseca, que, por sua vez, mandou para o “SS”.

Assim, opino pelo arquivamento deste no seu prontuário.

São Paulo, 2 de agosto de 1943.

O delegado adjunto,

a) Luiz Tavares da Cunha –

Figura 13 - Correspondência entre Karl Lustig-Prean remetida por Cecil K. P. Cross, em 6 de março de 1942. Dossiê: 12-Z-21-63. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

Figura 14 - Comprovante de registro em quartel de Karl Lustig-Prean, assinado por Paulo Figueiredo, em 8 de setembro de 1942. Dossiê 12-Z-21-61. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

A dispersão do movimento também fora anunciada no boletim particular do Movimento dos Alemães Livres, onde, citando o também fechado movimento da Áustria Livre, com o qual Lustig-Prean também se envolve marginalmente, o autor explica as razões pela qual se pode considerar a missão dos Alemães Livres encerrada.

Izabela Kestler postula algumas dúvidas em relação às razões do fechamento do movimento, citando uma carta de Lustig-Prean a August Siemsen, onde ele explica estar se afastando da presidência por ter tido seu nome colocado em vários comunicados sem seu consentimento. Marlen Eckel também aponta a contrariedade das datas segundo fontes distintas: uma alega que isso teria ocorrido em 1943, outra em setembro de 1942. Tomamos aqui como encerradas as atividades a partir da publicação do último número do boletim enviado aos aderentes do Movimento dos Alemães Livres.

Figura 15 - “Carta aos Amigos” de Karl Lustig Preat, 9 de junho de 1943. Prontuário nº49.636 – Karl Lustig Preat. Fonte: Fundo DEOPS/SP. APESP.

A data também é significativa, pois no mesmo ano, Lustig-Preat também renuncia à presidência de honra do LAK, Comitê Latinoamericano fundado pelo movimento *Freies*

Deutschland/México. Em uma carta, que não teria sido publicada e nem reconhecida, ele cita as razões para seu afastamento, dizendo que

os tempos mudaram, muitos emigrantes se enraizaram e decidiram ficar, o que podemos entender e o que não pode nem deve ser censurado. No entanto, e isso é estranho, desligaram-se do destino do Velho Mundo. Muitos dos setores da emigração alemã e de língua alemã foram dominados eficazmente pela palavra de ordem de que a Alemanha deveria ser despedaçada ou até destruída, e o povo alemão deveria ser dizimado, escravizado e até excluído da comunidade humana²⁰⁴.

Sumariamente ignorado o grupo mexicano passa a assumir que o Movimento dos Alemães Livres havia continuado, mas sob a direção de Stefan Baron, livreiro judeu e comunista que seria o protagonista da Associação Democrática Alemã.

O Movimento dos Alemães Livres de São Paulo, enquanto iniciativa para agregar os imigrantes da comunidade alemã que desejavam se expressar politicamente contra o nazismo, cumpriu um papel de articulador das diversas expressões políticas que se encontravam agregadas em seu meio.

Dirigido por Karl Lustig-Prean, uma figura controversa perante aos olhos das autoridades brasileiras e também entre seus companheiros, o Movimento buscava agir em colaboração com o governo brasileiro, encontrando, no entanto, obstáculos por parte da polícia política. As ações de Lustig-Prean foram vistas com desconfiança, a vigilância sobre sua pessoa foi mantida apesar das diversas tentativas de transparência do mesmo com os órgãos de segurança. A rede de relações importantes do austríaco teve papel fundamental na decisão feita sobre o mesmo.

Embora tenha sido mantido pouco tempo em atividade, o movimento foi considerado como um dos principais interlocutores brasileiros com os principais grupos da América Latina: o *Freies Deutschland* mexicano e o *Das Andere Deutschland* argentino, tendo Lustig-Prean chegado, ainda que brevemente, à presidência do Comitê LatinoAmericano de Alemães Livres (LAK).

O legado político do Movimento dos Alemães Livres também pode ser encontrado na gênese da Associação Democrática Alemã de São Paulo, que inclui membros do antigo

²⁰⁴ KESTLER, Izabela Maria Furtado, op. cit., p. 171.

movimento coordenado por Lustig-Prean – que também figura em importante aparição nos inquéritos instaurados sobre essa sociedade que é o tema do nosso próximo capítulo.

3.2. Associação Democrática Alemã: a resistência antinazista pós 1945

A *Deutsche Demokratische Vereinigung*, ou Associação Democrática Alemã, foi fundada no final de 1945, idealizada em conversas entre dois refugiados judeu-alemães que moravam no Brasil desde meados da década de 30: o livreiro Stefan Baron e o comerciante Max Hollander. A guerra havia acabado, mas Stefan Baron, personagem central deste momento da história da comunidade alemã no Brasil, tinha consciência de que o pensamento nazista não havia desaparecido simplesmente porque a Alemanha fora vencida. O livreiro, formado em Biblioteconomia na Escola de Sociologia e Política (FESPSP) no ano de 1940, mantivera contato estreito com o grupo mexicano *Freies Deutschland* desde a saída de Karl Lustig-Prean da presidência do Comitê Latino-Americano antinazista (LAK).

No Brasil, o cenário político também havia mudado: pressionado por diversos grupos, Getúlio Vargas convocou eleições diretas no final de 1945. Os três principais candidatos eram: Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), Iedo Fiúza, do Partido Comunista do Brasil (PCB) – à época, legalizado – e o general Eurico Gaspar Dutra pelo Partido Social Democrático (PSD).

Apoiado pelas bases de Vargas, de quem fora Ministro de Guerra entre 1936-1945, o general Dutra venceu as eleições diretas e foi empossado em 31 de janeiro de 1946, ano em que convocou uma Assembleia Constituinte. Conservador, o novo governo tem uma relação de continuidade com o seu anterior, principalmente no que se refere às práticas imigratórias: a busca pelo imigrante “desejável”, europeu, branco, católico e, de preferência, que fosse católico, branco, técnico ou agricultor.

Na Assembleia Constituinte de 1946, discutiu-se muito sobre a necessidade da imigração para o bom funcionamento do país, mas com muita cautela para não entrar no país o tipo “indesejável”: judeus, comunistas, orientais e subversivos. Apesar das notícias sobre o Holocausto, persistiram as Circulares Secretas antissemitas emitidas pelo Conselho Nacional de Imigração, presidido por Jorge Latour, um dos ex-diplomatas antissemitas do governo Vargas²⁰⁵.

²⁰⁵ Ver os estudos de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo*. Op. cit.; BIGAZZI, Anna Rosa. *Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas (1938-1945)*. Op. cit.

A repressão aos comunistas também teve continuidade no governo Dutra. Se o funcionamento do Partido Comunista do Brasil havia se tornado legal em fins de 1945, o seu período fora da clandestinidade durou muito pouco. – já Em 1947, estes seriam banidos da política partidária brasileira. Mesmo entre os anos de 1945 e 1947, o estatuto de legalidade do PCB não protegeria seus membros e a vigilância do DEOPS continuaria enquadrando comunistas como subversivos da Ordem.

Neste contexto, a Associação Democrática Alemã definiu o imigrante “indesejável” como judeu comunista. Como tal, tanto a associação quanto seu fundador se encontraram na mira do DEOPS/SP.

O objetivo da associação, segundo seu próprio estatuto e declarações em inquéritos, era de erradicar o pensamento nazista da mente do imigrante alemão no Brasil, através de um programa de incentivo à literatura alemã e palestras educativas. Como ideal secundário, os sócios planejavam também fomentar um ambiente cultural em São Paulo, propício para a chegada do novo embaixador alemão.

Baron, ciente da legislação brasileira e das dificuldades de organizar uma associação de estrangeiros no Brasil, convidou para a diretoria de honra e, para compor a tesouraria, os brasileiros Abelcio Bittencourt Dias, João Penteado Erskine Stevenson e Osmar Pimentel, com quem tem contato durante os comícios do Partido Comunista em São Paulo.

A Associação Democrática Alemã tem quatro reuniões formais, separadas entre membros brasileiros e alemães, antes de ser fechada para investigações policiais de seus membros e de sua finalidade no dia de sua primeira Assembleia Geral. Alguns jornais publicaram notícia de seu fechamento, com enfoques ligeiramente distintos. No dia 24 de fevereiro de 1946, o jornal *Correio Paulistano* denunciou um flagrante policial: “Reuniões Clandestinas de Alemães na rua Conselheiro Furtado”. A matéria foi publicada na quinta página do jornal informando que uma sociedade clandestina havia sido fundada no dia 5 de janeiro daquele mesmo ano sob o nome *Deutsche Demokratische Vereinigung* (Associação Democrática Alemã)²⁰⁶.

O jornal informou também sobre a posição do grupo enquanto de resistência ao pensamento nazista, bem como a sua organização de programas culturais. Mas, ao condenar a não autorização das autoridades para seu funcionamento, o jornal cumpriu com a função da imprensa de investir contra aqueles que tolhiam a liberdade de expressão.

²⁰⁶ “Reuniões clandestinas de alemães na rua Conselheiro Furtado”. In: *Correio da Manhã*, 24 de fevereiro de 1946, p. 2.

Na tarde de ontem, tendo notícia de que a sociedade estava realizando mais uma de suas reuniões, o delegado-auxiliar dr. Venancio Aires, que dirige o departamento de Ordem Política e Social, incumbiu o delegado Geraldo Cardoso Melo de realizar uma diligência na sede daquela organização, que fica situada em um porão do prédio onde está instalado o Clube dos Bancários, a rua Conselheiro Furtado, n.191. A autoridade chegando no local surpreendeu vinte cidadãos de nacionalidade alemã em plena reunião. Imediatamente determinou a detenção de todos que foram conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social e ali ouvidos no inquérito instaurado para apurar as verdadeiras finalidades da organização e atividades de seus membros²⁰⁷.

Na mesma notícia foram também apresentados os membros da diretoria da associação (definida como “secreta”) que, surpreendidos em sua sede pelo delegado Geraldo Cardoso de Melo, foram imediatamente detidos e levados para o DEOPS.: Eram eles: presidente Oscar Netscher, vice-presidente João Penteado Erakine Stevenson, 2º presidente Rudolfo Huenig, 1º secretário Max Hollander e 2º secretário Stefan Baron.

²⁰⁷ “Reuniões clandestinas de alemães na rua Conselheiro Furtado”, In: *Correio da Manhã*, 24 de fevereiro de 1946, p. 2.

Reuniões clandestinas de alemães na rua Conselheiro Furtado Presos em flagrante vinte indivíduos que faziam parte de uma sociedade

Há algum tempo que as autoridades da Ordem Política tinham notícia da constituição, nesta capital, de uma sociedade composta de cidadãos alemães e de alguns brasileiros, encaixados em sua diretoria, propondo-se a restabelecer, no Brasil, os sentimentos democráticos do povo alemão.

secreta — Outras notas

dos no inquérito instaurado para apurar as verdadeiras finalidades da organização e a atividade de seus membros. Intitula-se a nova organização "Deutsch-Demokratische Vereinigung".

IDENTIDADE DOS DETIDOS

No momento em que o delegado Geraldo Cardoso de Melo realizou a diligência, a reunião estava sendo presidida pelo 1.º secretário, Max Hollaender. Todos os que ali se encontravam, tanto diretores como assistentes, algumas mulheres, cujos nomes an-

Flagrante colhido no momento em que os membros da Associação Democrática Alemã prestavam declarações na Polícia

bem como extirpar as raízes do nazismo, propiciando um clima adequado à ação do futuro representante diplomático da Alemanha em nosso país. A mesma sociedade, de acordo com os seus estatutos, visava, ainda desenvolver cuidadoso programa cultural e prestar todo o apoio às autoridades brasileiras no que se refere ao controle das possíveis atividades políticas condenáveis, etc.

VAREJADA A SEDE DA ORGANIZAÇÃO

Entretanto, a referida organização não possuía qualquer autorização das autoridades competentes, e, dessa forma, seu funcionamento foi considerado clandestino. Seus diretores promoviam reuniões verdadeiramente secretas, tendo o cuidado de não convocar para elas os elementos de nacionalidade brasileira que compunham a diretoria. Na tarde de ontem, tendo notícia de que a sociedade estava realizando mais uma de suas reuniões, o delegado-auxiliar dr. Venâncio Aires, que dirige o Departamento de Ordem Política e Social, incumbiu o delegado Geraldo Cardoso de Melo de realizar uma diligência na sede daquela organização, que fica situada em um porão do prédio onde está instalado o Clube dos Bancários, à rua Conselheiro Furtado n.º 191. A autoridade chegando ao local, surpreendeu vinte cidadãos de nacionalidade alemã em plena reunião. Imediatamente determinou a detenção de todos, que foram conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social e ali ouvi-

ou seja — Associação Democrática Alemã. Sua fundação data do dia 5 de janeiro do corrente ano.

A DIRETORIA

A diretoria da associação estava assim constituída: — Presidente, Oscar Netsche; 1.º vice-presidente, dr. João Penteado Erakine Stevenson; 2.º vice-presidente, Rudolf Huenig; 1.º secretário, Max Hollaender; 2.º secretário, Stefan Baron; 1.º tesoureiro, Abelcio Bittencourt e 2.º tesoureiro, Werner Gellner.

tamos, foram detidos e são os seguintes: — Monitz Weiner Galtner — Rudolfo Herfeld — Fritz Hochheimer — Erwin Israel Aron — Hildegard Hollaender — Max Hollaender — Gunther Baruch — Carlos Heinz Dreyffus — Alfred Heidenheimer — Henny Heizowa — Carlos Antonio Hein — Gunther Epstein — Annelise ou Annelise Epstein — Albert Jurt Putzinger — Erna Bletz Langer — Rudolf Huenig — Knut Schendel — Rudolf Aron — Kurt Tateika e Monica Matilde Hermyt. Os detidos foram, em seguida, recolhidos ao xadrez.

OCCORRENCIAS POLICIAIS:

MOTORISTA IMPRUDENTE

Grave desastre ocorreu às 12.30 horas de ontem, na esquina da rua Conselheiro Nobilis e alameda Eduardo Prado. O auto-caminhão de cinza provisória 23.332, dirigido por José Barbosa, depois de abalroar o auto P.-1.458, guido por Antonio Eduardo Camargo Fideles e por ter o motorista imprimido velocidade ao veículo para fugir, foi chocar-se violentamente contra o onibus 80.061, conduzido por Joaquim Pinto Lara. Tiu foi a violência da colisão que o caminhão subiu à calçada. No desastre, Benedito Mariano Bueno, de 25 anos, casado, residente a avenida República, em Santa Isabel, que viajava no veículo conduzido por José Barbosa, sofreu graves ferimentos, pelo que foi hospitalizado.

o poço de sua casa, a fim de buscar água. Antonio Marques Moraes, de 70 anos, casado, perdeu o equilíbrio e caiu, perecendo afogado. O cadáver foi retirado e removido para o necrotério do Gabinete Médico Legal.

INTERFERIU NA DISCUSSÃO E FOI BALEADO

Por questões de mulheres, às 20 horas de ontem, Armando Amaral Coutinho e Nelson Felipe discutiam, em frente ao prédio 151 da rua Maria Cândida, quando por ali passou Miguel Arcangelo, de 32 anos, casado, residente à rua Camarés, no prédio número 14 da Vila Ourives. Miguel, desastrosamente interferiu na contenda, quando Nelson sacara de uma garrucha, ameaçando que atiraria e com ele atraiu-se, sendo baleado no ventre. Armando escapou de ser atingido tam-

Figura 16 - "Reuniões clandestinas de alemães na Rua Conselheiro Furtado". Correio Paulistano, 24 de fevereiro de 2016. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em 26 de fevereiro, *O Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, replicou a notícia em uma nota cujo título chamava a atenção para o processo de redemocratização do país. Novamente é citado o grupo de mulheres nesta ação policial que “varejou a sede” dessa entidade clandestina. O texto aborda a questão sob a perspectiva do discurso policial ao empregar as palavras “varejada” e “clandestina” para qualificar a entidade, sem omitir as ações positivas desejadas pela associação. Vale lembrar que o *Correio da Manhã* era o jornal capitaneado por Carlos Lacerda, principal opositor do governo de Getúlio Vargas e feroz crítico do governo Dutra. O jornalista escreveria em 1947 sobre a necessidade do país acolher os imigrantes ‘disponíveis’, ou seja, refugiados indispensáveis para o crescimento do Brasil, criticando o Itamaraty como preconceituoso e xenófobo.²⁰⁸

Figura 17 - “Visava redemocratizar os alemães...” *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1946
– Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

²⁰⁸ “Abra-se afinal alguma coisa” In: *Correio da Manhã*, 14 de dezembro de 1947, p. 2.

Um terceiro jornal, *A Noite*, de São Paulo, também publicou sobre o flagrante policial, matéria que foi recortada e incluída no inquérito policial aberto pelo DEOPS contra a Associação Democrática Alemã:

Figura 18 - “Sociedade de alemães livres funcionando clandestinamente em São Paulo.” *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1946, p 1. Dossiê 30-J-4, Fundo DEOPS/SP. APESP.

É importante ressaltar as pequenas diferenças entre as três notas: embora todas contenham as mesmas informações – sobre como a polícia prendeu o grupo de alemães que criaram uma sociedade antinazista – a escolha de palavras reflete a narrativa principal da matéria do *Correio Paulistano* e da *Noite* de São Paulo: enaltecimento da ação policial, apesar de ambas noticiarem o propósito da sociedade como algo, a primeira vista, positivo. Ambas as matérias ressaltam a “clandestinidade” da Associação, o que, por si só, justificava a repressão. Também é adicionada a fotografia do grupo no momento da prisão, bem como os nomes completos dos detidos.

A matéria do *Correio da Manhã*, por sua vez, concentrou-se na missão da sociedade e como a polícia interferiu [“varejou”] em seu funcionamento. Apesar de mencionarem que a entidade é clandestina, o principal trecho do argumento expõe a visão dos acusados.

A partir desta ocorrência, a Associação Democrática Alemã se tornou, então, alvo de uma investigação, suspeita de atividades subversivas. No Arquivo do Estado de São Paulo, encontramos um dossiê sobre a organização (30-J-4) contendo documentos do Dossiê 1-111. Nessa compilação, incluem-se os testemunhos dados durante inquérito, recortes das matérias que noticiaram o fato, uma investigação minuciosa sobre Stefan Baron, segundo secretário geral, identificado no relatório de 23 de janeiro do delegado especializado, como “o líder dos alemães comunistas do Brasil”²⁰⁹.

O suposto líder dos alemães comunistas em São Paulo: Stefan Baron

Se a figura considerada central para o Movimento dos Alemães Livres foi Karl Lustig-Prean, principal foco das investigações, sua contrapartida na Associação Democrática Alemã era a figura do livreiro Stefan Baron.

Figura 19 - Stefan Baron, c. 1946. Retrato anexado ao Prontuário nº 6. 997, de Stefan Baron. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Stefan Baron nasceu em 21 de janeiro de 1914, em Breslau, na Alemanha, filho de Herta e Georg Baron. Judeu e comunista, veio para o Brasil em 1937, seguindo a rota de milhares de judeus expulsos da Alemanha por sua raça e ideologia. Em São Paulo trabalhou na filial paulista da Livraria Kosmos, na rua Marconi, n. 93, centro de São Paulo, fundada em 1935 por dois imigrantes austríacos no Rio de Janeiro: Erich Eichner e Norbert

²⁰⁹ Dossiê 30-J-4-16. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Geyerhahn,. A filial paulista foi aberta em 1942, onde Baron era um de seus treze funcionários.

O prontuário de Stefan Baron no DEOPS é dividido em duas partes, tal seu volume. O livreiro, que na Alemanha pertencera ao KJVD (*Kommunistischer Jugendverband Deutschland* – Federação da Juventude Comunista da Alemanha)

Um mês depois do flagrante policial na sede da Associação Democrática Alemã, Stefan Baron foi levado novamente, por ordem do Serviço Secreto, para a Delegacia Especializada de Ordem Social e Política. O motivo de sua prisão está listado como “extrangeiro-comunista: atividades políticas”. Sua soltura ocorreu no dia 30 de março de 1946, quatro dias após o seu encarceramento.

Delegacia Especializada de Ordem Política e Social

N.º _____

Anotação para o Prontuário

O preso Stefan Baron

foi nesta data recolhido

à disposição da Delegacia de Serviço Secreto

Motivo da prisão extrangeiro comunista -
atividades políticas

São Paulo, 26 de 3 de 1946

[Signature]
DELEGADO

NOTA: - Um talão para cada preso.

Mod. 08

Figura 20 - Anotação para o Prontuário do preso de Stefan Baron. São Paulo, 26 de março de 1946. Prontuário nº6997. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A preocupação fundamental das autoridades policiais brasileiras era com a possibilidade de ocorrência de distribuição de propaganda comunista nas atividades da Associação Democrática Alemã. Dois nomes-chave estão citados no inquérito investigativo como brasileiros diretamente ligados ao nome de Stefan Baron: Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson. Ambos eram militantes do Partido Comunista, ainda quando o movimento, em fins de 1945, estava legalizado, tendo inclusive concorrido às eleições convocadas ao final de 1945. Sua proibição ocorreu somente em 1947, durante o período de presidência do militar Eurico Gaspar Dutra que, por conta de uma política alinhada aos Estados Unidos, endossando a linha persecutória ao comunismo no Brasil.

A primeira notícia que se tem de Abelcio Bittencourt Dias é que este era presidente do Sindicato dos Bancários de Santos em 1934. Em reportagem do dia 28 de julho de 1934 do *Correio Paulistano*, assina a nota de protesto contra a suspensão do diretor Alvaro Cecchino por um artigo que este lançara no jornal defendendo os interesses da classe operária na instituição da previdência. Em 1935, encontramos no mesmo jornal uma nota de apoio à proposta de um salário mínimo obrigatório para a classe bancária. Nas eleições de 1945, seu nome aparece como candidato a deputado pelo PCB.

João Penteado Erskine Stevenson também era fichado enquanto um agitador comunista, e que, no ano de 1949, seria preso e denunciado como um dos “chefes vermelhos” do comunismo no Brasil ²¹⁰. Além de advogado, tradutor, professor de filosofia do Direito, autor de diversos livros sobre direito internacional e consular, também fazia parte do Partido Comunista. Esteve presente nas reuniões iniciais da Associação Democrática Alemã. No informe policial de 25 de setembro de 1947²¹¹, as atividades de Stevenson estão documentadas em duas partes: por sua relação com a Sociedade Estrela Vermelha, que se propunha a ser uma organização de auxílio à vítimas da guerra, e pela participação na Associação Democrática Alemã, identificada como “uma associação idealizada por comunistas notórios”.

O processo da Associação Democrática Alemã

²¹⁰ “A História da Estrela Vermelha”, In: *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1949, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹¹ Dossiê 30-J-4. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Todos os vinte membros apreendidos no flagrante de fevereiro de 1946 foram convocados, entre fevereiro e julho, a prestar depoimento para o inquérito aberto contra a Associação Democrática Alemã. Consideramos importante esclarecer que os inquéritos policiais se baseavam em algumas perguntas-chave como por exemplo: se o depoente conhecia o passado político de Abelcio Bittencourt e João Erskine Penteadó Stevenson; se este conhecia a razão pela qual estas pessoas foram indicadas à diretoria; qual a finalidade de uma associação antinazista “se o nazismo já havia sido banido da Terra”; e, por fim, se o declarante tinha conhecimento de que o funcionamento da sociedade não fora sancionado pelas autoridades.

Estes inquéritos são úteis aos estudiosos dos mecanismos de repressão policial aos movimentos de resistência pela riqueza do seu conteúdo. Além de permitir a desconstrução do discurso policial fundamentado na lógica da desconfiança, nos oferecem informações sobre o “elemento suspeito” de crime político. Daí a possibilidade de recuperarmos a trajetória e traçar o perfil dos participantes da Associação Democrática Alemã. Com a exceção de João Penteadó Erskine Stevenson, Abécio Bittencourt Dias e Osmar Pimentel, todos os participantes eram refugiados, na sua maioria alemã e de etnia judaica. Detalhe importante: a informação sobre a religião israelita é, inclusive, a primeira a figurar no testemunho. A associação, segundo depoimentos prestados, teria se formado a partir da divulgação boca-a-boca: a maior parte dos convidados a participar pertenciam aos círculos de amigos de Max Hollander, Alfred Heidenheimer ou Stefan Baron.

Um comunicado enviado pelo Setor 18 do DEOPS, preparado por S.V.E e dirigido ao chefe do SS, em 9 de abril de 1946, informa que

[...] tratar-se de mera coincidência serem seus componentes na maioria judeus, fazendo-se acreditar à primeira vista predominar nisso tudo somente adesão de reconhecidos elementos judeus com fundo propriamente israelita.

Entretanto, ao que observamos, a base fundamental propriamente dita dessa sociedade outra não é se não o reflexo comunista, pois são os que foram mais odiados pelo nazismo hitleriano.²¹²

²¹² Dossiê 30-J-4-19. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Os testemunhos, entretanto, revelam que os membros da sociedade participavam por diferentes motivos pessoais, ainda que fosse possível aferir que havia, de fato, uma participação comunista. Mesmo assim, este não era o elemento motivador que unia todos os envolvidos. Basta lermos com atenção alguns dos depoimentos:

Monika Mathilde Herynt, em seu testemunho, afirma é uma pode ser considerada típica da colônia imigrante pré-1933. Como alemã veio para o Brasil em 1921, com seu marido e três filhas, onde trabalharam dez meses na lavoura de café na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. O marido, no ano de 1927, tornara-se alcóolatra e recusava-se a trabalhar, razão que levou Monika a deixa-lo, mudando-se para São Paulo. Estabeleceu-se na cidade, mas, em 1945, precisando de emprego, recebeu a ligação de um velho conhecido, Stefan Baron, que a convidou para ingressar a Associação Democrática Alemã. Como um de seus irmãos havia sido morto em 1939 pelos nazistas, ela decidiu participar das reuniões como secretária. Sua única relação ali era com Stefan Baron, desconhecendo todos os outros participantes, bem como seus respectivos passados políticos, argumento comumente usado pelos presos políticos para não incriminar os companheiros ²¹³.

Outro inquérito que chama atenção neste sentido é o de Carlos Antonio Heim, imigrante alemão que chegou ao Brasil em 1931. Ele era professor de piano de Michael Hollander, filho de Max Hollander. Sua mãe e alguns parentes ainda viviam na Alemanha, mas, segundo Carlos, “encontrava-se sem notícias dos mesmos”. Sem saber à quem recorrer, juntou-se à Associação Democrática por convite de Max Hollander esperando, com a ajuda da mesma, obter notícias de sua família na Alemanha, até mesmo para saber e se algum de seus parentes havia sobrevivido à violência nazista. Tinha também intenção de mandar víveres para eles²¹⁴.

Embora a base dos inquéritos contivesse essencialmente as quatro questões aqui apresentadas, alguns inquéritos tiveram outros questionamentos, pertinentes a sua relevância e participação do suspeito na sociedade. As perguntas eram elaboradas com o objetivo de conseguir a confissão do suspeito e de localizar outros envolvidos. É possível constatar, em cada um dos casos que analisamos, que tais testemunhos iriam subsidiar novas investigações e prisões.

²¹³ Dossiê 30-J-4-87. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²¹⁴ Dossiê 30-J-4-75. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Associação sob suspeita

A primeira leva de testemunhos ocorreu nos dias seguintes ao flagrante do dia 23 de fevereiro. Essa fase do inquérito buscou, através dos depoimentos identificar a pessoa responsável pelo convite de Abelcio Bittencourt e João Stevenson Erskine Penteado para participarem da Associação.

O serviço secreto já possuía uma informação que indicava Stefan Baron como o principal alvo a ser investigado. O documento transcrito abaixo é um informativo de um dos agentes que participou do flagrante, datado de 25 de fevereiro de 1946 enquanto testemunho da operação:

De acordo com as ordens recebidas de V.B, iniciamos as observações em torno do prédio no 191 da rua Conselheiro Furtado, onde segundo constava, deveria ser realizada uma reunião de elementos alemães.

Efetivamente, no dia 2o do corrente, precisamente às 15,30 horas começaram a chegar os primeiros elementos que deveriam tomar parte na referida reunião e, pelo sotaque dos mesmos pareciam ser alemães. Momentos após, chegava mais algumas pessoas e, entre elas, estavam quatro mulheres e todos se dirigiam para uma área térrea do referido prédio, afim de iniciarem a reunião.

Incontinente, o que se passava foi comunicado ao Sr. Dr. Geraldo Cardoso de Mello.

As 16,30 horas mais ou menos, chegou naquele local a autoridade acima referida acompanhado de alguns investigadores.

Todas as pessoas que se achavam reunidas foram detidas em flagrante e, nessa ocasião, estava falando o sr. MAX HOLLANDER.

Dada a busca no recinto e dos documentos apreendidos, ficou-se sabendo que se tratava da primeira reunião da ASSOCIAÇÃO DEMOCRATICA ALEMÃ. Entre os elementos que fazem parte da diretoria da Associação Democratica Alemã, encontram-se dois brasileiros conhecidos como comunistas, srs. ABELCIO BITTENCOURT e JOÃO PENTEADO E. STEVENSON.

Anexo a relação das pessoas detidas e suas respectivas residências.

NOTA: Há uns 3 meses mais ou menos, o (ex-encarregado do Setor 4) foi scientificado pelo investigador Rolf Trapp, que vários alemães anti-nazistas estavam tratando da organização de uma sociedade e, dentre esses elementos estava o sr. STEFAN BARON e que pelas investigações feitas pelo referido investigador o mesmo apurou que Stefan Baron era o líder dos alemães comunistas do Brasil.

Entretanto, as investigações prosseguiram e estava sendo esperado o momento oportuno para ser dado o relatório, mas devido a extinção do setor 4, a mesma ficou prejudicada²¹⁵.

O investigador Rolf Trapp é um personagem recorrente dentro da relação entre o Serviço Secreto e a Associação Democrática Alemã. Não foi possível descobrir o que era o Setor 4 do qual ele participava, mas o nome reapareceria quando, apreendido material em alemão na residência de Stefan Baron, Rolf Trapp seria convocado para traduzir o conteúdo encontrado. Não foi possível no âmbito desta pesquisa descobrir outras informações sobre o investigador.

Os primeiros inquéritos buscavam corroborar a conexão entre o suposto líder dos alemães comunistas com os membros brasileiros participantes do Partido Comunista Brasileiro: Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson. No dia 25 de fevereiro de 1946, depuseram os seguintes membros da Associação Democrática Alemã: Max Hollander (o homem que falava quando a polícia invadiu a sede), Gunter Epstein, Georg Israel Langer, Alfred Heidenheimer e Henny Heidenheimer. Deteremos-nos, em primeiro lugar, na figura de Max Hollander, refugiado judeu alemão, comerciante, 47 anos, casado com Hildegard Hollander, identificado como um dos principais articuladores da sociedade. Havia convidado seus vizinhos Gunther e Annelise Epstein para participar da Associação Democrática Alemã, bem como Georg e Erna Blitz Langer; Alfred e Henny Heidenheimer; Carlos Antonio Hein e Rudolfo Huenig.

²¹⁵ Dossiê 30-J-4-16. Fundo DEOPS/SP. APESP.

REGISTRO GERAL N. 39971

Nome MAX HOLLANDER

Nacionalidade: ALEMÃ Naturalidade: Poppenlauer, ALEMANHA

Filho de HERMAN HOLLANDER

e de BETTY HOLLANDER

Idade 47 anos. (Nasceu em 14 de Julho de 1 898) Estado Civil Casado

Profissão comerciante Instrução sim

Localidade e país de última residência: Londres

Pôrto de embarque: _____ Vapor: Highland Chieftain

Destino: Santos Residência Cons. Saraiva 646

Data da identificação: 19 de Novembro de 19 38

Número do passaporte 2783 de _____

OBSERVAÇÕES

Obteve homologação de permanência-DNI 4820-45

Figura 21 - Ficha de Registro Geral de Max Hollander, alemão, filho de Herman e Betty Hollander. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Max Hollander veio para o Brasil em 1938. Considerava-se como um anti-nazista ferrenho, embora conste do relatório que, apesar de saber da existência do Movimento dos Alemães Livres de Lustig-Prean, não havia sido convidado para fazer parte deste grupo. Em seu depoimento, o mesmo relata que conhecera Stefan Baron por este trabalhar na Livraria Kosmos, onde costumava conversar com o livreiro. Foi, durante uma destas conversas, disse Max, que surgiu a ideia de fundar uma organização dedicada à extinção do pensamento nazista na sociedade brasileira.

Em seu inquérito, Max relata ter deduzido das conversas tidas entre ele e Baron, que este era comunista. Teria sido Stefan Baron quem tivera contato com Abelcio Bittencourt e arrumara a sede da associação. Max se comprometeu a assumir a direção, mas que se a linha da sociedade tivesse sendo influenciada por comunistas, sairia deste cargo. Ele havia proposto que a sociedade se chamasse Associação Democrática Alemã-Brasileira, mas o nome fora vetado por, segundo outros participantes, dificultar o ingresso de outros alemães na sociedade ²¹⁶.

²¹⁶ Dossiê 30-J-4-46. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A Max Hollander²¹⁷ perguntaram como conhecera Abelcio Bittencourt e João Penteado Stevenson, ao que este respondera que foram introduzidos por Stefan Baron. Disse que sabia apenas que Abelcio era presidente do Sindicato dos Bancários de Santos e colega de atuação de Stefan no partido. Max Hollander declarou que pretendia estabelecer uma sociedade onde fossem feitos trabalhos para a reeducação da colônia alemã no Brasil, que afastassem-na definitivamente do nazismo, aos moldes de associações na Europa.

Embora não tenham sido encontradas maiores informações sobre o assunto, o nome de Max é mencionado em rascunho de uma carta em alemão, encontrada na casa de Stefan Baron em momento posterior da investigação. Ali, Baron discute com o correspondente a ideia de montar a organização e se permite uma crítica à Max Hollander, ao comentar que seu prontuário era impressionante, no papel, mas que na prática, ele estava pouco impressionado com o que chamaria de pacifismo do colega.

No testemunho de Gunther Epstein²¹⁸, a primeira informação que recebemos é que o declarante é refugiado judeu e que soube da associação através de Max Hollander, conhecendo as atuações de Abelcio e de Stefan Baron no Partido Comunista.

PERGUNTADO AO DECLARANTE QUAL É A RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE UMA SOCIEDADE COM FINALIDADES DE COMBATER O NAZISMO, DE VEZ QUE O MESMO JÁ FOI VARRIDO DA TERRA, respondeu que a Sociedade foi fundada com o objetivo de varrer da mente dos alemães residentes no Brasil, os remanescentes de qualquer ideias nazistas, por meios culturais e sociais²¹⁹.

Neste mesmo depoimento, o delegado pergunta a Gunther por quais motivos uma sociedade alemã teria membros brasileiros na diretoria, ao que este desconhece saber. A resposta se repete também a todos os outros membros, que disseram não saber que brasileiros estavam envolvidos, ou que tomaram conhecimento apenas na última reunião.

Georg Israel Langer é outro refugiado judeu que chegou ao Brasil em 1939, ajudado pela Congregação Israelita de São Paulo. Disse que chegou ao grupo da Associação através de Max Hollander e que naquela reunião do dia 22 de fevereiro de 1946, Max Hollander

²¹⁷ Dossiê 30-J-4-103. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²¹⁸ Dossiê 30-J-4-99. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²¹⁹ Idem.

havia lido o estatuto da organização, em português e que, no momento em que lia um discurso de cunho antinazista em alemão, fora interrompido pela chegada da polícia²²⁰.

Alfred Heidenheimer²²¹, também refugiado, chegou ao Brasil em 1936. Explicou que havia sido convencido por Max Hollander a participar do grupo, supostamente ignorando a participação de comunistas na diretoria.

183 (foto)

REPUBLICA
DE ESTRANGEIROS
da do país)

SIM.

VISTO N.º 23834 Em 2 de 1969

Sr. Dr. Delegado: (Delegado Titular)

Nome: ALFREDO HEIDENHEIMER

Nacionalidade: Alemã País: Alemanha

Data e local do Nascimento: Stuttgart 7/6/1917

Pai: Isidor Heidenheimer Mãe: Amalie Heidenheimer

Profissão: industrial Estado civil: casado

Residente à R. Cardeal Arcoverde n.º 835 ap. 11 (local): S. Paulo

R. Geral: n.º: 436.205 Registro n.º: 11.088

Carteira mod 19 expedida pelo SRE de (local): S. Paulo

em 14 de agosto de 1958, desejando viajar para (declarar os países): Alemanha

requer visto de saída em seu passaporte, satisfeitas as exigências legais.

S. Paulo 2 de Setembro de 1969

Assinatura do requerente

Esta ficha deve ser microfilmada

Figura 22 - Ficha de Registro Geral de Alfredo Heidenheimer emitida pela Delegacia de Estrangeiros. São Paulo, 2 de setembro de 1969. Coleção Cartões de Imigração São Paulo, 1902-1908. APESP.

Heidenheimer fizera parte anteriormente do Movimento dos Alemães Livres coordenado por Lustig-Prean, também mencionado no depoimento de Max Hollander, embora este nunca tenha participado oficialmente do grupo.

Entre os dias 26 e 28 de fevereiro de 1946, outros membros que se encontravam na Associação foram chamados para depor, inclusive as mulheres: Monika Mathilde Hermyt, Erna Blietz Langer, esposa de Georg Israel Langer, Hildegard Hollander, esposa de Max Hollander, Anneliese Epstein, Fritz Hochheimer; Rudolfo Herzfeld, Carlos Antonio Heim, o professor de piano do filho de Max Hollander; Erwin Israel Aron, Carlos Heinz Dreyfuss, Kurt Schendel; Alberto Kurt Putzinger, Rudolfo Huenig, Kurt Taterka (amigo de Kurt Schendel), Rudolf Aron, Gunter Baruch.

²²⁰ Dossiê 30-J-4-97. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²²¹ Dossiê 30-J-4-96. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Todas as pessoas entrevistadas para este inquérito eram de origem israelita e refugiadas alemãs, que haviam chegado ao Brasil no decorrer da década de 30. Citaram como principais recrutadores Max Hollander, Alfred Heidenheimer e Kurt Schendel, que convidaram pessoas de seus círculos pessoais para participarem da associação. Em geral, os associados se identificam como alemães preocupados em erradicar o pensamento nazista do seio da comunidade alemã. Alguns explicaram que a motivação era pessoal, dando como exemplo a perseguição política aos parentes que, por serem judeus, acabaram assassinados durante o Holocausto. Tinham a esperança de contato com os sobreviventes, convencidos da importância de se difundir culturalmente uma forma de reeducar os alemães.

Em comum, os depoimentos referem-se ao envolvimento de Stefan Baron com Abelcio Bittencourt, conhecido através das matérias dos jornais. Declararam não saber que associação tivesse alguma relação com o comunismo, te que também desconheciam que ela atuava na ilegalidade, sem permissão para funcionar. Divergiam entre si, no entanto, quanto ao número de reuniões as quais foram formalizadas antes do fechamento da sociedade pela Polícia Política. Alguns afirmavam ter participado de três reuniões anteriores a do dia 23 de fevereiro, outros membros afirmaram ter participado de quatro reuniões. Desconheciam a participação de brasileiros como membros da Associação, sendo que somente na última reunião, teriam conhecido Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson.

A relação entre Stefan Baron e Karl Lustig-Prean

Entretanto, a figura que denunciaria abertamente Stefan Baron seria justamente Karl Lustig-Prean, o antigo líder do Movimento dos Alemães Livres em São Paulo. Nos últimos depoimentos, a conexão com antigos membros deste Movimento reaparecera três outras vezes: Rudolfo Herzfeld e Rudolf Aron, ambos judeus, refugiados da perseguição racial sustentada pelos nacional-socialistas, também participaram da sociedade dirigida por Lustig-Prean, onde conheceram Alfred Heidenheimer, que os convidara para a Associação Democrática Alemã²²². Também Rudolfo Huenig, cidadão apátrida de origem alemã e ex-cliente do advogado João Stevenson, fora um dos membros deste grupo²²³. Com as

²²² Dossiê 30-J-4-77. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²²³ Dossiê 30-J-4-64. Fundo DEOPS/SP. APESP.

informações recebidas, um investigador escreveu um adendo na página anexa de um documento com os nomes de membros da associação que estavam com prontuários abertos:

Êste serviço julga que Karl Lustig-Prean, com tendencias comunistas e que sempre foi orientador-chefe dos Alemães Livres, em São Paulo, poderá prestar esclarecimentos a respeito dessa nova organização partidaria que vem a ser descoberta pela chefia deste SS²²⁴.

A polícia política convocou, de fato, Karl Lustig-Prean para prestar depoimentos, o que aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1946. O adendo denota que, apesar de Lustig Prean ter sido considerado um “amigo da democracia”, em 1943, pelo delegado Luiz Tavares Cunha. Essa não era a opinião daqueles que trabalhavam com a comunidade alemã dentro do DEOPS: seu nome nunca deixa de ser visto com suspeita. Em seu depoimento, Lustig-Prean declarou que não estava envolvido com a Associação Democrática Alemã, sabendo de sua existência pelo jornal do dia 23 de fevereiro, por ocasião do seu fechamento.

Lustig-Prean, entretanto, ofereceu uma delação sobre a orientação política de alguns dos membros da Associação Democrática Alemã:

dos membros da diretoria sabe que STEFAN BARON, CARLOS, DIGO ALFREDO HEIDENHEIMER, MONIKA MATILDE HERMYT E HENNY HEIDENHEIMER são comunistas declarados, não fazendo segredo desse fato, e que alem disso nada mais sabe informar a respeito dessa sociedade.²²⁵

A relação entre Stefan Baron e Karl Lustig-Prean não pode ser descrita em termos amigáveis. Em um documento encontrado durante o inquérito, o livreiro tece opiniões críticas ao austríaco, o desqualificando enquanto um verdadeiro antinazista e denunciando sua colaboração com a polícia brasileira.

A segunda fase de depoimentos

Os próximos depoimentos de fato relevantes seriam os tomados no dia 26 de março de 1946: Abelcio Bittencourt Dias, Elza Caporali e Stefan Baron. Entre o testemunho de

²²⁴ Dossiê 30-J-4-15. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²²⁵ Dossiê 30-J-4-54. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Lustig-Prean e estes, apenas uma pessoa foi convocada a falar em 8 de março de 1946: Moritz Werner Geitner, o segundo tesoureiro provisório da Associação. De nacionalidade alemã e origem judaica, o refugiado apresentou-se como um ferrenho anticomunista, que negaria toda e qualquer participação dos mesmos na sociedade, desconhecendo os ideais de Baron, Bittencourt e Stevenson²²⁶.

Em 26 de março, iniciou-se a segunda rodada de depoimentos sendo convocado Abelcio Bittencourt Dias, 43 anos, brasileiro. Este se identificou como um simpatizante do comunismo desde a data que o partido entrou na legalidade, pois teve ensejo de estudar seu programa. Em 1945, Dias concorreu a deputado pelo Partido Comunista do Brasil, mas não foi eleito. Na qualidade de presidente do Centro Democrático dos Bancários, cedeu para uso da Associação Democrática Alemã, a sede do sindicato dos bancários, sem o conhecimento de outros membros da diretoria do Centro. Ao ser perguntado sobre a iniciativa de fundar a Associação, declarou que a ideia havia sido de Stefan Baron e João Stevenson, em agosto ou setembro de 1945. Declarou ter conhecido o livreiro há alguns meses, pois o mesmo estava assistindo a um Comício do Partido Comunista no Largo do Arouche, em companhia de uma conhecida chamada Elza Caporali, que introduziria os dois, já que Stefan e Elza residiam na mesma casa. Posteriormente, encontraram-se casualmente na rua, onde surgira a primeira conversa sobre a Associação.

O evento onde Elza Caporali apresentara Stefan Baron a Abelcio provavelmente foi o comício pró-constituente convocado pelo PCB em 9 de julho de 1945, que reuniu 20 mil pessoas no largo do Arouche em São Paulo.

Segundo o testemunho de Abelcio, a primeira reunião da Associação teria sido realizada na casa de Stevenson, com Baron e duas outras pessoas conhecidas deste. Nas primeiras reuniões, fora apresentado a Max Hollander, o que não é confirmado pelo depoimento de Hollander.

Ao ser perguntado por que, enquanto brasileiro, “procura imiscuir estrangeiros em atividades políticas de nossa pátria”, responde que pensa que todas as mentes democráticas do Brasil devem unir-se para combater o fascismo. Ao ser questionado se fazia propaganda do partido comunista, declara que sim:

²²⁶ Dossiê 30-J-55. Fundo DEOPS/SP. APESP.

PERGUNTADO AO DECLARANTE SI, MAIS CEDO OU MAIS TARDE, TERIA POSSIBILIDADE DE PROPAGAR ESSE PROGRAMA ENTRE OS COMPONENTES DA ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ DE SÃO PAULO, respondeu que sim, por reunido o número de democratas que aceitem discussão sobre uma doutrina mais avançada como seja o socialismo, seria mais um passo para a consecução do programa do Partido Comunista do Brasil, que, no momento, o declarante considera socialista.

Também declara que agiu somente por conta de seus ideais, não de uma diretriz do partido comunista, sendo que não sabia do envolvimento de Baron com o Partido pra além da passeata que acompanharam juntos²²⁷.

Elza Caporali, a segunda entrevistada, é brasileira, 27 anos, funcionária do Instituto de Aposentadoria dos Empregados em Transporte e Carga, conhece Bittencourt do Banco do Estado. Convidada para assistir ao comício do Arouche, se interessou por curiosidade, já que a passeata era à noite, com tochas e lanternas. Lá, teve a oportunidade de apresentar Baron, seu vizinho de prédio. Afirma que empresta seu telefone a Baron e que o mesmo recebera algumas chamadas de Abelcio, mas que ignora o conteúdo da conversa. Aconselhara Baron a não se envolver em política, em especial porque sua mãe também não gostaria de vê-lo dentro desse meio.

O primeiro inquérito de Stefan Baron

Neste mesmo dia, os autos registram o primeiro depoimento de Stefan Baron. Este contou rapidamente seu percurso até o país: chegara em 1937, vindo da Dinamarca, na qualidade de estudante e, em 1939, chamou a sua progenitora, Herta. Ao ser perguntado sobre como conhecera Abelcio Bittencour, Baron respondeu que havia sido há um ano na casa de Elza Caporali, o que conflita com a versão dada pelos outros dois mencionados. Questionam-no se teria acompanhado Abelcio e Elza num comício do Partido Comunista no Largo do Arouche, ao que ele responde ser verdade.

²²⁷ Dossiê 30-J-4-48. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Ao ser perguntado se assistia aos comícios do Partido Comunista, declarou que sim, como também assistia aos da UDN e da FDN. Perguntado por que, na qualidade de estrangeiro, se envolvia com política nacional, respondeu que, por residir no Brasil há nove anos, pretendia se naturalizar, e ser eleitor. Interessava-se por política para, mesmo como estrangeiro, defender os interesses do Brasil. Os interrogadores questionaram a sua relação com Bittencourt ao perguntarem se o declarante conhecia a carreira do mesmo e suas relações com o PCB, ao que ele responde saber de sua candidatura pelo partido.

O investigador lhe perguntou também de quem teria sido a ideia de fundação da Associação, Stefan Baron explicou que, após o rompimento das relações Brasil-Alemanha, havia sido fundado o Movimento dos Alemães Livres que se dissolvera antes do final da guerra. Uma vez esta finda, os mesmos elementos decidiram-se pela fundação de uma sociedade cultural que pudesse combater o pensamento nazista na própria comunidade alemã no Brasil.

Os investigadores retomaram o cerne da questão questionando a sua aproximação com Bittencourt e seus laços com o comunismo:

PERGUNTADO PORQUE O DECLARANTE ESTUDANDO A POLÍTICA BRASILEIRA, COMO ACIMA DISSE, PREFERIU APROXIMAR-SE DE UM COMUNISTA, QUALIDADE ESSA QUE O DECLARANTE TINHA CONHECIMENTO DE ABELCIO BITTENCOURT, E NÃO DE UM UDENISTA OU PESSEDISTA PARA A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO, respondeu que, antes de procurar o sr. Abelcio Bittencourt para a formação da Associação, procurou outras personalidades tais como prof. Rubião Meira, recentemente falecido, o dr. Abrahão Ribeiro e o dr. Luciano Gualberto, mas estes, após declararem sua simpatia pelo movimento, declinaram o convite e, desta forma, Abelcio Bittencourt e o dr. João Penteado Stevenson, além do dr. Osmar Pimentel, aceitaram a oferta de fazer parte da diretoria e colaborar na Associação.

PERGUNTADO AO DECLARANTE O QUE DIZ A RESPEITO DA DECLARAÇÃO DE SEU PATRÍCIO MAX HOLLANDER, QUE A FIRMA, A FLS. DESTE INQUERITO, QUE O DECLARANTE É COMUNISTA, CONFORME LEITURA DO TOPICO DESSA DECLARAÇÃO, respondeu não ser verdadeira a afirmação.

PERGUNTADO HÁ QUANTO TEMPO CONHECE MAX HOLLANDER E SI É INIMIGO SEU OU SI TEVE ALGUMA CONTRARIEDADE COM O MESMO, A PONTO DAQUELE SERVIR-SE DESTA OPORTUNIDADE PARA QUALQUER VINGANÇA, respondeu que conhece Max Hollander há um ano e nunca teve qualquer alteração ou discussão com o mesmo.

PERGUNTADO AO DECLARANTE QUAIS TEM SIDO SUAS RELAÇÕES COM OS DEMAIS CHAMADOS "ALEMÃES LIVRES" RESIDENTES EM OUTROS PAÍSES SUL AMERICANOS, respondeu que tem tido correspondência com os Alemães Livres do México e Estados Unidos, com as entidades Comitê Latino-Americano dos Alemães Livres" do México e German-American dos Estados Unidos. Do México também recebia a revista FREIES DEUTSCHLAND (Alemanha Livre). PERGUNTADO SE ESSA REVISTA APOIA O COMUNISMO, respondeu que, entre outros partidos democráticos, é provável que essa revista apoie também o Partido Comunista Alemão. PERGUNTADO QUEM É O REPRESENTANTE DESSA REVISTA EM SÃO PAULO, respondeu ser o declarante e recebe cinquenta exemplares da mesma, sendo ela, distribuída aos assinantes e vendida aos alemães livres desta Capital. PERGUNTADO AO DECLARANTE QUAIS ERAM OS ALEMÃES LIVRES QUE FORMAVAM O "COMITÊ DE ALEMÃES LIVRES DO BRASIL" EM SÃO PAULO, respondeu serem os srs. Lustig Prean, um certo sr. Schultz, o casal Heidenheimer, a senhora Fenig e o declarante.²²⁸

Todas as questões buscavam confirmar as relações entre o acusado e comunismo, procurando saber quais as redes de contato entre os mesmos na América Latina. Stefan Baron procurava passar uma imagem de neutralidade perante a questão, por entender o risco que, enquanto estrangeiro e ligado à política, poderia acabar expulso ou perseguido, como outros casos na política brasileira.

O fato de Abelcio Bittencourt ser o padrinho da Associação induziu o Serviço Secreto a pensar que a Associação Democrática Alemã sofria de influência comunista, ao que Stefan Baron respondeu que não era este o fim da sociedade, mas sim, o combate contra o nazismo através de atividades culturais.

Outra pergunta que figura no inquérito é se o mesmo estaria ciente da proibição de estrangeiros participarem da política nacional, ao que Stefan Baron afirma saber. A Associação Democrática Alemã, segundo seus membros, seria uma sociedade cultural, não correspondendo a uma infração.

Apreensão de Documentos na casa de Stefan Baron.

²²⁸ Ibid.

No dia 27 de março, se instaurou uma diligência na casa de Stefan Baron, com a presença do mesmo, do delegado Geraldo Cardoso de Mello, do escrivão da polícia e de duas testemunhas. Vários objetos foram confiscados como provas do crime político: livros como *A Coluna Prestes*, de Lourenço Moreira; *Questões do Leninismo*, de Joseph Stalin, o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, panfletos como *Os Comunistas e a Religião*; *Os Comunistas e o monopólio da Terra*; e *A Luta Pela Constituinte*, todos de Luiz Carlos Prestes, entre livros de Tolstoi, sobre a URSS e história do capitalismo. De cunho ligado à luta dos alemães livres, seriam encontrados também livros de Paul Merker, exemplares dos jornais *Freies Deutschland*, *Alemanía Libre*, *Freies Wort*, *Freie Tribune*²²⁹.

Entretanto, os documentos mais importantes apreendidos foram aqueles que estavam nas pastas pessoais de Stefan Baron, no meio de jornais argentinos e mexicanos. Uma dessas estava grafada com “Mov. Mexico”, e a outra especificamente sobre a Associação Democrática Alemã, contendo artigos de jornais do dia do flagrante, bem como o estatuto do grupo. A principal destas correspondências, entretanto, era uma entre Stefan Baron e Luís Carlos Prestes:

²²⁹ Dossiê 30-J-4-48 Fundo DEOPS/SP. APESP.

Figura 23 - Carta enviada por Luis Carlos Prestes para Stefan Baron. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1945. Dossiê 30-J-4-39. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A carta, em papel timbrado da direção nacional do PCB, começa com Prestes o chamando de amigo e agradecendo um exemplar do livro sobre a Alemanha escrito por Paul Merker, ex-membro do Partido Comunista Alemão, que teria sido entregue por intermédio de Jorge Amado, o conhecido escritor e membro dos quadros do PCB desde 1932 e, naquele momento deputado federal pelo partido.

O funcionário público Rolf Trapp foi indicado para a tradução dos documentos encontrados na casa de Stefan Baron. O mais importante destes é um rascunho incompleto

de cinco folhas em alemão. Por certas pistas dentro do texto, é possível presumir que fosse uma carta à Ludwig Renn, do movimento mexicano *Freies Deutschland*.

A carta em alemão: um vislumbre nas análises de Stefan Baron

Após a saída de Karl Lustig-Prean da presidência do Comitê Latino-Americano (LAK) da frente antinazista comandada pelo movimento mexicano *Freies Deutschland*, Stefan Baron passou a ser o grande correspondente do grupo mexicano no Brasil. O documento não é datado, mas, em determinada passagem, Stefan Baron discute a criação de um movimento no Brasil, narrando como contornaria as questões legais trazidas desde que o presidente Dutra assumira o cargo.

A primeira parte do documento discute a situação do K.P (Partido Comunista) dos Estados Unidos e a política externa deste país: imperialismo, relações com a União Soviética, os rumos do mundo pós-guerra. A segunda parte do documento trata da condição do operariado no Brasil e suas relações com as eleições de 1945.

A eleição de Dutra para presidente, influentes grupos reacionários e o fato que deve sua vitória principalmente a uma carta publicada 4 dias antes da eleição, escrita por Vargas, provam-nos as forças que ainda apoiam o ex-presidente, em sua grande maioria compostas de trabalhadores, principalmente aqueles que nos últimos anos vieram dos campos para as cidades e que, em geral, creem em suas promessas, e que apesar de ser governo reacionário e programa idêntico acompanham o seu Partido Trabalhista. Isto explica-se pelo fato de ter Vargas, principalmente no início de seu governo decretada férias pagas, indenizações em casos de dispensas, e ter criado caixas de aposentadoria que aliás estão longe de cumprir sua finalidade e além disto ter criado no papel uma eficiente organização de leis trabalhistas. Estas pequenas cousas mesmo que fictícias, reunidas a uma certa estabilidade nos últimos anos, principalmente nas metrópoles, onde acha-se maior número de eleitores, excetuando-se os analfabetos que não tem direito ao voto, bastaram para pelas cédulas dizer: em nenhuma hipótese voltar a situação anterior a 1930. Uma pequena diferença existe: teremos agora um Parlamento no qual existirá legalmente um KPB, de cujas atividades e incumbências, aqui não desejo escrever com minúcia²³⁰.

A análise de Stefan Baron sobre a política brasileira e a situação eleitoral, de uma perspectiva em relação aos interesses dos trabalhadores e dos movimentos por esses

²³⁰ Dossiê 30-J-4-28 Fundo DEOPS/SP. APESP.

organizados. A frase final deposita as esperanças na legalidade do Partido Comunista do Brasil e nos deputados e senadores eleitos por este partido em 1945. A terceira parte da carta é uma análise da situação da colônia alemã no Brasil entre 1943 e o ano presente, onde Baron discorre sobre as classes sociais nas quais se dividem as pessoas, a relação que o governo brasileiro tem com os considerados subversivos e como a esperança de assimilação pode afetar as pessoas desta comunidade:

E agora mais uma curta análise da situação da colônia alemã e imigração nestes 3 últimos anos. Até o ano de 1933 era na colônia alemã a parte reacionária dos derrotados conquistadores do mundo, a elite desta colônia. Em sua posições chaves, já naquele tempo encontravam-se representantes do monopólio alemão, ex-combatente do Baltico e outras duvidosas criaturas. Operários e elementos progressistas procuravam completa assimilação uma saída deste dilema e onde não podiam assimilar-se por serem muito idosos ou por não terem compreensão suficiente para a situação num país semi-colonial - talvez por também por não serem suficientemente internacionalistas - uniram-se num pequeno grupo a amigos da natureza e aqui encontraram-se todos pelos quais as aspirações dos trabalhadores alemães não haviam passado despercebido. Com o ano de 1933 iniciou-se por um lado a igualdade de classe, os elementos mais reacionários deixaram cair suas máscaras e esta elite foi acompanhada pela grande massa alemã que a fazia consciente ou inconscientemente, voluntariamente ou sob pressão e quem não fizesse era mandado para o deserto, perseguido e com o desenvolvimento pró fascismo, principalmente entre 1935 e 37, assassinado e expulsado, como ERNST, OLGA BENARIO PRESTES E JOSKE ²³¹.

A primeira fase da imigração alemã no Brasil, no final do século XIX e até 1930, demonstra que havia uma proeminência de monarquistas, trabalhadores ligados ao rural, e encontrava-se bem estabelecida principalmente na parte sul e sudeste do país. A guerra afetou a composição desta comunidade, como foi percebido também por Stefan Baron. O comentário sobre Olga Benário Prestes e Ernst Joske revela que estavam cientes da perseguição política dirigida pelo governo brasileiro contra aqueles que eram considerados subversivos e que estavam entre os marginalizados da sociedade.

²³¹ Dossiê 30-J-4-29. Fundo DEOPS/SP. APESP.

N.º.....

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME ERNESTO JOSKE

Admitido em território nacional em caráter.....

Nacionalidade ALEMA 38 ANOS

Pai SIEJBERT MOSKE Mãe.....

Profissão.....

Carteira de identidade n.º 390.110 Registro n.º.....

Residência.....

Emprego..... Local.....

20.8.42

Sintodefacto
DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Mod. 162

Figura 24 - Ficha de Registro de estrangeiros de Ernesto Joske expulso do Brasil em 1936. São Paulo, 20 de agosto de 1942. Coleção Cartões de Imigração 1902-1988. APESP

Ernesto Joske havia sido deportado em junho de 1936 como retaliação a sua militância em sindicato dos bancários de São Paulo. Em 17 de janeiro ele foi detido sob acusação de ser comunista e expulso por guardar material comunista em casa e por colaborar com o Socorro Internacional Vermelho. Segundo Eliana Biasan Alves:

O caso de Ernst Joske, anteriormente mencionado, revela que o governo brasileiro estava preocupado com um suposto complô secreto, internacional, organizado pelos judeus com vistas de dominar o mundo, idéia propagada nos *Protocolos dos Sábios de Sião*, traduzido no Brasil em 1933²³².

O mito do complô judaico-comunista é um dos temas que nos ajudam a reconstituir o clima político dos anos 1930 e 1940 no Brasil. Desde o início do século XX vinha sendo disseminado pela publicação de libelos antissemitas e através de discursos de intelectuais como Gustavo Barroso, tradutor d'*Os Protocolos* para o português.

²³² ALVES, Eliane Biasan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob a vigilância do DEOPS (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 101.

Neste imaginário, sinistras figuras de origem semita eram responsabilizadas pela disseminação do caos da ordem tradicional, o que envolve o comunismo enquanto elemento subversivo para a sociedade capitalista. Nas narrativas estes assumiriam os papéis de liderança, como no suposto Plano Cohen, documento forjado por militares para justificar uma suposta “Intentona” Comunista e instaurar em 1937 a ditadura varguista²³³.

O caso de Olga Benário e sua subsequente deportação por parte do governo Vargas, que a condenou à morte nas mãos do regime nazista, é mencionado por Stefan Baron como são tratados os subversivos pelo governo brasileiro, que não mede forças e utiliza da sua autoridade de estado para reprimir e perseguir aqueles que tem pensamentos considerados perigosos.

Por outro lado iniciou-se a imigração de fugitivos alemães, principalmente judeus, e após 1937 até 1940 também a imigração de fugitivos políticos que aproveitando de representações do Exterior, anti-getulistas encontraram abrigo no país. A imigração judaica empenhava-se mormente em dominar as dificuldades hospedeiras para possivelmente mandar mais vir mais parentes e muitas vezes não percebia bastante bem quão grande era o perigo de entrar o Brasil na guerra do lado dos países do eixo²³⁴.

A análise de Stefan Baron foi corroborada pela historiografia ao se debruçar sobre a questão da comunidade germano-brasileira: a partir de 1930, o fluxo de refugiados da perseguição nazista trouxe ao Brasil imigrantes com perfil econômico, político e religioso distintos da leva imigratória recebida pelo país no final do século XIX. Embora o governo de Getúlio Vargas tenha se utilizado de diversos subterfúgios para barrar ou controlar a imigração dos indesejáveis. Essas medidas não conseguiram impedir totalmente a entrada dos que não concordavam politicamente com sua política.

Segundo Izabela Kestler em seu livro *Literatura e Exílio*, a segunda onda de resistência antinazista no Brasil, era constituída pelos movimentos organizados por estes novos imigrantes, que participavam, por exemplo, no caso do Movimento dos Alemães Livres, em 1943, e também na Associação Democrática Alemã.

Embora possamos questionar a forma como Stefan Baron dividiu a imigração política e a imigração judaica alemã para o Brasil, constatamos que ele estava correto ao ressaltar o papel da comunidade judaica empenhada em trazer outros alemães perseguidos racialmente

²³³ Sobre o assunto, ver o livro de Taciana Wiazovisky: WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

²³⁴ Dossiê 30-J-4-29. Fundo DEOPS/SP. APESP.

para o Brasil. A historiografia recente tem demonstrado que o Estado brasileiro não oferecia suporte ou acolhimento para os que recém-chegavam no país ²³⁵

Apesar das dificuldades das bifurcações de interesses, trazidos desde a Alemanha, aproximavam-se um dos outros os poucos emigrantes políticos e aos poucos, começaram em primeiro lugar a francamente discutir sobre as mais importantes questões. Sim, encontraram **até o meio comunicação com os elementos alemães mandados para o deserto**. Porém devo confessar que a perigo de não sair da pauta em que abandonaram a Alemanha ou Europa existia para quase todos e que devido a insuficiente comunicação com as massas aqui ou as dificuldades de estabelecer essas comunicações, uma realista e ao mesmo tempo basicamente concreta tomada posição perante aos trabalhos políticos para muitos e perdeu. **Eu mesmo experimentei mediante ingresso no sindicato governamentalmente controlado e na associação dos bibliotecários, sair deste dilema**. Ocupando-se grandemente com história brasileira, tendo no comércio de livrarias a oportunidade de conversar com intelectuais sobre os problemas nacionais, experimentava eu de que forma seria possível usar aqui o cavalo troiano. O **pan-americanismo** transformava-se pouco a pouco no **ponto contra a inversão do desenvolvimento do fascismo**. Com o início da guerra contra a U.R.S.S. e, principalmente, com o rompimento das relações do Brasil com o eixo e a posterior partida do Corpo Expedicionário, iniciou-se vagarosamente aqui a democratização, que logo deu-nos a oportunidade para pôr de pé o “Movimento”. ²³⁶

Stefan Baron ao descrever o processo de aproximação entre os emigrantes políticos, frisa a diversidade de opiniões presentes na comunidade germano-brasileira e procura demonstrar que houve um esforço para discutir a questão do antinazismo enquanto prioridade. O fato dele se referir aos alemães mandados para o deserto pode ser uma metáfora relacionada à imagem do bode expiatório. Lembro aqui que na liturgia judaica, o bode que era poupado do sacrifício ritualístico para expiar os pecados de Israel e mandado para o deserto. Neste caso, conforme texto acima, seriam os alemães utilizados como bode expiatórios pelas autoridades?

²³⁵ Nas entrevistas com sobreviventes do Holocausto registradas pela equipe do Arquivo Virtual do Holocausto e Antissemitismo (Arqshoah/Leer-USP), é possível perceber uma visão positiva do Brasil, povo e governo, como um todo. As diferenças em como o antissemitismo se apresentava no Brasil e, fundamentalmente, o acolhimento oferecido pela própria comunidade israelita já instalada, contribuíram para uma visão de que o governo brasileiro fora particularmente receptivo à entrada destas pessoas, o que não foi o caso. Sobre este tema ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Cidadão do Mundo*, op. cit.; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) *Olhares de Liberdade*, op. cit.; KOIFMAN, Fábio, op.cit.; dentre outros citados na nossa bibliografia final.

²³⁶ Observação: A tradução deste documento foi feita por Rolf Trapp, aqui transcrita de forma fiel. No entanto, não parece, a princípio, estar perfeitamente correta, com frases truncadas. Dossiê 30-J-4-28 Fundo DEOPS/SP. APESP.

Stefan Baron considerava que a principal força do Movimento dos Alemães Livres era o seu potencial de reunir pessoas de diferentes posições políticas para fazer valer a força política de combate ao nazismo. A Liga de Defesa Nacional, mencionada por este na carta aqui citada era uma organização criada em 1916 e que considerava as Forças Armadas como um espaço de educação para o cidadão-soldado, pregando valores como a união em torno da nação para o surgimento de um Estado moderno. Vale lembrar que a Liga foi responsável pela obrigatoriedade da apresentação de Carteira de Reservista em concursos públicos. O que se interpreta desta passagem é que Stefan Baron tinha consciência da dificuldade de mobilizar-se politicamente enquanto estrangeiro dentro do Brasil, o que necessariamente obrigaria os estrangeiros que desejassem se manifestar perante a situação política a fazerem-no de forma cautelosa e bem coordenada.

Vendo-se o processo de legalização do KPB e nós tínhamos naquela situação, com ela muito em comum (ambos anti-fascistas e anti-imperialistas) só que **nós éramos a organização da frente única**, não interessados nos problemas de política interna e se considerando como **única organização legal existia no Brasil a Liga de Defesa Nacional**, deve-se admitir que **nosso trabalho** só foi possível mediante **rigorosa e disciplinada obediência a um modesto programa mínimo, colaboração nos esforços de guerra dos aliados e uso de métodos democraticamente progressistas**. Infelizmente não foi assim e a **vantagem** que levávamos sobre todas as organizações nacionais, transformou-se num **retrocesso**. Desta situação ainda não nos reestabelecemos totalmente. **Com o desenvolvimento do processo de democratização** aqui, mesmo que com contra-tempos temporários, foi no fim do ano p.p. anulada a proibição do uso de idioma escrito e falado, o escrito que no que se refere às revistas importadas e livros. Referente a **publicação de livros e revistas em alemão**, a situação ainda está confusa. Se mesmo assim recebíamos quase todas as revistas e livros devemos atribuí-la unicamente a colaboração de elementos progressistas brasileiros.²³⁷

A vantagem – pluralidade política – tornou-se um retrocesso quando esta implicou em decisões como o colaboracionismo, por parte de figuras como Lustig-Prean, com a polícia política de forma a corroborar com a perseguição à elementos considerados subversivos dentro do meio alemão. A conquista da anulação da proibição do uso do alemão na escrita e falado foi considerada uma vitória dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira, não especificamente uma conquista do movimento antinazista. Aqui há um reconhecimento da pluralidade política dentro da máquina governamental: embora estruturalmente repressor, o Estado brasileiro era composto também por indivíduos com mentalidade progressista e que ativamente conseguiram burlar a proibição da circulação de

²³⁷ Dossiê 30-J-4-28 Fundo DEOPS/SP. APESP. Grifo nosso.

revistas e jornais em língua alemã. Contraste-se a visão de Stefan Baron com a visão de cunho nacionalista e paternalista de Lustig-Prean sobre o governo brasileiro: para um, as políticas varguistas beiravam o alinhamento ao Eixo; para o segundo, o mesmo governo deveria ser considerado como automaticamente justo e interessado na proteção de interesses democráticos e valores como liberdade e direitos humanos.

Chegamos novamente ao ponto de termos em estreita colaboração com elementos conservadores, católicos, protestantes e membros de associações israelitas, fundado um comitê de auxílio aos que saíram dos campos de concentração e para cuja legalização e daí proveniente reconhecimento pela Cruz Vermelha Brasileira e forçamos-nos agora. Então responsabilizaremos um brasileiro conhecido que assinará o que corresponde à parte financeira e além disto precisamos indicar para onde serão enviados as arrecadações. Referente a isto comunique-me com meu colega de escola e amigo ERNEST JOHNY em Paris (antigamente ERNEST JOBLONSKI) que ali ainda cuida de 100 orfãos judeus de Buchenwald. Enquanto nada pode-se enviar à Alemanha, auxílio para lá seria absolutamente sem nex²³⁸.

No fragmento acima, Stefan Baron discute a criação de uma sociedade de auxílio aos sobreviventes dos campos de concentração. Não fica claro por nenhuma outra documentação se essa sociedade estaria ligada diretamente aos participantes da Associação Democrática Alemã. Da mesma forma não encontramos registros que pudessem efetivamente levar a crer que esta sociedade chegara a sair da fase de planejamento. Ernesto Johny (ou Joblonski) não fora mencionado em nenhum arquivo que pudemos consultar e não encontramos registro, em geral, do auxílio mencionado por Baron sobre as crianças órfãs do campo de Buchenwald ligados a este nome.

Embora não tenha sido possível confirmar a criação da sociedade de auxílio, a estratégia de utilizar um padrinho político brasileiro para assinar como responsável pela parte financeira de uma organização fora aproveitada para a fundação da Associação Democrática Alemã.

Infelizmente não nos foi possível conseguir realizar com as mesmas pessoas que colaboram no Comitê de auxílio, também uma associação alemã-democrática. Ou julgam isto no momento como errôneo ou escondem-se sob qualquer pouco convincente argumento como para evitar a necessária extinção da influência nazista e o enfileiramento dos alemães nas forças progressista da família brasileira, e isto fazem de preferência

²³⁸ Dossiê 30-J-4-26 Fundo DEOPS/SP. APESP.

quando são claramente perceptíveis as influências do capital colonizador²³⁹.

Aqui é mencionada a criação da Associação Democrática Alemã e as dificuldades em assegurar sua existência: os mesmos membros ou padrinhos políticos associados ao comitê de auxílio não se dispunham a formar uma associação que se organizasse com um cunho mais político. Stefan Baron engloba as justificativas para a recusa em dois grupos: julgar o momento como incorreto ou então, qualquer outro motivo “pouco convincente”.

A questão do “momento errôneo” foi amplamente debatida entre os alemães antinazistas no exterior, dividindo-se entre análises do papel do estrangeiro exilado, refugiado ou imigrante, pertencente a uma Alemanha vencida, de julgar como o vencedor deve conduzir a redemocratização no pós-guerra.

O próprio Thomas Mann é criticado por declarar que não cabe ao alemão no exterior tentar influenciar um debate sobre o assunto. Em carta de 1943 a Bertold Brecht, que lhe escrevera condenando-o por, supostamente, não utilizar de sua força política-literária para a causa da “Outra Alemanha”, Mann afirma não pensar pertencer aos imigrantes alemães julgar qual tratamento deve ser dado à Alemanha vencida, embora o mesmo esperasse apelar para a sensibilidade liberal americana em prol de sanções mais brandas ao povo alemão. Karl Lustig-Prean assume uma posição similar à de Mann, esperando que a conscientização do próprio conceito da Outra Alemanha fizesse com que os líderes mundiais sejam parcimoniosos no pós-guerra. De certa forma, mesmo Erika e Klaus Mann, em seu livro *The Other Germany* não advogavam por uma posição forte nos destinos da Alemanha após a queda de Hitler.

Esta opinião não era hegemônica entre os intelectuais alemães no exílio. Stefan Baron via com bons olhos a criação do Comitê dos Alemães Livres em Moscou, que poderia ter um peso importante nas decisões internacionais em relação à Alemanha. Mesmo assim, discordava da crítica no momento dito “errôneo”, mas considerava válida uma posição política a partir de um debate junto aos círculos dos intelectuais de alemães livres.

É possível que a segunda parte das críticas de Stefan Baron fossem dirigidas a certas figuras como Lustig-Prean, que ele considerava interessado em manter a ordem e cuja

²³⁹ Dossiê 30-J-4-26 Fundo DEOPS/SP. APESP.

amizade com o cônsul estadunidense se encaixaria perfeitamente na descrição de uma pessoa onde se vê “claramente perceptíveis as influências do capital colonizador”.

Mesmo que no caso de uma associação democrática alemã, tenhamos que limitar-nos a uma modesta quase exclusivamente elementos de esquerda e mesmo que no começo estes elementos tenham que subdividir suas forças, iniciamos a fundação da associação e tivemos (separadamente) uma reunião dos elementos alemães e brasileiros e esperamos que nas próximas semanas, após a legalização desta organização civil possa realizar-se a Assembleia geral de fundação com participação dos elementos alemães e brasileiros. Por hoje terminarei esta parte e na próxima carta referir-me-hei com mais minúcia ao desenvolvimento na Alemanha, suas consequências aqui e a dificuldades do nosso trabalho. Também ao volume 2 de Paul Merker darei atenção e ampliar minha biografia que enviei para obtenção dos papeis (auto-crítica), a-fim-de estreitar ainda mais o pouco contato entre nós a que talvez num breve futuro poderá ser de utilidade²⁴⁰.

O parágrafo acima contém diversas informações que podem nos ajudar a datar o rascunho confiscado da residência de Stefan Baro: duas reuniões de formação já haviam sido realizadas por aqueles que se tornariam membros da Associação Democrática Alemã. Os brasileiros presentes presumivelmente seriam Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson, enquanto que os membros alemães incluiriam certamente Max Hollander e Alfred Heidenheimer. Tais indícios permitem, ao menos, datar a carta como sendo do final de 1945.

A questão da expectativa de legalização é interessante por si só: o documento indica que Stefan Baron, de fato, buscou legalizar a Associação para que pudesse ter uma atuação maior dentro da comunidade alemã sem sofrer represálias. Em 7 de fevereiro de 1946, uma nota foi publicada no *Diário Oficial* de São Paulo, referindo-se a um registro da Associação Democrática Alemã em um cartório da cidade. Abelcio Bittencourt Dias e João Penteado Erskine Stevenson, em seus respectivos depoimentos, declararam acreditar que o registro em cartório fosse suficiente para como autorização legal para o funcionamento da sociedade a partir da data constada. Pela documentação encontrada junto ao Fundo DEOPS/SP não é possível afirmar que o processo de legalização fosse permeado de uma estratégia que permitisse burlar o governo brasileiro

²⁴⁰ Dossiê 30-J-4-26 Fundo DEOPS/SP. APESP.

ASSOCIAÇÃO DEMO- CRÁTICA ALEMÃ DE S. PAULO

Extrato dos estatutos para registro no cartório Dr. Medeiros, à rua Miguel Couto, 24, em São Paulo. —
"A ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ DE SÃO PAULO", sociedade civil com sede nesta Capital de São Paulo, tempo de duração indeterminado e com fins culturais e beneficente manterá biblioteca para os associados e prestará assistência social aos sócios contribuintes. A sociedade será administrada por uma diretoria composta de: 1 presidente de honra, 1 presidente, 2 vice-presidentes, 2 secretários, 2 tesoureiros e 1 consultor jurídico, cabendo ao presidente representá-la em julzo e fora dele. Os membros da diretoria, de acordo com os seus encargos serão responsáveis pelo cumprimento das disposições civis de direito. Em caso de extinção da sociedade, cumpre à assembléia geral escolher quais as instituições de caráter social, às quais deverá ser entregue o acervo econômico da sociedade".
 (92.429 — Cr\$ 70,00). 7

Figura 24 - Publicação do Registro da Associação Democrática Alemã de São Paulo no Diário Oficial do dia 7 de fevereiro de 1946 – Diário Oficial do Estado.

O documento rascunhado ainda contém três parágrafos que interessam a esta pesquisa: o primeiro, demonstra um esforço ativo para manutenção de contato com o imigrante expulso Ernst Joske e sua família.

ERNST JOSKE de minha pergunta de 4 de novembro ainda não obteve resposta. Datas complementares: nascido em 15-2-1898. Esposa Maria Voracek rua de Lantiez, Paris 17. Última notícia dezembro de 1943. Sul da França, com esperanças de emigrar para o México. Combatentes da Espanha. Filho: Erik Voracek. São Paulo. Caixa Postal 4.556.²⁴¹

O segundo parágrafo retoma a relação de Baron com Lustig-Prean:

NOTICIA LUSTIG PREAN-F.D. Outubro de 1945 não posso crer que em vista da nossa carta de 12-3-1944, que nós enviamos por intermédio de Toledanow, vocês ainda **vejam em LUSTIG PREAN um colaborador**. Nada mudou praticamente nesta situação e ele conseqüentemente seguiu

²⁴¹ Dossiê 30-J-4-26 Fundo DEOPS/SP. APESP.

pelo mesmo caminho. Em estreito contato com uma polícia provocadora de desassossego e com fortes infiltrações de elementos integralistas, é ele hoje devido ao seu serviço para a lista negra – mencionada na carta de 12-3-1944 – coroado de êxito, elemento de **ligação entre nazistas e o capital colonizador americano**, o que certamente poderá ser bem rendoso e além disso vê-se-o diariamente passeando pelas ruas de São Paulo com **TROTSKISTAS brasileiros**, o que também não é muito estimável para um colaborador do F.D.. Se vocês portanto não quiserem perder leitores, o que não é absolutamente necessário, pois a revista é verdadeiramente exemplar – peço-lhes desistirem deste seu colaborador – e preferivelmente criticar nossa fraca colaboração.²⁴²

É possível verificar aqui a relação conflituosa entre Lustig-Prean e Stefan Baron. A revista *Freies Deutschland* menciona Lustig-Prean como um colaborador brasileiro, inclusive parabenizando-o por seu aniversário em exemplar de dezembro de 45²⁴³. O mesmo havia se afastado do posto de presidência do LAK desde fins de 1943, mas a menção indica que houve uma continuidade de relações entre o jornalista austríaco e a redação da publicação mexicana.

Stefan Baron acusou Karl Lustig Prean de colaborar com o serviço policial brasileiro para delatar membros considerados subversivos. Lustig-Prean, por sua vez, denunciou para estes autos, Baron e outros membros da Associação como “conhecidos comunistas”, por exemplo. Não foi possível relacionar quem seriam os elementos trotskistas no círculo de relações de Lustig-Prean, entretanto, por esta carta, é possível confirmar a posição das autoridades policiais brasileiras, assim como de outros ativistas antinazistas no continente.

A ligação – coroada de êxito, segundo Baron - de Lustig-Prean com elementos nazistas e o “capital colonizador americano” foi deduzida a partir da tríade de relações que o austríaco mantinha, a saber: contato estreito com o cônsul estadunidense e com o suíço Ernst Bachmann, considerado como um dos adeptos do strasserismo e, na visão do livreiro, um nazista. Stefan Baron acreditava que o nome de Lustig-Prean associado ao *Freies Deutschland* causava má impressão ao periódico, que Baron, em correspondência, apressou-se em defender, mas urge ao grupo mexicano a largar a colaboração com ex-líder do Movimento dos Alemães Livres e, não só isso, como criticar o movimento brasileiro por sua

²⁴² Dossiê 30-J-4-24 Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁴³ Dossiê 30-J-4-24. Fundo DEOPS/SP. APESP.

fraca atuação no cenário latino-americano, cobrando posições mais contundentes dos antinazistas aqui residentes.

O último parágrafo da carta é pertinente ao funcionamento da Aliança Democrática – identificada com um nome provisório para a futura Associação Democrática Alemã – tendo em vista os membros citados, bem como a expressão de uma certa desconfiança à um destes [Max Heidenheimer].

F.D. NOTICIA ALIANÇA DEMOCRATICA: também esta notícia foi escrita um pouco precipitadamente. Certa vez, ainda não há muito tempo, combinamos aqui que cartas deveriam ser assinadas por três pessoas: HOLLANDER, HEIDENHEIMMER e eu – e só neste caso peço publicá-las. Isto portanto refere-se também a esta carta que escrevo sozinho e a outras que escreverei, mesmo que nada de precipitado elas contenham. A precipitação surge porque **HOLLANDER**, mesmo que seu prontuário do partido segundo biografia pareça maravilhoso, que ainda há pouco brilhava **pelo pacifismo e falsa interpretação** a qual ele não vê como auto-crítica, mas que ele pretenda fazer esquecer mediante a uma garbosa atividade e verbosidade que as quaes tem infelizmente pouco de concreto. Perdoem por fazer a expressão sobre o prontuário do partido. Eu sou o mais novo aqui e qualquer critica será sempre interpretada como indisciplina ou como egoísmo ou como teimosia. Porém a isto referir-me-ei na próxima carta.

F.D. Postos de Saída no Exterior Até mais peço para indicar para o Brasil meu endereço; STEFAN BARON S.P. C/P: 4556. Sobre desenvolvimento da ação auxiliadora e possibilidades de retorno aguardo breve notícia nossa. Biografia: politicamente. Com liberal cumprimento. Atividade – Comércio de Livros.²⁴⁴

As instruções contidas na carta ditam que notas devem ser assinadas por Stefan Baron, Max Hollander e Alfred Heidenheimer, os principais envolvidos com a criação da Associação Democrática Alemã. A medida tem por finalidade evitar que posicionamentos pessoais fossem aprovados em nome da Associação, tornando obrigatória a assinatura dos três para serem considerados como oficiais.

As críticas à Max Hollander referem-se à um “prontuário do partido”. No entanto, nenhum outro registro foi encontrado além deste prontuário, nem mesmo, qualquer indicação de participação deste em algum partido, seja brasileiro, seja alemão.

²⁴⁴ Dossiê 30-J-4-24 Fundo DEOPS/SP. APESP.

A desconfiança de Stefan Baron provar-se-ia justificada: no depoimento inicial de Hollander o mesmo busca distanciar-se da acusação de comunismo desviando a atenção policial para Stefan Baron, enfatizando as ligações deste com Abelcio Bittencourt e João Stevenson. O livreiro chegou a ser questionado durante o seu próprio inquérito, sobre o seu envolvimento com comunismo, ao que ele negou.

Stefan Baron encerrou pedindo que indicassem seu endereço como correspondente no Brasil e adiantando que escreveria uma próxima carta. Não é possível saber se as informações encontradas neste rascunho chegaram a serem remetidas para algum destinatário. Esse documento rascunhado – que pode ser de cunho pessoal e sem pretensão de tornar-se público - oferece um vislumbre aos pensamentos particulares de um intelectual refugiado tanto pelo seu pertencimento à um grupo considerado inferior pela Alemanha nazista quanto pelo seu posicionamento político definido como subversivo tanto na Alemanha, país-ponto de fuga como no Brasil, país de acolhimento.

Enquanto intelectual, a percepção de Stefan Baron sobre comunidade na qual se insere assim como a sua posição política revelam, enquanto uma auto-crítica, as nuances da vida política dos imigrantes, refugiados e exilados no Brasil. Haja visto em sua narrativa a pluralidade dos indivíduos com os quais convivia, tratados pelo governo autoritário de Getúlio Vargas como uma “massa amorfa e homogênea de opiniões”. Baron deu ênfase também às dificuldades de se fazer cidadão num país que não é sua pátria de origem; e, sobretudo, de identificar os grupos presentes no exílio e suas diferentes relações com os poderes estabelecidos.

Baron considerava a situação do trabalhador imigrante distinta daquele que, por estar bem estabelecido, tinha interesse em alcançar o *status quo* de cidadão brasileiro. A expectativa de redemocratização e abertura política eram vistas enquanto esperanças para o trabalhador, cuja luta estava associada (naquele momento), à destruição do nazismo e do fascismo. Segundo Baron, estes regimes usavam de estratégias de cooptação desta classe: as medidas propostas pela CLT foram consideradas como “migalhas” pelo livreiro.

A própria situação de Baron é radicalmente diferente da de Lustig-Prean. Este último, apesar de toda a vigilância e suspeita, era considerado para o cargo de cônsul honorário austríaco na cidade de Santos, em 1948. Seu contato com o cônsul estadunidense – ou, como diria seu crítico, o “capital colonizador americano” – fora, perante as autoridades brasileiras, de uma força tão influente quanto, em direção oposta, seria a carta de Luiz Carlos Prestes no

caso de Stefan Baron. Não apenas há uma diferença entre os contatos de ambos como também de situação financeira: embora haja registro em um site alemão de biografias de grandes artistas²⁴⁵, que Lustig-Prean teria trabalhado como diretor de ópera no Brasil, não foram encontrados registros de que este fato ocorrera. Stefan Baron, por outro lado, fez faculdade de biblioteconomia no exílio e sua carteira de trabalho revela que sua principal ocupação era como funcionário de livrarias.

As informações encontradas nesta documentação sequer foram mencionadas quando Stefan Baron foi convocado para depor novamente no dia 28 de março de 1946. Neste momento, pesou muito mais contra ele a correspondência de Luiz Carlos Prestes confiscada em sua casa e, também, pelo fato do documento estar em alemão. Traduzido, foram entregues ao serviço secreto no dia 15 de abril, após a segunda leva de inquéritos. Entretanto, mesmo sem a tradução, a diligência no apartamento de Stefan Baron era suficiente para que as autoridades convocassem novos depoimentos, visando esmiuçar as relações dos suspeitos com o comunismo.

Em 28 de março, Stefan Baron e Max Hollander foram novamente trazidos à presença do Serviço Secreto do DEOPS/SP para prestarem esclarecimentos. O segundo testemunho do livreiro concentrou-se nas suas relações com Luiz Carlos Prestes: se o declarante conhecia o senador eleito pelo PCB ? Resposta: “que nunca o conheceu pessoalmente”.

Insatisfeito, o investigador tentou saber porquê ele teria enviado dois exemplares de livros sobre a Alemanha para Prestes se ambos não possuem relação de amizade ? Resposta:

pelo fato do mesmo ter sido casado com mulher alemã e que tais livros a ele podiam interessar e quanto ao fato do mesmo ter respondido em tom de amigo, fê-lo provavelmente por gentileza, pois, como disse, não é seu amigo pessoal.

Stefan Baron citou a relação de Prestes com Olga Benário, perseguida política e judia-alemã, deportada pelo governo Vargas num episódio que teve repercussão internacional. Explicou também que os livros enviados eram de autoria de Paul Merker, um dos líderes do Movimento dos Alemães Livres do México e também ex-deputado pelo Partido Comunista Alemão, além dos volumes 1 e 2 da obra *Deutschland – Sein oder nicht Sein?* (“Alemanha: ser ou não ser?”), que descrevem a ascensão do nazismo desde a República de Weimar até

²⁴⁵ MIKOLETZKY, Lorenz, “Engraçado Prean von Preanfeld, Karl”, In: *New German Biography* 15 (1987), p. 538 [versão online]; Disponível em <https://www.deutsche-biographie.de/pnd130234737.html#ndbcontent> Acesso: 19/05/2019

1945. Entretanto, o conteúdo destes livros não interessou tanto quanto o outro nome citado na correspondência de Prestes: Jorge Amado, responsável pela entrega dos livros. Além de reconhecido como um dos mais famosos escritores brasileiros de todos os tempos, Jorge Amado (assim como suas obras) ficaram marcadas por seu engajamento no Partido Comunista Brasileiro entre 1933-1954.²⁴⁶ Daí o delegado inquiridor ter perguntado como os dois se conheceram, Baron respondeu

que conheceu o escritor Jorge Amado quando o declarante trabalhava na Livraria Kosmos, que era frequentada por Jorge Amado, sabia que o mesmo era comunista e aproveitou uma das idas do mesmo ao Rio de Janeiro para enviar os livros ao sr. Luiz Carlos Prestes.²⁴⁷

O inquérito retomou o tema “Prestes”, perguntando à Stefan Baron se nutria simpatia pela figura e pelo programa do Partido Comunista do Brasil. O livreiro respondeu que considerava Luiz Carlos Prestes um homem de valor, assim como tinha simpatia pelo programa do Partido Comunista brasileiro. A ideia de Prestes como um homem de valor é questionada pelas autoridades que perguntaram a razão dessa deferência. Stefan Baron saiu em defesa de Luiz Carlos Prestes enquanto um antinazista, pois, enquanto ainda estava preso, teve sua mulher deportada e, mesmo assim, declarou simpatia pelo governo brasileiro e incitou o povo brasileiro à auxiliar as Nações Unidas na guerra contra o nazismo.

Ao final do inquérito, as perguntas da polícia tornam-se mais contundentes questionando Stefan Baron sobre o seu apoio o Partido Comunista no Brasil, ao que ele respondeu que na qualidade de estrangeiro, não os apoiava materialmente, mas ideologicamente, sim.

PERGUNTADO AO DECLARANTE SE O FATO DE HAVER SIDO APREENDIDO MUITOS EXEMPLARES DE LIVROS COMUNISTAS EM SUA RESIDÊNCIA, PERMITEM SUSPEITA QUE O DECLARANTE É COMUNISTA, respondeu que os livros apreendidos na sua residência fazem crer que o declarante **tem simpatia pelo comunismo**.

PERGUNTADO AO DECLARANTE SI, TENDO SIMPATIA PELO COMUNISMO E AO PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO

²⁴⁶ Jorge Amado, romancista brasileiro nascido em 1912, foi um militante engajado do PCB, tendo sido deputado pelo partido. Seu prontuário (volumoso!) no DEOPS/SP contém uma ficha anexada e que o descreve como “um dos elementos mais proeminentes entre os chamados comunistas intelectuais”. (SNI1618. Fundo DEOPS/SP. APESP). Sobre sua trajetória e militância, cf. CALIXTO, Carolina Fernandes. *História e Memória da trajetória político-intelectual de Jorge Amado*. Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2016.

²⁴⁷ Dossiê 30-J-4-45. Fundo DEOPS/SP. APESP.

BRASIL E MANTENDO LIGAÇÕES COM COMUNISTAS BRASILEIROS, COMO JÁ SE VIU, TEVE INTENÇÕES DE IMPRIMIR CUNHO COMUNISTA À "ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ DE SÃO PAULO", respondeu que não.²⁴⁸

Até então, o método adotado pela Polícia Política brasileira buscava se fundamentar na lógica da suspeição que, assim como agia no passado os inquisidores, deveria culminar com uma confissão. Pressionado psicologicamente o acusado acabava por validar as acusações feitas contra ele mesmo. Stefan Baron não admitiu em momento algum fazer parte do Partido Comunista ou buscar ações diretas com este fim, pois tecnicamente, durante período de legalidade do partido comunista, simpatia não poderia ser considerado como crime político e as provas seriam circunstanciais.²⁴⁹ No entanto, temos aqui dois pesos e duas medidas, cada qual com a sua lógica.

Em seu segundo depoimento, Max Hollander basicamente repetiu o que fora dito no anterior: que havia um movimento em prol dos Alemães Livres durante a guerra, mas que ele não fora convidado a fazer parte. Conheceu Stefan Baron e daí surgiram conversas para a fundação da Associação. Reafirmou que teria sido Baron a procurar Abelcio Bittencourt e quem arranjava a sede do Sindicato dos Bancários para as primeiras reuniões.

Os investigadores perguntaram, então, como Max Hollander explicava a sua convivência com as relações de Stefan Baron com o comunismo? Este respondeu que ignorava o porquê do mesmo ter buscado justamente elemento comunistas, mas que não simpatiza com esta ideologia. Então, os investigadores perguntam se ele acreditava que a Associação poderia sofrer, mais para frente, de influência comunista? Max Hollander respondeu que seria possível, porém que ele e outros membros associados se oporiam a isto. As perguntas dirigidas à Max Hollander não foram tão detalhadas como aquelas feitas à de Stefan Baron. O delegado inquiridor limitou-se a interrogar novamente o acusado na tentativa de conseguir alguma confirmação de que estes estivessem agindo em conjunto em prol da causa comunista.

Alfred Heidenheimer voltou a depôr no dia 29 de março de 1946, quando foi questionado pela polícia se realmente era comunista, como haveria dito Lustig-Prean sobre o mesmo. Imaginando as consequências, negou.²⁵⁰ Anexado ao prontuário de Alfred

²⁴⁸ Idem. [Grifo nosso]

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Dossiê 30-J-4-48. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Heidenheimer, também ex-participante do Movimento dos Alemães Livres, encontramos um inquérito onde ele era questionado se tinha conhecimento de que a Associação Democrática Alemã (à qual se afiliara) era dirigida por um militante comunista, ao que ele afirmou não saber.²⁵¹

Em 1º de abril de 1946, o presidente da Associação Democrática Alemã, Oskar Netscher foi chamado para depor na sede da Polícia Política em São Paulo. Como alemão refugiado do nazismo e ex-deputado do Partido Católico Alemão, disse que chegou em 1941 ao Brasil, e que em 1942, ingressou no Movimento dos Alemães Livres, reconhecendo que ali havia elementos comunistas. Disse também que, após conversar com Stefan Baron, decidiu participar da criação da Associação Democrática Alemã, considerando que uma sociedade cultural era necessária e que uma separação de ideologias ainda não era oportuna. Ainda que vários colegas católicos não aceitassem participar da associação, ele mantinha que era necessário a união de todo o espectro político contra a sombra do nazismo. Declarou também saber que Baron era comunista, pois o mesmo costumava lhe recomendar livros do partido para leitura.²⁵²

Além denunciar o contato que Baron tinha com o *Freies Deutschland* mexicano, sugeriu à autoridades policiais o nome de Ernst Bachmann para obter mais informações sobre o mesmo. Dois dias depois, em 3 de abril, Ernst Bachmann é foi convocado para o inquérito, figura que havia sido convocada nos autos do Movimento dos Alemães Livres. O tratamento dispensado pelas autoridades a Bachmann tinha dois pesos: no processo de Lustig-Prean, seu nome é visto como um indício de que o mesmo seria afiliado a grupos nazistas, por conta de sua ligação com Otto Strasser.

No entanto, nos autos do inquérito sobre a Associação Democrática Alemã, este testemunho serviu para fortalecer a denúncia de que Stefan Baron era, realmente, um propagador do comunismo, versão que interessava à Polícia Política. Bachmann informou que havia conhecido Baron ainda durante a guerra, por conta das relações de simpatia que mantinha com o Movimento dos Alemães Livres, fundado por Lustig-Prean no Brasil. Na ocasião, Baron teria se declarado socialista, elogiado as leis e o regime implantados na União Soviética como sendo “os melhores”. Finda a guerra, Baron teria modificado sua orientação política para o comunismo argumentando que continuava a

²⁵¹ Prontuário 89.47– Alfred Heidenheimer. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁵² Dossiê 30-J-4-42. Fundo DEOPS/SP. APESP

exaltar a Rússia e que a causa da vitória aliada havia sido exclusivamente ajuda desse país, afirmando que, agora com as liberdades obtidas, podia dizer que era comunista.²⁵³

“As liberdades obtidas”, segundo Bachmann, seriam uma referência às políticas vigentes no Brasil no pós-guerra, que haviam garantido a legalização do Partido Comunista no Brasil. Bachmann afirmou que Stefan Baron agia sob as ordens do governo bolchevista, de acordo com uma proclamação do Partido Comunista Alemão, datada de dezembro de 1945, na qual se conclamava os comunistas alemães a apoiarem partidos liberais que, concorrendo às eleições teriam chance de “esmagar definitivamente o nazismo, até tornar uma Alemanha comunista.”

A cópia de um impresso mimeografado e escrito em alemão com o título de “*Die Kommunisten Wollen in Deutschland Herrschen*” (“Os comunistas querem governar na Alemanha”) foi então apresentado à Bachmann, que confirmou ser o mesmo ao qual se referia. O documento, confiscado da residência de Stefan Baron, fora traduzido por Rolf Trapp e continha, a princípio, um texto que criticava a atuação comunista acusada de, supostamente, “alienar” os outros membros da esquerda e assim abrir caminho para o nazismo subir ao poder. A narrativa segue incitando os leitores a aprender com estes erros, tornando assim o proletário alemão mais forte e preparado para uma revolução comunista vindoura, ou seja, uma estratégia etapista para a vitória comunista: primeiro, a luta contra a nobreza, depois a luta contra grandes proprietários e a burguesia e, finalmente, a luta pela nacionalização da terra e meios de produção. O documento, que é bastante longo, analisa a atuação da classe média durante o nazismo na Alemanha e sugere que, como estratégia, os comunistas deveriam apoiar, por enquanto, os sociais-democratas.

O próprio Ernst Bachmann afirmou que aquele documento continha a proclamação das diretrizes do Partido Comunista da Alemanha e também um comentário escrito por Von Gerhart H. Seger, figura socialista perseguida pelo regime nazista e que, posteriormente, teria se transformado em um anticomunista ferrenho. O teor do comentário emerge como uma advertência ao leitor daquela proclamação, para que não se deixe enganar pelo tom de *mea culpa* assumido pelo partido e que os comunistas não eram, de qualquer forma, democráticos.

²⁵³ Dossiê 30-J-4-44. Fundo DEOPS/SP. APESP

O documento indica que, se Stefan Baron tinha simpatias pelo comunismo, também não deixava de adotar certo ceticismo quanto ao programa bolchevique e sua estratégia etapista.

Ernst Bachmann, por fim, também enfatizou que as relações mantidas por Stefan Baron como correspondente do grupo mexicano *Freies Deutschland*, seguiam orientação comunista, sendo chefiado por Paul Merker, membro proeminente do Partido Comunista alemão, ou seja: esta sua narrativa atendia às expectativas da Polícia Política brasileira interessada - como muito bem demonstrou o historiador Rodrigo Patto Sá Motta em seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho* – em comprovar suas suspeitas.²⁵⁴

Outro documento anexado aos autos é o depoimento de João Penteado Erskine Stevenson, que até então não havia sido chamado para inquérito, datado de 3 de julho de 1946. Neste seu depoimento, João Erskine Penteado Stevenson defende, nos seguintes termos, a Associação Democrática Alemã: não vê nenhum problema com a parte legal do movimento por ainda estarem em fase de organização. Como professor de questões internacionais, acha justo que os súditos alemães possam colaborar com brasileiros. Deixa claro que, da sua parte, jamais participaria de um movimento que visasse encobrir a participação política de estrangeiros. Também confirma a história de Stefan Baron, de que o mesmo havia procurado outros padrinhos políticos para a Associação antes do endosso de Osmar Pimentel e Abelcio Bittencourt. Reafirma que a participação de elementos comunistas não impediria o funcionamento de uma sociedade com objetivos culturais. Afirmou também não ser comunista e sim, amigo pessoal de Luis Carlos Prestes.²⁵⁵

Nos chama a atenção que o depoimento de Stevenson tenha ocorrido somente em julho, considerando que ele é o signatário da ata de fundação, datada de 5 de janeiro de 1946, apreendida durante o flagrante na sede dos bancários. Esta ata é o único registro da Associação apreendida e reproduzida em cópias datilografadas nos arquivos da Política Política. Além de uma introdução, a Ata contém também a minuta do futuro estatuto da Associação Democrática Alemã assim relatado junto ao Dossiê 30-J-4-116:

Aos 5 dias do mês de janeiro de 1946, reuniram-se na Escola Técnica dos Bancários, no prédio Martinelli, 21o andar, 17 pessoas e resolveram fazer a Associação Democrática Alemã.

Depois da introdução referente às tarefas e fins da organização, que, essencialmente, consistem na **liquidação da influência nazista entre os alemães** por meio do **trabalho cultural e social**, em que se devem difundir

²⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Op. Cit.

²⁵⁵ Dossiê 30-J-4-20. Fundo DEOPS/SP. APESP.

informes sobre a Alemanha e os alemães, daqui e de outros países, que se propõe a **trabalhar por uma assimilação democrática dos Alemães no Brasil**, e, finalmente, **apoiar todas as medidas do Governo** nesse sentido para que o futuro representante diplomático da Alemanha possa encontrar uma organização, juridicamente e de fato, enraizada no Brasil; para que os alemães possam colaborar com todas as outras organizações democráticas, nacionais e estrangeiras, juntamente com as representações diplomáticas das Nações Unidas. Desta maneira se porfiam em reparar os prejuízos que os Nazistas causaram e que devem servir neste trabalho como base às resoluções de Potsdam no seu conjunto e o efeito progressista da aplicação delas.²⁵⁶

Os objetivos descritos na introdução são os mesmos declarados por todos os membros interrogados pelas autoridades: uma associação cultural e social organizada com o objetivo de “liquidar a influência nazista” e “trabalhar para a assimilação democrática dos Alemães no Brasil”. Faz referência ao governo Dutra no sentido apoiar ao novo representante diplomático alemão no Brasil. Os comentários têm um tom positivo e de cooperação, diferentemente da direção proposta por Karl Lustig-Prean no Movimento dos Alemães Livres que implicava em colaborar com a Polícia Política brasileira interessada em identificar os comunistas junto à comunidade alemã radicada no Brasil. Importante lembrar que a partir de 1945, no pós guerra, o mundo viveu momentos de grande tensão, marcados pela polarização entre Estados Unidos e URSS e que ensejaram numa pressão para a perseguição de indivíduos identificados como comunistas nos países capitalistas.

Ao citar os nomes das pessoas eleitas para a Diretoria provisória da Associação Democrática Alemã, a Ata oferecia “de bandeja” para os investigadores, os envolvidos com esta frente de resistência antinazista. Ali estavam nomeados para seus respectivos cargos até o reconhecimento jurídico e registro os ativistas desta frente de resistência o nazismo:

Presidente de Honra: Dr. Osmar Pimentel

Presidente: Oskar Netscher

1o vice-presidente: Dr. João Penteado Erskine Stevenson

2o vice-presidente: Rudolf Huenig

1o secretário: Max Hollander

2o secretário: Stefan Baron

1o Tesoureiro: Abelcio Bittencourt

2o Tesoureiro: Werner Geitner

²⁵⁶ Dossiê 30-J-4-116. Fundo DEOPS/SP. APESP. [Grifo nosso].

Consultor jurídico: Dr. João Penteado Stevenson.²⁵⁷

No último parágrafo da Ata constatamos que estas responsabilidades seriam redistribuídas após a primeira assembleia geral, a ser marcada após o órgão estar devidamente reconhecido como entidade jurídica. Sabermos que nada disso ocorreu em consequência do flagrante policial que interrompeu bruscamente a implantação deste projeto.

Como consultor jurídico, João Penteado Stevenson deveria orientá-los sobre o processo de autorização, ao que ele, em seu depoimento de 3 de julho, imaginava tê-lo feito ao registrar a entidade em cartório e publicá-la no Diário Oficial. Nos depoimentos de outros membros da Associação, um ponto em comum: todos afirmavam acreditar que a sociedade estivesse autorizada para funcionar legalmente que a Assembleia somente seria convocada quando o processo fosse formalizado.

Projeto de Estatutos da Associação Democrática Alemã
(Deutsche-Demokratische Vereinigung)

A Associação Democrática Alemã, sociedade civil, com sede nesta Capital, reger-se-á pelas disposições dos estatutos abaixo:

Cap. I - Da organização e dos fins da sociedade

art. I - Sob a denominação Associação Democrática Alemã constituir-se-á uma sociedade civil de caráter cultural, beneficente, regendo-se por estatutos e pelas leis em vigor.

art. 2 - A sociedade terá sede nesta Capital de São Paulo e será de indeterminada existência.

art. 3 - A sociedade admitirá sócios em número ilimitado de brasileiros, alemães e seus descendentes.

²⁵⁷ Dossiê 30-J-4-116.Fundo DEOPS/SP. APESP.

art. 4 - A sociedade deverá realizar conferências e sessões culturais, mantendo biblioteca para os associados, prestar assistência social para os sócios contribuintes e promover reuniões sociais.

Cap. II - Dos sócios

art. 5 - Os sócios devem ser maiores de 18 anos e de comprovado comportamento moral, civil e político. Para a admissão deverão ser apresentadas por dois sócios, quites com a tesouraria.

art. 6 - São as seguintes categorias dos sócios: fundadores, contribuidores e honorários.

art. 7 - São fundadores os sócios que tiveram assinado a ata de fundação da sociedade; contribuintes os que pagaram as mensalidades estabelecidas pela sociedade, e honorários os que prestarem relevantes serviços á sociedade após aprovação e homologação do título em assembleia geral.

Cap. III - Dos direitos e deveres dos sócios

Art. 8 - É dever dos sócios cumprir não só as disposições dos estatutos como as deliberações das assembleias gerais, cooperando para o progresso da sociedade com inteira dedicação aos encargos que lhe forem confiados.

art. 9 - É direito dos sócios comparecer, propor e discutir nas assembleias gerais tudo o que julgarem convir aos interesses da sociedade, constituindo privilegio dos sócios fundadores e contribuintes votarem e ser votados para os cargos administrativos.

Cap. IV - Da administração, das faltas e das penalidades

art. 10 - A sociedade será administrada por uma diretoria de 9 membros: 1 presidente de honra, 1 presidente, 2 vice-presidentes, 2 secretários, 2 tesoureiros e 1 consultor jurídico, cuja duração de mandato será de um ano.

art. 11 - Em caso de destituição do presidente por deliberação da diretoria, os vice-presidentes convocarão imediatamente os sócios para uma assembleia extraordinária perante a qual o presidente exonerado apresentará minucioso relatório sobre as penalidades e cominações legais.

art. 12 - Á diretoria compete fazer cumprir os estatutos e as deliberações das assembleias gerais, admitir e demitir empregados, fixando-lhes honorários e atribuições, convocar a assembleia geral no prazo dos estatutos e deliberar sobre convocações extraordinárias, quando necessário e requerida.

art. 13 - Compete ainda a diretoria escolher os representantes que deverão representar a sociedade perante entidades ou indivíduos encarregados por grupos de considerações que objetivem propósitos honestos.

art. 14 - Além dos deveres comuns aos sócios responsáveis pela diretoria, previstos pelo código civil, cumpre ao presidente representar a sociedade em juízo e fora dele, rubricar os livros da sociedade e as ordens de pagamento de quaisquer quantias, assinar em conjunto com os demais membros da diretoria as atas de sessões anteriores, firmar com um secretário e um tesoureiro todos os documentos de responsabilidade e apresentar findo o mandato, minucioso relatório da administração, acompanhado de balanço da situação econômica da sociedade.

art. 15 - Os demais membros da diretoria, de acordo com seus encargos serão responsável pelo cumprimento das disposições civis de direito.

art. 16 - Todas as despesas na manutenção da sociedade ficam ao encargo da diretoria, fazendo-se por meio de um tesoureiro.

Cap. V - Da assembleia geral

art. 17 - A assembleia gera reunir-se-á ordinariamente no primeiro sábado depois da data do reconhecimento da organização como entidade jurídica pelas autoridades competentes e nos anos seguintes no segundo sábado do mês, e terá a seguinte ordem do dia:

- a) - leitura da ata da assembleia anterior
- b) - apresentação do relatório do presidente e do balanço
- c) - eleição da nova diretoria
- d) - diversos (relato dos delegados, sócios, etc.)

art. 18 - A assembleia geral será aberta pelo presidente da diretoria que pedirá a assembleia a indicação do sócio para presidir os trabalhos.

art. 19 - Em caso de extinção da sociedade, cumpre á assembleia geral escolher quais instituições de caráter social, aos quais deverá ser entregue o acervo econômico da sociedade.

Cap VI - Disposições gerais

Aplicam-se em todos os casos previstos ou não nos estatutos as disposições contidas no código civil brasileiro, no que se refere às sociedades civis.

(a) João Penteado Erskine Stevenson

Fonte: Dossiê 30-J-4-116. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Os artigos que compõem o estatuto seguem o formato padrão de uma sociedade civil, sem fins lucrativos: indicam a disposição de cargos, os responsáveis pelos honorários, categorias de membros, a pauta a ser seguida em assembleia, e um aviso de que todos os códigos legais previstos na legislação brasileira aplicavam-se à Associação Democrática Alemã. O mérito da existência de uma sociedade de combate ao nazismo, entretanto, não foi o suficiente para frustrar a paranoia comunista que movia os atos das autoridades policiais encarregadas de manter a “ordem pública e a segurança nacional”.

Em um informativo policial do dia 4 de julho, há um resumo sobre a Associação Democrática Alemã com alguns detalhes que comprovam a vigilância sistemática e os conhecimentos prévios sobre: a reunião que seria realizada na sede do Centro dos Bancários; e que a Associação teria sido fundada sob inspiração de elementos comunistas e que poderia ser utilizada para propagação desta ideologia, sendo citados Abelcio Bittencourt e afirmação de Stefan Baron como “simpáticos” pelo comunismo. Enfim, para o delegado-chefe da SS, Geraldo Cardoso de Mello, persistiam algumas dúvidas, mas tinham também certezas: de que o projeto havia sido abortado evitando drásticas consequências para o futuro: uma repressão mais acentuada.

[...] parece-nos, que **a Associação Democrática Alemã foi fundada por comunistas** que, cedo ou tarde, passariam a dar-lhe **orientação extremista**, tudo de acordo com o quanto foi possível colher nestes autos.

O presente inquérito **não apurou** que, tanto a Sociedade quanto Stefan Baron, **tivessem já exercido atividades comunistas**. Entretanto, de forma preventiva, este SS conseguiu **evitar que a organização**, composta na sua maioria por estrangeiros, que não podem e não devem imiscuir-se em política, se ampliasse e, quiçá, viesse a oferecer motivo mais sério para o futuro, para **uma repressão mais acentuada**.²⁵⁸

O texto revela a lógica persecutória com a qual se lidava com as comunidades de imigrantes e com os sujeitos considerados subversivos. Dai a necessidade de uma medida

²⁵⁸ Dossiê 30-J-4-20. Fundo DEOPS/SP. APESP. [Grifo nosso]

profilática, para impedir que o governo pudesse encontrar problemas no futuro. A escolha dos termos para descrever o dito problema apresentado pela Associação é, em si, bastante específica: **as formas preventiva e profiláticas** adotadas pelo Serviço Secreto afim de evitar que os estrangeiros identificados como comunistas pudessem formalizar uma organização e, através dela, divulgar uma ideologia considerada nociva à nação brasileira. Uma outra interpretação, talvez, é de que essa profilaxia estivesse relacionada a evitar que uma organização antinazista fosse formalizada e ampliada naqueles tempos em que os atos genocidas dos nazistas foram reconhecidos como crimes contra a Humanidade. Se avaliarmos sob este prisma internacional das conquistas em prol dos direitos humanos, talvez, possamos interpretar a sentença do delegado-chefe da SS, Geraldo Cardoso de Mello: de que não havia nada naquele momento, que justificasse uma punição aos envolvidos.

De toda forma, a sentença “preventiva” é feita em tom de advertência: **que** os acusados ficassem longe da política, **que** os autos sejam enviados à DEI para evitar que os participantes não possam pleitear formação de novas sociedades **e que**, por fim: “a abertura de um prontuário, em nome da Associação, onde estes autos aguardarão outros elementos de provas que possam surgir, no sentido de provocar a expulsão dos estrangeiros.”

É válido chamar a atenção para a expectativa do surgimento de novas evidências e que, poderiam provocar a expulsão dos estrangeiros do território nacional. Fica implícito que os autos e, principalmente, os documentos confiscados na casa de Stefan Baron seriam reutilizados em processos futuros como realmente aconteceu: no ano de 1948, Baron foi processado sob a acusação de ser um agente soviético, “de projeção”, infiltrado em São Paulo.

Em maio de 1948, a Polícia Política iniciou essa ação investindo contra os “espiões bolcheviques” que seriam responsáveis pela distribuição de propaganda soviética na cidade de São Paulo. No ano de 1947, o Partido Comunista do Brasil já havia sido cassado sob a alegação de supostamente, apresentaria uma agenda internacionalista subordinada às ordens da URSS e, portanto, representaria uma ameaça à segurança nacional. Segundo versão policial, Stefan Baron estava ligado à este círculo de espionagem, denunciado na imprensa brasileira, como mostra a matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 20 de maio de 1948:

S. PAULO (Meridional) — Já tivemos oportunidade de divulgar através da ampla reportagem, as atividades criminosas desenvolvidas em S. Paulo pelo padre russo Dimitrios Tchachenko, que aqui agia a soldo de Moscou, trabalhando pela propagação do comunismo em S. Paulo.

CHEFE DE ESPIONAGEM RUSSA.

A nossa reportagem conseguiu apurar mais alguns detalhes impressionantes sobre as atividades do falso padre soviético e que vamos divulgar em primeira mão.

Dimitrios Tchachenko é uma personagem muito mais importante do que parecia a primeira vista. Era chefe da propaganda comunista em S. Paulo. Mantinha correspondência permanente com Leonamín Fedchenkorff, agente soviético residente em Nova York. Essa correspondência era trocada por via aérea, dando Dimitrios informações reservadas sobre a situação política, que dava a um dos principais agentes so-

vieticos. O representante da Igreja Patriarcal de Moscou no nosso país, agora preso na Casa de Detenção, era um dos elementos mais perigosos para a difusão do comunismo em S. Paulo, principalmente no seio do operariado de descendência eslava. Tchachenko fazia-os inclinarem-se para o credo vermelho, mercê de propagações que realizava e dos detalhes que fornecia, particularmente, dizendo maravilhas das obras de Stalin.

UM "G-MEN" NORTE-AMERICANO VEIO BUSCAR INFORMAÇÕES SOBRE O PADRE RUSSO

A reportagem apurou ainda que mantinha tal significação a missão do padre Dimitrios Tchachenko como agente de Moscou no Brasil que um policial norte-americano veio a S. Paulo, procurando o Departamento da Ordem Política e Social, afim de saber informações sobre as atividades criminosas desenvolvidas pelo enviado vermelho.

Espões em S. Paulo!

Chefe de propaganda soviética e falso sacerdote — Correspondência com outro agente bolchevista, destacado para Nova York, a quem enviava informações — A polícia norte-americana interessada em conhecer pormenores da ação desenvolvida por Tchachenko

dabemos igualmente que a Polícia da Ordem Política e Social, após diligências várias, conseguiram prender outro perigoso agente comunista que estava em ação nesta capital. Trata-se de Stefan Baron, de nacionalidade alemã, nascido a 12-1-1914 e que reside nesta capital, num prédio de apartamentos, a Alameda Jau, 1.354. Baron que é homem de boa

cultura, trabalhava aqui na livreria Kosmos, à rua Marconi. Foram encontrados em seu apartamento pela Polícia, um arquivo, no qual existiam as endereços de todas as repartições públicas, mapas de diversos países, inclusive a América, do Brasil, de Berlim e de diversos outros países e cidades.

CORRESPONDÊNCIA COM O RIO DE JANEIRO E AR. GENTEA

Não obstante a Polícia não ter ainda completado as diligências, conseguimos saber que Stefan Baron mantinha permanente correspondência com pessoas residentes no Rio de Janeiro e na Argentina, pessoas essas, que como ele, adotavam o credo vermelho. Correspondia-se em alemão, castelhano e em português. Foi encontrada em seu poder uma cópia da carta trocada entre Luiz Carlos Prestes e Pablo Neruda.

O agente comunista alemão possui uma chacara localizada em

tre o Parque dos Estados e a via Anchieta, onde realizava importantes conferências com elementos ligados ao comunismo em S. Paulo. Stefan Baron vivia em companhia de uma mulher divorciada e que tinha dois filhos.

QUERIA RETORNAR A BERLIM

Já a Polícia da Ordem Política e Social conhecia Stefan Baron, pelas suas atividades comunistas nesta capital, pois aqui estivera preso uma vez. Estava ele num campo de concentração alemão, por ocasião da última guerra mundial. Também sabemos que Stefan Baron tinha preparado um ofício para as autoridades competentes, no qual pretendia permissão para retornar a Berlim, a fim de, mais perto, receber as ordens emanadas dos chefes comunistas.

A Polícia da Ordem Política vai realizar hoje uma diligência na chacara de propriedade de Stefan Baron, onde conta encontrar documentos de relevância.

“Espões em S. Paulo!”, *Diário de Pernambuco*, 20 de maio de 1948, p. 4. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

o/c.
ARQUIVO GERAL
Informação n.º 340/48
Snr. Escrivão

O requerente STEFAN BARON, R.G. 148.839, em fevereiro de 1946, foi processado por este Departamento, juntamente com outros.

O mesmo, como membro da "Associação Democrática Alemã", e com os demais, vinha realizando uma ação política entre a Colônia.

Tendo em vista, que nada havia o que justificasse uma ação punitiva contra os indiciados, foi feita uma advertência contra os mesmos, no sentido de se absterem de política.

Os autos foram arquivados em prontuário em 4.7.46, por despacho da autoridade processante.

Em 31.7.1946, o Sr. Mario Magalhães, Escrivão deste Departamento, prestou a seguinte informação:- Sr. Dr. Delegado Especializado de Ordem Política:-

O requerente STEFAN BARON, de nacionalidade alemã, é comunista, de projeção, segundo documentos apreendidos pela polícia, deste D.O.P.S.

A sua saída, do território nacional, é bastante conveniente, uma vez que se providencie a proibição do seu retorno. (as.) Mario Magalhães, Escrivão.

Foi expedido atentado com nota.

São Paulo, 15.3.1948

CARLOS BUENO DE AGUIAR
CHEFE DO ARQUIVO GERAL

Informação n. 340/48 expedida por Carlos Bueno de Aguiar, Chefe do Arquivo Geral, anexada ao Prontuário n. 13421, de Stefan Baron. São Paulo, 15 de março de 1948. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Os documentos apreendidos na diligência de 1946 são mencionados enquanto prova da afiliação comunista de Stefan Baron e utilizados para reforçar a recomendação de sua

expulsão do território brasileiro. Em 11 de maio de 1948, consta em seu prontuário uma ordem de prisão contra Baron, definido “agitador comunista”.²⁵⁹

A partir desta segunda prisão, Baron escreveria as cartas denunciando a injustiça do seu tratamento político, além de comparar a Ilha de Anchieta à um campo de concentração. Esse documento, já analisado parcialmente no capítulo 2, faz parte de uma “carta à Paulo”, datada de 19 de agosto de 1948, em resposta à uma correspondência de 23 de junho de 1948, por intermédio de Rudolfo Herzfeld, um dos participantes da Associação Democrática Alemã. É possível pensar que o Paulo talvez fosse Paul Merker, o diretor do movimento mexicano *Freies Deutschland*, que se comunicava com Stefan Baron desde que este assumira a vice-presidência do LAK em 1946.

Após elogiar a atuação de Herzfeld, Baron descreveu as circunstâncias de sua prisão:

Em 11 de junho de 1948, fui preso pela Polícia na livraria sociedade de intercambio brasileiro, rua Barão de Itapetininga nº275, 4o andar. A diligência era dirigida contra a livraria e seus donos, sendo porém levados todos os presentes. Após 15 dias de prisão para averiguações, o processo contra a livraria estava findo e dono e empregados, todos brasileiros, foram soltos. Neste entre tempo, foi feita uma visitação a minha residência e da casa de campo na qual minha esposa Anneliese Epstein mantem um lar para crianças, não sendo nada encontrado.²⁶⁰ Após 15 dias de retenção, fui submetido a um pequeno interrogatório durante o qual me foi comunicado que por ordem do Ministério de Justiça tinha sido preso e envolvido num processo de expulsão. Após outros 14 dias, fui remetido a Casa de Detenção a Avenida Tiradentes em São Paulo, onde ainda hoje me encontro. Neste entre tempo, meu advogado Dr. João Bernardes, entrou com Habeas Corpus, na corte de apelação em São Paulo que tem o numero 22552, um outro no Supremo Tribunal Federal, cujo numero ainda não sei. Pela minha opinião as duas possibilidades para logo ser solto: 1a soltura baseada num Habeas Corpus xxxx concedido eventualmente com liberdade condicional, quer dizer, obrigação de apresentar-se regularmente na Polícia, 2o) libertação sob condição de sair do Brasil o mais rápido possível.²⁶¹

O *Habeas Corpus* pedido por seu advogado não foi deferido e Stefan Baron somente sairia da prisão quando fosse julgado e condenado à expulsão, o que aconteceria no ano de 1949.

O tratamento na Casa de Detenção é o mesmo dado aos detidos para averiguações durante a República de Weimar, tudo um pouco a lá Sul Americana. Estamos juntos com criminosos normais e terroristas japoneses

²⁵⁹ Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁶⁰ Anneliese Epstein, ex-participante da Associação Democrática Alemã, é aqui citada como esposa [de Baron]. Não foram encontrados nenhuma menção à um casamento entre os dois e, no prontuário de Stefan Baron, a situação civil do mesmo encontra-se marcada como ‘solteiro’.

²⁶¹ Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

e tem estes dois grupos certos privilégios. Estamos porém diariamente ameaçados de remessa para a Ilha de Anchieta e a informação que juntos a esta esclarecem a situação de lá. Dos anti-fascistas alemães até hoje sou o único que foi preso. Todos os outros estrangeiros são originários dos países do bloco oriental, especialmente da URSS, Polônia e Iugoslávia. Outras notícias vocês terão de Anneliese Epstein. São Paulo, caixa postal 4556, e dr. João Bernardes, com as melhores lembranças.

Stefan Baron.

P.S. De acordo com a Constituição de gente e detenção de estrangeiros é ilegal visto não haver nem flagrante nem qualquer culpabilidade comprovada.²⁶²

“Dos anti-fascistas alemães até hoje sou o único que foi preso” é uma constatação verdadeira para o grupo de alemães antinazistas de São Paulo: Stefan Baron, realmente sofreu um tratamento muito mais agressivo do que os enfrentados por Karl Lustig-Prean e mesmo por Ernst Bachmann – que nem antinazista era. Sua condição de trabalhador, judeu, intelectual e, principalmente, comunista o levaram a receber uma perseguição muito mais ativa por parte da Polícia Política.

As provas do crime político praticado por Baron, segundo a versão construída pelas autoridades do DEOPS/SP, foram acumulativas, formando uma trama acusatório. Por exemplo, um outro parecer anexado ao seu processo, assinado por Thomaz Paima Rocha, delegado adjunto da Seção de Expulsandos, traz novos elementos, para além da acusação de que Stefan Baron traduzia artigos políticos de cunho comunista para a revista *Problema!*, de São Paulo. Como “prova do comunismo” do acusado, foram citados os autos do inquérito da Associação Democrática Alemã:

No processo de 1946, existe **farta prova** de que a sociedade **é comunista**, que **pregava suas ideias bolchevistas**, frequentava comícios comunistas e outros, que sempre estava em meio de comunistas e que, em companhia dos **conhecidos extremistas** ABELCIO BITTENCOURT DIAS e DR. JOÃO PENTEADO STEVENSON, fundou ele, a citada "ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ".²⁶³

Na versão construída pela polícia, a Associação Democrática Alemã ficou reduzida à uma sociedade de propagação do comunismo., conforme constata-se no relatório final que concluiu que a Associação Democrática Alemã fora considerada “um clube político” e Stefan Baron, “nocivo à ordem pública”.

²⁶² Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²⁶³ Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

RELATÓRIO:

STEFAN BARON, de nacionalidade alemã, cuja qualificação completa vem acima e a fls. 40, de longa data vinha exercendo atividades comunistas, como verdadeiro agente propagandista do credo vermelho, chegando até a fundar um clube político denominado "ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA ALEMÃ", tornando-se assim nocivo à ordem pública.

Dessa forma, nos termos do artigo 143 da Constituição Federal, esta Delegacia instaurou o presente processo de expulsão contra ele, que aliás se encontra preso administrativamente, por ordem do Senhor Ministro da Justiça, como se vê do radiotelegrama de fls. 36.

Logo de início foi apreendida em poder do acusado, a farta documentação que acompanha o auto relativo a essa diligência (V. fls. 6 a 35).

Bastaria os documentos escritos em idioma nacional para provar que o acusado é comunista fervoroso, faz propaganda desse credo, e entra em comentários sobre nossa vida política. Veja-se especialmente as cartas de fls. 11 e 14; nesta fica patenteado que ele e o missivista, chegam a fazer comentários desairosos à visita do Snr. Presidente da República à São Paulo.

Relatório anexado ao Prontuário 13421, de Stefan Baron. Fundo DEOPS/SP. APESP.

O relatório invoca o artigo 143 da Constituição Federal que garantia a abertura do processo de expulsão. Em 1946, uma nova Constituição fora redigida, mas os dispositivos de controle de estrangeiros representam continuidades em relação ao governo Vargas. O artigo citado prevê que o governo federal poderia expulsar do território nacional o estrangeiro considerado nocivo à ordem pública, salvo se seu cônjuge for brasileiro e se tiver filho brasileiro dependente da economia do pai. Anneliese Epstein, que também era refugiada

alemã e judia, não se enquadrava nesta categoria que representaria uma possibilidade de salvo-conduto: Stefan Baron foi processado e expulso do Brasil em 1949.

Além deste processo, encontra-se também no prontuário de Baron, um ofício, datado de 17 de março de 1949, dando início a uma ação comprobatória contra os demais participantes da Associação Democrática Alemã. Além do uso recorrente do termo ‘alienígena’ para descrever o estrangeiro em território nacional é possível notar que a delegacia pretendia ampliar o círculo para os demais indiciados. Esta era uma medida de “alta Polícia” com o objetivo de “purificar” a sociedade brasileira dos seres nocivos por suas ideias e atitudes, como enfatiza Tucci Carneiro em seu livro *Livros Proibidos, Ideias Malditas*.²⁶⁴

²⁶⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Ideias Malditas*. Op. Cit.

Ofício n. 49, enviado por Antonio Ribeiro de Andrade, delegado-chefe da Seção de Expulsandos, para o Delegado Auxiliar do DOPS/SP. Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Em 23 de agosto de 1949, o último parecer é feito sobre a figura de Stefan Baron: hostil à sociedade brasileira. Seu pedido de expulsão é ratificado pelo delegado chefe do Serviço Especial de Vigilância, que se permite a um comentário indignado no último parágrafo da missiva. Em 9 de setembro de 1949, um ofício confirmava a expulsão definitiva

de Stefan Baron no dia 23 de agosto de 1949. A referência à uma suposta nacionalidade polonesa deve-se à um descuido na portaria do dia 5 de julho, onde Stefan Baron é referido como tal e não alemão.

para serem anexados ao caso de STEFAN BARON,
vinho, assim, constituir elemento complementa-
tar à prova colhida naquela outro inquerito.
O alienígena STEFAN BARON, por pessoa que pa-
rece ser de valor para o Brasil, ver-
se-á, à sociedade, que é ele um dos mais noci-
vos entre os que com ele violaram a proibi-
ção legal de se inscreverem na política na-
cional.

Agora, ratificando nosso pedido ante-
rior, solicitamos a sanção do Executivo Fe-
deral contra STEFAN BARON, que o expulsa do
território nacional.

Não é possível que continuemos a man-
ter em nossa terra elementos que têm a peri-
culosidade que demonstram ter STEFAN BARON.

São Paulo, 22 de Agosto de 1949.

O DELEGADO CHEFE DO
SERVIÇO IMPERIAL DE VIGILÂNCIA,

- ANTONIO RIBEIRO DE ANDRADE -

Fragmento do Relatório anexado ao Prontuário 13421 – Stefan Baron. Fundo DEOPS/SP. APESP.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

Senhor Doutor Delegado Auxiliar:

A 6 do corrente este "SEV" recebeu o protocolado nº 3213v/49 que nos informa, pelo ofício nº... 15.108, de 23 de agosto último, do M.J.N.I., haver sido expulso do Território Nacional o alienígena STEFAN BARON, por decreto de 5 de julho do corrente ano.

Esse indivíduo, qualificado, identificado e ouvido no processo deste Serviço Especial de Vigilância esclareceu ser alemão, natural de Breslau.

Não nos consta seja ele polonês.

São Paulo, 9 de setembro, 1949.

O DELEGADO ADJUNTO,

- THOMAZ PALMA ROCHA -
resp. pelo expediente do "S.E.V."

Responda-se de acordo com as informações. Em seguida, arquivar-se.

Em 12 de setembro de 1949

O DELEGADO AUXILIAR,

Elpidio Reali

Informações encaminhadas por Thomaz Palma Rocha, responsável pelo expediente pelo S.E.V. para Elpidio Reali, Delegado Auxiliar do DEOPS/SP. Anexado ao Prontuário 13421. Fundo DEOPS/SP. APESP.

A última notícia que se tem de Stefan Baron é aquela apresentada nas observações em seu Registro de Estrangeiro, que encontram-se reproduzidos abaixo:

9311

REGISTRO DE ESTRANGEIROS

EM.

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA, PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Nome **STEFAN BARON**

Admitido em território nacional em caráter..... **PERMANENTE**

(Permanente ou temporário)

nos termos do art.letra..... do dec. n.º 3010, de 1938.

Lugar do nascimento.....

Nacionalidade **ALEMA** estado civil..... **SOLT.**

Pai **GEORG** Mãe **HERTA**

Profissão **COMERCIO**

Ha quanto tempo reside no Brasil.....

Carteira de identidade n.º **448.839** Registro n.º **9311**

Documentos apresentados.....

São Paulo,.....de.....de.....

Alfredo de Jesus
Delegado de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros

MOD. 141

Ficha de Registro de Estrangeiro de Stefan Baron emitida pela Delegacia de Fiscalização. São Paulo, s.d. [frente].

Observações: em 11-10-49 obtava o visto em a/passaporte sob nº 5.334-1. Visto gratuito-Expulso do território nacional, por atividades comunistas, conforme Decreto de 5-7-1949. Visto concedido independentemente de petição por parte do interessado pela circunstancia de ser expulso do País. Viajará as proprias expensas. Visto valido até 11-11-49. C.O.I. anda nº 11.017/49 exp. pela Del. Regional do Imp. Renda da Capital em 2-8-49 e ar uivada no Departamento de investigações, quando da obtenção do passaporte supra citado. segue para a Alemanha.-Ida admen te.-Ribas. - O Sr. Diretor da P.M. a Jarda de Santos, com seu radiograma nº 89/135, em resposta ao radio nº 209 de 18-8-47, informou que embarcou naquele Porto com destino a Gdynia, aos 2-12-49 o alienígena Stefan Baron, alemão com 39 anos de idade. DRS.

Ficha de Registro de Estrangeiro de Stefan Baro emitida pela Delegacia de Fiscalização. São Paulo, s.d. [frente].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais incentivos desta dissertação foi o de contribuir para preencher uma lacuna negligenciada pela historiografia brasileira que abre fissuras para a proliferação do negacionismo e do revisionismo históricos. O exercício de voltar o olhar para sujeitos resistentes em tempos de nazifascismo, se faz necessário em caráter emergencial, considerando-se os avanços dos grupos de extrema-direita nestas primeiras décadas do século XXI.

Retomamos aqui as considerações de Walter Benjamin sobre a necessidade de escrevermos sobre resistência definida como uma forma de dialogar com a memória dos “subversivos” tentando fazer jus aos seus atos de coragem e enfrentamento. Há que se tomar cuidado, claro, para não cairmos em generalizações. Ao pensarmos em resistência política enquanto movimento de um povo ou de um grupo contra um poder ilegítimo (ditatorial ou totalitário) uma imagem se faz presente em nosso imaginário: a de combatentes armados investindo contra forças invasoras. Lembro aqui os casos dos *partisans* durante a ocupação nazista da Polônia, a resistência francesa em Vichy, e os guerrilheiros no Araguaia. Entretanto, é preciso contextualizar a resistência em seu local e analisar suas relações com o poder estabelecido.

No Brasil, a resistência política ganhou espaço a partir da Proclamação da República quando foram registrados os primeiros atos de censura e repressão contra os monarquistas, anarquistas, socialistas e comunistas. Livros, panfletos e periódicos produzidos por grupos “subversivos à nova ordem instituída” podem ser considerados como registros expressivos dessas frentes de resistência, muitas das quais formadas por estrangeiros. Com a instauração de uma Polícia Política no Brasil em 1924, a imagem dos rebeldes concentrou-se nos militantes comunistas interpretados pelo Estado brasileiro como o “perigo vermelho.”

Considerando que existem múltiplas formas de resistir, sendo a luta armada uma das opções, porém não a única, procuramos nos desvencilhar de um ideal romântico sobre esses grupos. Ao optarmos pelo estudo das frentes de resistência antinazistas que

atuaram no Brasil nas décadas de 40 e 50, constatamos que é quase impossível reconstituirmos a história e memória destes grupos sem analisarmos os discursos e os aparatos repressivos do Estado brasileiro, opressor. Nossa intenção é, desde o início da nossa investigação, que os imigrantes, exilados e refugiados do nazismo radicados no Brasil não ficaram inertes diante de tudo que acontecia na Alemanha nazista e países ocupados.

Com o avanço de nossas pesquisas e a descobertas de fontes inéditas junto ao DEOPS/SP foi-se diluindo a imagem da resistência como uma massa amorfa, amordaçada, sem voz e vontade própria. Descobrimos – ao buscarmos marcas, indícios e sinais, como sugeriu Ginsburg - as dificuldades enfrentadas por entidades que, de certa forma, estavam sem espaço para suas ações de protestos públicos. Muitas vezes, nos deparamos com indivíduos jogados numa pilha de cidadãos maltrapilhos isolados ora pela suposta consciência católica do governo e de intelectuais brasileiros, ora pelos modelos de controle e opressão oferecidos por alguns países europeus como a Alemanha, Itália e União Soviética.

Múltiplas frentes de resistência emergiram no cenário dos anos 40 e 50 demonstrando que os cidadãos perseguidos pelos regimes nazista e fascistas não ficaram inertes. Optamos por estudar o Movimento dos Alemães Livres e a Associação Democrática Alemã ao percebermos que, apesar da repressão policial, eles cumpriram papéis importantes junto a comunidade germano-brasileira radicada em São Paulo. Certamente outras frentes emergiram nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, regiões que ainda guardam as marcas da ideologia nacional-socialista e do espírito pan-germanista sustentados pelos imigrantes seguidores de Hitler.

Procuramos manter como fio condutor deste estudo, a ideia de que escrever sobre resistência também é, de alguma forma, escrever sobre repressão. É praticamente impossível escrever sobre os “subversivos da ordem” que desafiavam o discurso hegemônico do Poder instituído sem falar nos antagonismos decorrentes das ações de um Estado autoritário, xenófobo e racista. Basta olharmos para o nosso passado para constataremos os destinos de subversivos como Olga Benário Prestes e Ernst Joske, dois casos mais conhecidos, dentre outros.

É sob este prisma - resistência *versus* Estado opressor - que optamos por analisar as fontes produzidas pelo DEOPS/SP, mas tendo sempre em mente a força dos mitos políticos. A organização, escolha de palavras, apresentação dos eventos e fatos, transformaram-se em desafio, pois estávamos conscientes da força do discurso policial. Difícil, muitas vezes, não

“comprar” a versão propagada pelo discurso de autoridade: o da ordem. Da mesma forma procuramos não cair nas armadilhas das fretes de resistência que agiam na clandestinidade. As ações, muitas vezes, são vistas enquanto razoáveis ou mesmo lenientes pelos que as infligem, baseando-se num discurso excludente de segurança nacional construído para justificar barbaridades que violavam o público e o privado de uma população vigiada no seu dia-a-dia.

Retomamos aqui as reflexões de Tucci Carneiro que, em seus vários estudos sobre a Polícia Política, enfatizou a necessidade de levarmos em consideração a lógica da desconfiança adotada pelos aparatos repressivos do Poder:

A lógica de desconfiança adotada pelos órgãos de segurança prestava-se a justificar os atos de violência, tortura e violação dos direitos do cidadão. Preocupadas em definir e comprovar o crime político, as autoridades da repressão procuraram manter a população sob vigilância, instaurando uma verdadeira geopolítica do controle. Em decorrência desse cotidiano de opressão e medo, os mais diferentes segmentos sociais foram vigiados e julgados como subversivos da ordem. Alguns profissionais eram os mais visados por serem os responsáveis pela veiculação de ideias consideradas perigosas. Jornalistas, escritores, artistas, músicos, estudantes, livreiros, gráficos e editores dificilmente escapavam de um inquérito policial aberto a partir de uma acirrada vigilância (campana) ou, até mesmo, de denúncias anônimas. Prisões ilegais, perseguição aos familiares, censura postal, invasão de domicílios, confisco de objetos e documentos pessoais, deportação para o caso de estrangeiros, tortura e morte nos cárceres transformaram-se nos sinais de identificação de uma efetiva ação policial: vestígios da intolerância.

A lógica da desconfiança e o rastro de intolerância não são, infelizmente, algo pertencente ao passado que o historiador pode olhar com a postura iluminada e a certeza do vencedor. Este período da história do século XX – definido por Eric Hobsbawm como o século das catástrofes – não deve ser encardido como algo distante, sem relações com o nosso presente: minimizar a intolerância é fechar os olhos para a barbárie banal que persiste em nosso dia a dia contra os mais diversos grupos marginalizados no país: negros, quilombolas, indígenas e também centenas de refugiados que fizeram do Brasil um país de refúgio.

Julgamos necessário, entretanto, não só voltarmos nosso olhar em direção ao passado para identificar as continuidades e rupturas neste processo de intolerância sustentado pelo Estado, mas também, para que os atos de resistência no passado possam servir de inspiração contra a repressão. Não devemos fechar os olhos para as injustiças honrando e materializando o *Nunca Mais!* Que as lições registradas pelos testemunhos dos sobreviventes do Holocausto

e por todos aqueles que, de alguma forma, lutaram contra a barbárie, nos ajudem a entender que a resistência carrega o peso de toda uma história – esmagada e silenciada, por certo – que nunca será completamente apagada.

É neste contexto que procuramos compreender as trajetórias de Stefan Baron e Karl Lustig-Prean, protagonistas de uma rede de resistência cuja trama ia além das fronteiras brasileiras. É preciso salientar que Lustig-Prean não era uma figura controversa somente perante os olhos das autoridades brasileiras, mas também perante a própria comunidade que o cercava. Criticado pelo governo e por seus pares como “falso”, “não confiável”, ‘camaleão’ oportunista, seu pro-ativismo enquanto colaborador da rede de denúncias incentivadas pela Polícia Política brasileira contribui para vilificar a própria comunidade que ele pretende redimir.

Sua importância enquanto uma figura central dos movimentos de resistência antinazista em São Paulo e no Brasil não pode e nem deve, no entanto, ser desqualificada pela nebulosidade das opiniões que se tinha por sua pessoa. Não podemos negar que Lustig-Prean foi o responsável pela articulação do Movimento Alemão Livres, principal sociedade antinazista que atuou em São Paulo durante a Segunda Guerra. Seu círculo de amigos agregou pessoas de frentes políticas distintas no Brasil e nos exterior, pois é fato que ele manteve colaboração com os dois maiores grupos antinazistas da América Latina que, apesar de rivais, conseguiram impor-se enquanto resistentes.

Enquanto articulador da resistência antinazista no Brasil, Lustig-Prean procurou demonstrar - através de uma política pública de cooperação com as autoridades brasileiras e com a publicação de notas através de informativos pessoais - que a comunidade alemã tinha diferentes nuances, pois nem todos eram culpados e/ou cúmplices do regime nazista.

Isso não significa que, por ter tido um fim mais brando que seus compatriotas na Argentina ou mesmo que a futura Associação Democrática Alemã, Lustig-Prean não tenha sofrido com o antissemitismo e xenofobia endossados pelas políticas intolerantes dos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Assim como Lustig-Prean, outros tantos ativistas devem ser considerados, ainda que com diferentes graus de discernimento e vontades progressistas ou reacionárias.

A Associação Democrática Alemã, por sua vez - fundada em janeiro de 1946 e fechada em fevereiro do mesmo ano, adotou uma postura de não convivência com o governo

brasileiro, e, sem ser hostil, não endossou os serviços antidemocráticos da Polícia Política brasileira.

As diferenças entre as condições de Stefan Baron e Lustig-Prean contribuem para compreendermos, sob o prisma de uma História Política e Social, a radicalidade no tratamento de um em comparação ao outro. Baron - livreiro, proletário e comunista – mantinha uma rede de relações que, se prestigiosas, como demonstra o telegrama de Luiz Carlos Prestes, o condenava perante as autoridades. Sofrera punições infinitamente mais rigorosas do que seus compatriotas e também do que seus companheiros de afinidade política, incluindo os donos da livraria e os funcionários brasileiros que não foram presos como ele.

FONTES

1. Policiais.

Prontuários:

Prontuário nº 13.4241. Stefan Baron. Fundo DEOPS/SP, Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário 68.683. Friedrich Kniested. Acervo do Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário nº49.636. Karl Lustig-Prean. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário nº38.143. Charitas Brandt Gaspari. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário 89.47. Alfred Heidenheimer. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário 82.275. Ernst Josef Bachmann. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário 30K-16-15. Kurt Julius Fabian. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Prontuário nº23.514. Frederico Johann Spaeth. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Dossiês:

Dossiê: 12-Z-21 Fundo DEOPS/SP. APESP.

Dossiê 30-J-4. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Panfletos:

Flyer. Was ist und will Das Andere Deutschland?, 1938. Acervo do Arquivo Leo Beck Institute Library. Disponível em: https://archive.org/details/dasandereutsch00unse_2
Último acesso em 10/07/2017

Panfleto. A ALEMANHA LIVRE – O Movimento dos Alemães Livres do Brasil.
1/11/1942. Dossiê 12-Z-27-67. Fundo DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

2. Judiciais:

BRASIL, Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção I – 19/4/1938, p. 7357.

BIBLIOGRAFIA

Obras

ACLE-KREYSING, Andrea, “Antifascismo: un espacio de encuentro entre el exilio y la política nacional. El caso de Vicente Lombardo Toledano en México (1936-1945)”. In: *Revista de Indias*, [S.l.], v. 76, n. 267, p.573-609. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1028/1100>>.

Acessado em 22 jan. 2019.

ALMEIDA, Maria das Graças Atayde de. *A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco*. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALVES, Eliane Biasan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alema sob a vigilância do DEOPS (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

ANDRADE, Fischel. *Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica: 1921-1952*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves. *O Risco das Idéias. Intelectuais e a Polícia Política (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP. 2006.

ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1968.

_____. *Origens do Totalitarismo I: o anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AZÉMA, Jean-Pierre, BÉDARIDA, François. “Historisation de la Résistance”. *Esprit*. Paris, n.198, jan. 1994.

AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BÉDARIDA, François Bédarida. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain”. *Vingtième Siècle*, n.11, juillet-septembre, 1986.

BERSTEIN, Serge. “Culturas Políticas e Historiografia” In: AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BERTONHA, João Fabio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BISSO, Andrés. *Accion Argentina: un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe & HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como pensar, como fazer*. São Paulo: Contexto, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional: a Ação Integralista no Maranhão 1933-1937*. São Paulo: Annablume, 1999

CANCELLI, Elizabeth. *A Violência na Era Vargas*. Brasília: UNB, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Brasil, um Refúgio nos Trópicos: A Trajetória dos Refugiados do Nazifascismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

_____. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração, 1930-1945*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *O Anti-Semitismo nas Américas: História e Memória*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2010.

_____. “Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil”. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 79-97, maio 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79/3871>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MIZRAHI, Rachel (Orgs.). *Vozes do Holocausto*. São Paulo: Maayanot, 2017.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre prática e representações*. São Paulo: Difel, 2002.

CORBIN, Christophe. *Revisiting the french resistance in cinema, literature, bande dessinée and television (1942-2012)*. Londres: Lexington Books, 2019

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. Da Unesp, 2000.

CROCI, Frederico; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo durante a II Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp/Geração, 2000.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas. O partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

DINES, Alberto. *Morte no Paraíso: A Tragédia de Stefen Zweig*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DUTRA, Eliana. *O ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte. Ed da UFRJ/Ed da UFMG, 1997.

ECKEL, Marlen, “Entre resistência e resignação – as atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil, 1933-1945”. In: *Projeto História*, nº 53. São Paulo, Mai-Ago. 2015.

ECKL, Marlen. *Das Paradies ist überall verloren. Das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*. Frankfurt: Vervuert, 2010.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELISSAR, Eliahu ben. *La Diplomatie du III Reich et les Juifs (1933-1939)*. Paris: Christian Bourgois, 1969.

ELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FALBEL, Nachman. *Estudos sobre a Comunidade judaica no Brasil*. São Paulo: Federação Israelita de São Paulo, 1984.

FINCHELSTEIN, Federico (Ed). *Los Alemanes, el Holocausto y la Culpa Colectiva: el debate goldhagen*. Buenos Aires: Eudeba/ Universidad Buenos Aires, 1999.

FINKLESTEIN, Norman G. *A indústria do Holocausto*. Globo: Rio de Janeiro, 2001.

FISCHER, Gudrun. *Abrigo no Brasil: judias alemãs em fuga do terror nazista*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FLORES, Gilberto. *Direitos e Deveres do Estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do Trabalho, 1938.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir*. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Record, 2014.

FRIEDMANN, Germán C. (2016). “Alemães anti-hitleristas y antisemitismo”, In: *Hispania Nova*, 14, pps. 87-111. Disponível em: < <http://www.uc3m.es/hispanianova>>. Acesso em: 24 jul. 1991.

FRIEDMANN, German, “Nacionalsocialistas Antihitleristas y cuestión judía en los casos de Die Schwarze y Frei-Deutschland Bewegung en Argentina”, In: *Anuario IEHS* 31(1), 2016.

FRIEDMANN, German. *Alemaes Antinazis en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

_____. “Actividades culturales e identidad nacional entre los alemaes antinazis de Buenos Aires”. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* 49. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2012.

_____. “El Frente Negro y el movimiento Alemania Libre em Argentina durante las décadas de 1930 y 1940”. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*. Enero-Junio, 2014, pp.87. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=379444896003>>. Acesso em: 13 jan. de 2019.

GERTZ, René. *Memórias de um imigrante anarquista*. Rio Grande do Sul: Est. Editora, 1989.

GILDEA, Robert. *Fighters in the shadows: a new history of the French resistance*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. Tradução de Luiz Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAF, Philip. “Ante el Holocausto: El exilio comunista germano-parlante en la Ciudad de México, 1941–1946”. In: DI STEFANO, Giovanni; PETERS, Michaela (eds.) *México como*

punto de fuga real o imaginario: el exilio europeo en víspera de la Segunda Guerra Mundial. Munich: Meidenbauer, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMILTON, Nigel. *Os irmãos Mann: as vidas de Heinrich e Thomas Mann 1871-1950 e 1875-1955*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

KIEßLING, Wolfgang. *Alemania Libre in Mexiko. Ein Beitrag zur Geschichte des antifaschistischen Exils (1941-1946)*. Berlim: Akademie-Verlag, 1974.

KLEMPERER, Victor. *LTI: A Linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOIFMAN, Fabio. *O imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012

KOIFMAN, Fabio. *Quixote nas Trevas: O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazifascismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles – de la guerre d’Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003.

LASCH, Christopher. *O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis*. Tradução de João Roberto Martins Filho. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica, Imigração: Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- LEVIN, Helean. *Judaísmo: Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- LEVINE, Roberto. *Regime Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOPES, Roberto. *Missão no Reich: Glória e Covardia dos Diplomatas Latino-Americanos na Alemanha de Hitler*. São Paulo: Odisseia, 2008.
- LYRA, Heitor. *Minha Vida Diplomática*. Brasília: Editora da UNB, 1972.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild Nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MANN, Erika & MANN, Klaus. *The Other Germany*. New York: s.e., 1940
- MANN, Frido; SOETHE, Paulo Astor. *Terra Mátria: a família de Thomas Mann e o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MANN, Thomas. *Lettres de Thomas Mann*. Paris: Gallimard, 1966.
- MANN, Thomas. *Ouvintes Alemães: Discursos contra Hitler (1940-1945)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MARKO, Leslie Evelyn Ruth. *Teatro de Samir Feder: espaço poético de resistência nos tempos de Holocausto (1933-1950)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 2016.
- MIKOLETZKY, Lorenz, "Engraçado Preat von Preatfeld, Karl". In: *New German Biography 15* (1987), p. 538 [versão online]. Disponível em <<https://www.deutsche-biographie.de/pnd130234737.html#ndbcontent>> Acesso em: 19 mai. 2019.
- MILGRAM, Avraham. *Os Judeus do Vaticano: a Tentativa de Salvação de Católicos Não Arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- MORAIS, Fernando. *Olga Benário: a vida de Olga Benário, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Perspectiva, 2005

NASCIMENTO, Nanci Souza. *Gueto de Varsóvia: educação clandestina e resistência*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.

NETROVISKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio (orgs). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OSTERLE, Heinz. “The Other Germany: Resistance to the Third Reich in German Literature”. *The German Quarterly*, vol. 41, no. 1, 1968, pp. 1–22

PAULINO, Sibele; SOETHE, Paulo. “Thomas Mann e a cena intelectual no Brasil: encontros e desencontros”. In: *Pandaemonium germanicum* 14/2009.2, p. 28-53. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum>. Acesso em: 18 ago. 2016.

PEDROSO, Regina Célia. *O Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

PEDROSO, Regina Célia. *O Estado Autoritário e Ideologia Policial*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da Guerra: Os Súditos do Eixo nos Campos de Concentração Brasileiros*. São Paulo: IMESP/Humanitas, 2009.

PETRESCU, Carina L. *Against all odds: models of subversive spaces in national socialist Germany*. Peter Lang, Bern, 2010.

POHLE, Fritz. *Das mexikanische Exil. Ein Beitrag der politisch-kulturellen Emigration aus Deutschland (1937-1946)*. Berlim: J.B. Metzler, 1986.

POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974;

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RATTNER, Henrique (org). *Brasil no Limiar do Século XXI*. São Paulo: Edusp, 2000.

REMOND, Rene (org.) *Por uma História Política*. São Paulo: FGV, 2003.

REVAH, Mario Ojeda. *Freies Deutschland y el exilio alemán en México*, 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/299951652_Freies_Deutschland_y_el_exilio_al_eman_en_Mexico> Acesso em: 20 dez. 2018.

SARUE, Sarita Mucinic. *Vozes de Paz em Tempos de Guerra: Janus Korczak diante da criança, do sionismo, do nazismo e do holocausto*. São Paulo: Humanitas, 2015.

SAYD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em Surdina: Histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca*. São Paulo: Editora 34, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SÉMELIN, Jacques. “Qu’est-ce que ‘résistir’?”. *Esprit*. Paris, n.198, 1994

SENKMAN, Leonardo. *El antisemitismo en la Argentina*. Buenos Aires: Centro Ed. de América Latina, 1989

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas, 2005.

THOMPSON, Edward *et al.* *Exterminismos e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado (Ed). *A Proteção dos Direitos Humanos nos Planos Nacional e Internacional: Perspectivas Brasileiras (Seminário de Brasília, jul de 1991)*. São José/Brasília: IICH/ Friedrich Naumann Stiftung, 1992.

VILLANUEVA, Orion. *Rolândia: Terra de Pioneiros*. Londrina: [s.n], 1974.

WANG, Diana. *Hijos de la Guerra: la segunda generación de sobrevivientes de la Shoá*. Buenos Aires: Marea, 2007.

WEISS, Andrea. *In the Shadow of the Magic Mountain – the Erika and Klaus Mann story*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

YANKELEVICH, Pablo. *México, país refugio: la experiencia de los exilios en el siglo XX*. Cidade de Mexico: Plaza y Valdez ed. y CONACULTA-INAH, 2002.

Teses e Dissertações

ALVES, Eliane Biasan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alema sob a vigilância do DEOPS (1930-1945)*. São Paulo. Humanitas. 2006.

BIGAZZI, Anna Rosa. *Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas (1938-1945)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 1992.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2007.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. *Palavras como balas: imprensa e Intelectuais Antifascistas no Cone Sul*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 2013.

SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Os Seguidores do Duce: Os Italianos Fascistas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ IMESP, 2001.

WIAZOVISKI, Taciana. *O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil: Gênese, Difusão e Desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

_____. *Cultura em Comentário: uma revista de cultura e resistência (1960 - 1973)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), 2011.

Artigos

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Rompre le silence : l'antisémitisme au Brésil*. Em: *Matériaux pour l'histoire de notre temps* 3/2011 (Nº 103) , p. 6-11
Disponível em: <www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notre-temps-2011-3-page-6.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. *O Mito da Conspiração Judaica e as Utopias de uma Comunidade*. IN: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris, *Propaganda e Revolução: Os Caminhos do Impresso Político 1930-1945*. IN: TORGAL, Luiz Reis; PAULO, Heloisa. (orgs.). *Estados Autoritários e Totalitários e Suas Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

ECKL, Marlen. *Entre resistência e resignação – as atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil 1933-1945*. Projeto História, São Paulo, n.53, pp.121-159, Mai/agosto, 2015.

MILGRAM, Avraham. *O Itamaraty e os Judeus*. In: Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.). *O Anti-Semitismo nas Américas: História e Memória*. São Paulo: Edusp, 2008.

PAULINO, Sibeles & SOETHE, Paulo. “Thomas Mann e a cena intelectual no Brasil: encontros e desencontros”. *Pandaemonium germanicum* 14/2009.2, p. 28-53 – Disponível em: <www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psicol. Clin. Rio de Janeiro, v. 20, nº1, p.65-82, 2008.

Sites

Arqshoah - Arquivo Virtual do Holocausto e Antissemitismo. Disponível em: <<http://arqshoah.com/>> Acesso em: 29 jul. 2019.

Museu da Escola de Leipzig. Disponível em: <<http://schulmuseum.leipzig.de/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

ANEXOS

1) Dossiê 12-Z-21-50 a 54. Fundo DEOPS/SP. APESP.

2621.

Confidencial.

S Paulo, 2 de Junho de 1942

5/6/42

Exmo. Sr. Delegado.

T. E. deve ter a amabilidade de desculpar pois não escrevo o português corretamente mas infelizmente nunca tinha bastante ocasião. Como correspondente de revistas estrangeiras quasi sempre usei a lingua alemã, e com 50 anos de idade, aprender uma nova lingua sem erros é bastante difficil. Mas acho, que a lingua mais importante é a lingua do coração, a lingua duma devoção irrestrita ao Brasil.

T. E. lembra-se da nossa visita (como delegação dos "Alemães Livres") e do compromisso assumido duma colaboração mais intima possível com S. E. o dd. Superintendente Major Olinto de Franca e com T. E. É por isso que peço a honra de nos) conceder nos proximas dias (dia e hora que mais convier a T. E.) uma audiéncia em assuntos muito confidenciais.

*um pequenissimo "comité" (2-3 pessoas)

CARLOS DE LUSTIG - PREAN

5-7632

Rua Aracajú, 253
Hygienopolis

Superintendente de Franca

"S S" - / 54

127 21 54

- 2 -

Nos, os (chamados) "Alemães Livres" diferentes de todos movimentos. Livres, não temos um, programa' político, nem termos de pras etc. Os libertadores desejam.

Nos queremos contribuir para a segurança de nosso querido Brasil.

E nada mais! Não queremos ações como a dos judeus (lei de confissão), como a dos Austriacos (retificação das carteiras etc). Queremos servir como cidadãos leais!

No men ver (um pequeno, curriculum vitae" ajunto) podemos fazer o seguinte:

A) Registrar os alemães de São Paulo, que querem aderir ao "manifesto da lealdade ao Brasil" (publicado dia 12 de Maio). No escritório [escolhido Avenida São João, 108, 3º, s. 45] poderão pessoas da nacionalidade alemã assinar (e nada mais) o manifesto da lealdade ao Brasil. Os alemães livres não são uma "organização". Ninguém está sócio ou membro, está "aderente" sem privilégios de qualquer espécie. Uma amostra para

Superintendência de Segurança		
"S. S." - 10.1.2.104		
127	21	93

- 3 -

dos aderentes ajunta (sob 2). As pergun-
tas * e ** só, se a polícia quer fazer
as perguntas (talvez para o caso duma
declaração da guerra). A decisão depende
unicamente da T. E. o dd. Sr. Superin-
tendente e de T. E.

B) organizar um serviço
interno (secreto) só para a polícia.

I copiar as assinaturas com
as detalhes das folhas de perguntas
(vide A) - diariamente!

II notar todas as notícias, infor-
mações de alemães livres, as quais
podiam interessar a polícia

III responder às perguntas confi-
denciais da polícia. etc.

Para A terá um (chamado
'comité' de colaboradores selecionados
(anexo 3),

para B terá um, 'comité' de
duma pequenissima "elite" de homens
1000% da nossa confiança.

E para este pequeno comité
peço a audiência (mencionada na
pag. 1.)

São as pessoas seguintes:

Superintendência da Segurança	
Artigo 20.º	
S. S. - 10.2.1944	
12Z	21.52

I Da Charitã Brandt Caspari

-4-

II Frederico Spaeth

III Gustavo Eberhardt

I escultora, desde 1924 em São Paulo,

II prefeito no Ginasio São Bento, ant.

"líder" da juventude católica do Sarre etc, e o sr. Spaeth, que tem muita experiência, elaborou minuciosamente o plano para a colaboração com a polícia

III imigrante democrata.

Somos um pouco retardados, mas a causa foi uma interna.

[É este relatório é um particular!] Tem sempre o perigo duma iminência de elementos da esquerda radical [comunista ou semi-comunista]. Nós não queremos confundir a luta da Rússia Soviética com os esforços subversivos dos comunistas. Por causa deste nossos trabalhos preparativos demoraram. É preferível uma limpeza antecipada.

Agora, mas só agora podemos oferecer nossos bons serviços com uma consciência limpa e tranquila.

Superintendente de Segurança		
Petrópolis, 10/4/44		
122	21	51

...-5-

Sem outro de momento, firmo-me
com alto apreço e distinta consideração

de V. E.

Atto. e obvio.

Karl Eduard Fichtel

V. S. Deço V. E. de ser o intermediario
da expressão da minha devoção ao
exmo. Sr. Mjr. Olinto de Franca.

3 suplementos

Superintendencia de Segurança		
Polícia e Coll.		
10. 2/114		
12Z	21	50

2) Dossiê 12-Z-21-49. Fundo DEOPS/SP. APESP.

Karl Lustig - Prean **1042** São Paulo, 10 de Agosto de 1942.

Superintendencia
da Segurança Política e Social

*St. Lustig
apresenta em termos de
segurança e seus objetivos -*

Capital.

Para facilitar a fiscalização comunico
que convidei para minha residência Rua Aracaju, 253
para o dia 12 de Agosto a.c. das 17.30 às 18.30 hs. em grata lembrança
de que há cinco anos atrás - 12 de ~~agosto~~ ^{maio} de 1937 - pela primeira vez
o solo paulistano, algumas pessoas às quais nos sentimos gratos e ligados
para tomar um "cocktail". Não haverá conferencias etc. O carater do con-
vite é inteiramente particular. Os convidados são Brasileiros (9), norte -
americanos (10), ingleses (2), suíços (2), tchecos (2), austriacos
(6), italianos (4), francezes (2), alemães (2), húngaros (1).

Atenciosamente
Karl Lustig Prean

Socio da Associação dos Jornalistas
Católicos; escritor tcheco-slovaco.-

Superintendencia de Segurança
Política e Social
"S S" - 10.2.49
122 21 49

*Procurador
R. K.*

3) Dossiê 12-Z-21-64. Fundo DEOPS/SP. APESP.

4) "A Criação de um Comite Continental de Alemães Livres." *Correio Paulistano*, 24 de janeiro de 1942, p. 3.

A CRIAÇÃO DE UM COMITÉ CONTINENTAL DE ALEMAES LIVRES

Protestos que essa idéa alcançou da imprensa do Mexico

CIDADE DO MEXICO, 23 (R.) — A noticia da criação de um comité continental de alemães livres, sob a presidencia do barão von Goelsenau, provocou uma tempestade de protestos.

Numa nota official, os lideres do movimento dos austriacos livres declararam o seguinte:

"Trata-se de uma nova acção visando salvar a integridade territorial da Alemanha após a vitoria aliada".

"El Universal", o maior jornal do Mexico, que dedica um editorial de meia página de comentario à criação do referido conselho, também publica o seguinte:

"Alemães livres? Quão curiosa é essa expressão! Compreendemos que cidadãos das nações invadidas, escravizadas, espoliadas, como os franceses, os gregos, os belgas, os noruegueses, os iugoslavos e os checos se atribuam o qualificativo de livres. Mas, os alemães? Os alemães não foram escravizados por nenhum inimigo estrangeiro. Não nos devemos esquecer que são precisamente os alemães que invadiram quasi todos os países europeus e por isso a ex-

pressão "alemães livres" não pode ser senão um grosseiro subterfugio".

Mais adiante, o referido jornal admite que alguns alemães possam ter sido victimas de Hitler ou do regime hitlerista e que seja, portanto, inimigos do "eixo". Mas, parodiando, em seguida, uma famosa frase de Napoleão, o "El Universal" publica: — "Arranca o pêlo do alemão e achareis o nazista", para acrescentar:

"A guerra constitue uma industria tipicamente germanica. A tirania como regime interno e a invasão dos países vizinhos como politica exterior, são dois principios que governaram a Alemanha desde os tempos mais remotos. Muitos alemães, que pretendiam ser victimas do nazismo entraram na França pouco tempo antes da guerra. Conquistaram a simpatia dos franceses, mas, quando a França foi invadida, envergaram o uniforme nazista. A deslealdade e a traição constituem principios nazistas. Cuidado: historica e racialmente, o alemão não pode ser livre. Basta conhecê-lo um pouco melhor para se convencer de que os alemães livres representam apenas um dos multiplos aspectos do quinta colonismo".

5) Dossiê 12-Z-21-18. Fundo DEOPS/SP. APESP.

São Paulo, 25 de novembro de 1942.

Exmo. Sr. Consul Geral
Dr. Cecil M. P. Cross
Nesta.

Comunico a V. E. que o (casal nazista) Oldendorff
(líderes e terroristas do partido nazista em Sant'Ana)
foi posto em liberdade.

Uma senhora alemã (Huenig; os Huenigs são aderentes
dos alemães livres) viu no consulado espanhol a senhora
Andriesen (esposa do espião nazista, preso) como ela
recebeu dinheiro. A sra. Andriesen mesma falou a sra.
Huenig e disse, que agora não tem preocupações financeiras,
pois recebe da Alemanha por intermédio do Cons. esp. cada
mez dois contos...

Confidencial. Constatei nos ultimos dias que agora
o Charge d'Affaires da Embaixada Espanhola no Rio de
Janeiro é o diplomata de carreira Gaspar HANZ y TOVAR. ²
Ele esteve 36/37 o enviado (inoficial) do Gen. Franco em
Praga (Tchecoslov) e visitou-me muitas vezes na minha
redação do diario católico, pois os jornaes catolicos
forem (infelizm.) pró-Franco. Esteve no ultimo dia antes
da minha partida de Praga hospede de Sanz y Tovar. Ele é
um homem culto, discreto, "funcionario" e não politico,
e fala (ou falou) perfeit. o alemão. Talvez pode esta
velha ligação que ate agora não renovei servir uma vez a
causa dos EU.

Com minha mais alta consideração

De V. E.
Ato. Obgdo. e adm.

(a) Lustig Preen. ²